

ESTUDOS EM SOCIOLINGUÍSTICA DE CONTATO



Mônica Savedra
Peter Rosenberg

Estudos em Sociolinguística de Contato



A presente obra foi realizada com o apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior - Brasil (CAPES) -
Código Financiamento 001

**Mônica Savedra
Peter Rosenberg**

**Estudos em
Sociolinguística de Contato**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Mônica Savedra; Peter Rosenberg [Orgs.]

Estudos em Sociolinguística de Contato. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 341p. 16 x 23 cm

ISBN: 978-65-5869-540-0 [Digital]

1. Sociolinguística. 2. Plurilinguismo. 3. Multilinguismo. 4. Políticas linguísticas. I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Imagem da capa: litografia de Die Litografia de Charlie Harper que se chama "Mystery of the Missing Migrants". <https://www.charleyharperartstudio.com/more-info/privacy.html>

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

Sumário

Prefácio	7
Introdução	9
1. O CONTATO LINGUÍSTICO NO BRASIL	
BRASILEIRÍTALOS EM JUIZ DE FORA: ETNICIDADE EM MOVIMENTO MANIFESTADA EM UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA	18
Mario Gaio	
LÍNGUA POMERANA EM DOMINGOS MARTINS, ESPÍRITO SANTO	38
Leticia Mazzelli	
Vitor da Cunha Gomes	
VITALIDADE LINGUÍSTICA DO PLAUTDIETSCH	71
Odilon Moura e Silva Soares	
CONTACT-INDUCED MORPHOSYNTACTIC SIMPLIFICATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE: THE CASE OF RELATIVE CLAUSES	90
Mateus de Castro Ramos Fialho	
ARÁ HOVY PY E KA'AGUY HOVY PORÃ: A VITALIDADE DA LÍNGUA GUARANI MBYA NA REGIÃO DE MARICÁ	121
Luciana Oliveira Farina	
REFLEXÕES PARA O ESTUDO DAS POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS NÃO-OFICIAIS NO ENSINO BÁSICO NO BRASIL	152
Diogo Mathias Brum	

ESTRANGEIRISMOS COMO FENÔMENO DE CONTATO LINGUÍSTICO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O INGLÊS	171
Rosana da Silva	
2. O CONTATO LINGUÍSTICO NO MUNDO	
O CONTATO LINGUÍSTICO NA EXPANSÃO ROMÂNICA	194
Viviane Lourenço Teixeira	
O ESTABELECIMENTO DE UMA LÍNGUA OFICIAL NO CONTEXTO MULTILÍNGUE CHINÊS	214
Ana Cristina Balestro	
LOUISIANA FRENCH: A SUCCESSFUL REVITALIZATION?	232
Nina Rioult	
DIGLOSSIA NO MARROCOS: A LÍNGUA ATRAVESSA A HISTÓRIA OU A HISTÓRIA ATRAVESSA A LÍNGUA?	266
Millena Rocha de Sena	
KRISTANG: ORIGENS, VITALIDADE E REVITALIZAÇÃO DE UM CRIOULO PORTUGUÊS NA ÁSIA	295
Juan Rodrigues da Cruz	
LINGUISTIC REPRESENTATION IN SOUTH AFRICA: THE RELATION BETWEEN IDENTITY AND LANGUAGE AMONG COLOURED UNIVERSITY STUDENTS IN CAPE TOWN	323
Anderson Lucas da Silva Macedo	

Prefácio

O contato linguístico é uma realidade no nosso Brasil multilíngue. Contudo, devido a uma tradição secular de políticas linguísticas monolingualizadoras, muitas vezes esse multilinguismo e esse contato linguístico diário não são percebidos por grande parte da população, que vive alheia a essa riqueza cultural de nosso país. Por isso, tratar do assunto é sempre importante e muito informador. E foi com esse objetivo que foi oferecido o curso “Introdução aos estudos em Sociolinguística de Contato”, na Universidade Federal Fluminense, do qual originou o presente volume.

Estima-se que se falem no Brasil mais de 330 línguas (274 línguas indígenas, segundo o IBGE, e cerca de 56 línguas de imigração, além da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), reconhecida oficialmente, embora não seja considerada língua oficial do país). Não menos importantes, também temos as variedades faladas em comunidades quilombolas e comunidades de povos ciganos, sem esquecer das inúmeras línguas estrangeiras que circulam no território nacional por diversos motivos, acentuadas pelos refugiados que há alguns anos buscam no Brasil uma nova pátria. Nesse cenário, há de se levar em consideração ainda as situações de fronteira – as quais, no caso do Brasil, com seu grande território, tornam-se inúmeras. O contato de fronteira resulta em empréstimos, variação e mesmo no surgimento de novas variedades, justamente porque, ao estar em contato, as línguas se influenciam mutuamente, já que os falantes absorvem características das línguas às quais estão expostos, uma vez que passam a se apropriar das mesmas em um processo identitário.

Assim, podemos supor que línguas estão constantemente em contato, uma vez que seus falantes estão constantemente em contato. E como as línguas são vivas, o falante que dela se apropria a utiliza “a seu bel prazer”, para suprir as necessidades de

comunicação que surgirem em suas interações. Nesse sentido, é importante compreender que o contato linguístico ocorre porque indivíduos estão se comunicando ou tentando se comunicar, buscando a melhor compreensão entre si. Para isso, adaptam seus falares, adotam novo vocabulário, constroem nova sintaxe, aplicam novo uso ou sentido a um item, inovam, imitam, encaixam, acomodam. Tudo em prol da comunicação, do entendimento mútuo com o outro. Até há casos em que o contato linguístico acontece em ambientes de guerra e de conflitos, mas, de modo geral, arrisco dizer que o contato linguístico acaba sendo uma manifestação de fraternidade e empatia. Pode ser que às vezes seja apenas unilateral, mas inevitavelmente marca uma comunidade, caracteriza um território e mesmo define uma nação. Afinal, o legado do contato linguístico é o plurilinguismo dos diferentes indivíduos que constituem o grupo – e o que pode ser mais rico do que a diversidade?

Profa. Dra. Karen Pupp Spinassé
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

O contato linguístico e as situações de plurilinguismo (indivíduo) e multilinguismo (sociedade) são uma realidade do século XXI, embora no passado tenham sido combatidos pela imposição do conceito *um estado – uma cultura – um língua*. Hoje as minorias precisam se defender da noção de *One nation first!*.

Mobilidade e migração moldam o mundo de hoje e causam uma mistura crescente de populações (inter)nacionais e étnicas que contribuem para uma certa transculturalização nas relações internacionais.

Minorias “perturbam” essa imagem de mobilidade e mistura: Culturas e línguas minoritárias vêm demonstrando serem de longa duração. Mesmo que sejam usadas apenas para fins limitados, ou seja, apenas em determinados domínios de uso linguístico não públicos, a presença de minorias é valorizada pelo idioma de seus falantes. E o fenômeno da *Diglossia*, que é a complementaridade do uso de várias línguas em diferentes domínios, pode garantir a vitalidade de comunidades de falantes minoritários.

A *vitalidade* da comunidade de falantes minoritários é a distintividade do grupo que se constitui pelo uso da língua minoritária. Mas não aceitamos este uso como garantido porque, de um modo geral, na maioria dos contextos de contato, a língua majoritária tem mais prestígio público e oferece mais benefícios para o trabalho e a educação. Nestes contextos de mobilidade, o pluri e o multilinguismo são ameaçados e devem ser protegidos e promovidos caso eles sejam reconhecidos como uma riqueza cultural. O reconhecimento da diversidade linguística e cultural também não é automático, porque a proteção e a promoção das minorias requerem por muitas vezes o uso de recursos financeiros altos e geram conflitos.

Consideramos que a questão central é identificar como as sociedades lidam com as diferenças. Como combinar os desejos de

diferenças individuais dos membros de uma sociedade com a necessária coesão social? Na verdade, acreditamos que não é possível criar estabilidade social pelo favorecimento unilateral das exigências minoritárias, nem pela negação deles em prol da homogeneidade social. Em termos de política linguística, a promoção do pluri-multilinguismo, incluindo a língua nacional e as línguas minoritárias, parece garantir a melhor solução.

Durante muito tempo a unidade nacional e os interesses minoritários foram considerados incompatíveis e as línguas minoritárias foram suprimidas a favor do monolingüismo em língua portuguesa. Somente após a Constituição de 1988, o Brasil começa a se comprometer com a diversidade linguística e passa a reconhecer o plurilingüismo nacional. A partir do início do século XXI, identificamos várias ações que reforçam o reconhecimento da diversidade linguística e cultural do nosso país. Como exemplo, citamos: o Decreto 6.040 / 2007 sobre os Povos Tradicionais, o Decreto 7.387 / 2010 sobre a Política de Diversidade Linguística, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil (INDL) e, neste mesmo ano, o último censo nacional de 2020 que lista 305 etnias e 274 línguas. Muito relevante é a política da cooficialização de línguas minoritárias que teve início em 2002 e continua até o presente momento, no reconhecimento de línguas em situação minoritária como línguas cooficiais em diferentes municípios do Brasil. No ano de 2021, já identificamos atualmente 19 línguas (13 línguas indígenas e 6 de imigração) em 41 municípios. Entretanto, ao lado dessas políticas de incentivo à diversidade, muito ainda se identifica, em determinados contextos de línguas em situação de ameaça.

Os estudos que apresentamos nessa coletânea relatam e discutem experiências recentes de contato não somente no Brasil, mas também em termos mundiais.

Todos os trabalhos aqui apresentados foram discutidos no curso de Introdução aos estudos em Sociolinguística de Contato, ministrado de abril a julho de 2020, de forma on-line, para a disciplina de Contato Linguístico do Programa de Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense.

Durante o curso, tratamos de vários tópicos da área do contato de línguas e selecionamos para essa publicação alguns trabalhos que demonstram a complexidade e a abrangência do tema. Estudos que retratam a pluralidade etnolinguística e cultural do Brasil, com o uso de línguas e culturas de imigração, línguas e culturas indígenas e línguas crioulas em contato com línguas da colonização e ainda estudos que tratam da temática do multilinguismo em contextos internacionais.

No grupo de capítulos que tratam do pluri-multilinguismo no Brasil a primeira parte abrange contribuições sobre o uso de línguas e culturas de imigração.

O estudo de *Mario Gaio* relata a situação da emigração italiana para o Brasil no período de meados do século XIX até o período do pós-Segunda Guerra Mundial, quando o País recebeu um elevado número de imigrantes italianos. O relato de Gaio descreve a imigração italiana para o estado de Minas Gerais, focando no período após a abolição da escravatura, em 1888, à base de documentos que registram a triagem desses imigrantes, originários de toda a Itália, cuja população à época era muito diversa cultural e linguisticamente e em sua maioria dialetófonos, feita na cidade de Juiz de Fora. O autor discute a etnicidade em movimento entre os brasileiro-italos de hoje.

Também em análise de um contexto de imigração do século XIX, *Leticia Mazzelli* e *Vitor da Cunha Gomes* apresentam e discutem dados sobre o uso da língua pomerana no Brasil. A investigação aborda dados gerados a partir da aplicação de um questionário sociolinguístico e de observação participante, durante pesquisa exploratória no município plurilíngue de Domingos Martins, localizado no estado do Espírito Santo. Os resultados do estudo indicam que a língua pomerana está presente no município em diferentes âmbitos de uso, como família/casa, no trato com os amigos, na educação/escola, no emprego/trabalho e na religião/igreja, além de também ser utilizada pelos falantes em ambientes digitais. Outro trabalho que aborda a imigração germânica para o Brasil é o de *Odilon Moura e Silva Soares*, que

averigua o *status* atual da variedade linguística do baixo-alemão, o *Plautdietsch*, falado por um grupo étnico-religioso de origem germânica, os menonitas. O estudo de Odilon se ampara no conceito de vitalidade e em critérios sociolinguísticos mensuráveis, que o autor, no estudo, relaciona com fenômenos inerentes ao contato linguístico.

Para discutir duas situações notadamente heterogêneas de contato linguístico, *Mateus de Castro Ramos Fialho* trata em seu estudo do contato o português brasileiro (PB) e os crioulos de base lexical portuguesa. O autor descreve resultados do contato que ocorreu, aproximadamente, na mesma época (dos séculos XVI ao XIX) e teve o mesmo adstrato (o português europeu). Para analisar similitudes e diferenças entre o português brasileiro e as línguas crioulas de base lexical portuguesa, *Mateus* seleciona uma determinada estrutura sintática particular, discutida tanto sincronicamente quanto diacronicamente: as orações relativas encaixadas. Ao comparar ambos os cenários, tanto do ponto de vista interno às línguas (condicionamentos estruturais), quanto do ponto de vista externo (condicionamentos sócio-históricos), ele captura aspectos interessantes tanto da gênese e formação destes sistemas linguísticos, quanto da dinâmica dos processos de contato.

Dando sequência aos estudos de contato no Brasil, o estudo de *Luciana Oliveira Farina* retoma uma abordagem glotopolítica para refletir sobre os fatores que influenciam a vitalidade da língua Guarani Mbya, no município de Maricá, Rio de Janeiro. A autora relaciona as ações do poder político municipal com as decisões das comunidades indígenas para discutir os fatores de manutenção e política linguística com base em um levantamento das mídias locais/nacionais e de importantes documentos como o Inventário da língua Mbya do IPOL, Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) e os censos do IBGE. Ainda pelo viés dos estudos em Política Linguística, *Diogo Mathias Brum* traz em seu trabalho reflexões relevantes para o estudo de políticas de ensino de línguas não-oficiais em escolas de ensino básico no Brasil. O autor apresenta conceitos e bases teóricas que norteiam uma política linguística em

prol da educação bilíngue e discute fatores políticos que influenciam a escolha de quais línguas não-oficiais integrarão nos currículos de educação básica. Ele ressalta a necessidade de se considerar a pluralidade linguística e cultural humana como fundamental para a promoção de políticas de ensino de línguas no Brasil, entendendo a vitalidade, a manutenção e a coexistência das variedades linguísticas em nosso país. As discussões ainda realçam a importância de que sejam considerados diferentes conceitos da linguística para a tomada de decisões políticas educacionais quanto ao ensino de línguas não-oficiais. Por fim, ainda dando sequência à discussão de línguas estrangeiras no Brasil, o estudo de *Rosana da Silva* apresenta uma breve reflexão sobre os estrangeirismos usados no PB que têm origem no contato entre esta língua e a língua inglesa. Como base teórica, a autora acolhe as pesquisas sobre o fenômeno do estrangeirismo e o aporte dos estudos sobre contato linguístico. Para discutir o olhar sobre a globalização da língua inglesa no mundo, Rosana ilustra o atual panorama dessa língua e delimita a discussão na análise da legendagem em PB de três episódios da primeira temporada da série norte-americana *Modern Family*, apresentada no canal de *streaming* Netflix. Suas conclusões apontam que os estrangeirismos originados da língua inglesa na tradução de legendagens nos episódios da série da plataforma analisada estão mais presentes, dentre outras, nas áreas de internet, alimentação, compras, esportes e mídia.

Uma outra perspectiva que abordamos nesse livro é o estudo histórico de *Viviane Lourenço Teixeira*, que trata do contato linguístico estabelecido na Península Ibérica, durante a expansão do Império Romano, que tinha como língua franca o latim. A autora demonstra como o latim contribuiu de forma significativa para a origem das outras línguas que hoje denominamos românicas, com base na análise de ações de estratos linguísticos que ocorreram em um período de plurilinguismo, o que resulta na manutenção da língua latina durante vários séculos. A autora ainda aborda, de forma sucinta, os processos de *Abstandsprache* e *Ausbausprache* (Kloss 1967), para defender a tese de o latim ter sido elevado à categoria de língua

pluricêntrica, visto que apresenta diversos centros linguísticos com variedades diferentes.

Além da perspectiva histórica relatada no contato estabelecido na Península Ibérica, o último bloco do livro trata de contatos mais recentes, frutos de situações de pluri e multilíngues fora do Brasil: China, Estados Unidos, Marrocos, Malaca e África do Sul. Iniciamos esse bloco com o trabalho de *Ana Cristina Balestro* que discute o percurso do estabelecimento de uma língua oficial única na China, um país declaradamente multilíngue e multicultural. Com base em conceitos de Política Linguística e nas discussões tecidas durante o curso de Contato Linguístico, a autora desenvolve uma pesquisa qualitativa bibliográfica, para demonstrar como o *putonghua* se estabeleceu como única língua oficial da República Popular da China. Dando continuidade aos estudos que tratam de políticas linguísticas para situações de contato, *Nina Rioult* analisa o movimento de revitalização da língua francesa na Luisiana, nos Estados Unidos. Apesar da Luisiana ter uma forte herança francófona, o francês luisianense, melhor conhecido como francês cajun, é considerado uma língua ameaçada, já que os falantes adotaram progressivamente o inglês. A autora nos apresenta algumas medidas que foram tomadas na década de 60 do século passado para reverter a mudança de língua e traz também algumas discussões para entender as questões sociolinguísticas do passado e do presente na Luisiana, a fim de analisar em que medida o movimento de revitalização foi bem-sucedido e de estabelecer o grau de ameaça do francês luisianense. Atualmente, o resultado do movimento da “luisianificação” é que os falantes favorecem o Francês Cajun (Cajun French) ao francês padrão que não tem uma base na comunidade linguística, mas também ao Luisiana Crioulo que parece estigmatizado. Ainda na perspectiva francófona, o estudo de *Millena Rocha de Sena* aborda como contato linguístico resulta em situações de diglossia no Marrocos. A autora analisa o *status* linguístico do berbere e do francês no país e o consolida através do ensino escolar e da contemplação das línguas nos meios midiáticos. Além disso,

Millena averigua também o papel da francofonia na difusão e na manutenção da língua francesa no local e indica como o berbere é minorizado, apesar de ser um patrimônio marroquino, diante do francês, língua que traz todo o peso colonial, diante da arabização, na tentativa de recuperação de uma identidade nacional. Já no estudo de *Juan Rodrigues da Cruz*, somos levados a refletir sobre a situação da língua *kristang* na Malásia. O autor apresenta a história recente da Malásia e da região de Malaca, considerada aquela onde há maior ocorrência dessa língua na contemporaneidade. Juan discute fenômenos de vitalidade e manutenção, a partir de funções de uso, documentos legislativos oficiais do governo malaio, em dados de órgãos internacionalmente conhecidos como a UNESCO (2010) e na plataforma online Ethnologue (2020). Finalmente, o artigo de *Anderson Lucas da Silva Macedo* mostra como língua e identidade social estão intimamente relacionadas. Com base em um estudo sobre a relação entre a língua Afrikaans e a identidade social na África do Sul, realizado de forma on-line, com estudantes universitários da Cidade do Cabo, Lucas aponta que os usuários escolhem como se mostrarão aos outros na sociedade através das escolhas linguísticas que fazem. O autor traz reflexões sobre o uso da língua em lugar onde o Afrikaans foi originado, por uma geração apontada pelo autor como sendo a pós-Apartheid. Mas a situação multilingue na pós-Apartheid África do Sul ainda está complicada: no estudo de Lucas, os falantes do “Coloured Afrikaans” (como L1) são as pessoas “Coloureds” que – tanto na dimensão étnica quanto na dimensão linguística – não pertencem à maioria preta (falando Inglês), nem à minoria branca (falando “White Afrikaans”).

Após essa breve apresentação dos capítulos que compõem o livro, convidamos todos a sua leitura, que com certeza traz algumas ilustrações e considerações valiosas da complexa temática do Contato Linguístico.

Esperamos que os trabalhos aqui descritos possam induzir a novas investigações e possam assim servir como referência para

novas pesquisas e estudos, com o intuito de desenvolver novas abordagens no estudo de Sociolinguística de contato.

Mônica Savedra
Peter Rosenberg

1. O CONTATO LINGUÍSTICO NO BRASIL

BRASILEIRÍTALOS EM JUIZ DE FORA: ETNICIDADE EM MOVIMENTO MANIFESTADA EM UMA COMUNIDADE DE PRÁTICA

*BRAZILIANITALICS IN JUIZ DE FORA: ETHNICITY IN MOTION
EXPRESSED THROUGH A COMMUNITY OF PRACTICE*

Mario Gaio

Resumo

Desde meados do século XIX até o período pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil recebeu um elevado número de imigrantes italianos, movidos pela esperança de uma vida melhor. Através de um acordo entre os governos mineiro e italiano, o estado de Minas Gerais foi destino de muitos deles, principalmente após a abolição da escravatura, em 1888. A triagem desses imigrantes era feita na cidade de Juiz de Fora, que se ligava ao Rio de Janeiro pela estrada União-Indústria, a primeira estrada pavimentada da América Latina. Esses italianos eram originários de toda a Itália, cuja população era muito diversa cultural e linguisticamente. Eram, em sua maioria, dialetófonos. Muitos desses imigrantes ocuparam áreas urbanas, onde houve intenso contato entre as suas diversas variedades e o português brasileiro (PB), o que levou os imigrantes a priorizar a apropriação da variedade da língua majoritária (PB) com consequente não transmissão da língua de origem às gerações seguintes. O sentimento de italianidade permanece entre os descendentes (GAIO, 2013; 2018), e vem se transformando ao longo das gerações. A italianidade vem sendo mantida, sobretudo por Comunidades de Prática de descendentes de imigrantes. Nosso referencial teórico e metodológico se baseia nos estudos de Redes Sociais (MILROY & MILROY, 1985; MILROY, 2003; BORTONI-RICARDO, 2011) e Comunidades de Prática (WENGER, 2006 [1998]; ECKERT, 2000). Este trabalho é extensão de uma parte da tese de doutoramento do autor. A investigação busca compreender a Etnicidade em Movimento entre os brasileiroitalos (GAIO, 2018) de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Etnicidade em Movimento. Comunidades de Prática. Migração italiana no Brasil. Brasileirítalos.

Abstract

From the mid-19th century until the post-second world war period Brazil received a high number of Italian immigrants, driven by the hope of a better life. Through an agreement with the Italian government, the state of Minas Gerais was the destination of many of them mainly after the abolition of slavery in 1888. These immigrants were screened ~~selected~~ in the city of Juiz de Fora, which was connected to Rio de Janeiro by the Union-Industry road, the first paved road in Latin America. These Italians were from all over Italy whose population was culturally and linguistically very diverse. They were mostly dialectophone. Many of these immigrants occupied urban areas, where there was intense contact between their diverse varieties and Brazilian Portuguese (BP). Hence, the immigrants prioritized the appropriation of the variety of the majority language (BP), and, afterwards, gave up to transmit the language of origin to the subsequent generations. The feeling of Italianity, however, remains among the descendants (GAIO, 2013; 2018), and has been transformed over the generations. Italianity has been maintained, especially by Communities of Practice of descendants of immigrants. Our theoretical and methodological reference is based on the studies of Social Networks (MILROY & MILROY, 1985; MILROY, 2003; BORTONI-RICARDO, 2011) and Communities of Practice (WENGER, 2006 [1998]; ECKERT, 2000). This work is an extension of part of the author's PhD thesis. The research seeks to understand the ethnicity in motion among *Brasileirítalos* (or *Brazilianitalics*, in its English suggested version (GAIO, 2018)) from Juiz de Fora, state of Minas Gerais.

Keywords: Ethnicity in Motion. Communities of Practice. Italian immigration in Brazil. Brazilianitalics.

Introdução

A população brasileira, atualmente com cerca de 210 milhões de habitantes, é composta por diversas etnias provenientes de diversas partes do mundo, além daquelas autóctones¹. Na segunda metade do século XIX, o fluxo migratório para o país aumentou consideravelmente e um acordo entre os governos da Itália e do estado de Minas Gerais promoveu a chegada de grande contingente de italianos em direção a esse estado brasileiro. O município de Juiz de Fora era um dos centros de recepção deles. A cidade, localizada quase na divisa com o estado do Rio de Janeiro, já se destacava como polo industrial e ali foi instalada a Hospedaria Horta Barbosa² para a triagem desses imigrantes. Embora o objetivo primeiro do governo do estado fosse suprir as fazendas de café com mão de obra imigrante, muitos desses italianos acabaram por se estabelecer em área urbana, o que gerou incômodo nas relações entre os dois governos (GAIO, 2013).

O Brasil é um país plurilíngue e pluricultural, rico e diverso etnicamente, onde coexistem línguas autóctones, alóctones, línguas de contato com fronteiras hispanófonas, francófonas (Guiana Francesa) e anglófonas (Guiana).³ Sua população é composta por elementos étnicos de quase todas as partes do mundo. A sociedade brasileira é multiétnica em movimento (GAIO; SAVEDRA, 2013). Aqui, discutimos os processos de transculturalidade, como definida por Welsch (1999), característicos de sociedades como a brasileira. A transculturalidade, numa macrovisão, é "uma consequência da *distinção interna e da complexidade das culturas modernas*"⁴; culturas que se interpenetram ou emergem umas das

¹ Por línguas autóctones entende-se as línguas naturais do território brasileiro, como as diversas línguas indígenas ainda faladas.

² Cf. Gaio, 2013; Gaio; Savedra, 2013

³ Há também a fronteira com o Suriname, mas trata-se de região praticamente inabitada.

⁴ Tradução nossa. Original: „Transculturality is (...) a consequence of the *inner differentiation and complexity of modern cultures*“.

outras (WELSCH, 1999). No nível do indivíduo, ou em uma microvisão, a transculturalidade está ganhando terreno porque a sua formação cultural vem sendo cada vez mais influenciada por múltiplas conexões culturais. "Somos híbridos culturais"⁵, como afirma o mesmo autor, e a população brasileira é um bom exemplo. Acreditamos que a etnicidade híbrida, que permeia a assimilação cultural dos imigrantes com os costumes brasileiros, e a valorização do legado cultural dos povos que construíram o Brasil atual sejam os próprios processos de transculturalidade que constituem o ser brasileiro e sejam merecedores de estudos mais aprofundados. Assim, questionamos: Qual a relação entre a língua e o legado (trans)cultural transmitido pelos imigrantes? O que veio? Do que veio, o que permaneceu e o que se perdeu? O que se misturou e com o que se misturou? Como ficou? Em que medida esse legado (trans)cultural pode ser identificado em marcas linguísticas e culturais nas gerações posteriores à imigração? Como se manifestam os processos de sincretismo cultural (CANEVACCI, 2004) em núcleos de descendentes de italianos?

Esclareçamos brevemente uma questão terminológica. Nesse trabalho, preferimos e usamos deliberadamente o termo 'sincretismo' para nos referir à miscigenação étnica e cultural brasileira em lugar de 'hibridismo'. A nosso ver, hibridismo carrega a ideia de impureza e não queremos que essa ideia seja sequer cogitada. Há quem o defenda (ANG, 2001) e há quem o critique (FRIEDMAN, 1999). Leituras como as de Canevacci (2004) nos têm levado a preferir 'sincretismo' para expressar a mistura étnica e cultural. Embora seja um termo tradicionalmente ligado à mistura e às interferências entre religiões, podemos estendê-lo e falar em 'sincretismo cultural' para nos referirmos à configuração da população brasileira atual, motivada pelas diásporas, pela etnicidade em movimento, pela transculturalidade.

Neste trabalho, vamos nos ater à importância das '*Casa d'Italia*', com ênfase na de Juiz de Fora, um marco cultural e

⁵ Tradução nossa: Original: „We are cultural hybrids“.

arquitetônico na história da cidade e referência regional para a memória da imigração italiana.

Este artigo mostra evidências que endossam a importância das Comunidades de Prática (CP) (WENGER, 2006 [1998]; ECKERT, 2000) na transmissão e na manutenção linguístico-cultural em Juiz de Fora. A Comunidade de Prática, como entendida por nós, pode ser associada a Redes Sociais tais como definidas por Milroy & Milroy (1985) e Milroy (2003) e também explorada por Bortoni-Ricardo (2011). É nossa opção usar a terminologia CP pela característica particular dessa última. Acreditamos que toda CP seja uma Rede Social, mas nem toda Rede Social é uma CP. Assim, tomando como ponto de partida as ações que foram tomadas em prol da *Casa d'Italia* de Juiz de Fora, vamos analisar e aprofundar o que propusemos a respeito das cinco fases que compõem uma Comunidade de Prática e da sexta fase, a de latência (GAIO, 2018). Para isso, resumimos o que vem a ser epistemologicamente uma Comunidade de Prática.

Comunidades de Prática

A expressão Comunidade de Prática surgiu em 1991 com os estudos de Jean Lave e Etienne Wenger. Posteriormente, em 1998, Wenger o trouxe para as organizações sociais e, em 2000, Penelope Eckert o levou para a sociolinguística. Uma CP é um conjunto de pessoas que se juntam em grupo em torno de um empreendimento comum e se apoia em três pilares básicos: empenho (ou comprometimento) recíproco, objetivo comum e repertório comum (WENGER, 2006 [1998], p. 87). Difere de uma rede social pela necessária existência de uma prática comum. Essa definição é fundamental para compreendermos o que se passou – e ainda se passa – com tudo o que envolve a *Casa d'Italia* de Juiz de Fora.

Uma CP não é somente um conjunto de pessoas definido por algumas características comuns. Por isso deve haver um compromisso recíproco entre os membros. Uma CP não é definida simplesmente por quem conhece quem, ou por quem fala com quem numa rede de relações interpessoais através das

quais correm as informações. Essa é uma prerrogativa das redes sociais, mas não basta para que haja uma CP (GAIO, 2018, p. 188).

Uma CP nunca é perene pela sua própria natureza. Scaratti (2006, p. XXVIII) propõe cinco fases de vida de uma CP⁶:

- *Potential*: as pessoas compartilham situações semelhantes, mas não usufruem dos benefícios da divisão de práticas. As atividades típicas nessa fase são buscar e encontrar outras pessoas nas mesmas condições e encontrar o que é comum a todos;

- *Coalescing*: os membros começam a reconhecer seus potenciais. As atividades típicas dessa fase são a exploração das possíveis conexões, a definição do empreendimento comum e a negociação;

- *Active*: os membros se empenham no desenvolvimento de práticas. As atividades típicas são as atividades comuns, a criação de artefatos, ferramentas, a adaptação a novas circunstâncias e a predisposição ao relacionamento;

- *Dispersed*: os membros já não se encontram tão fortemente engajados, mas a comunidade ainda está 'viva'. As atividades típicas são a manutenção dos contatos, reuniões, os pedidos de aconselhamento;

- *Memorable*: A comunidade já não é parte central da vida dos membros, mas se lembram dela como parte importante de suas próprias identidades.

Em 2018, identificamos que, a depender do caso e da situação, possa haver uma sexta fase: a *Latency* (Latência). Foi o que emergiu de nossas observações coletadas sobre os processos que envolveram a construção e a manutenção da *Casa d'Italia* de Juiz de Fora. Nesse caso específico, não se trata da CP formada pelos mesmos membros, uma vez que essa comunidade se manifestou mais de uma vez ao longo dos anos. Trata-se de um propósito comum, uma motivação transmitida entre gerações.

⁶ A fonte das descrições de cada uma das fases é Gaio (2018, p. 293), em tradução livre.

Identidade

Para tratar de etnicidade em movimento, de legado cultural e de migração, é preciso falar sobre identidade. É uma questão que não se punha num passado pouco distante, na era pré-moderna e pré-mobilidade (BAUMAN, 2005, p. 29), pois era comum nascer, crescer e morrer dentro da mesma comunidade. Assim, a identidade estava ligada intrinsecamente aos costumes da comunidade da qual se fazia parte. Hoje essa questão vem à tona porque a mobilidade dos indivíduos mostra que a identidade não é algo fixo. Por isso, Joanna Pfaff-Czernecka (2011) propôs o termo *belonging* para ressaltar a dinâmica e a heterogeneidade dos sentimentos de pertencimento com grupos sociais variados⁷. Por outro lado, o termo da *identidade* não me parece desnecessário, porque a dinâmica e a heterogeneidade do pertencimento reclamam uma integração em uma identidade através de tempo e espaço e papéis sociais. Esse processo é um eterno moldar-se e é cercado de conflitos. Identificar-se com um grupo, ou com uma comunidade, é uma necessidade de segurança e conforto e cria a expectativa de que haja solidariedade entre os membros (BAUMAN, 2005).

O migrante vivencia pessoalmente a mutabilidade da própria identidade, de acordo com as provas pelas quais passa ao longo da vida. Deixar sua sociedade de origem para viver em outro ambiente social, com outro *modus vivendi*, transforma a própria visão da relação entre ‘nós’ e ‘os outros’. Imigrantes italianos que se deslocaram para Juiz de Fora não se identificavam como ‘iguais’, havia diferenças linguísticas e culturais muito importantes (BERTONHA, 1998; GAIO, 2013), enfatizadas pela célebre frase de

⁷ Conforme Pfaff-Czernecka (2013), *belonging* depende de três fatores: similitude (*commonalities*), reciprocidade (*reciprocity*) assim como ligação e vínculo (*attachment*). Em parte, se assemelham aos três pilares básicos da CP (segundo WENGER, 2006 [1998]): *empenho* (ou *comprometimento*) *recíproco*, *objetivo comum* e *repertório comum*. O *attachment* é material ou imaterial e pode ser associado à ligação da comunidade por fatores ecolinguísticos que podem explicar o estado de latência, como *naturafatos*, *artefatos*, *mentefatos* e *sociofatos* (Cf. Couto, 2016).

Massimo d'Azeglio⁸ ainda na época da Unificação Italiana:⁹ "fizemos a Itália, agora é preciso fazer os italianos". Nesse caso, apesar da origem nacional comum (mesmo passaporte, no fim das contas), os grupos eram divididos pelas origens dialetófonas regionais, o que enfraquecia o sentimento de 'identidade nacional'. Porém, características comuns a vários membros de uma comunidade podem criar laços afetivos e identitários, o que, no nosso caso, podem vir a criar CP espontaneamente, cujo mote de pertencimento seja a ascendência italiana e a busca pelo resgate dessa cultura já entranhada nos costumes locais.

Embora a língua dos imigrantes tenha desaparecido na região, motivada sobretudo pela não transmissão intergeracional e por fatores inerentes à migração do tipo urbana, há indícios de núcleos ligados pela ascendência comum, sobretudo entre os calabreses.

Certamente a língua é um forte elemento de referência identitária, mas não é imprescindível para a manifestação da própria identidade. Jungbluth (2007) nos mostra que do ponto de vista de quem não migra o contato com imigrantes revela que um grupo social tem diversas maneiras de manifestar a sua identidade e os membros desse grupo social devem perceber que esse sentimento de identificação com o seu próprio grupo se manifesta de diversos modos, dos quais somente um deles é a língua.

Origem da instituição *Casa d'Italia*

Com a ascensão do fascismo, Mussolini pretendeu unificar os italianos, dando sentido nacionalista à cidadania italiana. Nessa conjuntura, nos anos 30 do século XX, surgem as *Casa d'Italia*. Sua função era abrigar as diversas associações de italianos das suas cidades. Foram concebidas para unir os italianos, desenvolver sentimento de italianidade. Basicamente, uma *Casa d'Italia* abrigava o consulado, o *Fascio*, a *Società Dante Alighieri*, uma escola, uma

⁸ Importante político e escritor italiano.

⁹ A Unificação Italiana, também chamada de *Risorgimento*, aconteceu em 1861.

Società de Beneficenza e a *Opera Nazionale Dopolavoro*¹⁰, fundamental para a divulgação das ideias fascistas entre os trabalhadores.

No Brasil, as associações de italianos se destacaram pela quantidade e pela característica regional, manifestada através de seus nomes: *Legha Lombarda*, *Meridionali Uniti*, *Trinacria*, *Campania*, *Veneta San Marco etc.* Trento (1989, *apud* BERTONHA, 1998, p. 142) destaca também os diversos problemas que tais associações apresentavam, tais como a dificuldade de trabalho em conjunto, a rivalidade profunda e a baixa adesão. As *Casa d'Italia*, abrigando as diversas associações, teriam um papel centralizador, meio paternalista, assim como se propunha ser o governo fascista, com a intenção de enaltecer a suposta 'etnia' italiana, o sentimento patriótico italiano. A tentativa de resgate da italianidade por parte do governo de Mussolini colheu alguns frutos e há várias *Casa d'Italia* no Brasil. Aqui, como já dito, delimitamo-nos àquela de Juiz de Fora.

Figura 1 - Fachada da Casa d'Italia de Juiz de Fora



Fonte: acervo pessoal.

A instalação da *Casa d'Italia* de Juiz de Fora contou com grande envolvimento de muitos italianos, que se juntaram para adquirir o terreno onde pudessem edificá-la. Posteriormente, fizeram doações,

¹⁰ Entidade que planejava e coordenava atividade de lazer para os trabalhadores.

dentro da possibilidade de cada um, para que o prédio fosse construído. O governo italiano, grande incentivador, colaborou financeiramente com apenas 10% do valor necessário. A *Casa* funcionou durante poucos anos, mas foram certamente muito importantes do ponto de vista cultural. Colhemos relatos documentados de italianos que frequentaram a escola italiana mantida na época. Percebe-se o tom nacionalista e patriótico do governo.

"Eles [os professores] despertavam na criança um amor pela Itália muito grande, maior do que o amor pelo Brasil. Os professores que vinham de lá já vinham preparados para isso, e então (...) na hora de cantar um hino, por exemplo italiano, você cantava com muito mais satisfação do que o hino brasileiro. Isto é errado, depois com o tempo é que vi que estava errado – nós somos brasileiros e não temos intenção nenhuma de voltar para a Itália, absolutamente" (Processo de tombamento da *Casa d'Italia*, p. 10)

Na sua estrutura original, a *Casa d'Italia* de Juiz de Fora foi certamente marcante para os italianos e descendentes que optaram por usufruir de suas instalações, como atesta Dante Zanzoni em depoimento constante no Processo de Tombamento da *Casa d'Italia*:

"Era uma segunda casa. Você trabalhava de dia e de noite ia pra lá, (...) inclusive aos domingos que havia uma sessão cinematográfica. Por causa da guerra fecharam a *Casa d'Italia* e para nós, filhos e descendentes de italianos houve esse hiato, uma coisa tremenda. Não houve mais aquele conagraçamento, não havia como se reunir" (Processo de tombamento da *Casa d'Italia*, p. 13)

Os relatos, porém, indicam pormenores que apontam para a etnicidade em movimento através de um já aflorado sentimento de brasilidade mesclado com a valorização do legado cultural dos antepassados italianos. O primeiro deles, a evidência de que a língua, fosse qual fosse, não era transmitida no núcleo familiar, como, aliás, já havia detectado Gaio (2013). Os depoimentos enfatizam o aprendizado do italiano na escola e não fazem nem mesmo menção a dialetos. Diferentemente dos modelos de escolas internacionais de hoje, o governo italiano pretendia que as escolas fossem italianas, como se observa a partir dos depoimentos

colhidos em documento anexado ao Processo de Tombamento do prédio da *Casa d'Italia*:

... Na idade de 9, 10... anos você aprende com muita facilidade tudo o que ensinam (...) **e eu aprendi a falar italiano.** (Dante Zanzoni)
eu estudava numa escola (italiana, Umberto I) de Juiz de Fora e **aprendi o italiano** porque os **meus pais tinham interesse...** (Tisio Arcuri)
... Além da parte cultural de **ensinar os (sic) filhos a língua** e as canções italianas... (idem)
eles tinham (...) a oportunidade de **convivência nos moldes da Itália** (idem)
(todos os grifos são nossos)

A *Casa d'Italia* de Juiz de Fora funcionou de 1939 até 1942, quando o Brasil entrou na 2ª Guerra Mundial. Foi, então, tomada pelo governo brasileiro e passou a abrigar o Círculo Militar. Foram apenas três anos de funcionamento, mas certamente muito intensos e profícuos (FERENZINI, 2008). Em 1955, o governo brasileiro devolve a *Casa* ao governo italiano. Houve então uma tentativa de retomada dos ideais de centro cultural e de conagração de italianos, mas já sem intenção nacionalista. Buscava-se um centro com marcas italianas, que pudesse reunir os italianos e fosse voltado à cultura. A década de 60 foi marcante e a *Casa d'Italia* permaneceu como importante centro cultural até meados dos anos 70, quando entrou em decadência. Já nos anos 80, suspeitou-se de que havia tratativas para venda do prédio e alguns italianos e descendentes, além de outras pessoas ligadas à cultura da cidade, se mobilizaram para buscar seu tombamento como patrimônio cultural municipal.¹¹ A movimentação deu certo e o prédio foi tombado em 1985.

Momentos históricos diferentes, Comunidades de Prática semelhantes

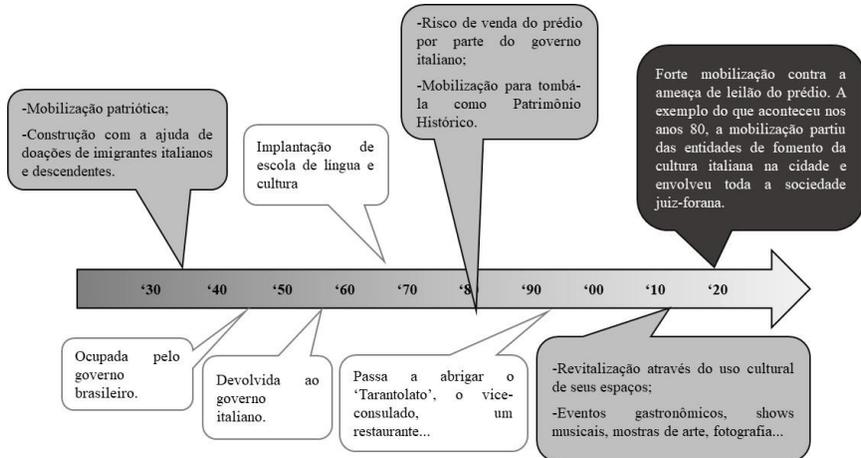
O que se depreende em relação à história da *Casa d'Italia* de Juiz de Fora é que independentemente das ideias fascistas, muitos

¹¹ Jornal "Tribuna de Minas", edição de 03/05/1984.

italianos se reuniram em torno dela, seja na época em que servia aos propósitos de Mussolini ou na retomada após a guerra, ou ainda no aparente desinteresse do governo italiano em manter o funcionamento das suas instalações. E essa movimentação se repetiu em 2020, com a proposta de leilão da edificação e terreno do governo italiano, por meio de seu Consulado Geral de Belo Horizonte.

A Figura 2 ilustra uma linha do tempo com os acontecimentos mais relevantes da História da *Casa d'Italia* de Juiz de Fora no que diz respeito às mobilizações em torno da italianidade.

Figura 2 - Eventos relevantes acontecidos ao longo do tempo com a Casa d'Italia



A primeira grande mobilização, como já vimos, ocorreu nos anos 30 e o propósito era a própria construção do prédio. Italianos e descendentes adeptos das ideias de Mussolini se encantaram com o projeto e conseguiram, através de doações da comunidade italiana, adquirir e construir a Casa, que funcionou bastante bem, ou pelo menos cumprindo os seus objetivos de acordo com o previsto. Porém, por causa da Segunda Grande Guerra, o prédio foi tomado pelo governo brasileiro em 1942. Passado o terrível conflito bélico, a edificação foi devolvida ao governo italiano em 1955. Em meados dos anos 60, instala-se em suas dependências a Associação de Língua

e Cultura Italiana. Nesse período, o prédio abriga diversos eventos, sendo uma das referências culturais da cidade. Nos anos 70, a *Casa d'Italia* entra em decadência, culminando com a ameaça de venda por parte do governo italiano. Segue-se então a segunda mobilização dos italianos e descendentes da cidade, desta vez, porém, contando com o apoio de outros setores da sociedade em virtude da importância do prédio para o município. A mobilização foi bem sucedida e o prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Cultural de Juiz de Fora. Nos anos 90 surge a Associação Cultural *San Francesco di Paola*, que tem a função de administrar a *Casa d'Italia*. O Vice-consulado volta a funcionar também.

No decorrer da década de 90 do século XX, a Casa passa a abrigar o Grupo de Dança Folclórica Tarantolato e um restaurante especializado em cozinha italiana. Na década de 10 do século XXI, os administradores têm investido na revitalização de seus espaços culturais, promovendo eventos de diversos tipos. Por fim, bem recentemente, a terceira grande mobilização. A chamada "comunidade italiana de Juiz de Fora", e não só, se movimentou mais uma vez na defesa de seu patrimônio cultural mais importante, quando o governo italiano mais uma vez tentou colocar à venda o prédio da *Casa d'Italia*. Dessa vez, com o suporte das mídias sociais, o alcance da resposta dos brasileiros de Juiz de Fora foi bem maior. A revolta chegou rapidamente ao *Ministero degli Affari Esteri*¹² e o leilão foi suspenso¹³. São momentos históricos durante os quais houve formação de CP, todas de alguma forma bem sucedidas, e que demonstram que essas CP, quando o propósito é importante, permanecem à espreita, para agir no momento necessário. É o que chamamos de estado de Latência (*Latency*), fase intermediária entre a "*Memorable*" e a "*Potential*".

¹² Ministério da Relações Exteriores da Itália

¹³ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/13/interna_gerais,1194250/leilao-da-casa-d-italia-em-juiz-de-fora-e-suspenso-apos-protestos.shtml (última visita em 28/01/2021)

A partir desses dados, vamos identificar como esse estado de latência, essa espécie de hibernação, desperta. Percebe-se claramente que, no caso discutido neste trabalho, o estado de latência depende de um elemento cultural comum e muito representativo para uma determinada comunidade ou sociedade.

Recorremos aos estudos da Linguística Ecológica, no Brasil capitaneados pelo professor Hildo Honório do Couto, para distinguir alguns elementos culturais transmitidos através das gerações, independentes da língua. É importante que fique claro: "o primeiro de todos os ingredientes da cultura é a língua" (COUTO, 2016, p. 66), mas existem também os fatos, classificados em¹⁴:

- **Naturofatos** – tudo aquilo que é da natureza e simboliza de alguma forma um povo, tal como o Monte Fuji para o Japão ou o Pão de Açúcar para o Rio de Janeiro;

- **Artefatos** – Todos os objetos construídos pela mão humana e que têm direta relação com um povo ou um grupo. Construções famosas como o Cristo Redentor no Rio de Janeiro ou a Torre Eiffel em Paris remetem ao Brasil e à França, mas podem remeter também às cidades do Rio e de Paris. São símbolos conhecidos. Artefatos podem ser ligados a culturas mais específicas, como o berimbau no Brasil;

- **Mentefatos** – São as crenças e o simbolismo presente em certas atividades, que associam práticas à cultura. São de caráter psíquico, intelectual e emocional. Englobam tudo aquilo que tem relação com a cognição, a percepção, a sensação, a imaginação, a memória, a emoção, a excitação, a depressão;

- **Sociofatos** – São as regras culturais ou comportamentais típicas de determinados grupos e sociedades.

A *Casa d'Italia* de Juiz de Fora é um artefato característico da cidade que tem relação direta com os imigrantes italianos e seu legado. E esse artefato, bem visível, arquitetonicamente marcante e "vivo" por meio das atividades culturais que ali se manifestam remete a memórias – mentefatos – importantes para a coletividade

¹⁴ Adaptação das descrições de Gaio (2018, p.182-183), baseada na divisão proposta por Couto (2016)

de descendentes de imigrantes. Como elemento arquitetônico e como centro irradiador de cultura, sua importância vai além da coletividade italiana, é parte da sociedade juiz-forana.

Esse tipo de conhecimento cultural não morre e, transmitido entre gerações, mantém o estado de latência das Comunidades de Prática. Qualquer ameaça a esse artefato representa uma ameaça a todo um legado cultural, o que desperta nos envolvidos um instinto para a defesa de algo que não é propriedade da coletividade, mas representa um bem cultural de valor inestimável. Assim, não importa muito o tempo cronológico, mas o valor cultural daquele artefato, independentemente da geração. Esse instinto de defesa se transforma em ações que, estimulando a fase *Potential*, recuperam o ciclo de vida da Comunidade de Prática.

Como o estado de latência não significa morte, mas um estado de incubação ou de hibernação, é necessário que haja algo vivo durante essa fase. No caso descrito neste trabalho, evidencia-se a importância que tiveram, no momento atual, com a ameaça de leilão do prédio da *Casa d'Italia*, a instituição "Cultura Italiana", curso de língua italiana mais conhecido da cidade, e o grupo de dança Tarantolato. É preciso citar também a Associação Cultural *San Francesco di Paola*, administradora da *Casa*.

A Associação de Cultura Ítalo-brasileira é um curso privado de língua e cultura italiana e é mais conhecido pelo nome de 'Cultura Italiana'. Funciona ininterruptamente há mais de 60 anos, e conseguiu superar a pior fase da *Casa*, nos anos 70. Usam as mesmas dependências da escola *Umberto I*¹⁵, da época do fascismo.

A Associação Cultural Grupo de Dança Folclórica Italiana Tarantolato, conhecida como Grupo de Dança Tarantolato, ou simplesmente Tarantolato, nasceu no ano 2000, por iniciativa de uma professora da 'Cultura Italiana'. Segundo a própria idealizadora, era uma vontade antiga que pôde se concretizar a partir de um convite de um órgão da Prefeitura. O grupo é amador,

¹⁵ Escola italiana regular que funcionava nas dependências da *Casa d'Italia* para os filhos de italianos da cidade.

mas a organização tem nível profissional. Já se apresentaram inúmeras vezes em diversos eventos em todo o Brasil. Estão constantemente renovando figurinos, coreografias e buscando novas danças. É um grupo muito dinâmico. Os componentes pertencem a faixas etárias variadas e equilibradas, e há sempre interessados em tomar parte do grupo, o que garante a renovação quando necessária. Seus trabalhos já foram aceitos em eventos internacionais, embora não tenham conseguido participar por falta de patrocínio. Através do grupo, alguns membros se interessam em aprender italiano, mas o foco principal é a dança. O objetivo do grupo, quando da sua criação, era a divulgação da cultura italiana através da dança¹⁶.

Esse tipo de movimento de manutenção cultural não é raro entre descendentes de etnias que compõem a população brasileira e danças típicas, quase sempre folclóricas, ajudam a manter os laços com os ancestrais. Zinkhahn-Rhobodes (2012) nos mostra situação semelhante em Blumenau-SC. Os grupos de dança formados por descendentes de alemães funcionam como mantenedores de cultura e seus membros os consideram importantes para o seu sentimento de germanidade.

Como se nota, ao longo do tempo, tem havido mobilização de italianos e descendentes em torno da *Casa d'Italia* de Juiz de Fora. Notamos claramente quatro momentos importantes, nos anos 30 e 80 do século XX, 10 e 20 do século XXI, nos quais houve a formação de CP. Devemos também levar em conta que não há mais o mesmo tipo de imigração da Itália para o Brasil, que era motivado por dificuldades financeiras advindas de crises econômicas e situações de pós-guerra.

De todo modo, a partir da observação do seu atual funcionamento, identificamos núcleos potencialmente importantes para a manutenção e a divulgação de língua e cultura italianas na cidade e que são gatilho e suporte para a defesa do patrimônio cultural italiano da cidade. A Cultura Italiana e o Grupo de Dança

¹⁶ Cf. Gaio (2018) para mais detalhes sobre o Tarantolato.

Tarantolato são as células vivas que mantêm uma CP em latência, sempre à espreita, quando surge alguma ameaça ao seu artefato símbolo, a *Casa d'Italia*. A Latência, ou esse Estado de Latência, é testemunha de um sentimento de pertencimento étnico (*belonging*). A identificação coletiva percebida (como mantenedores da cultura italiana), o reconhecimento recíproco (como membros das associações italianas) e os vínculos materiais ou imateriais atribuídos à comunidade italiana criam este sentimento de pertencimento a partir do qual o Estado de Latência desperta quando as raízes dessa etnicidade estejam em risco. Essas ligações culturais são mantidas pelas CP, que representam um sentimento brasileiro-italiano.

Considerações finais

Neste trabalho, pudemos verificar alguns pontos importantes, quais sejam a identificação de núcleos de onde partem as formações de CP cuja razão de existir está relacionada à italianidade. Como foi observado, tanto no passado mais longínquo como no mais recente, a dispersa comunidade italiana de Juiz de Fora (GAIO, 2018) se mobilizou em CP, quando achou necessário, motivada pela relação direta com as origens italianas dos membros, numa demonstração de que talvez essa coletividade de italianos não seja tão dispersa quanto possa parecer. No percurso histórico apontado, percebemos que a representação simbólica do prédio da *Casa d'Italia* para a cidade foi provavelmente determinante para que as novas iniciativas de divulgação cultural tivessem força e pudessem ser retomadas.

Na nova formação da *Casa d'Italia* de Juiz de Fora, a 'Cultura Italiana' permanece sendo a principal referência da cidade no ensino de língua italiana. Ao lado do grupo Tarantolato, mantém tradições culturais e as transmite às novas gerações. Essa última pratica vivamente a cultura da dança folclórica de um tempo, mas sempre renovada por participantes jovens, o que garante a sua manutenção ao longo do tempo. São brasileiros, não necessariamente descendentes

de italianos, absorvendo e transmitindo cultura italiana, que compõe a formação do povo brasileiro.

Seguindo a cronologia das manifestações da CP em torno da *Casa d'Italia*, nota-se que, entre os quatro grandes movimentos de sua revitalização, os dois últimos já contavam com muito mais descendentes do que com italianos imigrados. Isso ressalta as gerações transculturais que se seguem à imigração, basicamente formada por brasileirítalos, ressignificação dos ítalo-brasileiros.

Os brasileirítalos são capazes de se mover e de se organizar, de acordo com suas possibilidades, em torno da italianidade. Sentem-se vinculados ao Estado Nação Itália, e não à região de origem dos ancestrais. Por vezes se interessam pela língua nacional e consideram a língua (comumente chamada de dialeto) dos ancestrais apenas uma curiosidade. Valorizam a cultura étnica ancestral, já integrada na sociedade brasileira. São essencialmente transculturais (GAIO, 2018, p. 90).

São descendentes de italianos imigrados, "brasileiros para todos os efeitos e carregam com certo orgulho algumas marcas dessas origens, algumas vezes demonstradas por estereótipos, mas nunca escondidas" (GAIO, 2018, p. 90). Os brasileirítalos são brasileiros com alguma medida de italianidade que se manifesta ao longo do 'espaçotempo'.

Referências

ANG, Ien. *On not speaking Chinese*. Living between Asia and the West. London: Routledge, 2001

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. (Tradução de Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2005

BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do Fascio: O fascismo, os imigrantes italianos e o Brasil, 1922-1943*. 1998. 424 f. Tese (Doutorado) - Departamento de História, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1998

BERTONHA, João Fábio. *Os Italianos*. São Paulo: Contexto, 2005

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade*. Estudo sociológico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola, 2011
- CANEVACCI, Massimo. *Sincretismi. Esplorazioni diasporiche sulle ibridazioni culturali*. Milano: Costlan editori, 2004
- COUTO, Hildo Honório do. Comunidade de Fala revisitada. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 47-72, 2016
- ECKERT, Penelope. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000
- FERENZINI, Valéria Leão. Os italianos e a *Casa d'Italia* de Juiz de Fora. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, UFJF, v. 14, n. 2, p. 149-159, 2008
- FRELLO, Birgitta. On Legitimate and Illegitimate Blendings. Toward an Analytic of Hybridity. In: DERVIN, Fred; RISAGER, Karen (orgs.). *Researching Identity and Interculturality*. New York: Routledge, 2015, p. 193-210
- FRIEDMAN, Jonathan. The Hybridization of the Roots and the Abhorrence of the Bush. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott. (orgs.). *Spaces of Culture. City, Nation, World*. London: Sage, 1999, p. 230-256.
- GAIO, Mario Luis Monachesi. *Imigração italiana em Juiz de Fora: manutenção e perda linguística em perspectiva de representação*. 2013. 111f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013
- GAIO, Mario Luis Monachesi; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Língua e cultura em contato na Zona da Mata mineira, a imigração italiana em Juiz de Fora. *Veredas*, Juiz de Fora, UFJF, v.17, n. 2, p. 357-375, 2013
- GAIO, Mario Luis Monachesi. *Etnicidade Linguística em Movimento*. Os processos de transculturalidade revelados nos brasilerítalos do eixo Rio de Janeiro-Juiz de Fora. Berlin: Peter Lang, 2018
- JUNGBLUTH, Konstanze. Doing Identities in Regional, National and Global Contexts: The Catalan Case in Spain. In: JUNGBLUTH, Konstanze; MEIERKORD, Christiane (orgs.). *Identities in Migration Contexts*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2007, p. 75-98

- MILROY James; MILROY Leslie. Linguistic change, social network and speaker innovation. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 21, n. 2, p. 339-384, 1985
- MILROY, Leslie. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie (Orgs). *The Handbook of Language Variation and change*. Blackwell Publishing, 2003
- PFAFF-CZERNECKA, Joanna. From “identity” to “belonging” in Social Research: Plurality, Social Boundaries, and the Politics of the Self. In: ALBIEZ, Sarah; CASTRO, Nelly; JÜSSEN, Lara, YOUKHANA, Eva (eds.): *Ethnicity, Citizenship and Belonging: Practices, Theory and Spatial Dimensions*. Madrid: Iberoamericana, 2011, p 199-219
- PFAFF-CZARNECKA, Joanna. Multiple belonging and the challenges to biographic navigation. (= Max-Planck-Institut zur Erforschung multireligiöser und multiethnischer Gesellschaften, Working Paper 13-05). Göttingen: MPI-MMG, 2013
- PROCESSO DE TOMBAMENTO da Casa d'Italia de Juiz de Fora (1984). Prefeitura de Juiz de Fora, Número 006372, vol. 1
- SCARATTI, Giuseppe. L'(in)effabile dicibilità delle comunità di pratica. Prefácio à edição italiana. In: WENGER, E. *Comunità di Pratica*. Apprendimento, significato e identità. Raffaello Cortina Editore. Milano, 2006, p. IX-XLIII
- WELSCH, Wolfgang. Transculturality – the Puzzling Form of Cultures Today. In: FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott. *Spaces of Culture: City, Nation, World*. London, Sage, p. 194-213, 1999
- WENGER, Etienne. *Comunità di Pratica: apprendimento, significato e identità*. (Tradução de R. Merlini). Milano: Raffaello Cortina Editore, 2006
- ZINKHAHN-RHOODES, Dagna. *Sprachwechsel bei Sprachminderheiten: Motive und Bedingungen*. Eine soziolinguistische Studie zur deutschen Sprachinselminderheit in Blumenau, Brasilien. Stuttgart: Ibidem, 2012.

LÍNGUA POMERANA EM DOMINGOS MARTINS, ESPÍRITO SANTO¹

*POMERANIAN LANGUAGE IN DOMINGOS MARTINS,
ESPÍRITO SANTO*

Leticia Mazzelli²

Vitor da Cunha Gomes³

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir dados sobre o uso da língua pomerana, que foram gerados a partir da aplicação de questionário sociolinguístico e observação participante durante pesquisa exploratória no município plurilíngue de Domingos Martins, localizado no estado do Espírito Santo. Como perspectiva teórica, utilizamos a Sociolinguística, a partir dos estudos de Spolsky (2009, 2004), Bagno (2017) e Fishman (1972). Os resultados deste estudo piloto indicam que a língua pomerana está presente em Domingos Martins em diferentes âmbitos de uso, como família/casa, no trato com os amigos, na educação/escola, no emprego/trabalho e na religião/igreja, além de também ser utilizada pelos falantes em ambientes digitais.

Palavras-chave: Língua pomerana. Âmbitos de uso linguístico. Domingos Martins.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista CAPES.

³ Professor Formador I do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Doutor em línguas neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista CAPES.

Abstract

The aim of this paper is to present and discuss data on the use of the Pomeranian language which were obtained from the application of a sociolinguistic questionnaire and also participant observation during an exploratory research in the multilingual municipality of Domingos Martins, located in the state of Espírito Santo. In order to support this pilot study, we use the theoretical perspective of Sociolinguistics from the studies of Spolsky (2009, 2004), Bagno (2017) and Fishman (1972). The results indicate that the Pomeranian language has been used in Domingos Martins in different domains, such as family/home, friendship, education/school, employment/work and religion/church besides it has been also used by its speakers in digital domains.

Keywords: Pomeranian Language. Domains of language use. Domingos Martins

Considerações iniciais

O cenário atual linguístico brasileiro, caracterizado pelo uso de diferentes variedades linguísticas⁴, é resultado de diversos processos sócio-históricos que se iniciaram mesmo antes da chegada dos portugueses ao Brasil⁵. De acordo com dados levantados pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas, doravante IPOL, há cerca de 250 línguas sendo faladas no país (IPOL, 2016). Além do português, há a presença das línguas de comunidades afro-brasileiras, indígenas, de imigração e de sinais.

Apesar da diversidade linguística ser hoje considerada por muitos um patrimônio do Brasil, foi necessário haver um forte movimento de resistência das comunidades de línguas em situação minoritária⁶ para que elas coexistissem com a língua portuguesa, especialmente, durante momentos de forte repressão linguística, política e social. Dentre esses períodos, elencamos aqui os que mais impactaram no uso e na transmissão das línguas de imigração no Brasil: a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Ditadura civil-militar (1964 - 1985), que foram

⁴ Entendemos o termo “variedades linguísticas” neste trabalho a partir dos estudos de Bagno (2017). Segundo o autor “O termo variedade linguística pretende ser uma forma neutra, empregada nos estudos sociolinguísticos em geral, para se referir a qualquer tipo específico de linguagem - dialeto, sotaque, socioleto, estilo - que o linguista deseje considerar como uma entidade individual para fins de análise empírica ou teorização. Emprega-se frequentemente variedade como uma alternativa para dialeto ou língua, o que faz do termo um instrumento útil para evitar a dificuldade de traçar distinções nítidas e categóricas entre essas duas noções numa perspectiva puramente linguística.” (BAGNO, 2017, p. 474).

⁵ Para mais informações sobre o plurilinguismo na História do Brasil, recomendamos o trabalho de Carboni, Porto, Barili e Meleu (2017).

⁶ Ao longo deste trabalho, iremos usar “língua em situação minoritária” e “língua minoritária”, assim como definido por Lagares (2018, p. 121), para nos referirmos “aos idiomas que não dispõem dos equipamentos a serviço das línguas hegemônicas; ou bem às situações em que uma língua se encontra à margem das estruturas de poder.”

responsáveis pela proibição, apagamento e até mesmo “morte” (COUTO, 2009) de diferentes línguas no Brasil⁷.

Hoje, após sofrerem preconceito linguístico e perseguições por usarem suas línguas em território brasileiro, falantes de línguas minorizadas buscam a legitimação e a ocupação de espaços oficiais que antes eram vinculados apenas à língua portuguesa. Um exemplo de resistência e luta para alcançar novos espaços de usos linguísticos é o que vem sendo feito em prol da língua pomerana pela comunidade pomerana no Brasil.

Falada atualmente em pelo menos seis estados brasileiros⁸ e cooficial em oito municípios⁹, a língua pomerana chegou ao Brasil na metade do século XIX com imigrantes oriundos da Antiga Pomerânia¹⁰ e, assim como outras línguas de imigração, passou por momentos críticos em território brasileiro. Atualmente, o pomerano conta com diversas ações glotopolíticas¹¹ em prol de seu

⁷ Como exemplo do fenômeno de “morte” de uma língua, descrito por Couto (2009), Gaio e Savedra (2013) citam a morte do uso da língua italiana em Juiz de Fora, Minas Gerais.

⁸ De acordo com dados levantados por Hitz (2017), a língua pomerana é falada atualmente no Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rondônia.

⁹ Dados atualizados do IPOL (2020) apontam que a língua pomerana é cooficial em Domingos Martins (ES), Santa Maria de Jetibá (ES), Pancas (ES), Laranja da Terra (ES), Vila Pavão (ES), Itarana (ES), Canguçu (RS) e Pomerode (SC). Há ainda dois processos para a cooficialização do pomerano em tramitação nos municípios de São Lourenço do Sul (RS) e Espigão do Oeste (RO).

¹⁰ O território da Pomerânia, que à época da imigração era uma província da Prússia, compreendia uma parte do atual norte da Alemanha e também Polônia. Com a unificação dos estados alemães em 1871, a Pomerânia passou a fazer parte do Império alemão. Até o ano de 1945, o território da Pomerânia estava dividido entre Pomerânia Ocidental e Pomerânia Oriental. A partir de 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, a Pomerânia Oriental é então anexada à Polônia e a Pomerânia Ocidental passa a fazer parte da Zona de ocupação soviética e, depois da República Democrática Alemã (Alemanha de Leste), com a reunificação da Alemanha, faz parte do Estado de *Mecklenburg-Vorpommern* (Mecklenburgo-Pomerânia Ocidental).

¹¹ Utilizamos “ação glotopolítica” a partir de Mazzelli (2018a), que utiliza o termo tomando como base os estudos sobre Glotopolítica de Guespin e Marcellesi (1986) e

uso, promovidas, principalmente, pela comunidade falante da língua. Dentre essas ações, elencamos o desenvolvimento do projeto político-pedagógico Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO), que possibilitou a inserção da língua pomerana na grade curricular das escolas onde a língua é falada, assim como a capacitação dos professores que ministram aulas de pomerano; a proposta de escrita da língua pomerana feita por Ismael Tressmann (2006), que favoreceu a elaboração de materiais didáticos a partir de uma escrita unificada para a língua e, finalmente, as leis de cooficialização, que possibilitaram a mudança de *status* da língua, fazendo com que seu uso também se faça legítimo e presente em ambientes formais, como escola e repartições públicas.

Domingos Martins (DM), situado a 43km de Vitória, localizado na região centro-serrana do Espírito Santo, é um dos oito municípios brasileiros em que a língua pomerana é utilizada por parte da população local e também cooficializada. O município teve como projeção total o número de 33.986 habitantes para o ano de 2020 (IBGE, 2020) e é dividido em sete distritos: Aracê, Biriricas, Melgaço, Paraju, Ponto Alto, Santa Isabel e Sede. Uma das mais expressivas características de DM, resultado da imigração europeia do século XIX, é o uso de diferentes línguas no município. Hoje, além do português, há o uso do pomerano (MAZZELLI, 2018; COSMO, 2014; HÖHMANN, 2010; WEBER, 1998), do alemão (RÖLKE, 2016; WEBER, 1998), do *Hunsrückisch* (IPOL, 2017; 2014; RODRIGUES, 2009), além da presença de marcas de variedades linguísticas italianas (PEIZINI, 2016; PERES, 2014, 2017) sendo empregadas por parte da população na localidade.

Segundo Mazzelli (2018b), o uso dessas variedades linguísticas em DM implica a existência do fenômeno de plurilinguismo, sendo ele tanto social quanto individual, nos

Lagares (2018). No trabalho de 2018, a autora destaca que toda a prática linguística que toma a forma do político é uma ação glotopolítica e discute as ações em prol do uso da língua pomerana realizadas no município de Santa Maria de Jetibá (ES).

termos de Savedra e Perez (2017). Há plurilinguismo social, pois existem diversas variedades linguísticas sendo utilizadas por grupos de pessoas em uma determinada região e, também, plurilinguismo individual, pois há indivíduos falantes de mais de uma variedade linguística no município.

É a partir do complexo contexto plurilíngue brevemente apresentado acima que situamos o uso da língua pomerana em nosso trabalho. Inserida em um município marcado pelo plurilinguismo, a língua pomerana está presente não somente no cotidiano de parte da população martinense, mas também em políticas linguísticas municipais que incentivam o seu uso e ensino. Como exemplo, citamos as políticas linguísticas que ajudam a compor o Plano Municipal de Educação (DOMINGOS MARTINS, 2015) e o Documento Escolar de Educação Básica (DOMINGOS MARTINS, 2016), que não só apresentam diversas menções sobre o caráter plurilíngue do município, como incluem línguas de imigração¹² na grade curricular das escolas de comunidades onde essas culturas se fazem presentes.

Apesar da língua pomerana se fazer presente em políticas linguísticas municipais em DM, o que indica que há respostas por parte do poder público para salvaguardar o seu uso, ainda não há muitos dados disponíveis sobre o uso da língua pomerana em DM, uma vez que não há censo linguístico na região. Desta forma, surgiu a motivação para o presente trabalho. Concordamos com Carvalho (2017, p. 52), que é “através dos usos e funções sociais das línguas envolvidas que podemos recolher amostras sobre o que está acontecendo com as línguas e os povos”. Posto isso, desenvolvemos a presente pesquisa no âmbito do Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico (LABPEC) da Universidade Federal Fluminense (UFF), a fim de colher dados sobre o uso da língua pomerana em DM.

Neste artigo, apresentamos e discutimos resultados obtidos através de pesquisa exploratória (SEVERINO, 2013; CERVO,

¹² Há inclusão do pomerano, alemão e italiano.

BERVIAN e DA SILVA, 2007)¹³ em que realizamos observação participante e aplicação de questionário sociolinguístico respondido por onze moradores de DM falantes de pomerano. Diante do inexpressível número de informantes, cabe ressaltarmos o caráter preliminar de nossa investigação. Desta forma, com este estudo piloto, pretendemos apenas fornecer dados iniciais para futuras pesquisas que se propõem a discutir o uso da língua pomerana no município de DM.

Dada a apresentação inicial, iremos compor o trabalho em cinco partes. Primeiramente, discorreremos sobre a noção de âmbito de uso (FISHMAN, 1972) adotada neste trabalho. Em seguida, trazemos à discussão as concepções de práticas, crenças e gestão linguística a partir dos estudos de Spolsky (2004, 2009). Posteriormente, apresentamos informações sobre seleção dos informantes e a condução da pesquisa. Na parte seguinte, apresentamos e analisamos os dados coletados. Finalmente, na última parte do trabalho, tecemos nossas considerações finais sobre a presente pesquisa.

Âmbitos de uso em contextos plurilíngues

O termo da língua inglesa *domain*, que aqui trataremos como âmbito ou âmbito de uso ¹⁴, foi introduzido nos estudos da Sociolinguística por Joshua A. Fishman em 1972 e é ainda hoje bastante utilizado em pesquisas sociolinguísticas que tratam de

¹³ Sobre a pesquisa exploratória, Cervo, Bervian e Da Silva (2007) salientam que é frequentemente utilizada quando há a intenção de buscar mais informações sobre determinado tema e/ou familiarizar-se com um fenômeno ainda pouco estudado. Severino (2013) destaca que uma pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um dado objeto, delimitar um campo de trabalho e mapear as condições de manifestação do objeto investigado. Conduzimos neste estudo um breve levantamento de dados acerca do uso da língua pomerana em DM, desta forma, consideramos que é uma pesquisa exploratória de caráter preliminar.

¹⁴ Utilizamos o termo *âmbito de uso* também usado por Lagares (2018) e Bagno (2017), como tradução do conceito *domain* de Fishman (1972).

diferentes variedades linguísticas em contato. Importante para o entendimento dos contextos interacionais em que a língua pomerana é usada em DM, a noção de âmbito de uso vista em Fishman (1972) se refere a um espaço social específico de situações congruentes. Nas palavras do autor:

[...] âmbitos de uso são uma generalização de ordem superior a partir de situações congruentes (ou seja, de situações em que os indivíduos interagem uns com os outros através de papéis apropriados nos relacionamentos, nos locais apropriados para esses relacionamentos e discutem tópicos apropriados para os papéis nos relacionamentos). (FISHMAN, 1972, p. 46, tradução nossa).¹⁵

O autor então considera “família”, “círculo de amizade”, “religião”, “emprego” e “educação” como exemplos de âmbitos de uso. Fishman (op.cit) também indica que os âmbitos são caracterizados por três componentes essenciais: a) os participantes, que são retratados através de seus papéis sociais, como um professor ou um aluno no âmbito da educação; b) o local, que estabelece um lugar para que a interação possa ocorrer, como por exemplo a escola; c) o tópico, que se refere a assuntos apropriados comumente abordados e discutidos em um determinado âmbito, como o tópico a ser estudado para uma avaliação.

Fishman (1972) ainda afirma que a ideia de âmbito de uso pode ser útil para estudos sociolinguísticos que discutam a situação de comunidades onde há o fenômeno de diglossia¹⁶. Segundo o autor, é

¹⁵ “[...] domains are a higher order generalization from congruent situations (i.e. from situations in which individuals interact in appropriate role relationships with each other, in the appropriate locales for these role relationships, and discuss topics appropriate to their role relationships).” (FISHMAN, 1972, p. 48).

¹⁶ O conceito de diglossia foi lançado por Ferguson (1959) e se refere à coexistência, em uma mesma comunidade, de duas variedades da mesma língua, com cada uma apresentando papéis bem definidos: uma delas, Ferguson considera como a “variedade alta”, chamada de H [*high*] e a outra a “variedade baixa”, referenciada também como L [*low*]. A primeira estaria ligada às situações formais, ou seja, àquelas vinculadas ao prestígio. Já a variedade “baixa” estaria ligada às situações cotidianas e a contextos íntimos, como a família. Posteriormente, Fishman (1967)

comum que variedades entendidas como H, fazendo referência a palavra “*high*”, alto(a) em inglês, – isto é, vinculadas ao prestígio – sejam utilizadas em domínios como religião, educação ou instâncias governamentais, da mesma forma que, em domínios como família e vizinhança, sejam encontradas variedades entendidas como L, fazendo referência à palavra “*low*”, baixo(a) em inglês – ou seja, variedades que não são geralmente vinculadas ao prestígio –.

Sobre a questão de entender os âmbitos em relação a seus contextos de uso, Bagno (2017) afirma que é possível diferenciá-los em duas categoriais: os âmbitos formais/públicos e âmbitos informais/privados. Sobre os primeiros âmbitos, o autor pontua que “são aqueles em que se produzem interações linguísticas públicas que requerem o uso de uma linguagem mais elaborada, mais formal [...] ou de uma língua com prestígio.” (BAGNO, 2017, p. 11). Em relação ao segundo tipo de âmbito de uso, ou seja, os informais/privados, o autor destaca que

são aqueles em que se produzem as interações linguísticas que se dão nas relações humanas mais próximas a cada pessoa, no âmbito das relações pessoais ou privadas [...] e em que se utiliza uma linguagem mais coloquial [...] ou uma variedade desprestigiada. (BAGNO, 2017, p.11).

A noção de âmbito também é utilizada para desenvolver reflexões teóricas na área de Política linguística. Nos estudos de Spolsky (2004, 2009), por exemplo, os âmbitos de uso são analisados através de uma perspectiva que abarca crenças, práticas e gestão, a fim de discutir o(s) uso(s) de língua(s) em uma determinada comunidade. Por entendermos que os âmbitos de uso estão estreitamente relacionados com esses três componentes desenvolvidos por Spolsky (op. cit), faz-se necessário discutirmos esses pontos, pois serão relevantes para a análise dos dados que será apresentada mais adiante.

expande a noção de diglossia cunhada por Ferguson (1959), acrescentando que o fenômeno pode ocorrer não somente entre duas variedades da mesma língua, mas entre mais de dois códigos que não necessariamente têm uma origem comum.

Práticas, crenças e gestão linguística

Bernard Spolsky (2004), ao desenvolver sua teoria de *language policy* (política linguística), procura relacionar três elementos que destaca serem essenciais para o entendimento das políticas linguísticas em uma comunidade. São eles: *language practices* (práticas linguísticas), *language beliefs* (crenças linguísticas) e *language management* (gestão linguística).

No contexto de uma comunidade plurilíngue, as práticas linguísticas podem ser entendidas como a seleção de determinadas variedades linguísticas ou marcas de variedades linguísticas, como sons, palavras ou estruturas gramaticas, que são utilizadas para determinados usos e podem ser atos conscientes ou menos conscientes. O segundo componente identificado por Spolsky (2004) é o que o autor chama de crenças ou ideologias linguísticas, que são as representações em torno de determinado uso linguístico. Já o último elemento, a gestão linguística, se refere a qualquer ação ou esforço específico que pretende modificar, ou que modifica, efetivamente, a prática linguística em uma determinada comunidade. O autor ainda menciona que as intervenções linguísticas promovidas pela gestão são realizadas pela figura de um gestor, que pode ser tanto um indivíduo, como um membro de alguma família que promove determinado uso linguístico, ou então por algum grupo de pessoas, responsável por escolher qual língua ensinar em uma determinada escola, por exemplo.

Ainda que as práticas, crenças e gestão linguísticas de uma comunidade possam estar muitas vezes relacionadas umas com as outras, Spolsky (2004, p. 217) afirma que elas não são congruentes e podem, cada uma delas, revelar uma política linguística distinta, pois “o modo como as pessoas falam, o modo como pensam que devem falar e o modo como pensam que outras pessoas devem falar podem, regularmente, diferir.” (SPOLSKY, 2004, p.217,

tradução nossa¹⁷. Diante dessas observações, entendemos que esses componentes devem ser considerados ao se investigar o uso de uma determinada língua minorizada.

Mais tarde, desenvolvendo e aprofundando ainda mais seus estudos sobre políticas linguísticas, tomando como base as práticas, crenças e gestão que podem ocorrer em uma determinada comunidade, Spolsky (2009) cita que o objetivo de uma teoria de política linguística pretende:

[...] dar conta das escolhas feitas por falantes individuais, com base em padrões formados por regras reconhecidas pela comunidade de fala (ou comunidades) da qual eles são membros. Algumas dessas escolhas são o resultado da gestão, refletindo esforços conscientes e explícitos dos gestores linguísticos para controlar as escolhas. (SPOLSKY, 2009, p.1, tradução nossa)¹⁸.

Neste ponto da discussão, é interessante ressaltar que Spolsky (2009) diferencia dois conceitos que, segundo Resende (2006), são usados sem distinção por muitos autores da Sociolinguística, são eles o de *language community* (comunidade linguística) e *speech community* (comunidade de fala). Para Spolsky (op.cit.), o primeiro termo corresponde a todos os indivíduos que falam uma determinada variedade linguística – como os falantes de inglês no mundo –. Para delimitar o segundo termo, Spolsky (2009) toma por base a definição de “comunidade de fala” cunhada por William Labov em 1966 e a de John J. Gumperz em 1968, para desenvolver a sua própria. Spolsky (op.cit.) entende que uma comunidade de fala corresponde a todos os indivíduos que compartilham uma rede de comunicação, concordando, em maior ou menor parte, sobre a adequação do uso das múltiplas variedades utilizadas em

¹⁷ “The way people speak, the way they think they should speak, and the way they think other people should speak may regularly differ.” (SPOLSKY, 2004, p. 217).

¹⁸ “to account for the choices made by individual speakers on the basis of rule governed patterns recognized by the speech community (or communities) of which they are members. Some of these choices are the result of management, reflecting conscious and explicit efforts by language managers to control the choices” (SPOLSKY, 2009, p.1)

um determinado contexto, local ou comunidade, como uma família, igreja, escritório, vila, cidade, nação ou país. O autor também avalia que, para caracterizar melhor as políticas linguísticas de uma comunidade em algum estudo, é necessário utilizar a noção de âmbito de uso, que discutimos na seção anterior.

Spolsky (2009) salienta que cada âmbito tem sua própria política linguística, isto é, tem características próprias, como suas próprias práticas, crenças e sua própria gestão, e afirma: “Essencialmente, argumentarei que as escolhas linguísticas regulares feitas por um indivíduo são determinadas por seu entendimento do que é apropriado para o âmbito.” (SPOLSKY, 2009, p.3, tradução nossa).¹⁹

Ressaltamos ainda que os âmbitos podem sofrer diversas influências de forças que sejam internas ou externas ao próprio âmbito. Spolsky (2009, p. 3) cita então como exemplo o âmbito familiar, em que a gestão linguística é parcialmente controlada por membros da família, e que os objetivos dessa gestão são frequentemente influenciados pela comunidade externa.

Baseamos então nossa investigação partindo do pressuposto de que o uso de uma determinada língua em uma comunidade plurilíngue deve ser entendido através de várias camadas, isto é, levando em consideração a ocorrência de uso linguístico em variados âmbitos, verificando as práticas, as crenças e a gestão linguísticas em um território.

A condução da pesquisa: os participantes

Assim como já mencionado anteriormente, ainda não há dados que indiquem o universo de falantes de pomerano em DM. Por isso, ao pensar na amostra de informantes para aplicação de nosso questionário, utilizamos os pressupostos sociolinguísticos de

¹⁹ “Essentially I will be arguing that the regular language choices made by an individual are determined by his or her understanding of what is appropriate to the domain” (SPOLSKY, 2009, p.3).

Dodsworth (2014). O autor estabelece três critérios de amostragem relacionados às comunidades de fala para pesquisas sociolinguísticas, cabendo ao pesquisador o papel de selecionar o melhor critério diante de seu objeto de estudo e as circunstâncias sociais implicadas a ele. Desta forma, para esse trabalho, utilizamos os critérios de Dodsworth (2014, p. 265) de amostragem balanceada, que consiste em selecionar o mesmo número de participantes mulheres e homens e, também, o mesmo número de participantes em relação às faixas-etárias pré-estabelecidas.

Acerca da seleção dos informantes, contamos com a ajuda de indivíduos que chamamos de *informantes-chave*, residentes em DM, membros da comunidade pomerana, que foram responsáveis pela nossa inserção na comunidade e na apresentação de outros informantes que se encaixassem nos critérios da pesquisa. Os participantes da pesquisa foram selecionados de forma presencial durante distintos momentos de nossa estada: na visita ao centro de Domingos Martins, na visita ao centro comercial do distrito de Melgaço, na visita à casa de participantes, em uma festa da terceira idade também em Melgaço e a uma festa da igreja luterana em Califórnia, localizada na Sede de DM.

Como critério de inclusão de nosso estudo, selecionamos informantes que se consideram falantes de pomeranos, que residam em DM e que estejam dispostos a responder as perguntas do questionário, que serão feitas em português.

Os questionários foram respondidos por 11 informantes, todos residentes de DM, oito moradores do distrito de Melgaço, dois da Sede do município e um do distrito de Paraju. Em relação à escolha das faixas etárias, consideramos em nosso estudo tanto participantes mais jovens quanto mais idosos, pois entendemos que seja de grande importância para um estudo sobre línguas em situação de minorização informações sobre o uso da língua por indivíduos de diferentes idades. Além disso, é interessante verificar o uso em faixas etárias mais jovens, pois é um fator extremamente importante para a manutenção linguística. Assim, os informantes foram divididos nos seguintes grupos, seguindo os

pressupostos de amostragem aleatorizada de Dodsworth (2014): Grupo I - dois participantes entre 10 e 18 anos, Grupo II - três participantes entre 19 e 29 anos²⁰, Grupo III – dois participantes entre 30 e 49 anos, Grupo IV – dois participantes entre 50 e 69 anos e Grupo V – dois participantes com idades de 70 anos ou mais.

Após a abordagem inicial, facilitada pelos informantes-chave, explicamos aos participantes que o objetivo daquele trabalho era coletar informações sobre a língua pomerana em DM. Apesar de não termos dificuldade em encontrar participantes do gênero feminino que estivessem dispostos a participar da pesquisa, encontramos certa dificuldade em relação a indivíduos dos Grupos IV e V do gênero masculino. Na abordagem, alguns alegaram que já tinham participado de estudos sobre a língua pomerana e que não gostariam de participar de mais um, e outros se mostravam desmotivados em relação à quantidade das perguntas do questionário, composto por 80 perguntas no total.

A partir de uma recomendação prévia dos informantes-chave de que muitos falantes de pomerano são analfabetos ou têm muita dificuldade na leitura, optamos por aplicar os questionários de forma oral. Assim, líamos as perguntas do questionário em voz alta e escrevíamos as suas respostas.

Apresentação e análise dos resultados

Inicialmente, ressaltamos que não iremos apresentar todos os dados que foram gerados através da aplicação do questionário, devido aos limites impostos para essa publicação. Assim, apresentamos aqui o

²⁰ Um questionário a mais foi aplicado neste grupo etário, devido à predisposição espontânea de uma falante de pomerano a responder o questionário sociolinguístico durante uma festa da igreja luterana em Califórnia, Sede de DM. A mulher em questão observou a pesquisa sendo conduzida com uma informante, se aproximou e perguntou o que estava acontecendo. Ao saber que era uma pesquisa sobre a língua pomerana em DM, ela se prontificou em participar, pois afirmou ser importante valorizar a língua no município. Nesta ocasião, já havíamos aplicado todos os questionários reservados para o Grupo II, contudo, mesmo assim, optamos por aplicar o questionário, devido ao interesse espontâneo em participar da pesquisa. Devido a este fato, o Grupo II é o único que conta com três informantes.

que consideramos mais significativo para os fins do presente trabalho, como dados que indicam a presença da língua pomerana nos âmbitos do lar, da família, no trato com os amigos, na educação, na religião, no trabalho e em ambientes digitais

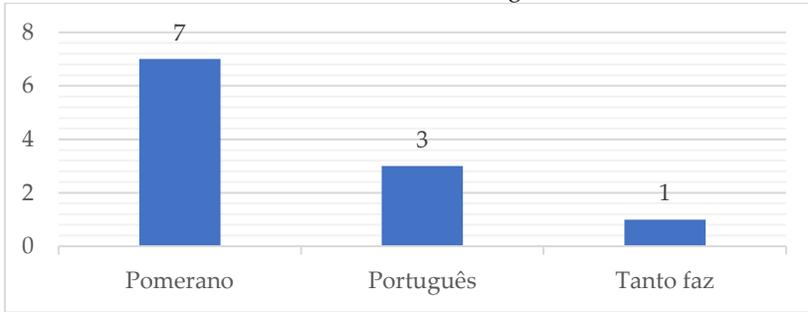
A fim de caracterizar o perfil sociolinguístico dos participantes, fizemos a seguinte pergunta “Qual sua língua materna?”, dos 11 participantes, 10 responderam “pomerano” e apenas uma participante, do grupo III, respondeu “pomerano e português”²¹ Ao perguntarmos quais línguas eram faladas pelos participantes, no sentido da competência, apresentávamos as seguintes opções: português, pomerano, Hunsrückisch, alemão, italiano e alguma outra. Observamos que, do universo dos informantes, 6 são falantes de pomerano e português e os outros 5 são plurilíngues, falantes de alemão, pomerano e português. É interessante ressaltar que não houve nenhum informante que dissesse falar Hunsrückisch e italiano e que dentre os indivíduos que declararam serem falantes de alemão, pomerano e português, 4 deles fazem parte dos grupos IV e V, ou seja, correspondem às faixas-etárias mais idosas dos informantes.

Assim como visto em Mazzelli (2018a), era comum, até meados das décadas de 50/60 do século XX, que as crianças, hoje idosas, tivessem contato com a língua alemã através da Igreja Luterana, muitas vezes responsável pela escolarização na localidade. Durante este período, a língua alemã era ensinada concomitantemente com ensinamentos bíblicos. Em observação participante, também tivemos a oportunidade de conversar em alemão com alguns moradores já idosos de DM, que nos relataram terem aprendido o idioma com pastores luteranos e que hoje quase não encontravam pessoas para se comunicarem em língua alemã²²

²¹ A pergunta foi posta como somente uma língua para que os informantes tomassem uma decisão. No entanto, como o questionário foi feito de forma oralizada, mencionávamos que os participantes poderiam responder quantas línguas quisessem.

²² Segundo Mazzelli (2018a): “Como consequência da nacionalização, diversas escolas e igrejas foram fechadas, forçando uma integração dos imigrantes à

Gráfico 1 – Preferência linguística

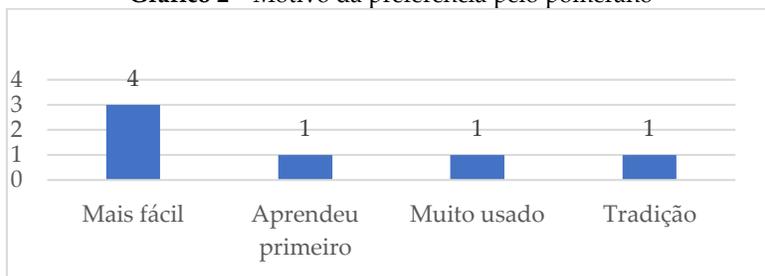


Fonte: elaborado pelos autores.

população brasileira. A proibição das línguas de imigrantes, portanto, também da língua pomerana, em escolas, igrejas e locais públicos, originou uma tentativa de silenciamento dessas línguas. Apesar das inúmeras ações de cerceamento linguístico, houve nas localidades do interior, como onde hoje é Santa Maria de Jetibá, movimentos de resistência da população local diante da imposição da língua portuguesa. Manske (2015 [2013]) aponta que, apesar da proibição, algumas escolas continuaram a funcionar na clandestinidade, gerenciadas por pastores, o que também favoreceu a manutenção linguística no local. Cabe ressaltar que, apesar da Campanha de Nacionalização, a ineficiência do Estado em prover a educação continuava. Apesar da construção de escolas e da contratação de professores brasileiros para lecionarem no interior, a demanda educacional não era suprida com essas ações. Além disso, Manske (2015) descreve que todo esse cenário resultou em grande evasão escolar e acentuado crescimento no analfabetismo no ES. [...] Após o final da Segunda Guerra, de acordo com Manske (2015), muitas escolas comunitárias voltaram a funcionar no ES, sendo dirigidas pela Igreja Luterana. Mas as consequências da desastrosa política de nacionalização no Espírito Santo foram graves. A autora relata que a partir da década de 1950 as taxas de analfabetismo entre a população rural adulta do ES eram bastante altas, o que foi ocasionado pela alta evasão escolar na década de 1930. Segundo Manske, houve até uma campanha para promover a educação no campo, a Campanha Nacional de Educação Rural, embora não tivesse ido para frente. Com esse cenário, as línguas alemã e pomerana seguiram sendo utilizadas pela população de forma similar à que ocorria antes da implementação da Campanha de Nacionalização: ao pomerano, era reservado o uso no cotidiano, na lavoura, em seio familiar, já a língua alemã era reservada à utilização nas igrejas. A partir do ano de 1967, com o golpe militar, as línguas de imigrantes passaram, mais uma vez, por um período conturbado.” (MAZZELLI, 2018, p. 84-86)

Em relação à preferência linguística dos informantes em geral, elaboramos a seguinte pergunta: “Qual língua você prefere usar?”. Dentre os entrevistados, 63% manifestaram preferência em falar a língua pomerana. Após a indagação sobre a preferência linguística, perguntamos aos participantes: “Por que você prefere falar essa língua?”. Listamos aqui as respostas dos informantes que preferem falar pomerano.

Gráfico 2 – Motivo da preferência pelo pomerano

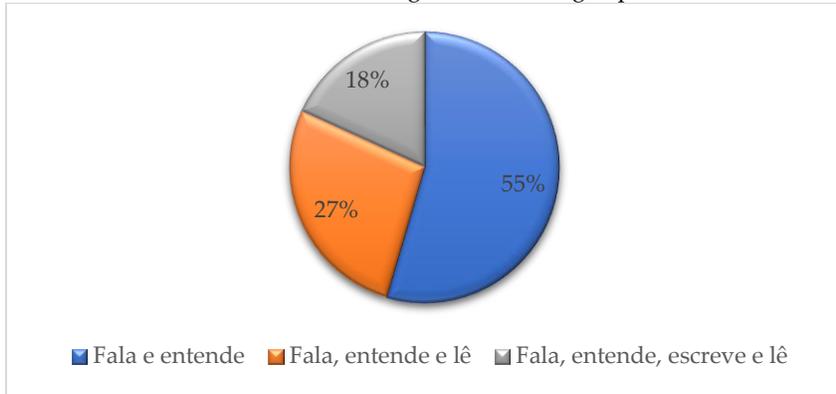


Fonte: elaborado pelos autores.

É importante notar que as respostas ilustradas através do Gráfico 3 foram obtidas por meio de uma pergunta aberta. Não apresentamos nenhuma opção de escolha de resposta para os participantes, ou seja, os informantes poderiam responder livremente essa pergunta.

Em relação às habilidades linguísticas do pomerano, falar, entender, escrever e ler, obtivemos os seguintes resultados a partir das respostas de nossos informantes:

Gráfico 3– Habilidades linguísticas em língua pomerana

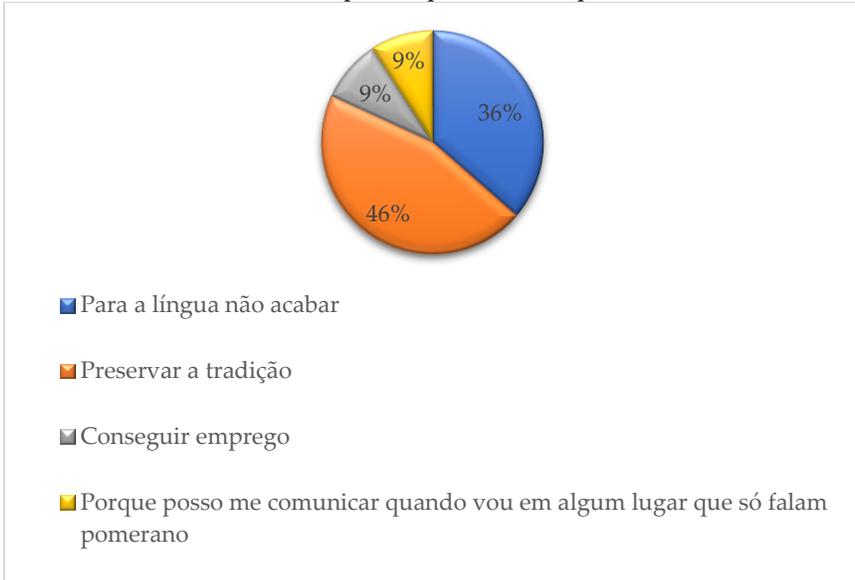


Fonte: elaborado pelos autores

Observamos que 55% dos informantes declararam que falam e entendem o pomerano, e que a escrita da língua ainda não é uma habilidade muito recorrente. Vimos que apenas 18% dos informantes consideram que têm a habilidade da escrita em língua pomerana em conjunto com a fala e a compreensão. A carência da habilidade da escrita em língua pomerana pode ser explicada pela tradição do uso, com foco na transmissão oral e intergeracional. Só a partir de 2006, com publicação do *Dicionário enciclopédico pomerano-português* ou *Pomerisch-portugijisch wöörbauk*, elaborado por Ismael Tressmann, a língua pode ser ensinada em âmbitos escolares, devido à padronização da escrita propiciada pelo referido dicionário. Hoje, a escrita desenvolvida por Tressmann já sofreu algumas modificações e é utilizada no ensino de língua pomerana nas escolas em que há a participação do PROEPO.

Quando perguntamos aos nossos informantes se eles acreditavam que falar pomerano era algo importante, todos os informantes afirmaram que sim. Após essa pergunta, indagamos: “Em sua opinião, por que é importante falar pomerano?”, as respostas podem ser vistas através do gráfico seguinte.

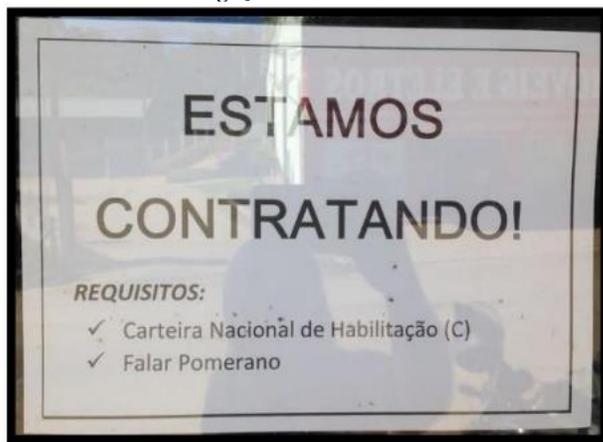
Gráfico 4 – Por que é importante falar pomerano?



Fonte: elaborado pelos autores.

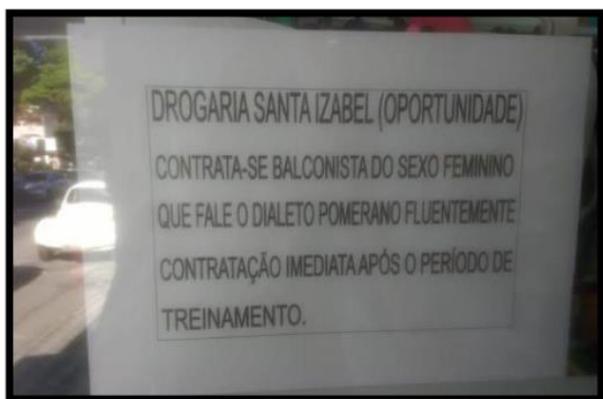
É interessante notar que essa pergunta foi feita de modo aberto, não apresentamos nenhuma opção para os informantes escolherem suas repostas. Diante disso, observamos que a tradição desempenha uma grande influência na importância do uso, 46% dos informantes afirmam que é importante falar a língua devido à tradição, ou seja, há um forte sentimento identitário dos falantes em relação ao uso da língua pomerana. Já 36% dos informantes também afirmam ser importante usar a língua para que ela “não acabe”, isto é, existe o entendimento de que a língua pomerana pode deixar de ser utilizada no futuro e que usá-la recorrentemente pode impedir que a língua não seja mais usada. Outra importante questão verificada através dessa pergunta é a de que falar o pomerano é importante para conseguir um emprego. Assim como vimos em Mazzelli (2018b), existe demanda por mão-de-obra que seja falante do pomerano em DM. Abaixo, vemos imagens de anúncios de empregos em DM em que um dos pré-requisitos necessários para o preenchimento da vaga é ser falante de pomerano.

Figura 1 – Anúncio de emprego em loja de materiais de construção, Melgaço, DM, maio, 2018



Fonte: Mazzelli, 2018, p. 36

Figura 2 – Anúncio de emprego em drogaria, Sede, DM, junho, 2018

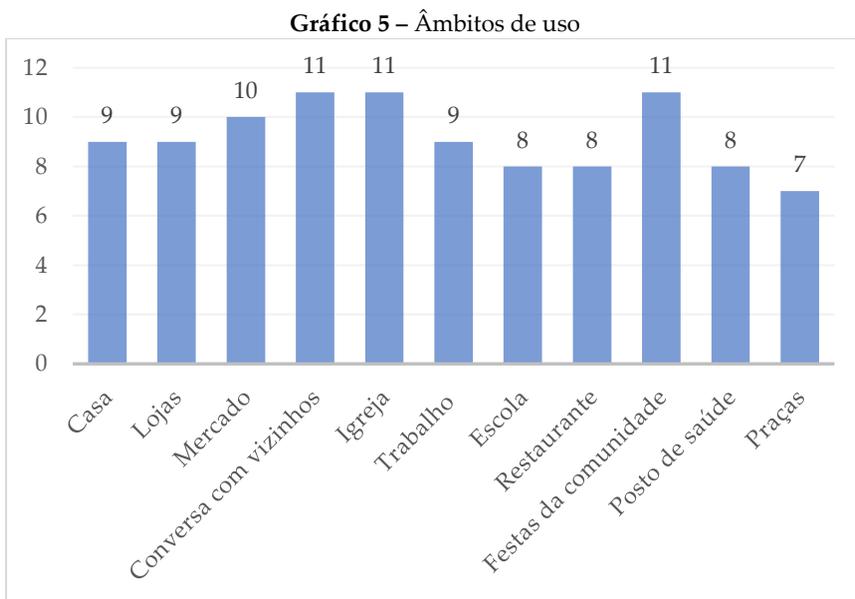


Fonte: Mazzelli, 2018, p. 36.

A demanda do mercado de trabalho em DM por falantes de pomerano é vista tanto na resposta do informante, que vincula a importância de falar pomerano com “estar empregado”, quanto nos anúncios de emprego mostrados acima nas figuras 1 e 2. Outra situação observada em relação à língua pomerana e ao mercado de trabalho local foi durante a aplicação de um dos questionários a uma mulher do Grupo II, cuja profissão é atendente de farmácia. A

informante nos relatou que acreditava só ter sido contratada por ser falante de pomerano, pois o único pré-requisito para a vaga de emprego era ser falante da língua.

Outra importante questão a ser observada é em relação à presença da língua pomerana nos âmbitos de uso, como pode ser visto no gráfico abaixo:



Fonte: elaboração própria.

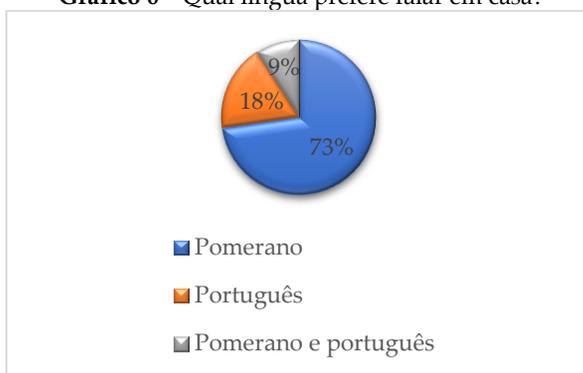
Nota-se que a língua é utilizada, em grande parte, em conversas com vizinhos, na igreja e nas festas da comunidade, mas o que nos chamou atenção foi que a língua pomerana não é falada por todos os informantes no âmbito do lar, visto que é uma língua de tradição intergeracional (DETTMANN, 2020; BREMENKAMP, 2014, TRESSMANN, 2005). Duas informantes afirmaram não falar a língua pomerana em casa, sendo uma integrante do Grupo II e outra do Grupo III. Diante de nossa surpresa, indagamos às informantes sobre o motivo de não usarem a língua pomerana no lar. A informante do Grupo II justificou sua resposta por ter se casado recentemente com um “não falante da língua” e que, diante disso,

não falava a pomerano em sua nova casa. Já a informante do Grupo III justificou sua resposta afirmando que seu marido não falava pomerano e que ela não passou adiante a língua para sua filha.

A partir deste breve mapeamento do uso da língua pomerana em alguns âmbitos de uso, nos aprofundamos em quatro deles: família/casa, emprego/trabalho, religião/igreja e educação/escola.

Perguntamos então aos nossos informantes “Qual língua você prefere falar em casa?” e obtivemos as seguintes informações, retratadas no gráfico 6.

Gráfico 6 – Qual língua prefere falar em casa?



Fonte: elaboração própria.

A partir dessa pergunta, verificamos que a maioria prefere falar pomerano no âmbito do lar, mas também há falantes que preferem fazer o uso do português.

Também perguntamos para os informantes que estavam empregados naquele momento se a língua pomerana era falada no local de trabalho.²³ Todos os informantes responderam que sim. Ao

²³ No que diz respeito aos participantes que estavam empregados no momento da aplicação dos questionários, contamos com dois lavradores sendo um homem e uma mulher, um vendedor de loja, uma atendente de farmácia e uma secretária escolar. Em relação aos outros participantes, dois eram estudantes e ainda não trabalhavam, enquanto os outros quatro eram aposentados, sendo que três eram lavradores e uma enfermeira. Todos os aposentados afirmaram que não trabalhavam no momento.

perguntarmos sobre a frequência com que a língua é falada no âmbito do trabalho, obtivemos as seguintes respostas:

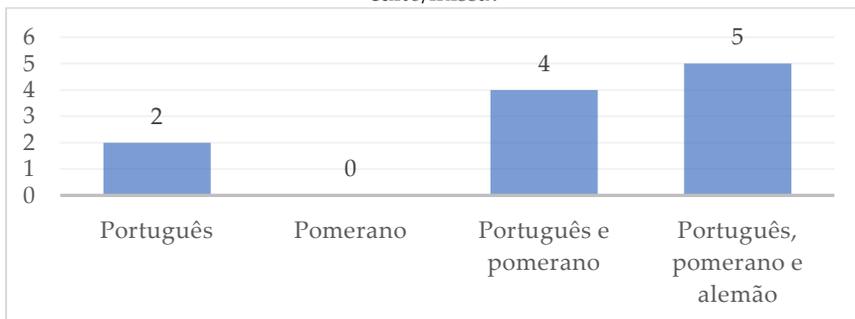
Gráfico 7 – Com qual frequência fala pomerano no trabalho?



Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação ao âmbito de uso “religião/igreja”, perguntamos em qual/quais língua(s) o líder religioso da igreja que o informante frequenta realiza o culto/missa.

Gráfico 8 – Em qual/quais língua(s) o líder religioso de sua igreja realiza o culto/missa?



Fonte: elaborado pelos autores.

Nota-se que o pomerano não aparece como única língua em âmbito religioso, mas sim ao lado do português e também da língua alemã. A partir das respostas dos participantes, observamos que a igreja é um ambiente plurilíngue, onde há o uso de, pelo menos, três línguas.

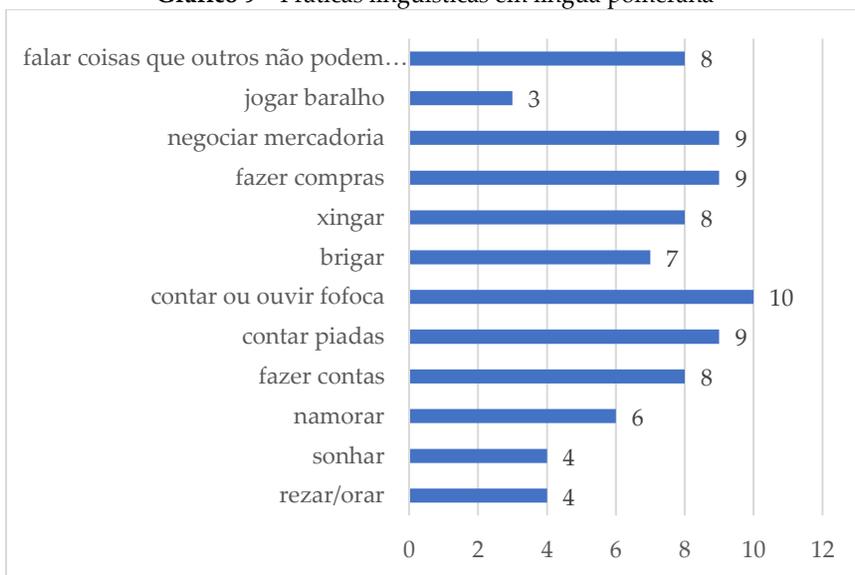
Em relação ao âmbito educação/escola, apenas dois informantes, os do Grupo I, estão em idade escolar. Diante disso, preferimos não elaborar gráficos para expor esses dados. Ambos os informantes afirmam que não têm mais aulas de pomerano na escola, apesar de já terem tido em anos anteriores. As aulas de língua pomerana ocorrem apenas no Ensino Infantil e Ensino Fundamental I. No momento da aplicação do questionário, os informantes estavam matriculados no Ensino Fundamental II. Ao perguntarmos se eles gostariam de ter novamente aulas de pomerano, os dois afirmaram que sim. Perguntamos então se achavam importante ter aula de pomerano na escola. Novamente, ambos afirmaram que sim. Ao indagarmos o motivo da importância, a informante do gênero feminino mencionou manter a cultura viva e também para que a escrita seja ensinada. Já o informante do gênero masculino afirmou que as aulas de pomerano são importantes, pois nela se ensina a escrita do pomerano.

É interessante observar que o ensino da escrita da língua pomerana tenha sido mencionado pelos dois informantes como motivo de importância para o ensino da língua pomerana na escola. Essa informação nos leva a refletir sobre o peso que a escrita tem para o status de uma língua em situação de minorização, que pode ser um instrumento de manutenção linguística. Outra informação pertinente é que, dos 11 informantes, 8 deles afirmam usar a língua pomerana na escola, mesmo que 6 deles não estejam mais em idade escolar, ou matriculados em alguma escola. Perguntamos, então, durante a aplicação dos questionários, como esses 6 informantes usavam a língua na escola. Todos eles nos informaram que o pomerano é usado no trato com funcionários das escolas em que seus filhos, sobrinhos e/ou netos estão matriculados. Apesar dos dados indicarem que a língua pomerana é usada no cotidiano da escola, na interação entre pais e funcionários escolares, por exemplo, no que diz respeito ao ensino da língua, sua presença no âmbito escolar necessita de maior suporte. Nas escolas onde há o ensino de pomerano, as aulas têm apenas uma hora de duração,

ocorrem semanalmente e são oferecidas apenas aos alunos de Educação Infantil e Fundamental I.

Em nossa pesquisa, também buscamos identificar quais atividades são feitas em pomerano pelos informantes, ou seja, em qual prática linguística (SPOLSKY, 2009) o pomerano é escolhido para ser usado. Diante disso, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 9 – Práticas linguísticas em língua pomerana



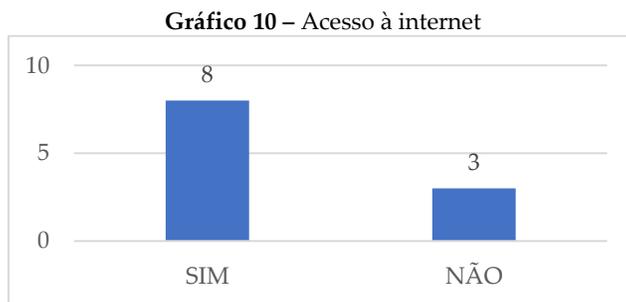
Fonte: Elaboração própria.

Como observado no Gráfico 9, quase todos os informantes afirmaram usar a língua pomerana para contar ou ouvir fofoca, o que sugere que a língua está fortemente inserida em âmbitos privados/íntimos, assim como aponta Bagno (2017). Além disso, contar piadas, fazer compras e negociar mercadorias aparecem em segundo lugar como práticas mais realizadas na língua. É pertinente ressaltar que fazer compras e negociar mercadorias são práticas que estão ligadas à importância da língua para o mercado local. Se há pessoas usando a língua pomerana quando estão fazendo compras ou negociando, é necessário que haja vendedores/negociadores que também falem o pomerano para que

mais vendas ocorram, ou para que a negociação aconteça de maneira satisfatória. Outro dado importante a ser mencionado é que os únicos informantes que indicaram não usar a língua pomerana para fazer compras e negociar mercadorias foram os dois informantes do Grupo I – crianças e adolescentes –. Essa é uma importante informação, uma vez que todos os informantes adultos realizam essas práticas em língua pomerana.

Durante a aplicação do questionário, quando indagados se usavam a língua pomerana para falar coisas que outros – pessoas não falantes do pomerano – não poderiam saber, observamos que os informantes que responderam “sim” a essa prática manifestavam risos e alguns contaram até casos engraçados de quando fazem isso, o que nos leva a crer que a língua também é usada para partilhar algum segredo, em âmbito íntimo.

Com base em dois documentos da UNESCO (2014, 2003) que afirmam a importância da pluralidade linguística no cyber espaço, isto é, em ambientes digitais, também incluímos perguntas sobre o acesso à internet e o uso da língua pomerana em redes sociais. Antes de iniciarmos as perguntas sobre a presença da língua pomerana em ambientes digitais, perguntamos aos informantes se eles tinham acesso à internet:

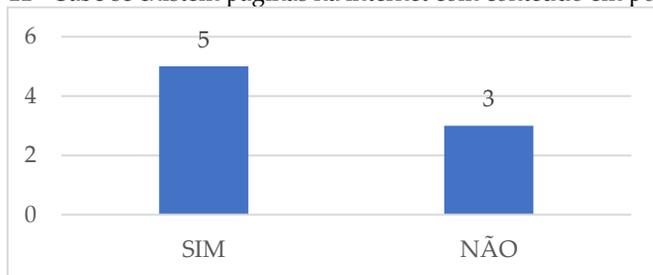


Fonte: elaboração própria.

De acordo com os dados obtidos, a maior parte dos informantes tem acesso à internet. Dentre aqueles que não têm acesso, dois são do Grupo V e um do Grupo VI, ou seja, os que não têm acesso fazem parte dos grupos mais idosos dos participantes.

Dos que tinham acesso à internet, perguntamos se sabiam da existência de páginas com conteúdo em língua pomerana.

Gráfico 11 – Sabe se existem páginas na internet com conteúdo em pomerano?



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados mostram que a maioria dos informantes sabe da existência de páginas em língua pomerana. Ainda assim, em relação ao universo de informantes, é bastante expressivo o número de falantes que não sabem da existência dessas páginas.

As próximas perguntas, relacionadas ao uso do pomerano na troca de mensagens através do aplicativo Whatsapp²⁴, foram feitas somente aos oito informantes que têm acesso à internet.

Ao perguntarmos se faziam uso do Whatsapp, todos os informantes responderam que sim. Em relação ao compartilhamento de áudios em língua pomerana, todos os oito informantes indicaram que tanto enviam quanto recebem esse tipo de mídia. Em relação a enviar imagens com conteúdo escrito em pomerano através do Whatsapp, apenas metade dos informantes afirmou que sim. O mesmo resultado se repete, quando perguntamos se recebiam imagens com conteúdo escrito em pomerano através do Whatsapp, ou seja, somente metade dos informantes afirmou que recebia esse tipo de conteúdo.

A partir desses resultados, vimos que o acesso à internet está mais presente nas faixas etárias mais jovens e os participantes dos

²⁴A escolha pelo aplicativo *Whatsapp* foi feita, pois os informantes-chave nos relataram que, dentro da comunidade pomerana, era um meio popular de troca de mensagens.

grupos mais velhos relataram não terem acesso a ela. No entanto, é necessário destacar que, durante nossa visita a um encontro da terceira idade em DM, observamos vários idosos utilizando seus celulares para enviar mensagens de áudio tanto em pomerano quanto em português, indicando que também pode haver troca de mensagens de áudio em pomerano por parte deste grupo etário.

A partir da relação dos dados obtidos com a aplicação de questionário sociolinguístico e observação participante, podemos identificar a língua pomerana presente em diversos âmbitos de uso, tanto os frequentemente relacionados à esfera formal, como educação e religião, quanto os relacionados à esfera informal, de ordem íntima, como no lar e no trato com amigos. Além disso, com base nos dados colhidos, observamos que há a ocorrência da língua pomerana em diversas práticas linguísticas e que as crenças em torno da língua se mostram positivas para os participantes, uma vez que consideram seu uso importante. Ressaltamos, também, a relevância da língua para o mercado de trabalho local. O uso do pomerano é identificado como importante para o comércio e para o trabalho no município, o que pode indicar manutenção da língua na localidade.

É interessante notar que, apesar de preliminares, os dados indicam que os falantes utilizam a língua pomerana para se comunicarem através de aplicativos de troca de mensagens, principalmente na modalidade áudio, corroborando estudos que indicam a forte transmissão oral da língua pomerana, assim como os realizados por Dettmann (2020). Além disso, ressaltamos que existem conteúdos em pomerano sendo produzidos e publicados na internet, assim como verificado por Mazzelli (2019) e que mais da metade dos que têm acesso à internet sabe da existência dessas páginas.

Considerações finais

Diante dos dados expostos e analisados neste artigo, verificamos que há uso de pomerano em DM nos seguintes âmbitos de uso: **família/casa, emprego/trabalho, religião/igreja e educação/escola,**

indicando a presença da língua pomerana no cotidiano dos participantes da pesquisa.²⁵ Além disso, os dados apontam que o uso da língua vem ocupando novos ambientes, como o ambiente digital, exemplificado pela troca de mensagens através do aplicativo *Whatsapp*, especialmente na modalidade áudio.

É pertinente mencionar que, embora a pesquisa tenha obtido importantes dados em relação ao uso da língua pomerana em DM, entendemos que essas são apenas informações incipientes. É necessário que novas pesquisas sejam feitas na área e que busquem informações mais detalhadas quanto ao uso e à transmissão intergeracional da língua em DM. Identificar os âmbitos de uso onde há a ocorrência da língua pomerana em DM e constatar em quais deles o uso da língua não se apresenta vigoroso pode levar à criação de estratégias de salvaguarda específicas para cada âmbito, garantindo, assim, a manutenção e a transmissão da língua minorizada.

Referências

BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

CARBONI, Florence; PORTO, Débora Luciene; BARILI, Camila; MELEU, Suélen Martins. O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias. *ORGANON*, v. 32, p. 149-167, 2017.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. 6ªed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

²⁵ O uso da língua pomerana em âmbito escolar foi verificado de forma geral, isto é, não pretendemos realizar uma gradação do uso. É pertinente também ressaltar que consideramos o âmbito escolar como um elemento relacionado não apenas com as aulas de língua pomerana, mas também com todo o cotidiano escolar, assim como apontado pelos informantes. O que foi verificado é que, por mais que haja problemas em relação à quantidade de horas da disciplina, observamos que os participantes também usam o pomerano quando têm que se comunicar com a escola em relação a assuntos escolares. Ou seja, a língua não está somente presente no ensino, mas também no cotidiano escolar.

COSMO, M. *Ser pomerana: histórias que desvelam a memória, a experiência e os sentidos de ser professora*. 2014. 234f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

CARVALHO, Ana Leticia Ferreira de. *Atitudes linguísticas de universitários tikuna: uma análise da situação do contato português/tikuna*. 2017. 127f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

COUTO, Hildo. Honório do *Linguística, ecologia e ecolinguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

DODSWORTH, R. *Speech Communities, Social Networks and Communities of practice*. In: HOLMES, J.; HAZEN, K. *Research methods in Sociolinguistics: A practical guide*. Malden/Oxford: Wiley-Blackwell. p. 263-275, 2014.

DETTMANN, Jandira Marquardt. *Práxis docente pomerana: cultura língua e etnicidade*. 2020. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2020.

DOMINGOS MARTINS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Esporte. *Documento Curricular da Educação Básica: uma produção coletiva dos sujeitos*. Domingos Martins, 2016.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Esporte. *Plano Municipal de Educação*. Domingos Martins, 2015.

GAIO, M.L.M., SAVEDRA, M.M.G. *Língua e cultura em contato na Zona da Mata mineira: a imigração italiana em Juiz de Fora*. In: *Veredas atemática, Juiz de Fora*, v. 17, n.2, p.357-375, 2013.

HITZ, Nilse Dockhorn. *Crenças linguísticas de descendentes pomeranos em três localidades paranaenses*. 2017. 211 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Curitiba, 2017.

FERGUSON, Charles A. *Diglossia*. *Word*, XV, p. 325-340, 1959.

FISHMAN, Joshua A. *The sociology of language: an interdisciplinary social science approach to language in society*. Rowley, Massachusetts: Newbury, 1972.

_____. *Bilingualism With and Without Diglossia. Diglossia With and Without Bilingualism*. *Journal of Social Issues*. Vol. XXIII. N°2. p. 29-38, 1967.

GUESPIN, L.; MARCELLESI, J-B. *Pour la glottopolitique*. Langages, 83, p.5-34, 1986.

HÖHMANN, Beate. *Sprachplanung und Spracherhalt innerhalb einer pommerischen Sprachgemeinschaft. Eine sociolinguistische Studie in Espírito Santo/Brasilien*. Frankfurt: Peter Land, 2010.

IPOL. *Línguas cooficializadas nos municípios brasileiros*. 2020. Disponível em: http://ipol.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Quadro-linguas-cooficiais-jan-2020_page-0001.jpg . Acesso em: 25 jan. 2021.

_____. *O inventário do hunsrückisch como língua brasileira de imigração no sul do Brasil*. 25 agosto 2017. Disponível em: <http://ipol.org.br/equipe-do-projeto-alma-h-esteve-emnova-petropolis-rs-para-as-pesquisas-do-inventario-do-hunsruckisch-como-lingua-brasileirade-imigracao-ihlbri/> Acesso em: 5 ago. 2018.

_____. *Plataforma do Letramento: o Brasil e suas muitas línguas*. Florianópolis, 13 outubro 2016. Disponível em: <http://e-ipol.org/tag/linguas-do-brasil/> . Acesso em: 5 de ago. 2020.

_____. *Dicionário renano-português é lançado em Domingos Martins*. 2014. Disponível em: <http://ipol.org.br/dicionario-renano-portugues-e-lancado-em-domingos-martins/> Acesso em: 10 ago. 2020.

LAGARES, Xoan. *Carlos. Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo : Parábola, 2018.

MANSKE, Cione Marta Raasch. *Pomeranos no Espírito Santo: história de fé, educação e identidade*. Vila Velha, ES: Gráfica e Editora GSA, 2015.

MAZZELLI, Leticia. *Língua pomerana: práticas linguístico-sociais em Domingos Martins, Espírito Santo*. In: ROSÁRIO, I. C., KALTNER, Leonardo. *Linguagem em diálogo com a sociedade: História, Política e Contato Linguístico*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 297-311.

_____. *As políticas linguísticas monoglóssicas da Era Vargas: as proibições linguísticas em Santa Maria de Jetibá – Espírito Santo*. In: SAVEDRA, M., PEREIRA, T., GAIO, M. *Repertórios Plurilíngues em Situações de Contato*. Rio de Janeiro: Edições LCV: LABPEC, 2019. p. 38 – 49.

_____. *Ações glotopolíticas em Santa Maria de Jetibá - ES: em evidência a língua Pomerana*. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Universidade Federal Fluminense, 2018a.

_____. *A pluralidade linguística em Domingos Martins, Espírito Santo*. Percursos Linguísticos (UFES), v.08, p. 26-44, 2018b. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/21442/15609>.

Acesso em 20 ago. 2020.

PEIZINI, Angela Maria Leite. *Escola do campo em comunidades de fronteiras*. 2016. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

PERES, Edenize Ponzo. Aspectos sócio-históricos do contato entre o dialeto vêneto e o português no Espírito Santo. *Revista (Con)textos lingüísticos*, Vitória, v.8, n.10.1, p. 53-71, 2014.

_____. Os contatos entre os dialetos italianos e o português no Espírito Santo. In: BENEDUZI, L. F.; DADALTO, M.C. (Orgs.). *Mobilidade humana e circularidade de ideia: diálogos entre a América Latina e a Europa*. 1ed.Veneza: Edizioni Ca' Foscari. Digital Publishing, 2017, v. 1, p. 17-28.

RESENDE, Terezinha Cristina Campos. Comunidade de Fala. *Recorte – Revista de linguagem, cultura e discurso*. v.3, n.1. 2006.

RODRIGUES, Catarina Vaz. Bilinguismo no Espírito Santo: reflexos no português de adultos e crianças. In: *Signum – Estudos da Linguagem*. Londrina, PR, v. 12, n.1, pp.339-36, jul. 2009.

RÖLKE, Helmar. *Raízes da imigração alemã. História e cultura alemã no Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2013.

SPOLSKY, Bernard. *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

_____. *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TRESSMANN, Ismael. *Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolingüístico de comunidades vocamponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. 2005. 335f. Tese (Doutorado em Linguística) -

Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

UNESCO. *Final Recommendations for the Action Plan of UNESCO's World Atlas of Languages*, Paris, 2014. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/recommendations_action_plan_atlas_languages.pdf . Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. *Recommendation concerning the promotion and use of multilingualism and universal access to cyberspace*. Paris, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139984?posInSet=1&queryId=N-EXPLORE-c45b122c-68e1-4e34-852e-6aa7016b2b02> Acesso em: 10 fev. 2021.

WEBER, Gerlinde Merklein. *A escolarização entre descendentes pomeranos em Domingos Martins*. 1998. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 1998.

VITALIDADE LINGUÍSTICA DO PLAUTDIETSCH

LANGUAGE VITALITY OF PLAUTDIETSCH

Odilon Moura e Silva Soares

Resumo

Este artigo se ampara no conceito de vitalidade linguística (SAVEDRA; MAZZELLI, 2020; SIMONS; LEWIS, 2013; LEWIS; SIMONS, 2010, 2017; FISHMAN, 1991) para averiguar o *status* atual da variedade linguística do baixo-alemão, o *Plautdietsch*, falado pelo grupo étnico-religioso de origem germânica, os menonitas, utilizando, para isto, dados de pesquisas realizadas por Dück (2011- UFRGS) e baseados em critérios sociolinguísticos mensuráveis, que estão relacionados com fenômenos inerentes ao contato linguístico.

Palavras-chave: Variedades linguísticas germânicas. Vitalidade linguística. Contato linguístico.

Abstract

This paper bases itself on the concept of language vitality (SAVEDRA; MAZZELLI, 2020; SIMONS; LEWIS, 2013; LEWIS; SIMONS, 2010, 2017; FISHMAN, 1991) in order to investigate the current status of the Germanic language variety known as *Plautdietsch*, the language spoken by the mennonites, an ethnic-religious group with Germanic origin. For that we will apply data collected in the research of Dück, 2011 (UFRGS) and we are also based on measurable sociolinguistic criteria which involve language contact phenomena.

Keywords: Germanic language varieties. Language Vitality. Language Contact.

Plautdietsch: A língua dos menonitas

Os menonitas formam um grupo étnico-religioso há alguns séculos, vindo a se estabelecer em colônias ou comunidades nas mais diversas partes do mundo. Um dos traços mais particulares do grupo é a utilização da língua *Plautdietsch*, uma variedade linguística do **baixo-alemão** que se formou ao longo dos séculos XVI e XVII, na região do Delta do Vístula (antiga Prússia, atualmente parte do território da Polônia). Cabe deixar evidente que optamos por utilizar aqui o termo *variedade linguística* por considerar, de acordo com Savedra e Mazzelli (2020), que a distinção *língua-dialeto* não é linguística, porém social e política, uma vez que tratamos variedade como um modo de falar integrado na matriz pluridimensional total de variação da língua, como proposto por Weinreich (1954).

Essa variedade ainda é falada em algumas *ilhas linguísticas* no território do Brasil, das quais quatro serão foco deste artigo que tem como base a pesquisa realizada por Dück (2011). São estas: a Colônia Nova (RS), a comunidade menonita de Curitiba (PR), a colônia de Rio Verde (GO) e a Colônia Witmarsum (PR). O *Plautdietsch* menonita, outrossim, faz parte do grupo de línguas de imigração que, segundo Altenhofen (2007), são

[...] fortemente associadas com o traço de língua estrangeira, ou melhor, como uma espécie de ‘estranho no ninho’. [...] Enquanto as línguas indígenas no Brasil já têm o seu *status* de língua reconhecido, as línguas de imigração ainda são tratadas como ‘línguas diferentes vindas de fora’ e por serem minoritárias, ainda desprovidas do reconhecimento e autonomia como língua brasileira. [...] Além disso, as línguas de imigração assumem normalmente uma posição intermediária e ambígua, tal como acontece com a identidade, muitas vezes sob uma espécie de “fógo cruzado” entre a origem étnica e a assimilação ao meio local de acolhimento” (ALTENHOFEN, 2007, p. 29).

O termo *ilha linguística* frequentemente é usado para caracterizar uma área delimitada na qual se encontra uma comunidade, relativamente pequena e fechada, situada dentro de

outra região, relativamente maior, cuja língua usada pela maioria é diferente daquela falada na comunidade (WIESINGER,1980, p.491 *apud* DÜCK,2011, p.57).

Após imigrarem para o território brasileiro, primordialmente, a maioria dos menonitas formava um só grupo, cuja base econômica consistia na agropecuária, voltada principalmente ao setor da pecuária leiteira. Além dessa unidade como grupo étnico-religioso, havia um grau de diglossia estável e definido: a variedade *Plautdietsch*, usada especialmente em família ou em situações informais, e o *Hochdeutsch*, a variedade padrão de língua alemã, usada num contexto mais formal, como no âmbito educacional e religioso.

Ao longo de quase um século de permanência dos menonitas no Brasil, ocorreram consideráveis mudanças no perfil linguístico em todas as comunidades estudadas, principalmente ao que diz respeito ao papel exercido pelo *Plautdietsch* no dia a dia. Essa variedade foi a primeira língua aprendida pela maioria dos menonitas do grupo étnico-religioso durante as décadas iniciais, quando o grupo se estabilizou no território brasileiro; contudo, atualmente é falado apenas por uma minoria deste grupo. Mesmo nesse segmento, esta variedade é vista como inferior; porém, afetivamente existe uma ligação muito forte para com essa língua: ela representa, entre outros aspectos, a língua materna, que desperta o sentimento de “estar em casa” e de confiabilidade. Ademais, o *Plautdietsch* também simboliza, para os seus falantes, uma herança cultural imaterial recebida dos antepassados e que os diferencia de outros grupos étnicos minoritários (DÜCK, 2011, p.281). Nas comunidades menonitas do RS e PR, é fundamental que um indivíduo fale o *Plautdietsch* para que possa ser reconhecido pela comunidade como *Menist*, ou então, representante do “menonita protótipo” (DÜCK, 2011, p.282). No entanto, ainda assim, mesmo que essa variedade seja a base da identidade étnica do grupo, ela está cada vez mais caindo em desuso dentro da própria comunidade.

A partir da análise dos dados, é possível atestar que a maioria da geração mais nova das comunidades pesquisadas tende a falar mais a língua de contato, o português, e menos a variedade *Plautdietsch*. Também não há mais, devido a isso, um vínculo de afeto ou de intimidade com essa variedade por parte dessa geração mais jovem. Para a maioria dos jovens das comunidades menonitas do RS e PR, o *Plautdietsch* é associado a valores arcaicos e rurais, vinculados à geração mais velha e da classe baixa. Na comunidade rural de Rio Verde, o *Plautdietsch* representa para os informantes apenas uma “memória da infância”; que praticamente perdeu a sua função comunicativa, pois não é atualmente mais utilizado entre os falantes.

Iremos, neste breve estudo, juntamente aos dados apresentados, utilizar um modelo mais atual e preciso no que se diz respeito a classificar o grau de vitalidade de uma determinada variedade linguística.

Vitalidade linguística e outros conceitos importantes

Faz-se necessário definir, para melhor entendimento deste artigo, por fim, o que é o conceito vitalidade linguística. Portanto, cabe mencionar que

“A vitalidade da linguagem é demonstrada na medida em que a língua é usada como um meio de comunicação em vários contextos sociais para fins específicos. O indicador mais significativo da vitalidade de uma língua é o uso diário em casa. Uma linguagem com alta vitalidade seria usada extensivamente dentro e fora de casa, por todas as gerações e na maioria dos tópicos, se não todos.” (SIL International, 2020, *apud* SAVEDRA;MAZZELLI, 2020, p.116).

Simons e Lewis (2013, p. 11) apontam através de estatísticas que 32% das línguas no mundo estão passando por algum processo de perda e diversas delas, como indicado por Eberhard (2013), estão no Brasil. Eberhard também pondera que, mesmo que o processo de mudança linguística seja inevitável, e que a escolha de abandonar uma *língua minoritária* em benefício de uma *língua majoritária* tenha sucedido tantas vezes no decorrer da história da humanidade, a

compreensão dos impactos sociais, culturais e identitários das perdas dessas línguas e os julgamentos previamente feitos por comunidades falantes dessas línguas evitariam ou interromperiam possivelmente esse fenômeno de desaparecimento de uma língua. Em virtude da emergência para se entender melhor como se dão esses fenômenos relacionados à vitalidade linguística, como a manutenção, revitalização, e perda, surgem assim propostas de escalas que proporcionam formas de avaliar a situação de cada variedade linguística em seu contexto de uso.

Os pioneiros nesse âmbito são Giles, Bourhis e Taylor (1977), que propuseram ferramentas para medir o status de uma língua, como os fatores “status”, “demografia” e “apoio institucional” e destacam, outrossim, a importância das atitudes de um grupo étnico para com a língua minoritária como um fator essencial à sobrevivência desta. Porém somente Fishmann (1991) que veio a introduzir de fato a primeira **escala** nos estudos sobre vitalidade, a *Graded Intergenerational Disruption Scale* (GIDS), um marco importante para as pesquisas em línguas ameaçadas. Posteriormente, Lewis e Simon (2010) propõem uma revisão do modelo de Fishman. Segundo Savedra e Mazzelli (2020), a EGIDS, acrônimo de *Expanded Graded Intergenerational Disruption Scale* é tida como um pilar de um modelo de vitalidade e desenvolvimento linguístico mais amplo, o *Sustainable Use Model* (SUM), também formulado por Lewis e Simons (2017) que, dentre outras características, diferencia níveis de vitalidade em sustentáveis e temporários.

Com o objetivo de avaliar o nível de uso de uma língua em perigo, em uma determinada comunidade, Lewis e Simons (2017, p. 12) indicam quatro quesitos a serem levados em consideração, baseados no SUM, para poder definir um *status*: *Functions* (funções), *Acquisition* (aquisições), *Motivation* (motivação), *Environment* (ambiente) e *Differentiation* (diferenciação) e para identificá-los como uma estrutura utilizam o acrônimo FAMED (no original em língua inglesa). Esse sistema possibilita que uma comunidade consiga trabalhar cada fator específico, atingindo

dessa forma, os resultados do desenvolvimento linguístico que se esperam de acordo com um contexto específico. Conjuntamente, EGIDS (a escala), SUM (o modelo) e FAMED (as condições) formam um tripé, que servem portanto para apoiar a compreensão do nível atual de desenvolvimento ou risco de uma determinada língua, sugerindo parâmetros mais abrangentes. Estas metodologias também proporcionam base para diferentes tipos de atividades que contribuem para o fortalecimento e o uso de uma determinada língua em um futuro momento.

Abaixo um quadro comparativo que demonstra a EGIDS, a escala que é usada atualmente pelo *Ethnologue* e as categorias correspondentes na escala da UNESCO (2003):

Quadro 1 – Escalas de vitalidade Linguística EGIDS

EGIDS			UNESCO
Nível	Categoria	Descrição	
0	Internacional	A língua é amplamente usada entre as nações no comércio, intercâmbio de conhecimentos e política internacional.	Segura
1	Nacional	A língua é usada na educação, trabalho, mídia de massa e governo em nível nacional.	Segura
2	Provincial	A língua é usada na educação, trabalho, mídia de massa e governo dentro de subdivisões oficiais da administração de uma nação.	Segura
3	Comunicação abrangente	A língua é amplamente usada no trabalho e na mídia de massa sem status oficial para transcender as diferenças linguísticas através de uma região.	Segura
4	Educacional	A língua está em uso oral vigoroso e isso é reforçado pela transmissão sustentável da alfabetização na língua na educação formal.	Segura

5	Desenvolvendo	A língua é vigorosa e está sendo usada por escrito em partes da comunidade, embora a alfabetização não seja ainda sustentável.	Segura
6a	Vigorosa	A língua é usada oralmente por todas as gerações e a situação é sustentável	Segura
6b	Ameaçada	A língua ainda é usada oralmente por todas as gerações, mas existe uma ameaça significativa à sustentabilidade porque pelo menos uma das condições para o uso oral sustentável está em falta.	Vulnerável
7	Em mudança	A geração fértil usa a língua entre si, mas normalmente não transmite a língua a seus filhos.	Definitivamente ameaçada
8a	Moribunda	Os únicos falantes ativos restantes da língua são da geração dos avós.	Severamente ameaçada
8b	Quase extinta	Os únicos falantes restantes da língua são os idosos que tem pouca oportunidade de usá-la.	Criticamente ameaçada
9	Dormente	Não existem falantes totalmente proficientes, mas algum uso simbólico permanece como um lembrete da herança identitária da comunidade étnica.	Extinta
10	Extinta	Ninguém mantém um senso de identidade étnica associado com a língua, mesmo para fins simbólicos.	Extinta

Fonte: Adaptada de Lewis e Simons (2010) e Simons e Lewis (2013), tradução de Savedra; Mazzelli (2020).

Como categorizar o Plautdietsch: Parâmetros e dimensões

Neste artigo, utilizamos como base de dados a pesquisa desenvolvida por Dück, 2011. Para compor o *corpus*, foram escolhidos 76 itens lexicais de quatro diferentes setores da atividade humana, tradicionalmente ligados à vida menonita:

vestuário, alimentação, atividades agrícolas/técnica e parentesco. A partir dos resultados relativos ao nível lexical do *Plautdietsch*, é possível concluir que essa variedade mantém, pelo menos na configuração interna das comunidades menonitas do RS e PR, uma vitalidade que permite identificá-la como marca de identidade que diferencia os menonitas dos demais grupos de origem alemã que imigraram para a região sul do Brasil.

O quadro a seguir resume as dimensões e parâmetros, considerados neste estudo e que serão detalhados na sequência:

Quadro 2 – Dimensões e parâmetros de pesquisa, no modelo pluridimensional

DIMENSÃO	PARÂMETROS	
1. Diatópica	Ponto 1 – Colônia Nova (RS) Ponto 2 – Colônia Witmarsum (PR) Ponto 3 – Comunidade de Curitiba (PR) Ponto 4 – Comunidade rural de Rio Verde (GO)	
2. Diageracional	Geração I (GI) com falantes entre 18 e 36 anos Geração II (GII) com falantes acima de 55 anos	
3. Dialingual	Plurilíngues: Plautdietsch, Hochdeutsch e Português ou Plautdietsch, Inglês e Português	
4. Diagenérica	Falante do sexo masculino (M) Falante do sexo feminino (F)	
5. Diastrática	Nível de escolaridade	Cb: Falantes com nenhuma ou até 11 anos de escolaridade Ca: Falantes com mais de 11 anos de escolaridade
6. Diafásica	Ocorrência do Plautdietsch, Hochdeutsch, inglês e português em ambientes formais e informais	
7. Diarreferencial	Comentários linguísticos obtidos através de entrevistas, conversas e escritos coletados nas diferentes comunidades. Referências metalinguísticas	

Fonte: Dück, 2011, p. 75.

Ao levarmos em conta os fatores extralinguísticos, constatamos que existe uma perda do *Plautdietsch* (ou de alguns de seus aspectos originais) nas dimensões diatópica, diastrática e diageracional:

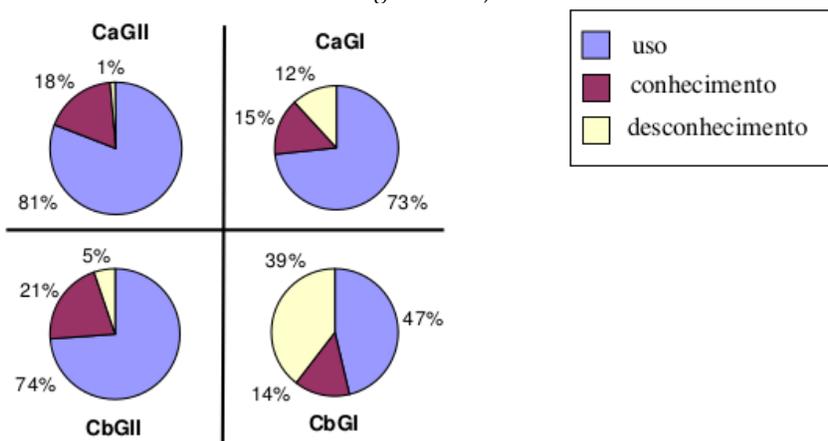
Na dimensão diatópica, que se refere às mudanças ocorridas em um contexto geográfico, a comunidade rural de Rio Verde destaca-se das demais, já que o número de falantes do *Plautdietsch* dessa comunidade é extremamente pequeno, diferentemente das colônias mais antigas do sul do Brasil. Em ambas as comunidades menonitas do PR, Witmarsum e Curitiba, a manutenção das características do *Plautdietsch* é, porém, surpreendentemente maior ao se comparar com a comunidade rural de Colônia Nova, na qual a variedade *Plautdietsch* é predominante no uso coletivo sem sofrer a mesma pressão do Hochdeutsch, que gradualmente vai tomando o lugar desta nas comunidades do Paraná – possivelmente sob influência da proximidade com o centro urbano da capital, Curitiba. Em Colônia Nova, uma prevalência menor das características do *Plautdietsch* se dá em virtude de uma maior influência que a língua portuguesa exerce nessa comunidade, ou seja, há um processo de lusitanização mais avançado, comparável ao que se sucedeu aos menonitas de Rio Verde na matriz de origem (EUA e Canadá); porém, neste caso particular, destacamos que o ocorrido foi um processo de anglicização. A partir dos dados levantados por Dück (2011), a hipótese de que o uso do *Plautdietsch* nas comunidades rurais é maior do que na comunidade urbana de Curitiba se confirma apenas de forma parcial.

Na dimensão diastrática, que almeja avaliar a tendência de uso de uma das línguas em dois diferentes estratos sociais nas comunidades menonitas: Ca (informantes com escolaridade profissionalizante ou superior) e Cb (informantes com máximo 11 anos de escolaridade). Verificamos que os falantes do grupo Ca das comunidades rurais tendem a usar mais o *Plautdietsch* ao falar nessa variedade e que o grupo Cb tem maior influência da língua portuguesa, ou anglicismos (no caso de Rio Verde) - contrariamente a nossa hipótese, que supunha um índice maior de perda de traços do *Plautdietsch* por parte do falante com maior

escolaridade e uma maior resistência à variedade por parte do falante com escolaridade menor. O único grupo Cb que se mostrou mais resistente à perda do *Plautdietsch* é o da geração mais velha da comunidade de Curitiba, ou seja, CbGII.

Na dimensão diageracional, serve para identificar mudanças em tempo aparente de um comportamento ou variável linguística. A partir da comparação dos resultados das diferentes faixas etárias, pode-se, por exemplo, averiguar o nível atual de manutenção/perda da língua de imigração, bem como analisar o grau de lusitanização na comunidade. Neste quesito, a perda de formas lexicais do *Plautdietsch* é mais notória: em todas as localidades, os informantes da GI apresentam um grau menor de manutenção do *Plautdietsch*, comparado com a GII. Este dado aponta um declínio crescente do conhecimento de formas do *Plautdietsch* na GI e, portanto, uma mudança em curso na direção da perda de léxico nessa variedade linguística. A hipótese de que o uso do *Plautdietsch* na geração jovem é menor do que na geração mais velha é, portanto, corroborada pelos resultados dos dados levantados.

Gráfico 01 – Uso e/ou (des)conhecimento de formas lexicais do *Plautdietsch*, no cruzamento das três dimensões selecionadas (diatópica, diastrática e diageracional).



Fonte: DÜCK, 2011, p.221

Ainda segundo Dück (2011), a manutenção e a vitalidade do *Plautdietsch* também se diferenciam nos campos semânticos das atividades analisadas:

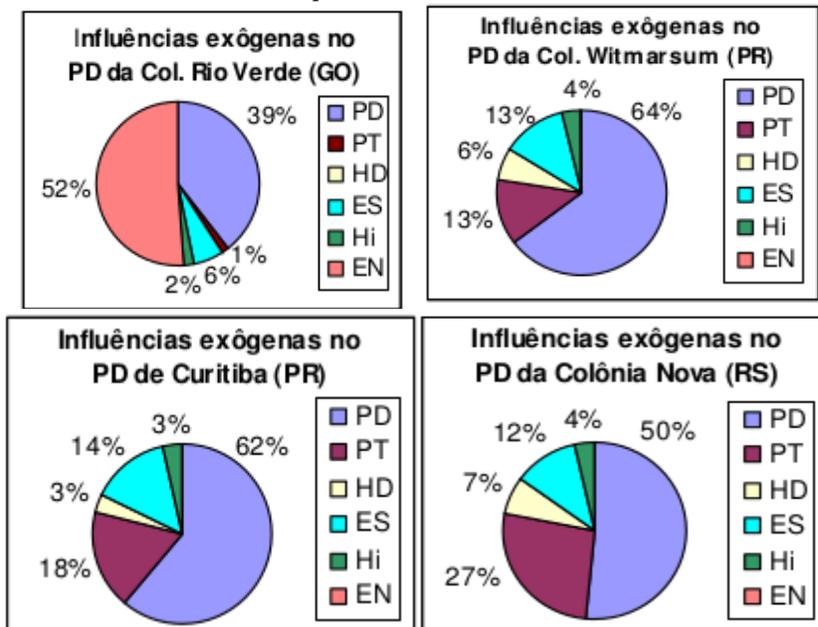
Nas áreas do vestuário e do parentesco, as características da variedade permanecem mais estáveis. Esses resultados podem ser vistos como sinal de um conservadorismo maior no que diz respeito ao vestuário e um reflexo da relevância que as comunidades menonitas em geral atribuem a laços familiares e encontros, nos quais o uso desta variedade linguística é mais comum.

Nas áreas da alimentação e das atividades agrícola e técnica, porém, observou-se uma interferência crescente de lusitanismos no *Plautdietsch* – fato que realça a abertura das comunidades menonitas em relação ao uso de novas tecnologias e à adaptação da sua culinária ao contexto onde moram. Ao levarmos em conta que os menonitas tiveram uma permanência de aproximadamente 150 anos na Rússia, um número consistente de eslavismos se agregou ao vocabulário do *Plautdietsch*, os quais são vistos pelos seus falantes como parte integrante dessa variedade e cultura dos menonitas. A partir dos dados obtidos, verificamos que a comunidade de Curitiba e de Colônia Nova são as localidades com maior uso/manutenção de eslavismos no *Plautdietsch*, seguido da Colônia Witmarsum e de Rio Verde. Ao compararmos os estratos sociais, a presença de eslavismos tende a ser marcada mais fortemente pelo grupo Cb. Em contrapartida, na dimensão diageracional, é possível perceber uma perda significativa de eslavismos entre os informantes da GI.

Há também, para além dos eslavismos no léxico, uma série de outros empréstimos que surgiram do contato com diferentes variedades *standard* (alemão, inglês e português): a) conforme visto, os lusitanismos aparecem em número significativo em todas as comunidades do sul do Brasil, mas com predomínio no grupo CbGI da Colônia Nova e no grupo CaGI de Curitiba; b) os anglicismos estão massivamente presentes na comunidade de Rio Verde, que tem no inglês sua língua de comunicação principal; c) os germanismos são mais perceptíveis nos grupos CaGI das duas

comunidades rurais Colônia Nova e Witmarsum. Curiosamente, constatou-se, em ambos os grupos (Ca e Cb) da comunidade menonita de Curitiba, um uso bem reduzido de germanismos.

Gráfico 02 – Influências exógenas no léxico do *Plautdietsch*, de acordo com os dados das quatro comunidades em estudo.



(PD = Plautdietsch, PT = Português, HD = Hochdeutsch, ES = Eslavo, Hi = Hibridismo, EN = Inglês)

Fonte: Dück (2011, p.245).

Também se objetivou, através da observação participante e das entrevistas, fazer uma comparação entre as atitudes dos falantes e seus usos linguísticos efetivos em contextos sociais diferentes:

No contexto familiar – tradicionalmente vinculado ao uso do *Plautdietsch*, verificamos uma substituição gradual pelo *Hochdeutsch*, ou pelo português, neste caso levando em conta, o número crescente de casamentos exogâmicos e o grau de urbanização. Em Curitiba, o uso do *Plautdietsch* entre os familiares está praticamente restrito à GII. Nas comunidades rurais do RS e PR, são poucas as famílias pertencentes à GI que ainda usam o

Plautdietsch; nestes lares, o uso do português entre os cônjuges, irmãos e filhos já supera o uso do *Plautdietsch* – com exceção da Colônia Witmarsum, na qual a variedade *standard*, o *Hochdeutsch*, entre pais e filhos na GI, ainda é comumente usada. Na comunidade rural de Rio Verde, a língua mais utilizada no contexto familiar é o inglês; exceto em famílias exogâmicas, nas quais a tendência é de maior uso do português.

No âmbito religioso – o uso do *Plautdietsch* não é empregado. As três comunidades do RS e PR oferecem cultos em *Hochdeutsch*, assim como cultos em português. Para a maioria da GII dessas três comunidades, a linguagem bíblica é melhor compreendida em *Hochdeutsch*; a GI, no entanto, em todas as comunidades do RS e PR, prefere o português nesse contexto. A comunidade de Rio Verde ainda mantém cultos bilíngues português/inglês. A GII dessa comunidade tem preferência pelo uso do inglês no âmbito religioso; a GI, principalmente de famílias exogâmicas, prioriza o uso do português nas atividades religiosas.

No âmbito educacional – o ensino formal da variedade *standard Hochdeutsch* ocorre nas escolas da comunidade menonita de Curitiba e na Colônia Witmarsum. Em Rio Verde, a escola da comunidade oferece, além do currículo brasileiro, as aulas também em inglês. Seu papel tem sido determinante para a manutenção da língua inglesa, mas não tem efeito algum sobre a manutenção ou revitalização do *Plautdietsch*. Em Rio Verde e em Colônia Nova, não há ensino de alemão na escola e é onde se pode observar os maiores índices de perda de traços do *Plautdietsch* e conseqüente lusitanização, assim como também uma presença insignificante ou inexistente do *Hochdeutsch*.

No ambiente de trabalho – as quatro comunidades em estudo utilizam majoritariamente a língua portuguesa. Nas comunidades rurais, a maior parte dos empregados nas propriedades são monolíngues em português e, na comunidade urbana de Curitiba, a maioria dos menonitas faz uso exclusivamente do português no ambiente de trabalho; exceto quando trabalham em empresas

multinacionais, nas quais também têm oportunidade de usar o *Hochdeutsch* ou o inglês.

Entre os amigos – a maioria da GII das três comunidades menonitas do RS e PR opta preferencialmente pelo uso do *Plautdietsch*, exceto o grupo CaGII de Curitiba, que, além do *Plautdietsch*, utiliza o português. A GI de Colônia Nova e da comunidade de Curitiba comunica-se com os amigos exclusivamente em português; em Witmarsum, a GI também utiliza majoritariamente a língua portuguesa, entretanto, utiliza ao falar com amigos também o *Plautdietsch* e o *Hochdeutsch* de forma esporádica. Na comunidade rural de Rio Verde, a GII usa quase exclusivamente o inglês com os amigos; a GI, em contraponto, costuma usar mais frequentemente a língua portuguesa. Observa-se a mesma tendência de ampliação de uso de português, e, portanto, de substituição do inglês.

De uma forma geral, o *Plautdietsch* é a língua preferida e usada com maior frequência entre a GII nas comunidades menonitas do RS e PR, exceto o grupo CaGII de Curitiba, que utiliza a língua portuguesa praticamente com a mesma frequência que o *Plautdietsch* e o *Hochdeutsch*. Para a GI da Colônia Nova e de Curitiba, o português se tornou a língua mais comumente utilizada e preferida. Em Witmarsum, ambos os grupos, CaGI e CbGI, apreciam conversar em *Plautdietsch*; fora do ambiente familiar, contudo, usam o português com maior frequência. Na comunidade rural de Rio Verde, a língua preferida e usada com maior frequência pela GII é o inglês; a GI de famílias endogâmicas também usa mais o inglês, já a GI de famílias exogâmicas prefere usar mais o português. Nas três comunidades menonitas do RS e PR, a GII os informantes alegam ter uma proficiência oral muito boa no *Plautdietsch* e uma boa proficiência oral e escrita no *Hochdeutsch*, o que, no caso da CaGII, aplica-se também para o português, que, distintamente do grupo CbGII, declara ter uma proficiência relativa maior em *Hochdeutsch* do que na língua portuguesa, conforme os dados indicados por Dück (2011). A maior parte dos falantes jovens do *Plautdietsch* das comunidades

menonitas rurais – de ambos os grupos (Ca e Cb) – afirma ter “um bom domínio oral no *Plautdietsch*”, mas, na aplicação do questionário lexical, isso se confirma apenas entre os falantes GI de Witmarsum. Na comunidade menonita de Curitiba, os falantes do *Plautdietsch* do grupo CaGI também afirmam apresentar “um bom domínio oral no *Plautdietsch*”; porém, vale enfatizar que essa afirmação corresponde aos pouquíssimos falantes pertencentes ao grupo CaGI que existem atualmente em Curitiba. Na comunidade rural de Rio Verde, não foi verificada a existência de falantes jovens do *Plautdietsch*.

Conclusão

A descrição do uso das línguas de imigração em contato nas quatro comunidades pesquisadas revelou, portanto, perda linguística do *Plautdietsch*, principalmente na GI e nos grupos Ca de todas as comunidades menonitas do RS e PR, e sua substituição gradual pelo *Hochdeutsch* nas comunidades do PR. A transmissão geracional do *Plautdietsch* praticamente está estagnada na comunidade urbana (Curitiba) e em grande declínio nas comunidades rurais (Colônia Nova e Colônia Witmarsum), em parte pela influência crescente do português em virtude também de uma maior presença de pessoas de fora da etnia alemã (empregados, casamentos exogâmicos etc.). Na comunidade rural de Rio Verde, o *Plautdietsch* existe apenas como remanescente de alguns falantes isolados da GII.

É também válido enfatizar que o *Plautdietsch* não desfruta do mesmo prestígio das variedades *standard*, muito menos recebe o mesmo suporte institucional. Os dados revelam outrossim que, apesar de haver consciência sobre a célere redução do número de falantes do *Plautdietsch*, a maioria das três comunidades do RS e PR reage de forma muito conformista, justificando que o mais importante é manter a variedade *standard*, o *Hochdeutsch*. Esta variedade de prestígio tornou-se, a partir dos anos 80, cada vez mais comum no ambiente familiar, ou melhor, um número cada

vez maior de pais, principalmente na comunidade menonita de Curitiba e na Colônia Witmarsum, que passou a optar pelo uso do *Hochdeutsch* na interação com seus filhos.

Por outro lado, este comportamento passou a ser corroborado também pela escola, principalmente por meio de professores e líderes comunitários, que deliberadamente priorizavam o alemão *standard*. Devido ao crescente número de casamentos exogâmicos, principalmente em Curitiba e na Colônia Nova, o uso da língua portuguesa passou a se tornar cada vez mais presente no ambiente familiar. Essas mudanças no comportamento linguístico conseqüentemente refletiram na situação diglósica estável verificável nas três comunidades menonitas do RS e PR:

1. o *Plautdietsch* deixou de ser a única língua usada no ambiente familiar e passou a ser cada vez menos transmitida intergeracionalmente;

2. o *Hochdeutsch*, a variedade *standard*, anteriormente usado exclusivamente nos contextos mais formais, como a escola e a igreja, estendeu seu domínio de uso para o ambiente familiar, tomando cada vez mais o lugar do *Plautdietsch*;

3. o português deixou de ser somente a língua de contato interétnico e, em todas as comunidades menonitas pesquisadas, esta língua vem estendendo seu domínio a situações informais do cotidiano, incluindo o ambiente familiar.

Tal processo de mudança na situação diglósica das comunidades acarretou também mudanças de língua-teto (*Dachsprache*): o *Hochdeutsch*, durante décadas, desempenhou a função de língua-teto para o *Plautdietsch*. Porém, apesar de ter ocorrido uma ampliação de seu domínio para contextos informais, à medida que o uso da variedade *standard* está sendo gradualmente substituído pela língua majoritária português, os falantes da variedade *Plautdietsch* não têm mais o *Hochdeutsch* como língua-teto e, conseqüentemente, essa variedade fica exposta diretamente ao português, cuja influência pôde ser comprovada através da análise dos dados do léxico. Essa substituição paulatina da língua-teto *Hochdeutsch* pelo português é detectável predominantemente

entre a geração mais nova da Colônia Nova e da comunidade menonita de Curitiba.

O levantamento feito por Dück (2011) também conclui que, em consequência das mudanças sociais ocorridas, o papel do *Plautdietsch* no cotidiano foi consideravelmente diminuído: seu emprego passou a ser ideologicamente atrelado a valores arcaicos e rurais, associados a uma geração mais antiga e da classe baixa. A não utilização do *Plautdietsch*, crescente em todas as comunidades menonitas em estudo, pode ser relacionada a diversos fatores, dentre os quais podemos demonstrar resumidamente através da tabela abaixo, utilizando os critérios propostos por Giles, Bourhis e Taylor (1977):

Quadro 3 – Vitalidade do *Plautdietsch*, de acordo com os parâmetros de Giles et al. (1977).

Minoria:		Plautdietsch		Onde:		Brasil (ilhas linguísticas)	
Vitalidade:		<input type="checkbox"/> alta	<input type="checkbox"/> média	<input checked="" type="checkbox"/> baixa			
Avaliação: + % -		Avaliação: + % -		Avaliação: + % -			
Status		Demografia		Apoio Institucional			
Econômico	-	Território Nacional/étnico	-	Meios de comunicação social	-		
Social	-	Concentração	-	Educação	-		
Sócio-histórico	+	Parcela da população	-	Autoadministração (parcial)	-		
Linguístico (interno)	-	Números	-	Economia étnica	-		
Linguístico (externo)	-	Taxa de Natalidade	-	Religião	-		
		Exogamia	+	Cultura	+		
		Imigração	-				
		Emigração	+				

Fonte: Adaptado de Giles, Bourhis e Taylor (1977); tradução do autor.

Partindo dos critérios da EGIDS e dependendo das comunidades que analisamos, podemos classificar a vitalidade do

Plautdietsch de duas formas distintas. Em relação às comunidades Colônia Nova (RS), de Curitiba (PR) e a Colônia Witmarsum (PR), todas localizadas na região do sul do Brasil, a julgar pelos dados detalhados ao longo do artigo, classificamos a vitalidade como **6b – Vulnerável**. Já no caso da colônia de Rio Verde (GO), o cenário é um tanto mais grave e portanto classificamos como **8b – Quase extinta**. Concluímos também que o *Plautdietsch* no Brasil é uma das línguas em situação minoritária (LAGARES, 2018, p.121), por não dispor dos mesmos aparatos a serviço das línguas hegemônicas, e que, diante desse cenário, corre o risco de tornar-se extinta nas próximas gerações, a menos que haja uma mudança de atitude das comunidades que ainda a utilizam.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2013. p. 93-116.

_____. A constituição do corpus para um “Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata”. In: *Martius-Staden-Jahrbuch*, São Paulo, n. 51, 2004, p. 135-165.

_____. O contato entre o português e as línguas de imigrantes no Brasil: o exemplo do Hunsrückisch. In: SAVEDRA, M. & HEYE, J. (orgs). *Línguas em contato*. Palavra, n.11. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2003, p.146-165.

DÜCK, Elvine S. *Vitalidade linguística do 'Plautdietsch' em contato com variedades 'Standard' faladas em comunidades menonitas no Brasil*. Tese de doutorado. 316 pag. UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/>> Acesso em: 03 set. 2020.

EBERHARD, D. M. Em defesa das línguas minoritárias no Brasil. In: *Associação Internacional de Linguística, SIL – Brasil – Anápolis – GO*, 2013. Disponível em: <<https://www.academia.edu/5769728/>

EM_DEFESA_DAS_L%C3%8DNGUAS_MINORIT%C3%81RIAS_DO_BRASIL>. Acesso em 24 ago 2020.

FISHMAN, J. *Reversing language shift*, Clevedon, UK: Multilingual Matters Ltd, 1991.

GILES, H., BOURHIS, R.Y. & TAYLOR, D.M. Towards a theory of language in ethnic group relations. In H. Giles (Ed.). *Language, Ethnicity and Intergroup Relations*. London, UK: Academic Press.1977, pp. 307-348.

LAGARES, X. C. Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LEWIS, M. P., SIMONS, G, F. *Sustaining Language Use: Perspectives on Community-Based Language Development*. Dallas: SIL, 2017.

LEWIS, M. P.; SIMONS, G. F. Assessing endangerment: Expanding Fishman's GIDS. *Revue Roumaine de Linguistique* 55(2), 2010, p.103–120. Disponível em: <<http://www.lingv.ro/RRL%20202010%20art01Lewis.pdf>>. Acesso em 20 ago 2020.

MORELLO, Rosângela. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Revista Gragoatá*, n. 32, p. 31-41, 2012.

SAVEDRA, M.M.G.; MAZZELLI, L. Variedades linguísticas da imigração germânica no Brasil: vitalidade, glotopolítica e território. In: *A Cor das Letras: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana*, v. 21, n. 1; 2020, Feira de Santana: Departamento de Letras e Artes da UEFS, p 105-131.

SIMONS, F. G.; LEWIS, P. M. The world's languages in crisis: A 20-year update In: MIHAS, E.; PERLEY, B.; REI-DOVAL, G.; WHEATLEY, K.(eds.) *Responses to language endangerment. In honor of Mickey Noonan*. Studies in Language Companion Series 142. Amsterdam: John Benjamins. 2013, p. 3–19.

UNESCO. *Language Vitality and Endangerment*, Paris, mar. 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/doc/src/00120-EN.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

WEINREICH, Uriel. *Is a Structural Dialectology Possible?* *Word* 10, 1954: 388–400.

CONTACT-INDUCED MORPHOSYNTACTIC SIMPLIFICATION IN BRAZILIAN PORTUGUESE: THE CASE OF RELATIVE CLAUSES

*AS ORAÇÕES RELATIVAS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM
CASO DE SIMPLIFICAÇÃO MORFOSSINTÁTICA INDUZIDA
PELO CONTATO*

Mateus de Castro Ramos Fialho

Abstract

This work compares two heterogeneous situations of linguistic contact that originated two linguistic realities, namely the Brazilian Portuguese and the Portuguese-based creoles. These contact situations occurred at approximately the same time (from the 16th to 19th centuries) and had the same adstratum (European Portuguese). The objects of my research are the embedded relative clauses (viewed both synchronously and diachronically). Previous research pointed to the need of taking linguistic contact into account for the analysis of the formation and behavior of this structure (and its various implementation strategies), both in the Brazilian Portuguese and in the Portuguese-based creoles. Thus, I will compare both scenarios, from an internal point of view to languages (structural constraints) and from an external point of view (socio-historical constraints) to capture interesting aspects of both the genesis and formation of these linguistic systems, as well as the dynamics of the process of contact itself.

Keywords: relative clauses. language history. language contact. Brazilian Portuguese. Portuguese-based creoles.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo comparar duas situações notadamente heterogêneas de contato linguístico, mas que desembocaram, por razões debatidas neste trabalho, em duas realidades linguísticas extremamente diversas entre si. Essas duas situações mencionadas são: o português brasileiro e os crioulos de base lexical portuguesa. Essas situações de contato ocorreram, aproximadamente, na mesma época (dos séculos XVI ao XIX) e tiveram o mesmo adstrato (o português europeu). Para fomentar esse debate, selecionamos como nosso objeto de pesquisa uma estrutura sintática particular (encarada tanto sincronicamente quanto diacronicamente): as orações relativas encaixadas. Pesquisas anteriores já apontavam para a necessidade de levar em conta o contato linguístico na análise da formação e do comportamento desta estrutura (e as suas diversas estratégias de realização), tanto no português brasileiro, quanto nos crioulos de base lexical portuguesa. Assim, comparamos ambos os cenários, tanto do ponto de vista interno às línguas (condicionamentos estruturais), quanto do ponto de vista externo (condicionamentos sociohistóricos), almejando assim capturar aspectos interessantes tanto da gênese e formação destes sistemas linguísticos, quanto da dinâmica dos processos de contato.

Palavras-chave: orações relativas. história da língua. contato entre línguas. português brasileiro. crioulos de base lexical portuguesa.

Introduction¹

Trade languages and language intertwining such as the Cakchiquel-Quiché Mixed Language, the Michif, the Wutun, the Hezhou, the Mediterranean Lingua Franca, the Early Amharic, the Chinook Wawa, the Plains Sign Language, the Mednyj Aleut, the Russenorsk, the Kyakhta Russian–Chinese Pidgin, the Maridi Arabic, the Borgarmålet and the Juba Arabic (Matras 2009) are documented since antiquity all over the globe. Nevertheless, between the 16th and the 20th centuries, new types of languages emerged in the Americas, in Africa, and Asia as forms of resistance to the processes of Colonization and Slave Trade conducted by global economic powers to profit under Capitalism: the Creole Languages. These languages, which are as mixed as their speakers, spread from the Atlantic to the Pacific Ocean and, as some linguists argue, carry the solution to the mystery of how the world languages began.

As Holm (2010) puts, even though Europeans had already been in contact with the pidgin and creole languages, venturing, since the 17th century, to sketch descriptions and vocabularies, publishing texts, or even fancying about the creole genesis, the father of Creole Studies, the German philologist Hugo Schuchardt (1842–1927), is only acknowledged in the 19th century. His work still resonates in the field of Sociolinguistics, Dialectology, and Historical Linguistics. He was one of the main developers of the *Wellentheorie*, i.e. the wave

¹ The following abbreviations are used in the text: 1, first person; 2, second person; 3, third person; ABL, ablative; ACC, accusative; AUX, auxiliary; BP, before present; C, complement; COMP, complementizer; CP, complementary phrase; DEM, demonstrative; DET, determiner; DP, determiner phrase; EQ.COP, equational copula; F, feminine; GEN, genitive; IP, inflectional phrase; i/j/k/l/m, index; L1, first-language; L2, second-language; LD, left-dislocation; LOC, locative; M, masculine; NOM, nominative; NP, noun phrase; PL, plural; POSS, possessive; PP, prepositional phrase; pro, null pronoun; PRF, perfect; PSST, preposition stranding with spelled out trace; PST, past; RC, relative clause; REL, relativizer; SBJ, subject; SUBORD, subordinator; SG, singular; SVO, subject-verb-object language; t, trace; TMA, tense–mood–aspect system.

model of language change. And finally, he not only documented a large number of creole languages but also introduced several concepts still used in Creole Studies, such as relexification and diffusion among creoles. Schuchardt was one of the first linguists to acknowledge the role of the substratum in the development of creole languages and played an important role in ascertaining the uniqueness of Creole languages in the earliest general theories of Creolistics. After Schuchardt, these languages were not seen as an exotic blend anymore. Each one was rather recognized as a language resulted from the mingling of diverse languages and peoples. In the 20th century, Schuchardt's studies received some criticism after similarities between West African and Creole languages were discovered. Furthermore, the notion of creole languages broadened with the discovery of (i) creoles without a European lexifier; (ii) creoles outside the circle of colonial trade.

As a response to his studies, a new general theory of creole development arose around the second half of the 20th century: the substratal model or the idea that creole languages (despite a strong influence of the European languages at the lexical level) conserved as much as possible the grammar of the substratum. However, the theory could neither explain all the complexities of creole languages, nor the general similarities (already mentioned by Schuchardt in the 19th century). At the same time, the whole field of Linguistics changed upside down with the emergence of Generativism.

Derek Bickerton (1926–2018) proposed the language bioprogram hypothesis under the pressure of the shortcomings of the substratal model and the revolution ignited by Noam Chomsky (1928–) and his followers. According to this proposition, the reason for the similarities among the creole languages does not lie outside the speakers, but inside them. He argues that the grammar of creole languages arose from the innate language faculty of enslaved children, who were only exposed to scarce fragments of human language in the form of pidgin. He sees the existence of creole languages as the product of the extensive adaptative capacity of the human being. The linguist believes that the community of enslaved

people could organize an entire language from scratch, resisting slavery and cultural domination:

The children of English or Chinese parents, for example, are presented with accurate models to follow. Although their mistakes are seldom overtly corrected, they can almost constantly check their own utterances against those of older speakers and adapt them when necessary. (Bickerton 1983, p. 63-64)

Bickerton refers to the Principle and Parameters model, which was proposed by Chomsky around the same time. Although children born in contexts of creolization lack consistent grammar, they still acquire language, despite the suppression of the native language of their parents associated with inadequate exposure to the colonizer language. Their process of language acquisition is different:

The evidence from creole languages suggests that first-language acquisition is mediated by an innate device of a rather different kind. Instead of making a range of grammatical models available, the device provides the child with a single and fairly specific grammatical model. It was only in pidgin-speaking communities, where there was not no grammatical model that could compete with the child's innate grammar, that the innate grammar model was not eventually suppressed. The innate grammar was then clothed in whatever vocabulary was locally available and give rise to the creole languages of today. (Bickerton 1983, p. 67-68).

Difficulties in determining the creole languages only in terms of their morphosyntactical features, on the other hand, led to the uprise, by the turn of the 21st century, of another theory that criticizes the existence of creole languages as a typological class and proposes a different description for its genesis. Some of the primary proponents of this theory are Robert Chaudenson (1937–2020), Salikoko Mufwene (1947–), and Michel DeGraff (1964–). They state that creolization is born from a homestead/plantation society dichotomy (Chaudenson 2005) through the development of successive approximations of the superstratum language by the speakers of these languages. Due to economic and settlement conditions, pidgin communities had more intense contact with the language of origin, whereas creole communities had more contact

with the language of the colonizer. Hence, pidgins are more divergent from lexifiers than creoles and bear more substrate influence. Pidgins emerged in territories where indigenous languages were (still) more spoken.

Moreover, Mufwene (2000) argues that creole is a sociohistoric concept that does not imply the previous existence of a pidgin language. As DeGraff (2005) explains:

[...] the very term “Creole” and its derivative “creolization” [...] have long been taken to involve sui generis linguistic-structural and cognitive-developmental properties that have no equivalent in the synchrony and diachrony of “normal” languages [...] This exceptionalist baggage, a legacy of the race-theoretical assumptions that were promoted as part and parcel of Europe’s mission civilisatrice in Africa and the Americas, has been forcefully dragged across time and space, and it is still central to much work in contemporary creolistics, independent of theoretical orientation. (p. 537)

Both theories are compelling antagonists nowadays. My goal with the comparison of the formation of relative clauses in Portuguese-based creoles to the structure of the relative clauses in Brazilian Portuguese, a language partially reconstructed by linguistics, is to strengthen the arguments for the debate on the topic.

Relative clauses in the languages of the world

I will adopt the following definition² of relative clause (RC), proposed by Keenan and Comrie (1977) for my analysis:

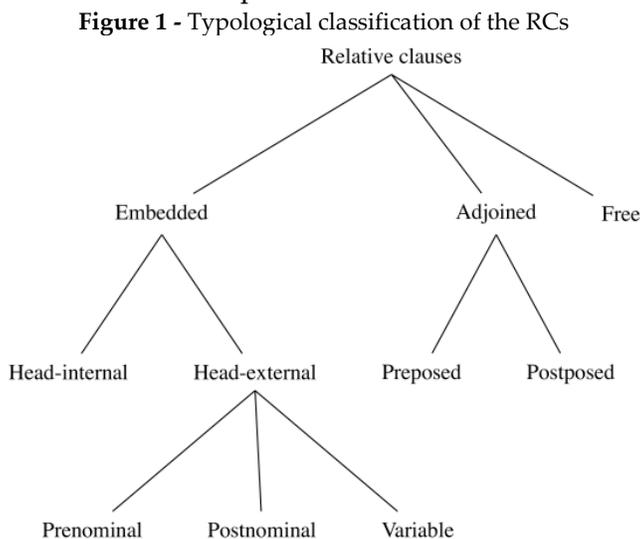
We consider any syntactic object to be an RC [relative clause] if it specifies a set of objects (perhaps a one-member set) in two steps: a larger set is specified, called the *domain* of relativization, and then restricted to some subset of which a certain sentence, the *restricting sentence*, is true. The domain of relativization is expressed in surface structure by the *head NP*, and the restricting sentence by the *restricting clause*, which may look more or less like a surface sentence depending on the language. (p. 63-64).

²For a detailed discussion of the concept, see Hendery (2012).

This definition of RC suits my research because: (i) it is considerably syntax-free, which allows the comparison of the RC syntactical form in a large number of languages; (ii) it is formal enough to lack any ambiguity present in some other definitions; (iii) it is typologically consistent and (iv) it yields space to variation within languages, through the concept of *relativizing strategies*. It is important to emphasize that I am only dealing with headed RCs in my research. Headless (or free) RCs won't be mentioned for now.

I will start with a brief mention of the typological classification of the RCs proposed by both authors, retaken (with slight differences) by some other authors, that Hendery (2012), and Comrie and Kuteva (2012) discuss. The latter offers a double prospect to study the relativizing strategies: the *linear order of RC and the noun*, i.e. the contrast between prenominal, postnominal, and circumnominal embedded RCs; as well the contrast between *preposed, postposed, and adjoined* RCs³.

Hendery (2012) presents the following scheme that might be useful to summarize the topic:



³For a discussion on how the adjoined RCs conform to the definition of RC presented earlier, see Comrie (2002).

Sociolinguistic background: the case of Brazilian Portuguese

Bearing out the model here assumed to explain the formation of the Brazilian Portuguese, Lucchesi (2017, p. 348) states that “at the heart of the sociolinguistic history of Brazil, there is a violent linguistic homogenization process in which the Portuguese language is imposed as a hegemonic language over the broad linguistic mosaic of the first centuries of the formation of Brazil”. The 4.8 million Africans enslaved during the 16th and 20th centuries played a crucial role in the diffusion of the Portuguese language in Brazil. It is possible to summarize this process in four stages, as the synopsis introduced in table 1 shows. Before discussing this synoptic picture, however, it is important to highlight three points:

The process of kidnapping foreign labor force between 1532 and 1850 led to the polarization of Brazilian Portuguese and the emergence of a popular standard, heir to this linguistic contact.⁴ Thus, the concept of *sociolinguistic polarization* describes here the blossoming of these two standards in Brazilian Portuguese. As Lucchesi (2012) puts:

At the level of collective patterns of linguistic behaviour, language in Brazil is divided between an *educated standard* (*norma culta*), constituted by the uses of a privileged minority; and a *popular standard* (*norma popular*), constituted by the speech of most of the population, with little or no schooling [...] The most characteristic forms of popular speech are heavily stigmatized, and *linguistic prejudice* constitutes a powerful ideological mechanism to legitimize social exclusion and exploitation of the working class. [...] Historically, the most notable characteristics of popular speech are the result of language change processes, induced by contact of the Portuguese language with indigenous and

⁴ Yet, it was not simply a split linguistic community with white native speakers of Portuguese who were competent in speaking Portuguese and the African slaves (or indigenous people) who did not know anything about the colonizers' language and, therefore, simplified it. In the case of Brazil, the fact that it was the Afro-Brazilian enslaved population that spread the Portuguese language should accentuate the role the dominated communities played (and not just repeat notions of deficit and ignorance).

African languages, in the first centuries of Brazilian society formation. These marks are nothing more than the linguistic reflection of the multi-ethnic character of Brazil, so the prejudice manifested about them can be seen as the explicit expression of *racism* in the domain of language. (Lucchesi 2012, p. 50, emphasis in the original).⁵

Both the second and third stages of the sociolinguistic history of Brazil are grasped through the following phenomena, cleared up by Celso Furtado (1963):

[...] throughout four centuries from 1530 to 1930 Brazilian economy depended on external demand to provide the stimulus for its growth. Three long-period cycles left their mark on the country's development: first, the impulse from sugar exports from 1530 to 1650; second, the dynamic impetus of gold from 1700 to 1780; third, the expansion of the world market for coffee from 1840 to 1930. The intervening periods of relative economic stagnation were marked by important political events. [...] The discontinuities of this chronicle of development hold the explanation of the present extreme disparities of material existence in the country's many regions. Until very recently time development has gone forward in one region [...] without relation to the conditions in other regions or to the life of the nation as a whole. [...] *Where growth occurred it was based on the exploitation of resources in response to external demand.* (Furtado 1963, p. 214, emphasis added).

Moreover, industrialization deepened social polarization. Different from what happened in most of the European countries, it did not lead to the universalization of basic education or literacy.

⁵ Original text: "No nível dos padrões coletivos de comportamento linguístico, a língua no Brasil se divide entre uma *norma culta*, constituída pelos usos de uma minoria de privilegiados, e uma *norma popular*, constituída pela fala da grande maioria da população, com pouca ou nenhuma escolaridade [...] Um pesado estigma social se abate sobre essas formas mais características da fala popular, e o *preconceito linguístico* constitui um poderoso mecanismo ideológico de legitimação da exclusão social e da exploração do trabalho. [...] Historicamente, essas características mais notáveis da fala popular resultam de processos de mudança induzidos pelo contato do português com as línguas indígenas e africanas, ocorridos nos primeiros séculos de formação da sociedade brasileira. Portanto, essas marcas nada mais são do que o reflexo linguístico do caráter pluriétnico do Brasil, de modo que o preconceito que sobre elas se manifesta pode ser visto como a expressão mais clara do *racismo* no plano da língua." (Lucchesi 2012, p. 50, grifos do original).

However, a linguistic leveling process took place as a result of the expansion of a consumer market increasingly exposed to mass media and by technological innovations in communication devices, jointly to the cross-linguistic influence of late 19th century and early 20th-century European immigration.

Table 1 - The periodization of Brazil's sociolinguistic history⁶

<i>Year</i>	<i>Stage</i>	<i>Description</i>
1000 ⁷ BC– 1532 AD	1st Stage: Tupi expansion	The Tupi expel earlier communities from the Brazilian shore. Tupi and Tupinambá become the most spoken languages on the Brazilian coast.
1532 AD– 1695 AD	2nd Stage: Generalized multilingualism	The Low demographic density of colonial society implies that Portuguese coexists with vehicular languages of African or Indigenous origin. In the inland, pidginization/creolization processes eventually occur. Hundreds of indigenous languages remain in uncontacted communities/nations. Tupi/Tupinambá is restructured in the form of a koiné (Lingua Geral/Nheengatu) is widely spoken throughout the colony. Jesuits write grammars of Tupian languages, particularly of the koiné. ⁸

⁶ A noteworthy innovation of this proposal (not directly related to the topic under discussion), in comparison to previous periodizations, is that the first stage of the process predates the European arrival to Brazil, beginning with the unfolding of the Tupian language family throughout the Brazilian shore.

⁷ Recent archaeological research shows that about the year 2000 BP (Castro e Silva et al., 2020), Tupi populations initiated the process of domination of the Brazilian coastal area. That expansion led to the spreading of the Tupian language family throughout that same geographic region. As this discovery is not yet incorporated into the theory, I did not put it on the table.

⁸ For further discussion on the Nheengatu/Lingua Geral, see Lucchesi (2017) and Moore (2014).

1695 AD– 1930 AD	3rd Stage: Language homogenization	Imposition of the Portuguese as a hegemonic language, strongly restricting multilingualism.
1695 AD– 1808 AD	First wave of Lusitanization	The discovery of mineral resources (especially diamonds and gold) in the Brazilian soil leads to a gold rush, which promotes a massive influx of enslaved African and Portuguese settlers, and therefore, the first outbreak of urban development in Brazil. With an increase in livestock, there was an advance of the Portuguese language in Southeast Brazil and other regions, given the growing influx of African slaves.
1808 AD– 1850 AD	Second wave of Lusitanization	The arrival of the Portuguese Court (1808) and political independence (1822) intensified the urbanization process and the dissemination and standardization of the Portuguese language, freedom of the press, establishment of secondary schools and higher education institutions, and the creation of scientific associations.
1850 AD– 1930 AD	Third wave of Lusitanization	The end of the Transatlantic Slave Trade depletes the main source of multilingualism in Brazil: the enslaved African people. European and Asiatic massive immigration progressively lessens sociolinguistic polarization: a large contingent of Portuguese immigrants facilitates the lusitanization of the language. At the same time, purist and Europeanizing standardization increases.

1930 AD– present	4th Stage: Language levelling	Industrialization and urbanization promote the diffusion of Urban Brazilian Portuguese Standard. That dissemination erases much of contact effects in Popular Brazilian Portuguese Standard. At the same time, the Urban Brazilian Portuguese Standard stands out from the European standard, but unyielding income inequality (Brazil's Gini coefficient = 53.9) maintains the sociolinguistic polarization and fosters linguistic prejudice. The Official policy of enforcement of the Portuguese language (Brazilian version) as a national language; consequently all the other languages, including the immigrant ones, are put in the background (cf. 3rd stage comment).
---------------------	-------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Source: Table adapted from Lucchesi (2017, p. 375).

The Relative Clause in Brazilian Portuguese

The "basic word order" of Brazilian Portuguese is SVO. The head NP happens on the left, and the same strategies are applied both for the subject and direct objects. Tarallo (1983) identified three different strategies of relativization in Brazilian Portuguese. The first one (called the *gap-leaving strategy* in Tarallo 1983), taught in schools and sanctioned by the traditional grammarians, uses the relativizers *quem*, *qual*, and *onde*⁹, introduced by a preposition. Features such as animacy

⁹ This pronoun has been through an increasing process of grammaticalization, consistently expanding its semantic field. The same process has been described not only in the Biblical Hebrew *zašer* 'where' (itself a possible grammaticalization of the word for place, as the Akkadian *ašru* 'place' indicates), the spoken Greek *poû* 'where', the Southern German *wo* 'where', and the Krio *we* 'where', that Givón (2012) mentioned, but also in some Portuguese-based creoles too.

label the difference between the relativizers. It is the proposition, not the relative pronoun, that expresses the case. The only exception to this rule is the relativizer *cujo*, which encodes the genitive and is not introduced by a preposition.

The second strategy (called the *PP-chopping strategy* in Tarallo 1983) is dominant, despite not entirely accepted by traditional grammarians. It consists of the use of the restricting clause introduced by an unmarked relative pronoun *que*. The third strategy, which is called *the resumptive pronoun strategy* in Tarallo 1983, refers to the use of an unmarked pronoun after the verb, especially in the genitive position, with this unmarked relativizer reintroducing the subject of the main clause.¹⁰ This strategy is not prevalent in ordinary usage and is not sanctioned by the traditional grammarians.

For instance (relative clause in bold):

¹⁰ A case of preposition stranding happens when this pronoun is already grammaticalized (PSST). It does not happen in Portuguese, but in Angolar, as we will see in the next pages.

Brazilian Portuguese (standard)

(1)	(a)	<i>Porque</i>	<i>aquela</i>	<i>mulher</i>	<i>com</i>	<i>quem</i>	<i>casei</i>	<i>era</i>	<i>de</i>	<i>fora</i>
		because	that	woman	with	REL	marry:PST	be(PST)	of	abroad
'Because the woman who I married was a foreigner.' (Lucchesi 2015a)										

Brazilian Portuguese (urban)

	(b)	<i>Porque</i>	<i>aquela</i>	<i>mulher</i>	<i>que</i>	<i>eu</i>	<i>casei</i>	<i>era</i>	<i>de</i>	<i>fora</i>
		because	that	woman	REL	1SG	marry:PST	be(PST)	of	abroad
'Because the woman who I married was a foreigner.' (Lucchesi 2015a)										

Brazilian Portuguese (popular)

	(c)	<i>Porque</i>	<i>aquela</i>	<i>mulher</i>	<i>que</i>	<i>eu</i>	<i>casei</i>	<i>com</i>	<i>ela</i>	<i>era</i>	<i>de</i>	<i>fora</i>
		because	that	woman	REL	1SG	marry:PST	with	3SG	be(PST)	of	abroad
'Because the woman who I married was a foreigner.' (Lucchesi 2015a)												

Brazilian Portuguese (standard)

(2)	(a)	<i>a</i>	<i>camisa</i>	<i>com</i>	<i>que</i>	<i>você</i>	<i>saiu</i>
		DET	shirt	with	REL	2SG	go.out:PST
'the shirt you left with.' (Nunes 2009)							

Brazilian Portuguese (urban)

	(b)	<i>a</i>	<i>camisa</i>	<i>que</i>	<i>você</i>	<i>saiu</i>
		DET	shirt	REL	2SG	go.out:PST
'the shirt you left with.' (Nunes 2009)						

Brazilian Portuguese (popular)

	(c)	<i>a</i>	<i>camisa</i>	<i>que</i>	<i>você</i>	<i>saiu</i>	<i>com</i>	<i>ela</i>
		DET	shirt	REL	2SG	go.out:PST	with	3SG
'the shirt you left with.' (Nunes 2009)								

The device suggested by Kato and Nunes (2009) is a particularly compelling way to formalize each one of these strategies:

Figure 2 - Syntactic structure of standard relative clause

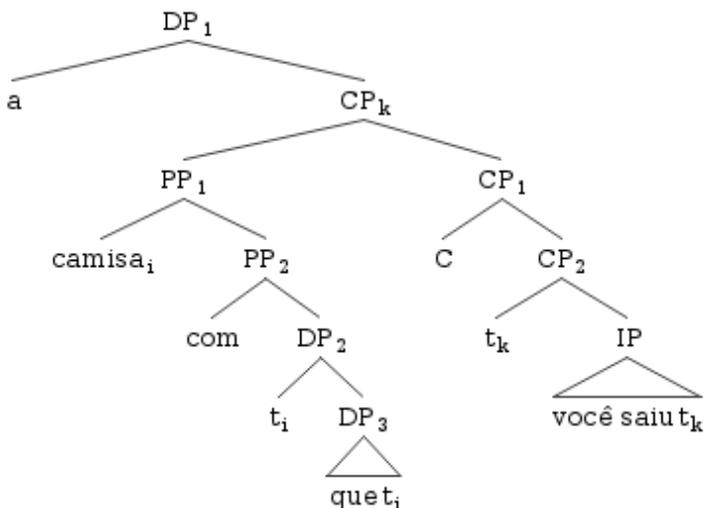


Figure 3 - Syntactic structure of chopping relative clause

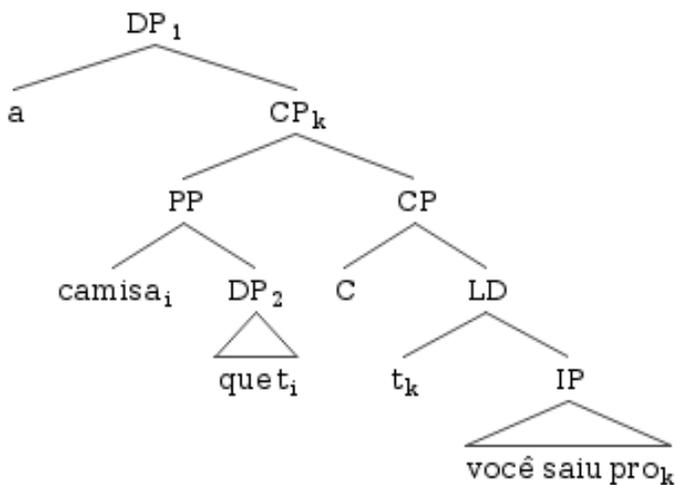
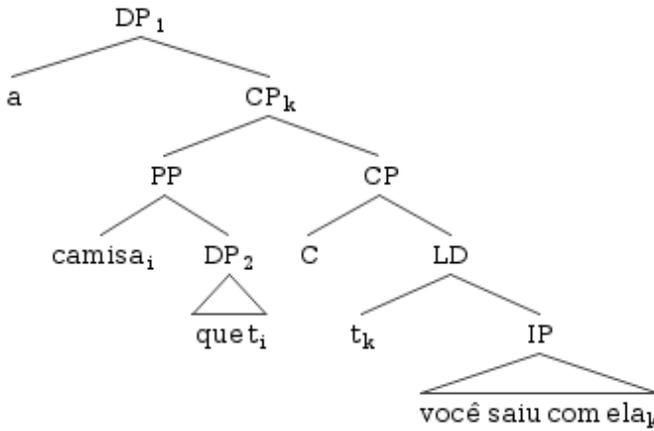


Figure 4 - Syntactic structure of resumptive relative clause
As they put:



Given the salient productivity of left dislocated constructions [...] in Brazilian Portuguese, Kato (1993a) proposes that *que* in relative clauses is always a relative pronoun and it may also be generated in the left dislocated position (where it receives default Case). According to her, the difference between the three types of relative clauses is not in terms of the grammatical resources employed, but rather the launching site of the movement of the relative pronoun *que*. If *que* is generated in an argument position [...] it yields standard relatives after moving to Spec of CP. When prepositions are involved in this scenario, we accordingly find pied-piping [...] and island effects [...] In fact, given that PPs cannot be left dislocated, as exemplified in [...] relative clauses with pied-piping must involve and cannot co-occur with resumption [...] By contrast, if *que* is generated in the left dislocation position, we obtain non-standard relatives, with no island effects and no pied-piping. That is, given the general availability of left dislocation structures in Brazilian Portuguese, it allows nonstandard relative clauses [...] with an overt pronoun, and [...] with a null pronoun.” (Kato e Nunes 2009, p. 111-112).

Given that resumptive strategy exists since Vulgar Latin¹, as Bagno (2001) mentions, the great innovation of Brazilian

¹ The following example from Plautus illustrates it: (i) *Ille qui adoptavit hunc sibi pro filio is illi Poeno huius patruo hospes fuit* (3SG.NOM.M RELadopt:3SG.PST.PRF this:ACC.M.SG oneself as son:ABL.SG DEM.NOM:SG 3SG.NOM.M.PL Carthaginian:ABL.SG DEM:GEN.SG uncle:ABL.SG visitor:NOM.SG be:PRF) 'That guy who adopted this guy as his son, he was an old friend of this guy's Arab uncle' (Pl.

Portuguese is the chopping strategy where the restricting clause is introduced by an unmarked relative pronoun *que*.

Another language that seems to have a similar strategy is Modern Hebrew, as Givón (1975) shows:

Hebrew					
(3)	האיש שהרג את הכלב אתמול				
	<i>ha-ziš</i>	<i>še-harag</i>	<i>zet</i>	<i>ha-kelb</i>	<i>zetmol</i>
	the-man	REL-killed	ACC	DET-dog	yesterday
	'The man killed the dog yesterday.'				(Givon 1975:5)

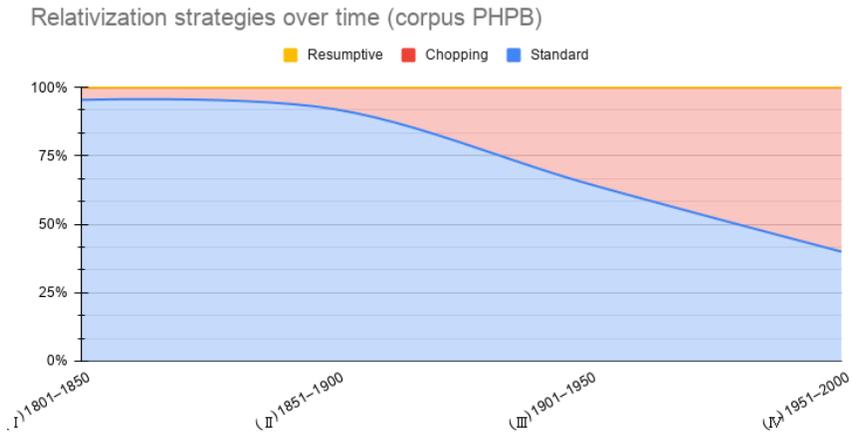
Hebrew							
(4)	יוחנן מכיר את האישה שישנה						
	<i>yohhanan</i>	<i>makkir</i>	<i>zet</i>	<i>ha-zišša</i>	<i>še</i>	(<i>zhi</i>)	<i>yšena</i>
	John	knows	ACC	DET-woman	REL	3SG(F)	sleeps
	'John knows the woman who is sleeping'					(Keenan and Comrie 1979:338)	

Finally, Bispo (2014) found the following distribution of relativization strategies as a function of time (standard, 40–95.4%; chopping, 4.6–60%; resumptive, 0%), in handwritten and printed texts, from the Rio de Janeiro and Bahia sections of the minimum corpus of the PHPB corpus project².

Poen. 119-120, trad. Amy Richlin, 2005). The relative clause is introduced by *qui* and its head is retaken by the demonstrative pronoun *is*.

² As Bispo (2014) puts: Os textos que constituem a amostra são exemplares dos seguintes gêneros textuais: cartas particulares (corpus manuscrito); cartas de leitor e cartas de redator (corpus impresso), produzidos em diferentes sincronias, a saber: séculos XVIII, XIX e XX. Essa variedade (textual e de sincronias) permite verificar fatores de natureza discursivo-interacional e cognitiva envolvidos no uso das orações relativas, bem como identificar possíveis mudanças quanto à recorrência às diferentes estratégias de relativização. (p. 225) (*The texts that make up the sample are examples of the following textual genres: private letters (manuscript corpus); reader letters and copywriter letters (printed corpus), produced in different synchronies, namely: 18th, 19th and 20th centuries. This variety (textual and synchrony) makes it possible to verify factors of a discursive-interactional and cognitive nature*

Figure 5 - Diachronic distribution of RC strategies in Brazilian Portuguese
(adapted from Bispo 2014)



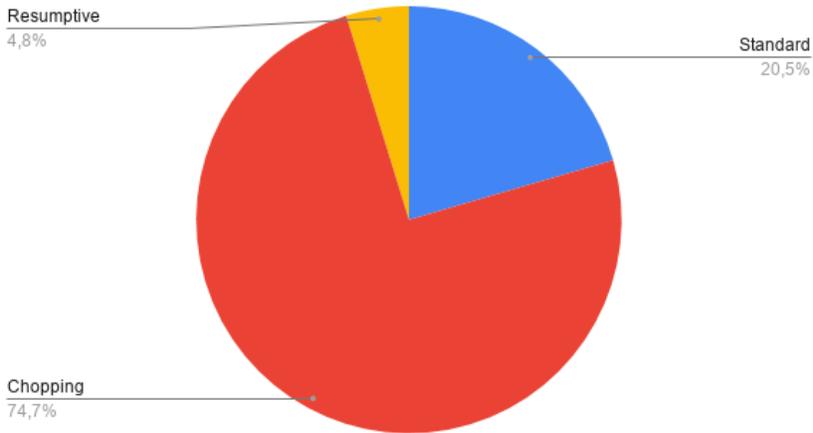
At the same time, Bagno (2001) found the following statistical distribution in contemporary Brazilian Portuguese through the analysis of the corpus of the NURC Project³ and transcripts of mass communication broadcasts (standard, 20.5%; chopping, 74.5%; resumptive, 4.8%):

involved in the use of relative clauses, as well as to identify possible changes regarding the recurrence of different relativization strategies.)

³ The NURC Project (Projeto Norma Urbana Culta ‘Urban Educated Standard Project’) was the most comprehensive language description endeavor ever done in Latin America. Idealized by Juan Miguel Lope Blanch, it was imported to Brazil by Nelson Rossi (UFBA) in the 1960s. The main task of the project was to describe on empirical grounds, (in all its aspects) the spoken educated urban standard of the major capitals, in a period of twenty years (1970-1990). Bagno (2001) only limited it to the database of Sao Paulo.

Figure 6 - Synchronic distribution of RC strategies in Brazilian Portuguese (Bagno 2001)

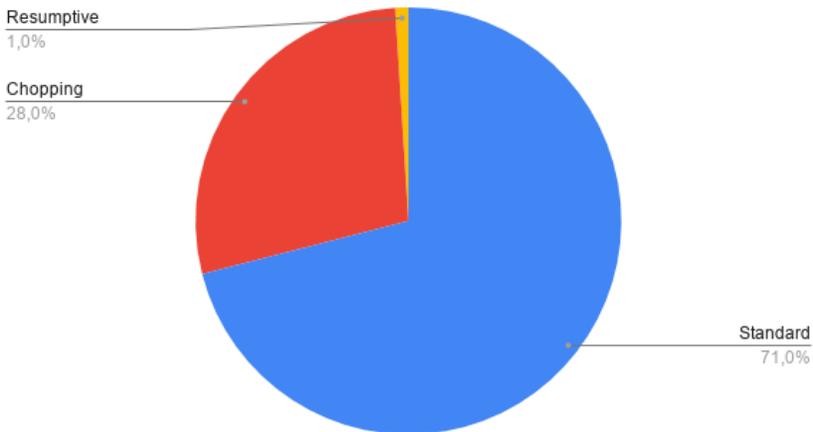
Relative clauses in Brazilian Portuguese (1981–1994)



Arim et al. (2005) found the following synchronic distribution of strategies in contemporary European Portuguese present in mass communication broadcast (standard, 71%; chopping, 28%; resumptive, 1%):

Figure 7 - Synchronic distribution of RC strategies in European Portuguese (Arim et al. 2005)

Relative Clauses in European Portuguese (1998)



Sociolinguistic background: the case of creoles

The model⁴ I use here to explain the formation of creole languages was extracted from Lucchesi (2019) and considers that all creole languages are born from linguistic contact. According to this perspective, the "creolization is a circumstance of radical and profound irregular linguistic transmission" (Lucchesi 2019, p. 248). The contact processes sociolinguistically involved consist of the relationship between two linguistic strata, usually a lexifier language (adstratum) and a substratum language. The main difference between the creole formation and all other processes of linguistic contact is, then, a break in regular language transmission, where both the substratum language and the lexifier language became to some extent inaccessible to the substratum groups. This situation promotes an independent and original restructuring of the grammar used by those groups, explainable by universally shared proprieties of the human language faculty. These languages share common properties⁵ (Lucchesi 2019, p. 249), such as:

1. The mandatory realization of subject pronouns, even when the lexifier language is a null subject language.

2. a system of preverbal particles to mark the verbal categories of TMA, employing grammaticalization of items such as adverbs and auxiliary verbs.

3. The elimination of number inflection in NPs and the creation of a new pluralizer (usually by the grammaticalization of a pronoun).

4. The elimination of gender inflection in NPs with the indication of the gender of animated beings by lexical composition.

⁴Due to the extreme controversy regarding the genesis and characterization of creole languages, I chose a model to follow in the explanations, without delving into the theoretical controversies.

⁵Each one of these properties is not exclusive to Creole languages but exists in several languages, typologically and sociolinguistically unrelated. Yet, the combination of these properties occurs in most creole languages.

5. The loss of preposition to/for, with the dative case indicated by verb serialization.

6. The grammaticalization of a lexical item as a reflexive pronoun (usually the name for body or head).

The following occurs in the case of Portuguese-based creoles: (i) the primitive absence of housing on the islands of Cabo Verde and Sao Tome and Principe, when the Portuguese arrived, followed by a majority of the population enslaved from the continent, under the control of a small number of Portuguese settlers, prompted the formation of creole languages; (ii) in the case of Guinea-Bissau (and of the Casamance province, in Senegal), a scenario of multilingualism and the absence of massive colonization by the Portuguese (without implying a scarcity of the socio-economic hegemony), as well as intense contact with the Cabo Verde archipelago, led to creolization; (iii) in the case of Asian creoles, historical variance at the intercommunication with the Portuguese led to creolization⁶; (iv) these creole languages are

⁶ As Cardoso (2016) puts: "Seria um erro, contudo, imaginar que estas vias de difusão da língua envolveram sempre e apenas falantes nativos de português. Na realidade, é essencial compreender que, no seu período inicial, os empreendimentos coloniais portugueses na Ásia se fizeram com a participação de pessoas de várias proveniências, a começar por outros europeus (espanhóis, italianos, franceses, flamengos, britânicos, etc.) que seguiam não apenas como missionários ou comerciantes mas até como oficiais [...] Foi ainda extremamente significativo o recurso a mão de obra asiática [de variada procedência] para vários fins, incluindo o de operar a máquina militar portuguesa [...] Para além disso, houve ainda um número considerável de africanos transportados para os diversos estabelecimentos luso-asiáticos na condição de escravos [...] Admitindo que a língua portuguesa teria funcionado como meio de comunicação entre uma população linguisticamente tão heterogénea, esta seria então uma L2 para boa parte dos agentes da expansão, um cenário em que cabe um contínuo de competências que vai desde as relativamente avançadas a versões pidginizadas do português." (Cardoso 2015, p. 49-50). (*It would be a mistake, however, to imagine that the spreading of the language have always involved only native Portuguese speakers. In reality, it is essential to understand that, in its initial period, Portuguese colonial enterprises in Asia were made with the participation of people from various places, starting with other Europeans (Spanish, Italian, French, Flemish, British, etc.) who went not on*

currently undergoing decreolization, and their speakers live in a diglossia involving the lexifier language and the creoles.

The Relative Clause in the Portuguese-based creoles

As Comrie and Kuteva (2012) already showed, the majority of the creole languages use "no more, no less than one relativizer" (p. 32), most of the time introducing an RC with a gap in its head. In other words, a chopping RC, to use the terminology presented in (1b) and (2b).

Moreover, as Dreyfus (1977) showed, it seems to exist a diachronic progression among the following strategies in creole languages (cf. Lucchesi 2016, p. 13):

(5) chopping strategy > resumptive strategy > PSST⁷

The counterexamples from Angolar (6), called forth by Alexandre and Hagemeyer (2002), against their generalization, are defined by the diachrony of the creole languages:

(6)	Angolar								
	(a)	<i>Ome</i>	<i>si</i>	<i>ki</i>	<i>ba</i>	<i>tamba</i>			
		man	DEM	REL.SBJ	go	fish			
		'the man who went fishing'						(Maurer 1995)	
	(b)	<i>Ngaa</i>	<i>si</i>	<i>ma</i>	<i>ene</i>	<i>n'dja</i>	<i>karu</i>	<i>pê</i>	

only as missionaries or traders but even as officers [...] The use of Asian workforce [from everywhere in Asia] was extremely significant too, for various purposes, including operating the Portuguese military machine [...] In addition, there was also a considerable number of Africans transported to the various Luso-Asian establishments as slaves [...] Admitting that the Portuguese language would have functioned as a means of communication between such a linguistically heterogeneous population, it would then be an L2 for most of the agents of the expansion, a scenario in which there is a continuity of competencies, ranging from relatively sophisticated to pidginized versions of Portuguese.)

⁷ Preposition stranding with a spelled-out trace (PSST) strategy. English, for instance, does allow this phenomenon, which is jokingly known as a *dangling preposition*. When it does happen, the preposition that moves in the pied-piping strategy or is deleted in the chopping strategy is spelled out. A perfect example is the phrase of the English playwright and poet Ben Johnson: "the bodies that those souls were frightened from", where *from* is the preposition stranded.

		place	DEM	REL.NSBJ	3PL	stop	car	put	
		'the place where they stopped the car.'					(op. cit.)		

Other counter-examples, which are advisable to mention, are: (i) the Mangalore Creole, which seems to allow a relativizer marked for case in the genitive; and (ii) the Macanese Creole, which appears to admit the pied-piping strategy:

(7)	Mangalore																
<i>M</i>	<i>qu</i>	<i>fitiç</i>	<i>pod</i>	<i>ter</i>	<i>pa</i>	<i>Alexandre</i>	<i>al</i>		<i>pe</i>		<i>carre</i>	<i>co</i>	<i>pla</i>	<i>d</i>	<i>ambi</i>	<i>e</i>	<i>conq</i>
<i>as</i>	<i>e</i>	<i>os</i>	<i>ia</i>		<i>ra</i>	<i>'s</i>	<i>ma</i>	<i>cujo</i>	<i>to</i>	<i>era</i>	<i>gado</i>	<i>m</i>	<i>nos</i>	<i>e</i>	<i>ção</i>		<i>uista</i>
<i>b</i>	<i>w</i>	<i>ma</i>	<i>co</i>	<i>ha</i>	<i>to</i>	<i>Alexandr</i>	<i>so</i>	REL.	<i>ch</i>	<i>be.</i>	<i>full</i>	<i>wi</i>	<i>pla</i>	<i>o</i>	<i>ambi</i>	<i>a</i>	<i>conq</i>
<i>ut</i>	<i>hat</i>	<i>gic</i>	<i>uld</i>	<i>ve</i>		<i>e.POSS</i>	<i>ul</i>	GEN	<i>est</i>	<i>PST</i>		<i>th</i>	<i>ns</i>	<i>f</i>	<i>tion</i>	<i>nd</i>	<i>quest</i>
But what charms could it have for the soul of Alexander, whose heart was full of plans of ambition and conquest.'															(Schuchardt 1881:898)		

However, given the sources of these occurrences⁸ and their sociolinguistic scenario, the phenomena discussed can be an interference of the lexifier language or rather the expression of a decreolization process (as in the case of Sao Vicente Creole).

Finally, it is interesting to mention the case of Sri Lanka Portuguese, in which there is a manifest resemblance between the RC strategy used in the creole language and the RC strategy used in the substrata (mainly Dravidian). That shows some level of influence of the substrate language.

⁸ Mainly in written texts produced in late 19th century and early 20th, by bilingual consultants. A more specific sociolinguistic survey can bring light to the topic. In the specific case of the Macau, Cardoso (2016) highlights the many difficulties in drawing the border between the Macanese Creole and a Macanese variety of Portuguese, endorsing the scenario depicted by Leite de Vasconcelos in 1901: «A côté du <macaista> proprement dit, ou dialecte créole de Macao, on emploie un langage à prétentions littéraires, qui rappelle plus ou moins le portugais usuel; il y a en outre un portugais parlé par les Chinois» (Vasconcelos 1901, p. 149, as quoted by Cardoso 2015, p. 86).

Discussion

In 1976 Kenneth Hale published a paper on the adjoined RCs in Australia, which remarkably contributed to the description of the RCs in the world. The work introduced and described the notion of adjoined RC in some languages of the Pama-Nyungan family (also described for the first time by Hale), chiefly Warlpiri.⁹ Given "the particularly loose relation¹⁰ between main the clause and relative clauses one might well expect to find in not yet fully elaborated versions of language" (as Comrie 2000, p. 25 summarized), it sparked a sweeping debate on the nature of relative constructions.

⁹ This specific structure does not appear in any of the varieties of Portuguese or in any Portuguese-based Creole language. Nevertheless, there are some Creole languages with this structure (such as Kriol), and there is even the possibility that this structure is part of the development of relative clauses in human languages (including Creole languages, as Romaine 1984 points out). I offer two examples (the first from Kriol and the second from Warlpiri) for comparison: (a) *Thet the kenggaru na langa hill we im jidan* (DEM EQ.COP kangaroo now LOC hill SUBORD 3SG stay) 'That's the kangaroo that lives in the hills.' (Schultz-Rerndt e Angelo 2013) and (b) *ɲatjulu-ɭu Ø-na yankiri pantu-ɲu, kutja-lpa ɲpa na-ɲu* (1-ERG AUX emu spear-PST COMP-AUX water drink-PST) 'I speared the emu which was/while it was drinking water'. As you can see, in both cases, the relative clause is not embedded in the main clause. A multifunctional word provides the link between the clauses (in (i) it is a subordinative element, in (ii) it is a comparative). Yet, there is a word linking both clauses, which distinguishes the adjoined relative clause from the zero-marking relative clause. Furthermore, the head occurs in the main clause, as in other structures. For further analysis of the topic, see Hale (1976), Romaine (1984), Comrie and Kuteva (2012) as well Hendery (2012).

¹⁰ This "loose" relation is further developed in Nordlinger (2006). She claims that: "H76 [Hale (1976)] uses the label 'adjoined relative clause' to refer to a clause type that can have both adverbial and relative functions and which, in relative clause function, may appear in a linear position discontinuous with the head nominal that it modifies. Even though H76 consistently refers to these clauses as 'subordinate', other researchers have frequently interpreted Hale's discussion as suggesting that Warlpiri doesn't have syntactic embedding, i.e. that it does not have 'true' subordinate clauses of the type that are familiar from many other languages (e.g. Lehmann 1988:183/185; Diessel 2001: 439/440)." (Nordlinger 2006, p. 6).

Hale (1976) also proposed a *diachrony of RC's typology* that did not set up an agenda because it was overshadowed by the introduction of the concept of adjoined RC and by changes in the syntactical theory itself. It was based on three points: (i) his fieldwork on the Warlpiri language and the already mentioned discovery of the adjoined RC; (ii) a new and radical model of linguistic analysis, offered in "Aspects of the Theory of Syntax", by Chomsky (1965) and (iii) the arising notion of reanalysis, proposed and discussed at the same time by some linguists, including Hale himself.

Hale (1976) hints at four stages to the development of the RC:

I. Initial stage:

Adjoined relatives only.

II. First Intermediate stage:

Adjoined Relatives with optional attraction.

III. Second Intermediate stage:

Adjoined Relatives with obligatory attraction.

IV. Final stage:

Reanalysis of the attracted relative as an embedded clause.

He adds that:

Implicit in the scheme is that a language whose contemporary relative apparatus belongs to one of the first three stages introduces its relatives in deep structure as adjuncts to the main clause. The final stage, however, involves a reanalysis according to which relatives are introduced as adjuncts to noun phrases within the main clause. The reanalysis is triggered by the change in the third stage which made the attraction obligatory [...] (Hale 1976, p. 307)

Givón has recently proposed a double pathway or source to the formation of the relative clauses(2012) to integrate the RC in a complete description of the "diachronic rise of the complex verb phrase" (Givón 2012, p. 4). The double sources are "the clause-chained pathway" and "the nominalized V-comp pathway" (idem). The first source of RCs is the progressive explicitness of morphological marking in previously juxtaposed sentences. The second source of RCs is nominalizations, from NPs in apposition progressively grammaticalized.

Lucchesi (2015) introduces the following scale of grammaticalization to the RC, taking into account the aforementioned typological classification of the RCs:

I. RCs without any morphological mark.

II. RCs with a neuter relativizer and a gap.

III. A prepositional-stranding RC, introduced by a relative pronoun morphologically marked (PSST).

IV. RCs introduced by a case-marked relativizer.

Lucchesi's proposal (2015) is, however, still under development. And there is no long-range survey that investigates its applicability to all languages. The topic needs further investigation. It is not clear whether all the grammaticalization processes of the relative phrase follow this same process or even if this process necessarily encompasses all these stages. In addition, it should be noted that a considerable number of languages present more than one of the highlighted strategies. Three of these strategies are shared by Romance languages (namely, types (ii), (iii), and (v)). In Brazilian Portuguese, despite the presence of the resumptive strategy and the loss of the pied-piping strategy (i.e., in a sense a case-marked relativizer) the relative clauses with a gap introduced by a relativizer (type ii) predominate.

Conclusion

I summarized the history of the formation of Brazilian Portuguese from the point of view of Contact Linguistics and related that to the panorama of the European (particularly Portuguese) Colonial Expansion and the Transatlantic Slave Trade. The following points were covered in my analysis:

1. Identification of the sociolinguistic processes behind the language change in the case of the RC in the Brazilian Portuguese.

2. Description of the structural pattern behind the RC in Brazilian Portuguese and suggestion of an analysis extension to the Portuguese-based creole languages.

3. Identification of the type of contact that led to the development of multiple RC strategies in Brazilian Portuguese.

4. Relation it has to the literature on the creole formation and the literature about RC typology and RC formation.

5. Strengthening the connections between the history of Brazilian Portuguese and the history of Portuguese-based creoles.

Yet, I could not:

1. Show in the RC formation the differences between *creolization* and *irregular linguistic transmission of a light kind*.

2. Find other evidence in favor of any of the two divergent models of Creole genesis.

The topics addressed in this paper will be further researched and developed.

References

ALEXANDRE, Nélia; HAGEMEIJER, Tjerk. Pronomes resumptivos e abandono de preposição nos crioulos atlânticos de base lexical portuguesa. *Actas do XVII encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, p. 17–30, 2002. Available in: <http://hdl.handle.net/10451/31023>. Date of Access: 6 Sep 2020.

ARIM, Eva; RAMILO, Maria Celeste; FREITAS, Tiago. Estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses. In: *Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 2005, [s.l: s.n.], 2005. Available in: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-redip-relativas.pdf>. Date of Access: 6 Sep 2020.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? um convite à pesquisa*. 6. ed ed. São Paulo: Parábola, 2001. (Lingua[gem], 1).

BICKERTON, Derek. Creole Languages. *Scientific American*, v. 249, n. 1, p. 116–123, 1983. ISSN 00368733. Available in: <https://dx.doi.org/10.1038/scientificamerican0783-116>. Date of Access: 6 Sep 2020.

_____. *Roots of language*. Berlin: Language Science Press, 2016[1981]. Available in: <https://dx.doi.org/10.17169/langsci.b91.109>. Date of Access: 6 Sep 2020.

BISPO, Edvaldo Balduino. Orações relativas em perspectiva histórica: interface uso e cognição. *Veredas - Revista de Estudos Linguísticos*, v. 18, n. 1, 2014. Available in: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/24981>. Date of Access: 6 Sep 2020.

CARDOSO, Hugo C. O português em contacto na Ásia e no Pacífico. IN: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina. *Manual de linguística portuguesa*. Berlin: De Gruyter, 2016. pp. 68-97. Available in: <https://doi.org/10.1515/9783110368840-005>. Date of Access: 6 Sep 2020.

CASTRO E SILVA, Marcos Araújo *et al.* Genomic insight into the origins and dispersal of the Brazilian coastal natives. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 5, p. 2372–2377, 4 Feb 2020. ISSN 10916490. Available in: <https://dx.doi.org/10.1073/pnas.1909075117>. Date of Access: 6 Sep 2020.

CHAUDENSON, Robert. *La créolisation: théorie, applications, implications*. Paris: L'Harmattan, 2005. (Langues et développement).

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press, 2014[1965]. Available in: <https://mitpress.mit.edu/books/aspects-theory-syntax>. Date of Access: 6 Sep 2020.

COMRIE, Bernard. Typology and language acquisition: the case of relative clauses. In: RAMAT, Anna Giacalone (Org.). *Typology and Second Language Acquisition*. Berlin, New York: De Gruyter Mouton, 2002. Available in: <https://dx.doi.org/10.1515/9783110891249.19>. Date of Access: 6 Sep 2020.

DEGRAFF, Michel. Linguists' most dangerous myth: The fallacy of Creole Exceptionalism. *Language in Society*, v. 34, n. 04, out. 2005. ISSN: 14698013. Available in: <https://dx.doi.org/10.1017/S0047404505050207>. Date of Access: 6 Sep 2020.

DREYFUSS, Gail. *Relative clause structure in four Creole languages*. 1977. University of Michigan f. Doctoral Dissertation – 1977.

FURTADO, Celso. The Development of Brazil. *Scientific American*, v. 209, n. 3, p. 208–220, set. 1963. ISSN 00368733. Available in: <https://dx.doi.org/10.1038/scientificamerican0963-208>. Date of Access: 6 Sep 2020.

GIVÓN, Talmy. Toward a diachronic typology of relative clause. In: KUTEVA, Tania; COMRIE, Bernard. *Relative Clauses in Languages of the Americas*, p. 1–26, 15 set. 2012. Available in: <https://doi.org/10.1075/tsl.102>. Date of Access: 6 Sep 2020.

_____. Complex NPs in word order and resumptive pronoun in Hebrew. In: *Syntax Festival: You take the high node and I'll take the low node*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1973. p. 135–46.

HALE, Kenneth. The adjoined relative clause in Australia. In: DIXON, ROBERT M. (Org.). *Grammatical categories in Australian languages*. Linguistic Series. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976. p. 78–105. Available in: <http://lingphil.mit.edu/papers/hale/papers/hale025.pdf>.

HENDERY, Rachel. *Relative Clauses in Time and Space: A case study in the methods of diachronic typology*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2012. v. 101. Available in: <https://dx.doi.org/10.1075/tsl.101>. Date of Access: 6 Sep 2020. (Typological Studies in Language).

HOLM, John. *An Introduction to Pidgins and Creoles*. 1. ed. [S.l.]: Cambridge University Press, 2000. Available in: <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139164153>. Date of Access: 6 Sep 2020.

KATO, Mary Aizawa; NUNES, Jairo. Chapter 5. A Uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, JAIRO (Org.). *Linguistik Aktuell/Linguistics Today*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009. v. 142. p. 93–120. available in: <https://dx.doi.org/10.1075/la.142.07kat>. Date of Access: 6 Sep 2020.

KEENAN, Edward L.; COMRIE, Bernard. Data on the Noun Phrase Accessibility Hierarchy. *Language*, v. 55, n. 2, p. 333, jun. 1979. ISSN 15350665. Available in: <https://dx.doi.org/10.2307/412588>. Date of Access: 6 Sep 2020.

_____. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 8, n. 1, p. 63–99, 1977. ISSN 15309150. Available in: <https://dx.doi.org/10.2307/4177973>. Date of Access: 6 Sep 2020.

KUTEVA, Tania; COMRIE, Bernard. The evolution of language and elaborateness of grammar: The case of relative clauses in creole

languages. In: _____. *Relative Clauses in Languages of the Americas*, p. 27–46, 2012. Available in: <https://doi.org/10.1075/tsl.102>. Date of Access: 6 Sep 2020.

LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolinguísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1/2, 22 maio 2017.

_____. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 33, n. 2, p. 347–382, ago. 2017. ISSN 1678460X. Available in: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-445067529349614964>. Date of Access: 6 Sep 2020.

_____. Contato entre línguas e mudança linguística: as orações relativas no português afro-brasileiro. In: FIGUEIREDO, CRISTINA; ARAÚJO, EDIVALDA (Org.). *Diálogos com Ilza Ribeiro sobre gramática e história da língua portuguesa*. 1. ed. [S.l.]: EDUFBA, 2015. v. 1. p. 77–119.

_____. Language in contact in Brazil and the genesis of creole languages. *Journal of Ibero-Romance Creoles*, v. 9, p. 334–357, 2019. ISSN 21845360. Available in: <http://www.acblpe.com/revista/volume-9-2019/language-contact-in-brazil-and-the-genesis-of-creole-languages>. Date of Access: 6 Sep 2020.

MATRAS, Yaron. *Language Contact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. Available in: <https://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511809873>. Date of Access: 6 Sep 2020.

MAURER, Philippe. Angolar. In: MICHAELIS, Susanne Maria; MAURER, Philippe; HASPELMATH, Martin & HUBER, Magnus (eds.) *The survey of pidgin and creole languages*. In: *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online volume 2: Portuguese-based, Spanish-based and French-based Languages*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology; Oxford: Oxford University Press, 2013.

MICHAELIS, Susanne et al. (Orgs.), *The atlas of Pidgin & Creole language structures*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. Available in: <https://apics-online.info/>. Date of Access: 6 Sep 2020.

MOORE, Denny. Historical Development of Nheengatu (Língua Geral Amazônica). In: MUFWENE, Salikoko S. *Iberian Imperialism and Language Evolution in Latin America*. Chicago: University of

Chicago Press, 2014. p. 108-142. Available in: <https://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511809873>. Date of Access: 16 Feb 2021.

MUFWENE, Salikoko S. *The Ecology of Language Evolution*. 1. ed. [S.l.]: Cambridge University Press, 2001. Available in: <https://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511612862>. Date of Access: 6 Sep 2020.

NORDLINGER, Rachel. Spearing the Emu Drinking: Subordination and the Adjoined Relative Clause in Wambaya. *Australian Journal of Linguistics*, v. 26, n. 1, p. 5–29, abr. 2006. Available in: <https://dx.doi.org/10.1080/07268600500531610>. Date of Access: 16 Feb 2021.

PLAUTUS, Titus Maccius. Poenulus. In: RICHLIN, Amy. *Rome and the mysterious Orient: three plays by Plautus*. Berkeley: University of California Press, 2005

Pl. *Poen*. 119-120, trad. Amy Richlin, 2005

ROMAINE, S. Relative clauses in child language, pidgins and Creoles. *Australian Journal of Linguistics*, v. 4, n. 2, p. 257–281, dez. 1984. Available in: <https://doi.org/10.1080/07268608408599327>. Date of Access: 13 May 2021.

SCHULTZ-RERNDT e ANGELO. Kriol structure dataset. In: MICHAELIS, Susanne Maria; MAURER, Philippe; HASPELMATH, Martin & Huber, Magnus (eds.). *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Available in: <http://apics-online.info/contributions/25>. Date of Access: 16 Feb 2021

TARALLO, Fernando Luiz. Relativization Strategies in Brazilian Portuguese. University of Pennsylvania. Doctoral Dissertation – 1983. Available in: <https://repository.upenn.edu/dissertations/AAI8326337>. Date of Access: 6 Sep 2020.

ARÁ HOVY PY E KA'AGUY HOVY PORÃ: A VITALIDADE DA LÍNGUA GUARANI MBYA NA REGIÃO DE MARICÁ

*ARÁ HOVY PY AND KA'AGUY HOVY PORÃ: THE VITALITY OF
MBYA GUARANI LANGUAGE IN MARICÁ*

Luciana Ferreira Farina

Resumo

No âmbito dos estudos de Contato Linguístico (CL), destacamos os trabalhos sobre a vitalidade das minorias etnolinguísticas (GILES, BOURHIS, TAYLOR, 1977; UNESCO, 2003 TERBORG, GARCÍA, 2011) para refletir sobre os fatores que influenciam a vitalidade da língua Guarani Mbya, no município de Maricá, Rio de Janeiro. A partir de uma abordagem glotopolítica (GUESPIN; MARCELLESI, 1986; LAGARES, 2018), relacionamos as ações do poder político municipal com as decisões das comunidades indígenas para discutir tais fatores. Para tanto, efetuamos uma revisão bibliográfica sobre os Guarani Mbya (LADEIRA, 1989; BRIGHENTI, 2005; FIGUEIREDO, 2012; PEREIRA, 2014; CORDEIRO, 2016), além de um levantamento das mídias locais/nacionais e de importantes documentos como o Inventário da língua Mbya do IPOL, Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) e censos do IBGE. Palavras-chave: Guarani Mbya. Vitalidade Linguística. Glotopolítica.

Abstract

Within the scope of the Linguistic Contact Studies (CL) we choose the works on the vitality of ethnolinguistic minorities (GILES, BOURHIS, TAYLOR, 1977; UNESCO, 2009; TERBORG, GARCÍA, 2011) to reflect on the factors that influence the vitality of the Mbya Guarani language, in Maricá, Rio de Janeiro. From a glotopolytic approach (GUESPIN; MARCELLESI, 1986; LAGARES, 2018) we relate the actions of the political power at the municipal level to the decisions of the indigenous communities to discuss such factors. To this end, we carried out a bibliographic review on the Mbyas Guarani (LADEIRA, 1989; BRIGHENTI, 2005; FIGUEIREDO, 2012; PEREIRA, 2014; CORDEIRO, 2016) in addition to a survey of local/national media and important documents such as IPOL's Mbya Language Inventory, National Inventory of Linguistic Diversity (INDL) and IBGE censuses.

Keywords: Guarani Mbya language. Linguistic Vitality. Glottopolitics.

Introdução

A elaboração deste artigo nasce das discussões fomentadas na disciplina de Contato de Línguas (CL), do curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), primeiro semestre de 2020, conduzidas pelos professores Mônica Guimarães Savedra e Peter Rosenberg. O que pensamos ser um simples estudo de caso através das variáveis para a avaliação da vitalidade de minorias etnolinguísticas de Giles et al. (1977) tornou-se, percebemos, a urgência em discutirmos sobre os fatores que poderiam evitar o desaparecimento de tantas línguas ameaçadas e garantir os direitos linguísticos de comunidades historicamente marginalizadas, uma preocupação pessoal e um compromisso político de repensar nossas visões sobre a língua para somarmos na luta contra a exclusão social pela linguagem.

Reconhecida como referência cultural brasileira pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014), por meio do Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL), a língua Mbya é um dos mais significativos valores da cultura Guarani, sendo uma das três variedades modernas da família Tupi-Guarani. É falada em quatro países – Paraguai, Argentina, Bolívia e Brasil; e, em número reduzido, também no Uruguai. Além de ser língua oficial do Estado Paraguaio, língua oficial para o trabalho no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ao lado do Espanhol e do Português, é língua co-oficial do Município de Tacuru, Mato Grosso do Sul, Brasil (IPOL, 2011). Apesar dessa diversidade linguística, o Brasil corre o risco de perder, dentro de 15 anos, um terço de suas línguas indígenas, o que constitui uma média de aproximadamente 60 diferentes línguas, de acordo com estudos do Museu do Índio (ABDALA, 2014).

Cerca de 37% das línguas do mundo estão em processo de perda, e uma parte significativa dessa perda está acontecendo no Brasil (SIMONS; LEWIS, 2011; 2013 *apud* EBERHARD, 2013, n.p.). E, para destacar essa deterioração das línguas indígenas, o último Censo (2010), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), aponta que somente 37,4% dos 896.917 que se declararam “indígenas” falam sua língua nativa e apenas 17,5% desconhecem o português. Sabemos que *language shift* e a perda linguística são processos naturais, pois as línguas “estão sempre em processo de mudança”, todavia, para Eberhard, as perdas “poderiam ser evitadas se decisões específicas forem tomadas antecipadamente pelas comunidades em questão” (2013, n.p.).

Só em agosto de 2020, foram 717 mortes indígenas causadas pelo Coronavírus., 155 povos afetados e mais de dois mil casos confirmados. Esses números totalizam quase um terço da população indígena do país, de acordo com o Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena (BOND, 2020). Apesar disso e por causa disso, aspiramos que essa adversidade coletiva constitua solo fértil para a construção de um diálogo que destaque a importância, não apenas da proteção das línguas e da inestimável perda da história, identidade, memória e sabedoria que a redução de falantes de línguas indígenas implica, mas também da proteção das próprias comunidades etnolinguísticas minoritárias, que têm sido historicamente marginalizadas, silenciadas, negligenciadas e tratadas como um problema a ser resolvido.

Nessa direção, procuraremos, através deste artigo, discutir os desafios da sobrevivência da língua e da cultura dos Mbya, em Maricá, Rio de Janeiro, onde, atualmente, encontram-se duas aldeias, a fim de refletirmos algumas questões relacionadas à vitalidade dessa variedade linguística na região. Consideramos para tratar esse tema perspectivas distintas (GILES; BOURHIS; TAYLOR, 1977 e UNESCO, 2009) para mostrar que, a depender da abordagem teórica, a vitalidade linguística pode ser pensada de diferentes maneiras, que existem muitos aspectos sociolinguísticos que podem influenciar na manutenção de uma língua, ou mesmo ameaçá-la à extinção. Por vitalidade linguística, entendemos que ela:

(...) é demonstrada na medida em que a língua é utilizada como meio de comunicação em vários contextos sociais para fins específicos. O indicador mais significativo da vitalidade de uma língua é o seu uso diário em casa. Uma língua com alta vitalidade seria aquela que é usada extensivamente

dentro e fora de casa, por todas as gerações, e para a maioria, se não todos, os tópicos (SIL, 2020, tradução nossa).

Uma perspectiva glotopolítica, segundo Guespin e Marcellesi (1986: 5), deveria englobar “todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade toma a forma do político”. Dessa forma, toda ação política sobre a língua é uma ação glotopolítica, sendo consciente ou não. Assim, nos interessa pensar a vitalidade com base nesse olhar que admite diferentes gestões linguísticas que vão além das ações do poder público, estatal ou municipal, mas que integram a ação de diferentes “agentes”, ou seja, atores sociais. Concordamos que qualquer “mudança política ou social, enfim, pode ser analisada pelo linguista a partir dos seus efeitos glotopolíticos, isto é, pelo modo como modifica as relações linguísticas em todos os níveis, do ponto de vista do sistema da língua ou das práticas enunciativas concretas” (LAGARES, 2018, p. 47). Nesse sentido, a vitalidade do Guarani Mbya no município, por um lado, ocorre como resultado de efeitos glotopolíticos, na medida em que as diversas iniciativas e os projetos realizados nas aldeias, em conjunto com diferentes agentes, criam o ambiente e as condições necessárias para o uso da língua mbya. Por outro lado, o desejo da própria comunidade indígena de continuar a falar e ensinar o mbya constitui-se como o fator mais importante para a manutenção dessa variedade do guarani. Com a pesquisa em fase inicial, nosso objetivo nesse artigo é apresentar um breve panorama das trajetórias das comunidades indígenas no município de Maricá, Rio de Janeiro, a fim de refletir sobre os fatores que podem ou não favorecer a vitalidade do Guarani Mbya na região.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: a) verificação da mídia local, do site da prefeitura e de revistas/jornais, b) revisão bibliográfica sobre o tema a partir de teses, dissertações e artigos sobre os Guarani Mbya (FIGUEIREDO, 2012; PEREIRA, 2014; CORDEIRO, 2016.) e c) investigação de importantes documentos como o Inventário da língua Mbya do IPOL, Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL),

censos do IBGE, estatísticas do Museu do índio, da Funai, da Funasa, do Centro de Trabalho indigenista, entre outras fontes.

1. Tekoa: o modo de ser guarani

O tekoha, para o Guarani, talvez seja a síntese da concepção e da relação que esse povo mantém com o meio ambiente. No plano físico poderíamos dizer que o tekoha é a aldeia, é o lugar onde a comunidade Guarani encontra os meios necessários para sua sobrevivência (BRIGHENTI, 2005, p. 42).

O processo de colonização no Brasil foi muito cruel com os povos indígenas, os negros e os imigrantes. A “política indigenista oficial e o contato sistemático e diversificado com a sociedade nacional” e “o tipo de experiência vivida por esses diversos grupos nas reduções jesuíticas” interferiram no modo de organização dessa população, tendo como resultado novos reagrupamentos e miscigenação entre os povos Guarani (LADEIRA, 1989, p. 57). Centenas de línguas foram extintas e muitos foram obrigados a abandonar suas culturas, tradições e territórios. Com essas línguas que desaparecem, muitos saberes de diversos campos são perdidos: cosmovisões, mitos, interpretações, experiências, saberes e identidades. Por isso, devemos reconhecer a memória e vida das línguas, conhecer suas histórias e as diferentes políticas linguísticas que interferem na sua gestão, na cultura e no futuro. “Cada vez que uma língua morre, nós perdemos evidências para a compreensão de padrões na estrutura e na função da linguagem humana, sua pré-história e a manutenção dos diversos ecossistemas do mundo” (UNESCO, 2003, p. 2, tradução nossa), além de desrespeitarem a própria vida dos falantes.

A etnia Mbya é um dos três subgrupos do povo Guarani no Brasil. Os outros dois são o Ñandeva e o Kaiowá. Para fazer tal classificação, o antropólogo Schaden (1974) se baseou nas diferenças linguísticas e culturais dos Guarani. E como explica Ladeira (1989, p. 57), “não se trata apenas de um formalismo classificatório, mas corresponde também a uma definição de diferença, apontada e vivida pelos próprios índios”.

Sua população, sem distinguir esses subgrupos, está em torno de 225 mil indígenas no Continente Sul-Americano (CIMI, 2016). Já a população Guarani Mbya, no território brasileiro, aponta para 85.225 pessoas, na qual estão distribuídos “64.455 na região Centro-Oeste, estado de Mato Grosso do Sul (MS); 300 nos estados de Mato Grosso (MT), Tocantins (TO), Pará (PA), Maranhão (MA); 20.500 nas regiões Sul e Sudeste, estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Paraná (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES)” (EMGC, 2016, p. 33). Isso revela um aumento da população no território, com base no último censo que indicava 67.523 índios (IBGE, 2010).

A crise sanitária que afeta quase todos os países, no presente, já tem reduzido a população indígena mais vulnerável. Mesmo o IBGE decidiu cancelar a realização do Censo Demográfico que ocorreria este ano e optou por antecipar alguns dados para auxiliar o desenvolvimento de políticas e planos para enfrentar a Covid-19 junto aos povos tradicionais. Para este artigo, preferimos não nos aprofundar nesses dados, pois não apresentam informações sobre o subgrupo étnico que estamos trabalhando.

Os movimentos migratórios e o fluxo entre as aldeias são aspectos essenciais das práticas sociais guarani. Em nossa revisão bibliográfica, nos deparamos mais de uma vez com a ideia de que uma das razões, ou mesmo a principal, para essas migrações desse grupo seria “a busca da terra sem mal (yvy-maraëy), da terra perfeita (yvyju-mirĩ), o paraíso” (LADEIRA, 1989, p. 58). No entanto, esse não parece mais ser o motivo principal, visto que existem outras demandas no que se refere à configuração do mundo atual, como a divisão de território, o avanço das tecnologias e da urbanização, num contexto globalizado. Alguns motivos poderiam ser “devido ao simples ‘gosto’ dos Guarani por caminhar” ou a “busca por trabalho, não perder os direitos, uma briga interna, um convite do branco, a participação num movimento indígena” (PEREIRA, 2014, p. 26).

No entanto, é preciso ter consciência de que não é sem conflito e violência que esses deslocamentos ocorrem, uma vez que, no “Brasil,

o direito à terra e ao seu usufruto é parte de uma luta vivida a ferro e fogo por muitos brasileiros, até mesmo não indígenas, configurando uma questão social de largo alcance” (ILG, 2011, p. 86). O Documento Final da II Assembleia Continental do Povo Guarani, realizada em abril de 2007, nos ajuda a perceber essa tensão:

Nosso território, Ywy Rupá, foi cortado, várias vezes, por fronteiras entre países e estados. Fizemos guerras para roubar nossas terras. Por isso, hoje, nosso povo ficou dividido entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Para nós não existem fronteiras. Continuamos visitando nossos parentes e tentando andar livremente, como fazíamos em tempos passados. No entanto, percebemos que cada vez mais estes países desenvolvem políticas que nos impedem de viver ao nosso modo. Em alguns países, nos chamam de estrangeiros, de forasteiros, e dizem que não podem reconhecer o direito a nossas terras porque elas não nos pertencem. Mesmo assim, nós continuamos lutando por nosso território e pelo fim de todo tipo de fronteira que impede de vivermos livremente. (ALAI apud ILG, 2011, p. 80).

Sempre integrados à natureza, tida como o único sistema possível e real, os Mbya encontram equilíbrio entre o uso e a necessidade, “numa organização espacial cuidadosa e detalhista quanto à utilização dos recursos naturais, numa divisão social dos espaços calcada na reciprocidade entre os grupos familiares” (LADEIRA, 1989, p. 58), o que nos leva a abandonar uma visão simplista do que seria a “aldeia” para os indígenas, ao passo que percebemos a importância da terra para sua sobrevivência cultural e que “a desarmonia ambiental sempre deflagra uma crise moral e social que prejudica a permanência de um grupo no lugar” (p. 59). Para ilustrar essa relação com a terra, retomamos Brighenti (2005, p. 42) com o conceito de tekoah sendo ainda:

(...) a conjugação dos vários espaços que se entrecruzam: o espaço da mata preservada onde praticam a caça ritual; espaço da coleta de ervas medicinais e material para confeccionar artesanatos e construir suas casas; é o local onde praticam a agricultura; é também um espaço sóciopolítico, onde constroem suas casas de moradias, a casa cerimonial/Opy, o pátio das festas, das reuniões e do lazer. Não é possível conceber o tekoah sem a composição dos espaços, ou apenas um dos espaços; nesse caso, não poderão viver a

plenitude e assim se quebra a relação que mantém com o meio, produzindo o desequilíbrio (BRIGHENTI, 2005, p. 42).

2. Tekoa na cidade: as aldeias em Maricá

As aldeias Tekoa Ka'aguy Hovy Porã (Aldeia Mata Verde Bonita) e Pevaé Porã Tekoa Ará Hovy Py (Aldeia Sítio do Céu), em Maricá, município da Região Metropolitana, no Estado do Rio de Janeiro, foram formadas no ano de 2013, sob condições diversas, e permanecem nos mesmos locais desde então, mas não sem atritos. Isso mudou a situação sociolinguística da cidade, exigindo da Prefeitura de Maricá um acompanhamento na gestão das práticas linguísticas e sociais das comunidades indígenas que passam a fazer parte da cidade.

Ao longo dos sete anos em Maricá desde a chegada dos Guarani, não há registro de nenhuma morte entre os indígenas, panorama com o qual ficamos felizes. Nossa pesquisa foi elaborada a partir da percepção de que a Prefeitura de Maricá atuava numa estreita relação com essas comunidades indígenas – talvez mais em uma do que na outra –, com ações de promoção da língua e da cultura Guarani, seja com políticas linguísticas, educacionais ou territoriais. Há uma nítida mobilização para sensibilizar os moradores da cidade quanto à história e ao modo de vida desses povos, em escolas municipais e diversos eventos na cidade, assim como discussões de pautas indígenas em seminários de distintos campos de atuação que acontecem no centro.

O que também nos chamou atenção foi a forma como essas aldeias foram acolhidas, tópico que será investigado nas seções seguintes.

A análise desse contexto torna-se relevante, à medida que se interroga sobre as condições de resistência das minorias linguísticas para manterem suas línguas e garantirem reconhecimento por parte do Estado, junto aos direitos que tocam diversos âmbitos da vida social. Além disso vale sobre o papel do poder público municipal nas políticas de preservação e promoção

linguísticas e culturais e os conflitos que se relevam nessas situações de contato de línguas.

2.1. Tekoa Ka'aguy Hovy Porã

Em sua tese *Aqueles que não vemos: uma etnografia das relações de alteridade entre os Mbya Guarani*, Pereira (2014) realizou sua etnografia em aldeias Mbyas no Estado do Rio de Janeiro, com maior enfoque em uma aldeia de Niterói. Segundo o autor, a área indígena, na qual ele desenvolveu grande parte do seu trabalho, deixou de existir por causa da mudança desse grupo para Maricá.

Tratava-se de uma aldeia (considerada pela FUNAI, na verdade como Acampamento Indígena) localizada em Camboinhas, bairro nobre na Região Oceânica da cidade de Niterói, e os conflitos gerados pelo encontro dos Mbya com os moradores do referido bairro (...) bem como as características físicas do local pareciam favorecer, desde o início, a mudança, porém, era preciso, antes, ter para onde ir. Assim, após uma festa do “dia do índio”, em 2009, no centro de Maricá, que contou com a apresentação do coral das crianças mbya, o prefeito da referida cidade “doou” para eles uma área grande, próxima à praia de São José do Imbassaí. Após o GT da FUNAI e todos os trâmites legais levados a cabo por esta instituição (que duraram uns quatro anos), todos os Mbya que residiam em Camboinhas mudaram-se para lá, onde moram atualmente (p. 19).

Neste trecho, ficam claras duas razões para o deslocamento das referidas comunidades indígenas à Maricá: o convite do prefeito Washington Quaquá (PT) e a garantia de território próprio. O prefeito queria doar, à aldeia em Camboinhas, uma área perto do litoral e procurou a FUNAI para saber se a terra era apropriada. No entanto, foi identificado que o território não pertencia à prefeitura (FIGUEIREDO, 2012), por isso passaram os anos seguintes em negociações junto à FUNAI e ao dono do território, até chegarem a um acordo. Só isso já poderia soar como um sinal de alerta, pois sabemos que as políticas no âmbito municipal são muito frágeis, já que podem não ser continuadas pelo próximo governo. Sem contar o tempo entre a promessa e seu cumprimento. No entanto, seu sucessor Fabiano

Horta (PT) manteve um posicionamento semelhante, no discurso e nas ações políticas de apoio e valorização cultural, seguindo um plano, deixado por Quaqué, de turismo das áreas indígenas.

Os integrantes que hoje formam Tekoa Ka'aguy Hovy Porã (Mata Verde Bonita) chegaram a Maricá em abril de 2013, com cerca de 30 famílias num total de 65 pessoas e instalaram-se no bairro de São José de Imbassaí, que fica a cerca de 12 km do centro. Os dados, quanto à densidade populacional, variam bastante de uma fonte para outra, mas a prefeitura aponta aproximadamente 100 habitantes. Por ser mais próxima da cidade, percebemos uma movimentação mais ativa nessa aldeia, com eventos culturais e escolares, acolhimento de aldeias visitantes, jogos olímpicos, oficinas de contação de história e um forte turismo.

A trajetória dessa tekoa teve seu início em Paraty/RJ, localizada no litoral sul fluminense. No entanto, devido à impossibilidade de expansão da comunidade por causa do relevo montanhoso, ela decidiu migrar para Camboinhas, em virtude da “existência de um Sambaqui milenar que comprovaria que a região seria uma terra indígena” (CORDEIRO, 2016, p. 6). Os movimentos migratórios e fluxos entre aldeias, como destacamos no segmento anterior, tão característicos da cultura Guarani, podem gerar conflitos e rivalidades. Nesse sentido, a ocupação indígena de uma área altamente valorizada no empreendimento imobiliário não ocorreria sem hostilidade. O resultado foi “um atentado violento: um incêndio (tido como criminoso pela perícia, na época, que constatou ter havido vários focos em vez de apenas um)” (PEREIRA, 2014, p. 27).

No ano passado, os moradores de Tekoa Ka'aguy Hovy Porã experimentaram ainda outro incêndio de suspeita criminosa (LSM, 2019), que, se fosse confirmada, poderia denotar uma rejeição por parte da população da cidade quanto à permanência da aldeia. Como não houve uma investigação policial, não podemos tirar uma conclusão sobre a relação do subgrupo guarani mbya com o grupo majoritário da população maricaense. No entanto, esse episódio nos leva a duas possíveis interpretações: a primeira diz respeito à capacidade de gerenciamento da aldeia para lidar com o problema

por conta própria, optando, assim, por não depender da assistência do grupo dominante mais do que o necessário. Ao nosso ver, essa atitude reforça a diferenciação identitária dos guarani mbya, que, apesar de estarem inseridos no conjunto da população do município, ainda guardam uma coletividade própria, traduzida no gerenciamento dos assuntos da aldeia por seus participantes. A segunda interpretação seria supor que conflitos existem, sejam eles relacionados a questões territoriais, à concorrência da pesca local ou mesmo a diferenças etno-culturais.

Um exemplo de discordância quanto à permanência das aldeias na cidade pode ser observado no severo discurso do vereador Filippe Poubel (PSL), durante uma sessão da Câmara Municipal, em 2018. Nesse contexto, o vereador discutiu sobre um caso de assassinato, no qual o corpo da vítima foi encontrado próximo da referida aldeia. Até o momento deste artigo, não há informações sobre o andamento das investigações feitas pela Polícia Federal, mas, na ocasião, o vereador se valeu da oportunidade para atacar os indígenas, chegando a culpabilizar a prefeitura por acolhê-los:

Na nossa cidade não existia índio. Niterói não quis os índios, Rodrigo Neves queria expulsá-los de lá, aí o nosso prefeito abraça. E o que eles acrescentam de valores para nossa cidade? Droga nenhuma! (...) recebem dinheiro do Governo Federal e do Bolsa índio, isso não é normal! Quer ser índio, vai morar na Amazônia, quer ser índio, vai morar no meio do mato. É muito fácil, usar um cucar na cabeça, andar seminu e dizer que é índio. (BARROS, 2018).

Não há como, sem uma pesquisa apropriada, avaliar o grau de aceitação ou rejeição por parte da população local quanto à presença indígena, todavia, para além desse tema, escolhemos esse recorte também para destacar dois argumentos que são recorrentes nos discursos contra os interesses de comunidades indígenas. O primeiro deles diz respeito à comprovação da identidade indígena. Nesse episódio, ao aludir a ambas as aldeias, o vereador põe em dúvida a identidade étnica dessas comunidades, com base numa imagem distorcida, anacrônica e preconceituosa do índio, de sua

cultura e de seus valores. O segundo argumento focaliza naquilo que fere os interesses econômicos de base capitalista, dito de outra forma, as ações que visam se responsabilizar por comunidades marginalizadas que não são lucrativas, não fazem sentido para o Estado, segundo Poubel. O vereador deixa isso bem claro ao afirmar num suposto isolamento para se manter como um índio *de verdade*, isolamento este que isenta o compromisso do Estado sobre qualquer questão de desigualdade econômica e social. Poubel insinuou que a fragilidade econômica das aldeias se constitui como um problema para o Município de Maricá e quem trouxe esse *problema* foi o prefeito.

No presente, a aldeia Mata Verde Bonita permanece na mesma área da restinga, em São José de Imbassaí, somando sete anos de história em Maricá, numa constante adaptação. O artesanato é uma das principais fontes de renda, porém, com o isolamento social, a situação econômica não é boa. A aldeia costumava “receber visitantes e realizar atividades educativas”, porém, desde o início do isolamento, “todas as atividades foram suspensas, a loja da aldeia fechou, e as vendas, que são a principal fonte de renda da comunidade, chegaram a quase zero” (LISBOA, 2020). Uma medida para tentar amenizar o impacto econômico foi recorrer à tecnologia:

Para ganhar uma vitrine de exposição de seus produtos, a aldeia de Maricá se associou ao coletivo de marcas Retoke, que desde o início da quarentena realiza transmissões ao vivo para anunciar produtos de pequenos produtores. O coletivo criou ainda uma página na internet para vendas online e ajuda os produtores a expor e enviar seus produtos para compradores (ibid., 2020).

Felizmente, a aldeia não registra nenhum caso de covid-19 e a Cacique Jurema Reté Yry, em entrevista ao Brasil de Fato, relata a situação:

Quase não saímos para a rua, somos acostumados a estar dentro da aldeia, estamos isolado, então a quarentena não nos afetou. Fizemos os testes de covid duas vezes e não deu nada, nenhum resultado positivo. Aqui, só

entram uma enfermeira, que trabalha de segunda a sexta, e uma médica, que vem duas vezes na semana (MIRANDA, 2020).

Na relação da comunidade indígena com a própria língua, encontramos algumas falas em jornais eletrônicos, no portal da prefeitura de Maricá e também no trabalho do ILG (2011), que evidencia uma alta valorização da língua materna. A equipe do Centro de Informação da ONU para o Brasil (UNIC Rio) cobriu uma matéria com o título “Em Maricá (RJ), tribo usa idioma guarani para fortalecer cultura indígena”. Eles visitaram a aldeia Mata Verde Bonita e entrevistaram o Cacique Tupã que afirmou que a “preservação da língua começa pela prática. Ela está nas nossas moradias, plantio e cânticos” (ONU BR, 2017). O cacique também expressou preocupação em relação ao abandono da língua materna: “Acredito que muitos índios deixaram um pouco de falar sua língua materna por causa do preconceito. Quando vão à cidade e perguntam se são índios, eles têm vergonha de dizer que são”. O cacique também explicou que as crianças aprendem primeiro o guarani mbya e só aos sete anos aprendem o português.

Em uma outra entrevista, Tupã, quando foi perguntado como era viver próximo da cidade – em referência à Camboinhas –, numa área difícil de exercer o plantio, explicou:

Agente não sabe se agente veio até a cidade ou a cidade veio até agente. Então agente tenta se adaptar pelo outro, agente têm que saber viver os dois mundos diferentes um do outro e procurar, por mais que você faz contato com o mundo lá fora não deixar de ter a preservação da sua cultura que a cultura também é muito importante. **Por que eu acredito que o que mantém agente até aqui lutando pela cultura é a língua e a religião.** A maneira de fazer o ritual toda à noite tudo isso fortaleceu (FIGUEIREDO, 2012, p. 74-75, grifo nosso).

Em síntese, a aldeia de São José de Imbassai aparenta estar bem assistida, se escolhermos olhar isoladamente para o apoio institucional municipal, para as iniciativas de prevenção e combate aos efeitos da pandemia em ação conjunta das secretarias de Educação e Assistência Social, ou ainda para os inúmeros eventos culturais que possibilitam o uso da língua guarani mbya e o

estabelecimento de um diálogo entre indígenas e não-indígenas e a visibilidade dessa aldeia na mídia. Todavia, existem conflitos que permanecem apagados no discurso dos agentes glotopolíticos ligados à Prefeitura, como a situação fundiária dessa aldeia, que reivindica a demarcação da terra indígena, a situação de desigualdade econômica, a dificuldade para encontrar trabalho na cidade, os conflitos com os grupos dominantes e o preconceito demonstrado nas redes sociais nas publicações sobre os indígenas. Atualmente, fechada para visitação por causa da pandemia do coronavírus, muitos projetos nas aldeias foram interrompidos, deixando essa população em um estado maior de vulnerabilidade.

2.2. Pevaé Porã Tekoa Ará Hovy Py

A aldeia Pevaé Porã Tekoa Ará Hovy Py (Sítio do Céu) se estabeleceu no bairro de Itaipuaçu, em 2013. Antes, porém, faz-se necessário enfatizar a dificuldade em reunir informações recentes e autênticas que não sejam apenas mediadas pela prefeitura. Mesmo no trabalho de campo realizado por Cordeiro (2016), diz não ter tido acesso à aldeia. As escassas impressões de Caciques, de líderes e moradores entrevistados que estão à nossa disposição, no momento da pesquisa, são fornecidas pela Prefeitura em sua grande maioria. Para esse artigo, esses dados são válidos, pois apresentam não só o posicionamento de agentes glotopolíticos ligados diretamente à esfera municipal, como também denunciam a forma como eles interpretam a formação dessas aldeias no território. Nossa desconfiança a dados fornecidos por essa fonte naquilo que ela destaca como positivo, visto que não são imparciais, omitindo os conflitos que são inerentes a toda situação de contato linguístico e cultural que permeiam as relações entre duas comunidades linguísticas que não possuem o mesmo status, seja social, seja econômico, seja político.

Sobre o nome da aldeia, optamos por aquele que aparece com mais frequência nas referências recentes, pois sua nomenclatura

apresenta algumas variações nas mídias. Cordeiro (2016) se refere a ela como *Ara Owy Re*:

A situação da Aldeia Ara Owy Re, segundo o levantamento de dados, gera graves preocupações, indicando que, além das tensões referentes à ocupação do território, essa aldeia passa por situações de precariedade. O diálogo com os sujeitos indígenas da Aldeia Ara Owy Re mostra-se fundamental para compreendermos a questão (p. 9).

Quando fizeram essas considerações, a Aldeia Sítio do Céu encontrava-se, de fato, em situação de negligência, segundo matéria do Jornal O Dia (PEDREIRA; MAGALHÃES, 2015). No entanto, sua chegada à Maricá não parece integrar a narrativa que apresentamos anteriormente. Por isso, analisar esse contexto poderia explicar diferenças na atuação política das e nas aldeias. Em Tekoa Ka'aguy Hovy Porã (Mata Verde Bonita), o que vimos foi um deslocamento que teve origem no convite do prefeito da cidade. A leitura que fazemos desse evento é a de um compromisso firmado, no qual se espera uma tomada de responsabilidade pelo que foi prometido. Assim, podemos dizer que isso deu aos Mbya o direito, de certo modo, de cobrarem algum tipo de assistência.

De modo distinto, os integrantes da aldeia Sítio do Céu chegaram a Itaipuaçu vindos de Aracruz, no Espírito Santo. Segundo o cacique Felix Karaí Brisuela, de 68 anos, a família saiu de Porto Alegre, em 2000, e continuou viajando pelo Brasil (PEDREIRA; MAGALHÃES, 2015) até se estabelecer em Maricá, enviada por *Nhanderu* (deus Mbya), sendo comum os movimentos migratórios por motivação espiritual. Neste caso, temos uma comunidade indígena que busca apoio da Prefeitura de Maricá, não estando ligada a nenhum acordo prévio, o que configura um relacionamento diferenciado, no qual uma cobrança por parte deles à prefeitura não surtiria o mesmo efeito do que uma cobrança feita pela outra aldeia, que foi convidada à região com a promessa de território próprio.

Convém destacar que, ao fazer esse tipo de leitura, não estamos, de modo algum, negando a importância de oferecer assistência a uma comunidade que precise. Nossa intenção é

apenas apontar as diferenças nos motivos de deslocamento de ambas as comunidades, para tentar compreender como isso afeta suas relações com a Prefeitura e com a própria cidade, e como se desdobram as ações glotopolíticas sobre a língua guarani mbya.

Posto isto, passamos às considerações sobre o território escolhido. A Morada das águias, Parque Estadual na Serra da Tiririca, região onde habita este grupo familiar, também de etnia guarani mbya, não é próxima ao centro da cidade e, estando há mais de 20 km de distância, não há linhas de ônibus que fazem esse trajeto diretamente. A reduzida oferta do sistema de ensino municipal nesse bairro, a falta de condições mínimas para o plantio e a impossibilidade de expansão territorial da aldeia denunciam condições de habitação precárias, apontadas pelos próprios indígenas. Contudo, na época em que essas alegações foram feitas, a Prefeitura de Maricá explicou “que auxilia os índios guaranis dentro das limitações legais, uma vez que todo o atendimento às populações indígenas deve ser conduzido pela Fundação Nacional do Índio (Funai)”, complementando que parte das suas ações “se dá por meio de mantimentos e roupas” (PEDREIRA; MAGALHÃES, 2015).

Atualmente, as duas aldeias contam com uma unidade escolar, *Kyryngue Arandua* (em Itaipuaçu) e *Para Poti Nhe e Já* (em São José do Imbassá) na perspectiva bilíngue.

Nelas, 28 alunos – entre crianças e pré-adolescentes – matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I da rede municipal recebem o ensino bilíngue Português-Guarani, além de participarem de atividades pedagógicas específicas relacionadas à cultura de seu povo (PREFEITURA DE MARICÁ/RJ, 2018).

Segundo o relatório do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro (CEDIND) de 2021, há o predomínio de professores não-indígenas nessas escolas, pois são poucos os que possuem formação específica para atuar em escolas indígenas (magistério e/ou licenciaturas indígenas e interculturais), na região, sendo necessária a abertura de contratação para professores indígenas. Outro ponto destacado são os segmentos escolares.

Desde que foram instituídas, as escolas oferecem somente o Ensino Fundamental I, obrigando as crianças a continuarem os estudos fora das aldeias, em escolas não-indígenas. A infraestrutura das escolas também precisa de atenção para a acomodação das crianças e dos jovens e para a diversificação das práticas pedagógicas.

Além de ensino fragilizado nas aldeias, a prefeitura também ofereceu gratuitamente o *Curso Básico da Língua Guarani*, por meio da Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e Mulher, aos interessados na língua guarani mbya, com duração de um mês. A então coordenadora de Políticas Públicas Indígenas, Maria Oliveira, apontou o curso como uma oportunidade para conhecer melhor a cultura indígena, e que a intenção é de abrir turmas avançadas posteriormente. De acordo com o secretário de Direitos Humanos João Carlos de Lima, “a importância desse curso vai além de ensinar apenas o guarani. Na verdade, queremos levar para a população a vida, costumes e cultura indígena, para que ela entenda um pouco da luta desses povos” (PREFEITURA DE MARICÁ/RJ, 2019). Apesar de considerarmos a duração do curso muito curta para os objetivos ambiciosos de permitir “que os alunos entendam, falem e consigam se comunicar com os índios na língua deles” (ibid.), tal ação ainda tem efeitos glotopolíticos favoráveis à vitalidade da língua indígena, a partir do momento que intenciona a promoção da língua e da cultura guarani mbya e contribui para novas situações de uso dessa língua, assim como para a aproximação dos indígenas com os não-indígenas.

Apesar de algumas das ações municipais descritas aparentarem um caráter positivo, não fica claro as condições de moradia da aldeia Pevae Porã Tekoa Ará Hovy Py na região. Um dos motivos é o grande espaço de tempo entre uma notícia e outra, nas mídias. Acima, apresentamos dados de 2015 a respeito de adversidades vividas pela aldeia, porém foi apenas em 2017 que encontramos o relato de uma visita de representantes das secretarias de Saúde e de Urbanismo e Meio Ambiente para analisar o local e ouvir as demandas de seus moradores. Essas lacunas nas informações divulgadas dificultam a compreensão da influência da Prefeitura nas decisões da aldeia e

como seria essa relação. Não apenas nesse contexto, mas a dificuldade, em geral, de reunir dados sobre as populações indígenas, suas condições de moradia, o número de falantes com proficiência na língua, o índice de transmissão intergeracional, entre outras informações sobre a situação sociogeográfica desses povos, impede um diagnóstico mais preciso que é etapa fundamental antes de se elaborarem projetos ou políticas que auxiliem nas necessidades dessas comunidades etnolinguísticas. É importante destacar que, quando as estimativas fazem das populações indígenas um grupo homogêneo, elas silenciam o carácter multicultural e plurilíngue do país, assim como desrespeitam a singularidade dessas minorias linguísticas.

3. Vitalidade linguística: teorias

Abordar a temática de vitalidade implica necessariamente refletir sobre perda, negligência, violência e silenciamento. Altenhofen e Morello (2013), ao investigarem as políticas linguísticas para línguas minoritárias empreendidas no Brasil, apontam que:

Sem dúvida, a perda de uma língua, como de qualquer outro patrimônio cultural imaterial, representa um problema que diz respeito não apenas aos cidadãos que detêm ou que estão responsáveis pela salvaguarda desse patrimônio, mas também da sociedade majoritária, que perde nuances significativas da sua constituição, e do Estado democrático que se configura como “um Estado de todos”. (p. 21)

Da mesma maneira, discutir esse *problema* nos leva a pensar nas ações de manutenção, promoção e resgate dessas línguas minoritárias. No caso específico das populações indígenas, podemos questionar ainda o primeiro impulso que muitos têm ao olhar para uma determinada comunidade minoritária e se perguntar por que ela não assimila os nossos valores? Por que, seja por curiosidade, incompreensão ou desdém, esperamos que o outro deixe sua identidade para assumir a nossa?

Posto isto, entendemos que:

Para o desenvolvimento da linguagem, o estudo da vitalidade linguística é importante para determinar a probabilidade de uma língua continuar a ser utilizada num futuro próximo e que os esforços para desenvolver essa língua serão suscetíveis de ser sustentáveis. (SIL, 2020, tradução nossa)

Em Giles et al. (1977), discute-se a vitalidade das minorias etnolinguísticas ao passo que se concentra na relação entre grupos étnicos. Para os autores, “a vitalidade de um grupo etnolinguístico é aquilo que faz com que um grupo se comporte como uma entidade coletiva distinta e ativa em situações intergrupais” (p. 308, tradução nossa). Ou seja, um grupo “que tem pouca ou nenhuma vitalidade acabaria por deixar de existir como grupo distinto”. Por outro lado, “quanto mais vitalidade um grupo linguístico tem, maiores são as chances de sobreviver e prosperar como entidade coletiva num contexto intergrupais” (ibid. p. 308, tradução nossa). Nessa teoria, as variáveis que possivelmente influenciam a vitalidade desses grupos podem ser organizadas em três categorias: Status, Demografia e Apoio Institucional, como podemos observar na figura a seguir:

Figura 1 - Uma taxionomia da estrutura das variáveis que afetam a vitalidade etnolinguística



Fonte: (Adaptado de Giles et al. 1977, p. 309, tradução nossa)

Em um primeiro momento, essa abordagem macro e objetiva de Giles et al. (1977) foi importante na medida em que nos ajudou

a pensar nos dados dessa forma. Algumas questões postas eram: se haveria uma espécie de hierarquia de valores das variáveis desta tabela, se, por exemplo, só o apoio institucional seria suficiente para assegurar um alto grau de vitalidade, ou se necessariamente deveria haver uma combinação de valores, e quantas combinações seriam possíveis. Os próprios autores alertam para o cuidado que se deve ter ao analisar e combinar essas variáveis. No entanto, é importante destacar que essa teoria não considera situações multilíngues, mas apresenta as situações de interação como uma abstração da relação de um grupo étnico em relação a outro de cultura dominante.

A Unesco (2003), por sua vez, preocupada com a situação das línguas ameaçadas, desenvolveu uma escala para a manutenção linguística de nove fatores, com a ressalva de que nenhum fator isolado deve ser usado para avaliar a vitalidade de uma língua ou sua necessidade de documentação. Em sua concepção, a diversidade linguística integra o patrimônio da humanidade, por isso o desaparecimento de uma língua é tido como uma perda irreparável, pois cada língua traz em si a sabedoria e a cultura dos povos.

Tabela 1 - Nove fatores avaliativos de Vitalidade Linguística (UNESCO)

1	Transmissão intergeracional da língua;
2	Número absoluto de falantes;
3	A proporção de falantes em relação à população total;
4	Tendências em domínios linguísticos existentes;
5	Resposta a novos domínios e mídia;
6	Materiais para Educação Linguística e Alfabetização;
7	Atitudes e políticas governamentais e institucionais em relação à língua;
8	Atitudes dos membros da comunidade em relação à própria língua;
9	Quantidade e qualidade da documentação.

Fonte: Adaptado da Unesco (2003, p. 7-16, tradução nossa)

Cada um desses fatores é medido através de uma gradação de ameaça, que vai de (0) extinta; (1) criticamente ameaçada; (2) severamente ameaçada; (3) ameaçada; (4) vulnerável; a (5) segura

(UNESCO, 2003). Os aspectos dessa gradação podem variar, dependendo do fator, mas todos usam a gradação para uma dada situação sociolinguística mais próxima da extinção ou da segurança. Para esse artigo, optamos por selecionar os fatores que consideramos relevantes para o tratamento da temática, os quais desenvolvemos a seguir. Ressaltamos, ainda, que é preciso considerar o objeto de estudo no seu contexto sociolinguístico, observando as influências de contatos linguísticos, pois é através dele que poderemos compreender melhor os fenômenos relacionados à vitalidade.

É importante mencionar, também, o trabalho de Terborg e García Landa (2011), organizadores do livro “Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes”, no qual os autores apresentam o Modelo de Ecologia das Pressões, que podem atuar de maneira a favorecer as línguas indígenas ou ir contra elas.

Nesse segmento, procuramos mostrar, com essas duas abordagens, fatores que nos auxiliam na avaliação do grau de vitalidade, assim como no diagnóstico do grau de ameaça de uma determinada minoria linguística. A seguir, apresentaremos algumas reflexões de como tais fatores podem nos ajudar a pensar a vitalidade do Guarani Mbya nas aldeias de Maricá/RJ.

4. A vitalidade das aldeias

Para nossa exposição, selecionamos, dentro das duas propostas apresentadas, os fatores observáveis em nossos dados até o momento, os quais podemos inferir. Da proposta de Giles et al. (1977), nosso recorte recai nos critérios de status: econômico e linguístico. Dos fatores da Unesco, importamos: (1) a transmissão da língua de uma geração a outra; (7) atitudes e políticas governamentais e institucionais em relação à língua; e (8) atitudes dos membros da comunidade em relação à própria língua.

a) **Status econômico:** refere-se ao grau de controle que um grupo linguístico obteve sobre a economia de sua comunidade,

para determinar a vitalidade. Esse critério é importante na medida em que nos permite observar o controle que essa comunidade tem sobre seu próprio destino para se manter como um grupo distinto. Dessa forma, um grupo com um alto grau de status econômico teria mais chances para continuar falando sua língua materna. No contexto estudado, o status econômico dessas comunidades indígenas é baixo, pois dependem economicamente da prefeitura.

b) **Status linguístico:** esse critério considera o status da língua falada pelo grupo linguístico, dentro e fora dos limites da rede da comunidade linguística. Dito de outra maneira, uma língua de status internacional pode ter um baixo status linguístico, se falada numa região em que exista outra língua hegemônica. Nesse contexto, *fora do grupo*, a língua guarani mbya tem um **status baixo**, porém, se tomarmos como recorte geográfico o Paraguai, o valor atribuído à língua é diferente, visto que ela tem status de língua oficial nesse país. *Dentro do grupo*, inferimos que o status linguístico é **alto**, pois toda comunidade usa a língua guarani nas aldeias e as crianças continuam aprendendo primeiro o guarani mbya e só depois o português e reservam o português para os contatos na cidade ou com visitantes não-indígenas. Portanto, o status linguístico poderia influenciar na transmissão intergeracional. Se uma comunidade acredita que sua língua não tem valor social, ou cultural, nem identitário, ou que ela coloca essa comunidade em desvantagem em relação a outras parcelas da população majoritária, esses falantes poderiam considerar abandonar a língua. Os mbya entendem a necessidade de aprender a língua portuguesa, mas, nos dados que dispomos, não há indícios de abandono da língua guarani por parte da geração mais nova.

c) **A transmissão da língua de uma geração a outra:** nesse fator, consideramos que existe um esforço por parte da geração mais velha de ensinar a língua para seus filhos, por ser uma forma de reconhecimento da identidade como grupo. Segundo dados da mídia local, os integrantes das duas aldeias falam o guarani mbya. Darcy Tupã, uma das lideranças da aldeia Mata verde bonita, compartilha que “a gente só usa o português para fazer contato

com o que a gente chama, na linguagem indígena, de juruá ou homens brancos. Usar o guarani é uma maneira que a gente achou de reforçar nossa raiz”. Da mesma forma, a primeira língua aprendida pelas crianças é o guarani e, quando atingem a idade de 5 ou 6 anos, elas começam a aprender o português (ABDALA, 2014). Nesse sentido, poderíamos classificar a língua, segundo esse fator, como: (5-) **estável, porém ameaçada** (Stable yet threatened), quando é falada na maioria dos contextos por todas as gerações com transmissão intergeracional ininterrupta, porém divide domínios de uso com outra língua dominante, que tem espaços privilegiados (UNESCO, 2003). Os motivos para uma essa classificação encontram-se em duas preocupações expressas pelos líderes da aldeia: o preconceito, como já mencionamos, que poderia influenciar um abandono gradativo da língua, e a proximidade com a cidade, que obriga o uso do português.

d) **Atitudes e políticas governamentais e institucionais em relação à língua:** Consideramos que o tratamento do poder municipal em relação à língua mbya se encaixa na classificação de (4) **suporte diferenciado**, quando uma instituição governamental incentiva os grupos etnolinguísticos a manter suas línguas, sem, no entanto, partilhar dos domínios de uso de alto prestígio. Nesse sentido, podemos apontar que o contexto de maior vitalidade da língua mbya é a própria aldeia, pois lembramos que esse lugar – tekoo – para o uso da língua é muito valorizado pelos Guarani. Mas, para aumentar o grau de vitalidade da língua em questão, seria necessário ampliar os domínios de uso e conquistar novas funções sociais.

Ao tomarmos como exemplo as políticas educacionais, a organização de eventos e as oficinas que promovem a cultura indígena, a articulação de um plano turístico para as aldeias, percebemos que a prefeitura de Maricá incentiva que a comunidade indígena tenha liberdade para usar sua língua materna, contudo sem a possibilidade, por parte dos mbya, de abrir mão do uso do português, já que, de outra maneira, seria muito difícil estabelecer diálogo entre ambos. O município não desencorajaria abertamente os guarani mbya a não usarem suas

línguas nos domínios públicos, porém, por causa do status da língua portuguesa, os falantes indígenas ainda seriam pressionados a aprender essa língua dominante para exercer sua cidadania, ter melhores oportunidades de emprego, por exemplo.

O que os dados da nossa pesquisa documental permitem observar é que o próprio contexto parece fugir do comum. Uma cidade na qual não havia a presença de indígenas, pelo menos não num território próprio, identificado como pertencente a uma comunidade etnolinguística específica, que em um dado momento da sua história, passa a abrigá-las e a pensar no próprio planejamento urbanístico, levando-as em consideração, não nos parece um contexto tão simples para analisar sem uma pesquisa de campo. Nossa hipótese é que a cidade se apoia nas comunidades indígenas para promover uma reputação de centro cultural, positiva, inclusiva, com o benefício de aumentar o fluxo turístico e conseqüentemente obter lucro financeiro. Na mesma medida, as aldeias se apoiam na prefeitura, por não possuírem elevado poder político, nem econômico. Se houver conflito entre esses dois eixos – entendemos a população que não atua diretamente na prefeitura como um terceiro eixo –, isso poderia afetar a vitalidade da minoria linguística, e, com efeito, marginalizar ainda mais essas comunidades indígenas que já sofrem com o preconceito e distorções da sua cultura, valores, tradições, crenças e cosmovisões.

Não é a finalidade deste trabalho expressar valores de juízos, quanto a intenções, falas ou ações, sejam elas do poder público municipal, sejam elas da comunidade etnolinguística. Entretanto, enquanto linguistas, temos a preocupação de nos posicionar quanto a isso, pois sabemos que lidar com o político *da* e *na* língua não ocorre sem conflitos.

e) **Atitudes dos membros da comunidade em relação à própria língua:** No que se refere às atitudes dos membros da comunidade em relação à própria língua, ao longo deste artigo, nos preocupamos em fornecer algumas fontes que tratassem desse assunto. Nelas observamos um posicionamento positivo dos falantes mbya quanto ao uso da sua língua materna, ao considerá-la como instrumento

fundamental para o fortalecimento da cultura e identidade guarani. No entanto, entendemos que um trabalho de campo adequado é necessário para a confirmação ou não desses dados.

Os membros de uma comunidade de fala geralmente não são neutros quanto à própria língua. Eles podem vê-la como essencial para sua comunidade e identidade e promovê-la; eles podem usá-la sem promovê-la; eles podem se envergonhar e, portanto, não promovê-la; ou eles podem vê-la como um incômodo e ativamente evitar usá-la. Quando as atitudes dos membros em relação à sua língua são muito positivas, a língua pode ser vista como um símbolo-chave da identidade do grupo. Assim como as pessoas valorizam as tradições familiares, festivais e eventos comunitários, os membros da comunidade podem ver sua língua como um valor cultural fundamental, vital para sua comunidade e identidade étnica (UNESCO, 2003, p. 14, tradução nossa).

Dessa forma, classificamos as atitudes linguísticas das duas aldeias, segundo esse critério, como (4) **a maioria dos membros apoia a manutenção da língua.**

5. Considerações parciais

No início de nossas investigações, acreditávamos que as ações promovidas pela Prefeitura de Maricá eram um forte indício para um alto grau de vitalidade da língua guarani mbya na região. No entanto, na observação do contexto sociolinguístico, chegamos a uma conclusão diferente. Nesse sentido, consideramos a vitalidade do guarani mbya, na cidade de Maricá, no Rio de Janeiro, como baixa, com a ressalva de que há uma articulação de ações e uma construção de diálogo que se constitui como fator favorável para a continuidade de uso dessa língua. O desejo da própria comunidade pela manutenção de sua língua e o auxílio da Prefeitura municipal são fatores positivos. Contudo, o pouco status linguístico e econômico, a fragilidade das medidas municipais que não possuem obrigações legais com a comunidade indígena, a falta de apoio da população não indígena e os poucos contextos de uso da língua são forças que vão contra a probabilidade do guarani mbya continuar a ser falado

futuramente. Por isso, é urgente compreender os fatores e decisões que podem evitar que as línguas do país sejam perdidas e as diversas minorias linguísticas tenham ferramentas que os auxiliem no seu fortalecimento cultural e na manutenção ou revitalização de suas línguas, quando e se houver o desejo para tal, pois são, principalmente, os falantes que devem decidir sobre seus usos.

Esse artigo buscou mostrar que a vitalidade linguística está intimamente ligada aos fenômenos próprios do contato de línguas, como a manutenção e perda; e que as ações glotopolíticas promovidas pelas comunidades indígenas são fundamentais para a garantia da vitalidade de sua língua, assim como apresentar a trajetória de Tekoa Ka'aguy Hovy Porã (Mata Verde Bonita) em São José de Imbassaí e Pevaé Porã Tekoa Ará Hovy Py (Sítio do Céu) em Itaipuaçu, que ainda parece desconhecida, e talvez seja, além de atualizar informações sobre a situação sociolinguística dessas comunidades indígenas. Muito ainda precisa ser investigado e talvez esse artigo sirva a trabalhos futuros, como também para um constante repensar das nossas visões sobre a língua, as minorias linguísticas e a diversidade linguístico-cultural do nosso país.

Referências

ABDALA, Vitor. *Brasil pode perder 30% de suas línguas indígenas nos próximos 15 anos*. Agência Brasil, 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/brasil-pode-perder-30-de-suas-linguas-indigenas-nos-proximos-15-anos>> Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. *Jovem guajajara diz que língua nativa é forma de manter identidade*. Agência Brasil, 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/jovem-guajajara-diz-que-lingua-nativa-e-forma-de-manter-identidade>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ALTENHOFEN, Cléo. Vilson. *Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil*. In: NICOLAIDES, C. et al. (orgs.). *Política e Políticas linguísticas*. Campinas: Pontes, 2013, pp. 93-116.

ALTENHOFEN, Cléo. Vilson.; MORELLO, Rosângela. *Rumos e perspectivas das políticas linguísticas para línguas minoritárias no Brasil: entre a perda e o inventário de línguas*. In: FARENZENA, N. (org.). VI Encontro Internacional de investigadores de políticas linguísticas. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *Emergência indígena*. 2020. Disponível em: <<http://emergenciaindigena.apib.info/>>. Acesso em 24 ago. 2020.

BARROS, Romário. *Poube! parte para o ataque aos Índios de Maricá*. LSM - Lei Seca Maricá. Rio de Janeiro, 12 nov. 2018. <<https://leisecamarica.com.br/poube!-parte-para-o-ataque-aos-indios-de-marica/>>. Acesso em 7 jun. 2020.

BOND, Letycia. *Covid-19 já atinge quase um terço das etnias indígenas, diz comitê*. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agencia.brasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/covid-19-ja-atinge-quase-um-terco-de-etnia-indigenas>>. Acesso em 15 ago. 2020.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Necessidade de Novos Paradigmas Ambientais Implicações e Contribuição Guarani*. Cadernos PROLAM/USP ano 4 - v. 2, p. 33-56, 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/download/81790/85098/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CORDEIRO, Gabriele Balbi de Figueiredo. *A questão indígena em Maricá: a pesquisa no contexto do Instituto Federal Fluminense*. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2016, São Luís/MA. Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2016.

CPISP – COMISSÃO Pró-Índio de São Paulo. 16 fev. 2016. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/?s=GUARANI%3A+MBYA+E+TUPI>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CTI – CENTRO DE TRABALHO INDÍGENA. *Guarani Retã*. 2008. Disponível em: <<http://bd.trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/GuaraniReta-2008.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

EBERHARD, David M. *Em defesa das línguas minoritárias no Brasil*. In: Associação Internacional de Linguística, SIL – Brasil – Anápolis – GO, 2013. Disponível em: <<https://www.academia.edu/5769728/>>

EM_DEFESA_DAS_L%C3%8DNGUAS_MINORIT%C3%81RIAS_DO_BRASIL>. Acesso em 10 de ago. 2020.

EMGC, Equipe Mapa Guarani Continental. *Caderno Mapa Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai.* / Equipe Mapa Guarani Continental - EMGC. Campo Grande, MS. Cimi, 2016.

FIGUEIREDO, Fernanda. *Uma aldeia indígena urbana: um movimento de resistência visto sob a ótica de diferentes atores sociais.* 2012. 91f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2012.

GILES, Howard., BOURHIS, Richard. Y. & TAYLOR, Donald. M. *Towards a theory of language in ethnic group relations.* In H. Giles (Ed.). *Language, Ethnicity and Intergroup Relations.* London, UK: Academic Press.1977, pp. 307-348.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019. *Cidades e Estados.* Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/marica.html>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ILG – *Inventário da Língua Guarani Mbya.* MORELLO, Rosângela.; SEIFFERT, Ana Paula. (orgs.) Florianópolis: IPOL: Editora Garapuvu, 2011. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GML00014.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Língua Guarani M'bya,* 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/182>> Acesso: 01 jul. 2020.

_____. *Bens culturais indígenas enriquecem o patrimônio brasileiro.* 19 de abri. 2015. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1905/bensculturais-indigenas-enriquecem-o-patrimonio-brasileiro#:~:text=No%20ano%20de%202014%2C%20as,Diversidade%20Lingu%C3%ADstica%20\(INDL\)%2C%20conforme](http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1905/bensculturais-indigenas-enriquecem-o-patrimonio-brasileiro#:~:text=No%20ano%20de%202014%2C%20as,Diversidade%20Lingu%C3%ADstica%20(INDL)%2C%20conforme)>.

Acesso: 03 jul. 2020.

LADEIRA, Maria Inês. *Mbya tekoa, o nosso lugar.* São Paulo em perspectiva, São Paulo, 3:4. São Paulo: Fundação Seade, 1989.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, 2018.

LISBOA, Vinícius. *Feira virtual de pequenos vendedores terá participação de indígenas*. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/feira-virtual-de-pequenos-vendedores-tera-participacao-de-indigenas>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

LSM – Lei Seca Maricá. *Incêndio criminoso quase destrói aldeia Indígena de Maricá*. Rio de Janeiro, 3 fev. 2019. Disponível em: <<https://leisecamarica.com.br/incendio-criminoso-quase-destroi-aldeia-indigena-na-restinga-de-marica-video/>>. Acesso em 7 jun. 2020.

PREFEITURA DE MARICÁ/RJ. *Prefeitura comprará terreno para abrigar índios de Itaipuaçu*. Prefeitura de Municipal, 2015. Disponível em <<https://www.marica.rj.gov.br/2015/04/27/prefeitura-comprara-terreno-para-abrigar-indios-de-itaipuacu/>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. *Aldeias indígenas de Maricá ganharão unidades escolares*. Prefeitura municipal, 2015. <<https://www.marica.rj.gov.br/2015/03/04/aldeias-indigenas-de-marica-ganharao-unidades-escolares/>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. *Secretarias visitam aldeia indígena de Itaipuaçu*. Prefeitura Municipal, 2017. Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/2017/03/24/secretarias-visitam-aldeia-indigena-de-itaipuacu/>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. *Prefeitura forma alunos do curso básico da língua guarani*. Prefeitura municipal, 2019. <<https://www.marica.rj.gov.br/2019/05/08/prefeitura-forma-alunos-do-curso-basico-da-lingua-guarani/>>. Acesso em: 5 jun. 2020.

MIRANDA, Eduardo. *Aldeia indígena de Maricá (RJ) não registra nenhum caso de covid-19*. Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2020/07/09/aldeia-indigena-de-marica-rj-nao-registra-nenhum-caso-de-covid-19#>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PEREIRA, Vicente Cretton. *Aqueles que não vemos: uma etnografia das relações de alteridade entre os Mbya Guarani*. Tese (Doutorado em

Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2014.

PEREIRA, Daniel; MAGALHÃES, Maria Inez. *Esquecidos em Maricá índios guaranis vão para a telona*. RJ: Jornal O Dia, 2015. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/clipping/docs/2015/02_02_2015.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

SIL – International. *Language Assessment: Language Vitality*. 2020. Disponível em: <<https://www.sil.org/language-assessment/language-vitality>> Acesso em: 9 jun. 2020.

TERBORG, Roland.; GARCÍA LANDA, Laura. (Org.). *Muerte y vitalidad de las lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes*. México: UNAM: CELE, 2011. 285 p., 2011.

UNESCO – *Language Vitality and Endangerment*. Paris, mar. 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/doc/src/00120-EN.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

REFLEXÕES PARA O ESTUDO DAS POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS NÃO-OFICIAIS NO ENSINO BÁSICO NO BRASIL

REFLECTIONS FOR THE STUDY OF NON-OFFICIAL LANGUAGE TEACHING POLICIES IN PRIMARY EDUCATION IN BRAZIL

Diogo Mathias Brum

Resumo

No presente trabalho, objetivo trazer algumas reflexões relevantes para o estudo de políticas de ensino de línguas não-oficiais em escolas de ensino básico no Brasil. Para isso, busco conceitos e bases teóricas que possam nortear uma política linguística em prol da educação bilíngue incluindo línguas não-oficiais (segundo Butler, 2013, Vitor, 2016 e Lagares, 2018). As discussões realçam a importância de que sejam considerados diferentes conceitos da linguística para a tomada de decisões políticas quanto ao ensino de línguas não-oficiais. Inicialmente, discuto a dificuldade de se conceituar o termo “bilinguismo”. Em seguida, reflito sobre a complexidade em se medir e conceituar o grau de proficiência linguística como instrumento de avaliação, apresentando as quatro diferentes perspectivas de Butler (2013): a linguística formal, a cognitivo-individual, a socio-contextual e a perspectiva ecológica. Adiante, abordo a questão da influência da idade sobre a aquisição de uma segunda língua (o período crítico relevante à decisão sobre o melhor momento para adoção curricular do ensino de uma segunda língua). Por último, disserto sobre os fatores políticos que influenciam a escolha de quais línguas não-oficiais integrarão os currículos de educação básica. Constatado, finalmente, a necessidade de se considerar a pluralidade linguística e cultural humana como fundamental para a promoção de políticas de ensino de línguas no Brasil, entendendo a vitalidade, a manutenção e a coexistência das variedades linguísticas e pretendendo uma diversidade linguística como integrantes da cultura de seus povos.

Palavras-chave: Políticas linguísticas. Política de ensino de línguas. Ensino básico. Ensino de línguas estrangeiras. Diversidade linguística.

Abstract

This study aims to bring some relevant reflections to the study of non-official language teaching policies in elementary schools in Brazil. For this, I seek concepts and theoretical bases that can guide language policy in favor of bilingual education, including teaching of non-official languages (according to Butler, 2013, Vitor, 2016, and Lagares, 2018). The discussions highlight the importance of considering different concepts of linguistics for political decision-making regarding the teaching of non-official languages. Initially, I discuss the difficulty of conceptualizing the term "bilingualism". Next, I reflect on the complexity of measuring and conceptualizing the degree of linguistic proficiency as an evaluation instrument, presenting four different perspectives by Butler (2013): formal linguistics, individual-cognitive, socio-contextual, and ecological perspective. Furthermore, I address the question of a critical period of acquiring a second language (relevant decision-making-point on the best time for the curricular adoption of the teaching of a second language). Afterwards, I essay about the political factors that influence the choice of which non-official languages will integrate into basic education curricula. Finally, I note the need to consider human linguistic and cultural plurality as fundamental for the promotion of language teaching policies in Brazil in a way that promotes the vitality, maintenance, and coexistence of language varieties aiming at linguistic diversity as integrated part of the culture of its peoples.

Keywords: Language policies. Language teaching policy. Basic education. Teaching foreign languages. Linguistic diversity.

Introdução

A disciplina Estudos Sociolinguísticos de Contato de Línguas, ministrada pela Prof.^a Mônica Savedra e pelo Prof. Peter Rosemberg neste Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, lançou luz sobre diversos desafios que envolvem a complexa realidade do bilinguismo e multilinguismo no mundo e seus desdobramentos culturais, políticos, históricos e sociais. Do desafio da definição do próprio termo “bilinguismo” até a triste realidade do desaparecimento de línguas minoritárias e minorizadas por força da escolha política por prestigiar uma língua nacional ou estrangeira em detrimento de outras línguas locais, percorremos matizes bastante abrangentes, explorando temas relevantes sobre a realidade e a diversidade de comunidades linguísticas.

Particularmente transformador ao longo do curso foi entender que não basta tomar conhecimento da diversidade linguística que nos atravessa diariamente: é preciso agir em prol da preservação dessa diversidade. Embora no Brasil uma parcela significativa das pessoas acredite – como já foi meu caso, admito – viver em um país monolíngue (VITOR, 2016, p. 12), superar esse estágio de ignorância não é o bastante, ainda que seja um primeiro passo importante. É preciso que políticas públicas, especialmente as de ensino de línguas, promovam a vitalidade, a manutenção e a coexistência das variedades linguísticas pretendendo uma diversidade linguística brasileira como parte integrante e integrada da cultura de seus povos. Se não for assim, muitas de nossas importantes vozes continuarão silenciadas pela força de um suposto monolingüismo, artificial e degradante.

Pelo fato de as políticas públicas de educação ocuparem um lugar tão importante nesta questão é que, neste trabalho, me dedico especificamente às leituras realizadas ao longo do curso que possam ajudar a lançar bases fundamentais para o estudo de políticas de ensino de línguas em escolas de ensino básico.

O acervo escolhido para o propósito deste trabalho, dada sua maior afinidade com o tema, é o seguinte: “Bilingualism/

Multilingualism and Second-Language Acquisition” (BUTLER, 2013), “Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos” (LAGARES, 2018) e “Educação bilíngue: uma cartografia e as particularidades de um caso brasileiro” (VITOR, 2016). Procuo extrair dessas publicações reflexões teóricas relevantes para o estudo de políticas de ensino de línguas não-oficiais (isto é, outras línguas que não a língua portuguesa), sejam essas línguas estrangeiras ou não, em escolas de ensino básico no Brasil no âmbito federal.

Cabe ressaltar que preferi usar o termo “línguas não-oficiais” a “línguas estrangeiras” em contraste à língua portuguesa — única língua oficial do Brasil (BRASIL, 1988, p. Art. 13)¹. Isso porque algumas das línguas ditas “estrangeiras” se incluem, na verdade, entre as línguas nacionais minoritárias de brasileiros (como variantes do alemão e do italiano, por exemplo), apenas não são ainda reconhecidas oficialmente pela União como tal. Apesar de privilegiar o uso do termo “línguas não-oficiais”, ocorre eventualmente o uso dos termos “língua estrangeira” ou “L2” (em contraste com “língua materna” ou “L1”)² quando assim for cunhado pelo autor em discussão.

Ressalvo, ainda, que não pretendo abranger as diversas definições de “educação bilíngue”, amplamente exploradas por Vitor (2016) e também apresentadas por Lagares (2018, p.83-96). Para o propósito deste trabalho, cabe apenas apontar que, do amplo espectro de formas de educação bilíngue, nosso olhar volta-se especificamente para o chamado “ensino bilíngue geral”, modelo que “emprega a língua hegemônica e introduz algumas horas semanais de ensino de /em um segundo idioma” (LAGARES, 2018, p. 85), por ser o modelo predominante nas escolas de ensino básico no Brasil.

¹ Apesar de a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ser reconhecida pela Lei nº 10.436 de 2002 como meio legal de comunicação e expressão, ela não goza de status de língua oficial pela Constituição Federal.

² L2 = segunda língua de aquisição; L1 = primeira língua de aquisição.

Assim, nas seções seguintes, apresento alguns dos conceitos e discussões introduzidos pelos autores nos textos aqui estudados, adicionando a isso reflexões concernentes ao tema que ora proponho estudar.

Sobre o bilinguismo como objetivo do ensino de línguas não-oficiais

A discussão acerca do bilinguismo interessa diretamente ao estabelecimento de políticas de ensino de línguas, pois o objetivo linguístico central da inclusão do ensino de línguas não-oficiais no currículo do ensino básico é o de formar falantes bilíngues ou multilíngues (VITOR, 2016, p. 37), isto é, “indivíduos ou grupos de pessoas que adquirem competência comunicativa em mais de uma língua, com variados graus de proficiência, tanto na forma oral quanto na escrita, para que sejam capazes de interagir com falantes de uma ou mais línguas em uma dada sociedade” (BUTLER, 2013, p. 112).

Outros objetivos políticos, como a integração social, nacional ou mesmo internacional, também são relevantes e serão abordados posteriormente.

Nas primeiras linhas do artigo “Bilingualism/Multilingualism and Second-Language Acquisition” (2013), dedicado ao estudo do bilinguismo/multilinguismo e da aquisição de uma segunda língua, Butler ocupa-se com a definição do termo “bilíngue” ou “bilinguismo”:

É comum acreditar que pessoas bilíngues possam ser definidas como indivíduos que possuem o “domínio de duas línguas como o de um nativo” (Bloomfield 1933: 56). Entretanto, uma definição tão estreita como essa elimina uma vasta maioria de pessoas da categoria de bilíngues, sem mencionar a dificuldade de se

³ Tradução minha do original “individuals or groups of people who obtain communicative competence in more than one language, with various degrees of proficiencies, in oral and/or written forms, in order to interact with speakers of one or more languages in a given society.”

operacionalizar o que significaria um “domínio como o de um nativo”.⁴ (BUTLER, 2013, p. 111)

Butler (2013, p. 112) traz à discussão alguns problemas que deflagram a insuficiência das definições atuais de bilinguismo e multilinguismo, uma vez que “falham em capturar a natureza complexa e dinâmica do bilinguismo”.

Primeiro, porque as dimensões (ou pontos focais) dessas definições (como *habilidade funcional, idade de aquisição, identidade cultural, efeito do aprendizado da L2 na retenção da L1*, entre outros) não são propriamente *categorias discretas* (de ser ou não ser), mas *construtos contínuos* (de estar mais ou menos). Segundo, porque essas categorizações falham em capturar o papel do contexto em que a língua é usada — pessoas bilíngues raramente são proficientes em ambas as línguas em todos os domínios. Por fim, porque o perfil do falante bilíngue está em constante mudança — conforme muda a situação predominante de fala, muda também a necessidade e a alternância de uso de uma língua ou de outra (*ibid*, p. 115-116).

Assim, é premente levantar questões como: “o que deve ser esperado de um falante para que seja considerado bilíngue?”, “que níveis de proficiência deve ter e em que habilidades?”, “em que esferas da vida ele deve ser capaz de usá-las?”, “o bilíngue é aquele que possui a proficiência de um nativo em ambas as línguas?”, e, caso afirmativo, “o que define um ‘nível de proficiência nativo’?”.

Parece-me que as respostas a essas questões não podem ser construídas sobre bases simples. Elas envolvem não apenas fatores objetivos (como os parâmetros que serão definidos para classificar o grau de proficiência de alguém), mas também fatores subjetivos (a adequação do nível de linguagem para uso em propósitos específicos, o contexto de uso, a autopercepção do usuário e a percepção da comunidade sobre sua habilidade linguística etc.).

⁴ Tradução minha do original “As is often believed, bilinguals can be defined as individuals who have ‘native-like control of two languages’ (Bloomfield 1933: 56). However, such a narrow definition eliminates the vast majority of people from being categorized as bilinguals, not to mention the difficulty of operationalizing ‘native-like control.’”

Sobre o conceito de proficiência linguística

A definição do bilinguismo também se presta à avaliação do aprendizado de uma nova língua, já que na definição do termo são exploradas dimensões úteis para medir a proficiência do indivíduo. Medir e conceituar o grau de proficiência linguística, todavia, talvez seja uma das principais dificuldades no que diz respeito ao processo de aquisição de uma língua (BUTLER, 2013, p. 116). A esse respeito, Butler explora diferentes perspectivas. A diferença entre elas não é tão hermética e discreta, mas mais prototípica, isto é, o que as distingue é o critério que utilizam para medir a proficiência de linguagem.

A primeira é a perspectiva da linguística formal segundo Noam Chomsky, por exemplo. Essa abordagem foca na forma da língua e tem como base a ideia de que os seres humanos seriam dotados de uma gramática universal, que vai sendo moldada e performada de acordo com a exposição do indivíduo a uma língua ou outra.

A segunda é a perspectiva cognitivo-individual, que considera a aquisição de linguagem uma tarefa voltada para a solução de problemas — o indivíduo constrói conhecimento e possui o controle dele a partir de complexos processamentos cognitivos estimulados pelo ambiente a que está exposto. Uma perspectiva cognitivo-individual seria, portanto, o desafio cognitivo que apresenta o ambiente a que o indivíduo está exposto (socio-contextual). O grau de proficiência linguística é, nesta perspectiva, medido a partir de uma escala que tem como parâmetro o grau de proficiência de um falante nativo (o que traz muitas incertezas, uma vez que as definições do que é proficiência nativa são muito controversas).

A terceira perspectiva é a chamada socio-contextual. Essa perspectiva considera massivamente aspectos linguísticos da comunicação social e interpessoal, entendendo a língua como uma construção social. Ela considera a língua em uso, bem como o papel que fatores sociais e interacionais exercem sobre ela. Assim, a competência comunicativa não está limitada ao conhecimento dos códigos linguísticos ou aos significados referenciais, mas abrange a

habilidade de usar a língua de forma apropriada a um dado contexto social, empregando estratégias interacionais variadas e compreendendo as diversas funções da língua como usada em atos de fala definidos por uma determinada comunidade de fala”⁵ (BUTLER, 2013, p. 121).

Finalmente, a quarta e última perspectiva é a chamada ecológica, que se propõe a desconstruir a dualidade existente entre a abordagem cognitivo-individual e a socio-contextual, na medida em que considera a linguagem um sistema complexo e dinâmico que constantemente se adapta ao ambiente ao longo do tempo e do espaço. Faz-se necessário responder a duas questões: como abranger a competência inteira da língua (sob o pressuposto de que os bilíngues usem os seus recursos bilíngues à medida das necessidades dos falantes)? Como aceitar que a competência da língua oficial (de alto nível) requer a capacidade de se usar a língua nos domínios oficiais (usar a língua da educação, letramento: ler, escrever, falar em público, usar a “língua formal”)? Butler conclui que “se reflete nessas diferentes perspectivas sobre a ‘língua’ que não há resposta simples para qual seria a melhor forma de conceituar a proficiência linguística ou como medi-la”⁶. (BUTLER, 2013, p. 121).

A conceituação da proficiência linguística é tão importante para a adoção de políticas educacionais que, na falta dela, pode-se incorrer o risco de que medidas extremamente danosas ao ensino de línguas sejam tomadas com base em impressões ou em medições conceitualmente precárias do desempenho dos estudantes.

⁵ Tradução minha do original “not limited to knowing linguistic codes or referential meanings, but also involves the ability to use language appropriate to a given socio-context, employing various interaction strategies, and understanding the various functions of language as used in speech acts defined by a given speech community.”

⁶ Tradução minha do original “reflected in these different views towards ‘language’ there is no simple answer for how best to conceptualize language proficiency or how to measure it.”

Uma transformação progressiva do currículo escolar pode correr sobre bases equivocadas a partir de uma mera impressão, e, como consequência, acentuar a valorização da língua de prestígio em detrimento das demais, acentuando os abismos sociais e linguísticos já existentes.

Essa preocupação não é nova, tendo sido manifestada, por exemplo, na crônica escrita nos anos de 1970 pelo renomado Prof. Paulo Rónai em seu livro *Como aprendi o português e outras aventuras*, na seção intitulada “Dos Monólogos de um Professor de Línguas”.

Rónai critica a iminente retirada do francês do currículo das escolas secundárias pelo parlamento brasileiro, tomada, a seu ver, sobre uma equivocada alegação de que o ensino de uma língua estaria prejudicando o aprendizado da outra:

É coisa sabida que os nossos discípulos, ao concluírem, não digo já o curso ginásial, mas o curso colegial ou o científico, geralmente não falam francês e calam-se em inglês. Resta saber, porém, se a ignorância do primeiro é uma consequência do desconhecimento do segundo. Bastará abolir o francês para que os bacharelados se expressem em inglês correto, ou vice-versa? (RÓNAI, 1975, p. 58)

A compreensão do que significa “ignorância” de um idioma e “desconhecimento” de outro — mesmo após anos de assistência às aulas por alunos do ensino secundário — assim como “expressar-se em inglês correto” é retomada pelo autor adiante, na mesma crônica. Rónai, à época, expôs o que acreditava ser o objetivo do ensino de língua estrangeira na escola secundária e nomeou os parâmetros pelos quais balizava seu julgamento sobre a proficiência dos alunos:

Mas deve ser objetivo da escola secundária outorgar o **domínio da língua falada**? Não nos iludiremos pensando que se ensina a falar uma língua viva, longe do país de origem, em turmas de 45 ou mais alunos e em 50 ou 60 aulas anuais? **Para que visar, aliás, como objetivo principal, ao emprego falado do idioma estrangeiro** se a grande maioria dos estudantes nunca se encontrará na contingência de falá-lo realmente? Tampouco

precisará essa maioria (e é ela que deve interessar-nos em primeiro lugar) **escrever corretamente** o idioma estudado. Necessitará, isto sim, de um conhecimento passivo do idioma, quer dizer da **capacidade de lê-lo e compreendê-lo a fundo**, pois, por enquanto, não há nenhum ramo de estudos superiores que se possa abranger por meio unicamente de manuais em português, nem se pode conseguir uma ampla perspectiva artística ou intelectual quando se está confinado nos limites da língua pátria.

Se aceitarmos **essa delimitação, modesta e realista, do alvo do ensino das línguas no curso secundário**, o ideal tornar-se-á atingível: qualquer aluno acima da média, mesmo nas condições atuais da nossa escola - isto é, com métodos antiquados, com professores insuficientemente formados em Didática e com ausência de inspeção especializada - pode alcançar o conhecimento passivo de que falamos. Os mestres que o digam. (RÓNAL, 1975, p. 58, grifos meus).

Como se lê, o autor questiona o objetivo de tornar os aprendizes de uma língua estrangeira “falantes” dessa língua — principalmente pelas condições e circunstâncias em que essa língua é ensinada. Em sua opinião, uma delimitação mais “modesta e realista” desse objetivo seria que fossem simplesmente capazes de “ler e compreender a fundo” no idioma aprendido.

Mas se o objetivo fosse apenas o de ler e compreender em uma outra língua, estaríamos alcançando o objetivo de formar sujeitos bilingues? Vitor (2016, p.18) mostra que a discussão sobre a proficiência em um idioma não é simples e que está intimamente relacionada ao conceito de bilinguismo:

[...] se paramos para dar um pouco mais de atenção à questão da fluência nativa e ao desempenho proficiente em todas as habilidades, por exemplo, como qualificamos, então, uma pessoa que sabe o suficiente de uma segunda língua para se expressar em contexto informal, mas que não consegue se comunicar com desenvoltura em ambiente acadêmico? Não devemos considerá-la bilíngue? E o que dizer de pessoas que leem e escrevem bem, mas que não conseguem se expressar oralmente com naturalidade em uma L2? “Bilinguismo deveria, então, ser um termo relativo?” (WEI, 2005: 5)

Existem níveis diferentes de bilinguismo? Uma pessoa pode deixar de ser bilíngue? O que é ser bilíngue afinal? (VITOR, 2016, p.18)

Sobre a influência da idade na aquisição de uma segunda língua

Outra discussão de grande relevância é a que versa a respeito da existência de uma idade ideal, de um “período crítico” ou de uma janela etária ótima para a aquisição de uma segunda língua.

Na crônica de Paulo Rónai citada na seção anterior, o autor afirma que, se o ensino de línguas estrangeiras for eliminado do ensino secundário, “todos esses moços ficarão impedidos de adquirir os rudimentos do francês ou do inglês precisamente durante **o período que vai dos 12 aos 20 anos, isto é, o mais apropriado ao aprendizado das línguas.**” (RÓNAI, 1975, p. 58, grifo meu).

A afirmação de Rónai sobre o período “mais apropriado ao aprendizado das línguas” remete-nos ao conceito de *período crítico*, emanado de Lenneberg (1967), para quem a aquisição da língua começaria aos dois anos de idade e terminaria com a puberdade. Segundo Butler, “O *período crítico* é geralmente entendido como uma limitada janela do desenvolvimento humano durante a qual é possível adquirir um nível nativo de proficiência em uma língua” (2013, p. 123)⁷.

A delimitação do período crítico foi alvo de muita controvérsia, uma vez que, quando um linguista propunha uma idade limite específica, essa demarcação era em seguida questionada ao se provar que uma pessoa havia adquirido uma língua depois dessa idade. A consequência disso foi uma enorme incerteza sobre o assunto.

Butler admite haver um consenso sobre a influência da idade na aquisição de uma segunda língua, mas também admite que ainda não se sabe exatamente que influência seria essa. O autor

⁷ Tradução minha do original “The critical period is generally understood as being a limited developmental window during which native-like language attainment is possible”.

interpõe questões que ainda não estariam pacificadas entre estudiosos do tema, tais como: existe ou não um período crítico para a aquisição de linguagem?; caso haja, qual seria o início e o fim desse período?; quais seriam as áreas afetadas pela idade?; e quais seriam as causas subjacentes às diferenças provocadas por ela?⁸ (BUTLER, 2013, p. 123).

Felizmente, nos últimos 20 anos, a neurociência, especialmente a neurolinguística, lançou luz sobre o assunto e chegou a resultados mais claros sobre o período crítico a partir de estudos sobre os efeitos da aquisição de linguagem no cérebro humano.

A capacidade de adquirir e usar várias línguas seletivamente é uma capacidade humana única e essencial. Investigamos aqui a questão fundamental de como diferentes línguas são representadas em um cérebro humano. [...] A observação de que a separação anatômica de duas línguas na área de Broca varia conforme o momento de aquisição da segunda língua sugere que a idade de aquisição da linguagem pode ser um fator significativo na determinação da organização funcional dessa área no cérebro humano. (KIM *et al*, 1997, p. 171-173)⁹

Os estudos apontam que, se uma segunda língua for adquirida antes da idade aproximada de seis anos, ela é adquirida como primeira língua; caso seja adquirida mais tarde, ela só é adquirida como primeira língua caso haja condições específicas favoráveis — alta exposição à língua, apoio dos pais e dos professores, estímulo à leitura nesta língua, forte motivação para a aquisição, entre

⁸ “Researchers disagree, however, with respect to: (i) whether or not a critical period for language acquisition exists; (ii) if it does, the times of onset and offset of the critical period; (iii) the domains affected by age; and (iv) the causes underlying the differences in attainment by age”.

⁹ Tradução minha do original “The ability to acquire and use several languages selectively is a unique and essential human capacity. Here we investigate the fundamental question of how multiple languages are represented in a human brain. [...] The observation that the anatomical separation of the two languages in Broca’s area varies with the time at which the second language was acquired, suggests that age of language acquisition may be a significant factor in determining the functional organization of this area in human brain.”

outras. Depois da idade de seis anos, a segunda língua é armazenada em outra região cerebral.

A partir dessas descobertas, diferentes resultados de pesquisa sobre o fator idade convergem no seguinte: a partir da análise da atividade cerebral, é possível supor que já a partir da idade aproximada de seis anos uma segunda língua não seja mais adquirida em conexão com a primeira língua, mas como um sistema separado. E não apenas isso: além das regiões do cérebro ativas na aquisição da L1, são utilizadas adicionalmente regiões substitutivas, especializadas em outras tarefas. Obviamente, a utilização dessas regiões varia de pessoa para pessoa, por isso são observados os mais variados resultados na aquisição da L2 (GRIEßHABER, 2001, p. 6)¹⁰

A discussão sobre o período crítico é relevante para a discussão sobre qual seria a melhor idade para a introdução do ensino de línguas não-oficiais no currículo escolar. Os resultados das pesquisas mais recentes, como as citadas, ressaltam a importância de que o início da aquisição da L2 ocorra mais cedo, preferencialmente antes dos seis anos de idade.

Seria irreversível o erro de não oferecer a esses jovens a possibilidade de aprender um novo idioma na fase de sua vida mais propícia a isso, ou seria indesculpável privá-los, em seu período crítico de aquisição de linguagem, — parafraseando Butler (2013, p. 112) e Rónai (1975, p. 58), respectivamente — de *adquirir competência comunicativa em outro idioma para que sejam capazes de*

¹⁰ Tradução minha do original “Mit diesen Erkenntnissen lassen sich die uneinheitlichen Forschungsergebnisse zur Altersabhängigkeit zusammenführen: aufgrund der Analyse der Hirnfunktionen ist anzunehmen, dass schon ab etwa 6 Jahren eine weitere Sprache nicht mehr in Verbindung mit der ersten gelernt wird, sondern als getrenntes System. Dabei werden im Hirn zusätzlich zu den im L1-Erwerb aktiven Regionen ersatzweise auch Regionen in Anspruch genommen, die für andere Aufgaben spezialisiert sind. Die Inanspruchnahme dieser Regionen variiert offensichtlich von Person zu Person. Deshalb kommt es beim L2-Erwerb zu den beobachteten höchst unterschiedlichen Ergebnissen”.

interagir com falantes desse idioma numa dada sociedade e de ampliar sua perspectiva artística ou intelectual.

Sobre as direções sociais para o ensino de línguas não-oficiais

Admitindo-se que o ensino de língua não-oficial objetive formar indivíduos bilíngues capazes de interagir com comunidades de falantes nativos da língua aprendida (BUTLER, 2013, p. 112), a escolha de quais línguas não-oficiais serão incluídas nos currículos de educação básica torna-se potencialmente capaz de promover a integração entre comunidades linguísticas diferentes, pertencentes ou não a uma mesma comunidade nacional.

Essa decisão política baseia-se em diferentes modelos de educação, os quais possuem diferentes premissas e objetivos. Nesse sentido, Lagares (2018, p. 88) afirma que

há diferentes modelos de ensino considerado bilíngue, que existem em situações sociais diferentes e com objetivos políticos também diversos. [...] Na realidade, as consequências que a escolha de um modelo ou outro pode gerar dependem do panorama social e das relações de poder estabelecidas entre as comunidades linguísticas.

A opção pela adoção curricular do ensino de uma língua não-oficial pode ser norteadas por pelo menos duas direções políticas distintas, de acordo com os objetivos sociolinguísticos que pretenda alcançar.

A primeira direção alinha-se a uma política de “integração nacional” interna. Por um lado, a integração pode privilegiar a língua de prestígio (em nosso caso, a língua portuguesa), partindo da ideia de nação monolíngue, impondo aos brasileiros falantes nativos de línguas não-oficiais o aprendizado da língua portuguesa para que sejam aceitos como parte da comunidade nacional. A esse respeito, Victor (2016, p. 13) chama a atenção para o fato de que “Os imigrantes, para se provarem cidadãos brasileiros, deveriam receber a língua portuguesa como sua única língua”. A autora ressalta a nocividade desse modelo, destacando que

parte da nossa população – os índios, os imigrantes – tem uma língua anterior à língua portuguesa que conta a sua história e ajuda a construir a sua identidade; no caso de descendentes de imigrantes que nasceram no Brasil, estes crescem falando duas línguas, a de seus pais e o português; moradores de áreas de fronteiras vivem em contextos de línguas em contato, o que força, por vezes, que se comuniquem em outra língua além do português. O que esperamos que esses indivíduos façam com essa sua outra língua que faz parte do seu sujeito, que edifica a sua identidade junto com a língua portuguesa? Esperamos que eles simplesmente a deixem de lado? Essa não pode ser uma opção” (VITOR, 2016, p. 11-12)

Por outro lado, a integração pode adotar uma perspectiva que Lagares (2018, p. 88) chama de “conjunção linguística ou bilinguismo total”, em que as línguas minoritárias e minorizadas são postas em paridade com a língua majoritária ou de prestígio. Nesse modelo, a “língua própria” é preservada e ambas as comunidades linguísticas aprendem a língua uma da outra, havendo assim a promoção da integração entre os falantes de diferentes idiomas no território nacional de forma bi ou multidirecional. Nesse sentido, falantes nativos de língua portuguesa no Brasil teriam como opção o aprendizado de outras línguas nacionais minoritárias e vice-versa.

A segunda direção alinha-se à promoção de um “intercâmbio internacional”, em que a escolha dos idiomas não-oficiais buscaria o ensino de línguas relevantes às relações internacionais estabelecidas pelo Brasil, objetivando, em nível sociolinguístico, promover a integração entre os povos.

A essa altura é inevitável mencionar a influência do prestígio linguístico sobre a decisão de que língua adotar nos currículos. É realmente impressionante que as línguas europeias sejam massivamente as mais adotadas enquanto representam apenas 3% dos idiomas do mundo.

Lagares (2018, p. 97) aponta a complexidade da realidade linguística do mundo, explicando o fenômeno de unificação linguística como uma herança, em primeira instância, dos

movimentos europeus colonizadores dos últimos séculos em que a língua servia como instrumento de expansão dos seus mercados. O autor denuncia, ainda, a naturalização da ideia de desigualdade essencial entre as raças no pensamento ocidental, o que contribui para que uma língua seja imposta, junto com seus falantes, como superior às demais, e conclui: “a luta contra os monopólios de todo tipo e contra a homogeneização linguística e cultural continua sendo o nosso maior desafio” (2018, p. 119). Para ele,

A realidade linguística do mundo é complexa. Essa diversidade, que para muitos pode chegar a ser asfixiante, está sob constante ameaça de projetos unificadores, para os quais a existência de comunidades linguísticas diferenciadas que se reconhecem como tais constitui um elemento perigoso de desagregação. (LAGARES, 2018, p. 97)

Considerações finais

Com o objetivo de realizar algumas reflexões introdutórias para o estudo de políticas de ensino de línguas não-oficiais em escolas de ensino básico no Brasil, busquei nas publicações de Butler (2013), Vitor (2016) e Lagares (2018) conceitos relevantes à discussão do tema.

Apontei, inicialmente, a relevância de se conceituar o “bilinguismo”, tendo em vista o lugar central que ocupa como objetivo do ensino de línguas não-oficiais. Entretanto, os autores estudados mostraram a complexidade do termo e a insuficiência das definições atuais do termo.

Em seguida, trouxe à discussão a dificuldade de se medir e se conceituar o grau de proficiência linguística e percebi não haver resposta simples para esse problema. As quatro diferentes perspectivas abordadas por Butler (2013) — linguística formal, cognitivo-individual, socio-contextual e ecológica — propõem importantes reflexões sobre a questão, mas não apresentem soluções definitivas. Ainda assim, elas importam para apontar um caminho razoável para decisões políticas mais acertadas, que não

se baseiem meramente em impressões ou em medições conceitualmente precárias.

Dissertei, ainda, sobre o que os autores ensinam a respeito da influência da idade sobre a aquisição de uma segunda língua. Embora haja ainda muitas perguntas sobre o assunto, Butler afirma haver um consenso de que há influência da idade sobre a aquisição de uma segunda língua (2013, p. 123). Essa reflexão se mostrou relevante para a discussão sobre qual seria a melhor idade — e portanto, o período escolar mais propício — para a introdução do ensino de uma língua não-oficial.

Por último, trouxe à discussão os fatores políticos que influenciam a escolha de quais línguas não-oficiais são escolhidas para integrar os currículos de educação básica no Brasil. Nesse ponto, considere haver pelo menos duas direções políticas distintas alinhadas a diferentes objetivos sociolinguísticos. A primeira, voltada a uma “integração nacional” interna — que pode privilegiar a língua majoritária ou valorizar as línguas minoritárias (“conjunção linguística ou bilinguismo total”). A segunda volta-se à promoção de um “intercâmbio internacional”, sendo fortemente influenciada por movimentos de unificação linguística — herdados, em primeira instância, dos movimentos europeus colonizadores — e pelo poder econômico de nações estrangeiras.

Após todas essas discussões e reflexões, torna-se perceptível a premente e constante necessidade de se considerarem os estudos linguísticos para a tomada de decisões políticas sobre o ensino de línguas não-oficiais no ensino básico. A pluralidade linguística e cultural revelada por esses estudos deve ser levada em conta para que se previnam decisões políticas equivocadas e desastrosas. Essa pluralidade é característica eminentemente humana, e nos humanizaremos tanto mais quanto as admitirmos.

Por fim, trago a letra da canção “O Mundo”, de Zeca Baleiro, para uma reflexão final sobre a multiplicidade humana, a convite da arte.

O mundo é pequeno pra caramba

Tem alemão, italiano, italiana
O mundo, filé à milanesa
tem coreano, japonês, japonesa

O mundo é uma salada russa
tem nego da Pérsia, tem nego da Prússia
O mundo é uma esfiha de carne
tem nego do Zâmbia, tem nego do Zaire

O mundo é azul lá de cima
O mundo é vermelho na China
O mundo tá muito gripado
Açúcar é doce, o sal é salgado

O mundo - caquinho de vidro -
tá cego do olho, tá surdo do ouvido
O mundo tá muito doente
O homem que mata, o homem que mente

Por que você me trata mal
se eu te trato bem?
Por que você me faz o mal
se eu só te faço bem?

Todos somos filhos de Deus
Só não falamos a mesma língua

(Canção "O Mundo", de Zeca Baleiro)

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: [s.n.], 1988.
- BUTLER, Y. G. *Bilingualism/Multilingualism and Second-Language Acquisition*. In: BHATIA, T. K.; RITCHIE, W. C. *The Handbook of Bilingualism and Multilingualism*. 2ª. ed. West Sussex: Blackwell Publishing Ltd., 2013. p. 109-136.
- GRISSHABER, Wilhelm. *Erwerb und Vermittlung des Deutschen als Zweitsprache*. In: *Deutsch in Armenien*. Teil 1: 2001/1, 17-24; Teil 2: 2001/2, 5-15 Jerewan: Armenischer Deutschlehrerverband.

- KIM, Karl H. S.; RELKIN, Norman R.; LEE, Kyoung-Min; HIRSCH, Joy. *Distinct cortical areas associated with native and second languages*. In: *Nature* 388 (6638), pp. 171-174, 1997.
- LENNEBERG, E. H. *Biological foundations of language*. New York: Wiley, 1967.
- LAGARES, X. C. *Qual política linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos*. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2018.
- RÓNAL, P. *Como aprendi o português e outras aventuras*. Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1975.
- VITOR, A. D. M. A. *Educação bilíngue: uma cartografia e as particularidades de um caso brasileiro*. Dissertação de Mestrado. ed. Niterói: UFF, 2016. 140 p.
- WRIGHT, W. E. *Bilingual Education*. In: BHATIA, T. K.; RITCHIE, W. C. *The Handbook of Bilingualism and Multilingualism*. 2ª. ed. [S.l.]: Blackwell Publishing Ltd., 2013.

ESTRANGEIRISMOS COMO FENÔMENO DE CONTATO LINGUÍSTICO ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O INGLÊS

*FOREIGNNESSES AS PHENOMENON OF LINGUISTIC
CONTACT BETWEEN THE BRAZILIAN PORTUGUESE AND
THE ENGLISH LANGUAGE*

Rosana da Silva

Resumo

Este artigo apresenta uma breve reflexão sobre os estrangeirismos no Português Brasileiro que têm origem no contato entre esta língua e a língua inglesa. Como base teórica, este artigo acolhe as pesquisas sobre o fenômeno do estrangeirismo e o aporte dos estudos sobre contato linguístico. Além disso, um olhar sobre a globalização da língua inglesa é considerado para melhor ilustrar o atual panorama dessa língua no mundo. Para o presente trabalho, a base de dados consiste na análise da legendagem em Português do Brasil de três episódios da primeira temporada da série norte-americana *Modern Family*, apresentada no canal de *streaming* Netflix. Nossas conclusões preliminares apontaram que os estrangeirismos estão mais presentes, principalmente, nos termos relacionados às áreas de tecnologia, alimentação, compras, esportes e mídia.

Palavras-chave: Línguas em Contato. Estrangeirismos. Globalização.

Abstract

This article introduces a brief reflection on foreignnesses which derive from the linguistic contact between the Brazilian Portuguese and the English language. As a theoretical basis, this article deals with researches on the phenomenon of foreignness and the contribution of studies on linguistic contact. In addition, a look over the English language globalization is considered to better portrait the current panorama of this language in the world. For the present work, the database consists on the Brazilian Portuguese subtitling analysis of three episodes of the first season of the North-American series “Modern Family”, on Netflix streaming channel. Our preliminary conclusions indicate that the foreignnesses are more present, principally, in terms related to technology, food, shopping, sports and media.

Keywords: Languages in Contact. Foreignnesses. Globalization.

Introdução

O Brasil adota a língua portuguesa como língua oficial e se define constitucionalmente como um país monolíngue. Em contrapartida, a diversidade linguística sempre se fez e continua presente em muitas regiões do país. A língua Portuguesa do Brasil, doravante PB, é decorrente de muitos contatos linguísticos, desde o período colonial, entre o português trazido da Europa, as línguas indígenas, as línguas africanas e, posteriormente, as línguas alóctones dos movimentos de imigração. O PB é, portanto, resultado de uma grande confluência de línguas. Conforme defende Bagno (2020, *online*), “[...] não podemos falar de língua pura, qualquer língua é resultado de um longo processo de mudança na qual também interveio muito contato linguístico”. Nesse sentido, a língua é viva e está em constante transformação.

Propomos neste artigo uma reflexão sobre a dinâmica atual da entrada dos estrangeirismos no PB. Para abordarmos os conceitos de contato de línguas, de estrangeirismos como fenômeno de contato entre o PB e o LI e o de inglês na globalização, norteamos nossa análise nos aportes teóricos de **Weinreich (1953)**, Faraco (2001), Garcez (2001), **Thomason (2001)**, **Mufwene (2008)**, Bagno (2020) e Crystal (2009, 2010).

Os estrangeirismos, conforme define Faraco (2001, p. 7), “são as palavras e expressões de outras línguas que são usadas correntemente em algumas áreas do nosso cotidiano”. Para Garcez e Zilles (2001, p. 13), o estrangeirismo é a utilização de termos oriundos de outras línguas na língua de uma comunidade, e, no que diz respeito ao falante brasileiro, seria definido como emprego, no português, de palavras ou de expressões oriundas de outras línguas. Os mesmos autores acrescentam que o estrangeirismo é um fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas.

A presença de elementos de palavras oriundas de línguas estrangeiras pode ser amplamente evidenciada no Português Brasileiro. Conforme afirma Lima:

O uso de novas palavras no discurso de falantes pode ser observado de maneira bem recorrente nos dias de hoje, uma vez que a língua é flexível e modifica-se de acordo com seus falantes e com a sociedade que faz seu uso. Assim como, o uso de palavras estrangeiras no discurso de falantes de língua portuguesa pode ser também amplamente observado. (LIMA *et al.*, 2015, p. 450)

O contato linguístico ocorre de formas variadas, tanto pela proximidade física ou geográfica quanto à distância ou virtualmente. Essas interações remotas podem se dar via *whatsapp*, ligação telefônica ou uma chamada de vídeo, por exemplo. Podem ocorrer, também, de forma mais receptiva, ao realizarmos a leitura de um livro, um texto, uma mensagem ou uma legenda. Conforme destaca Aguilera,

Não se trata apenas de línguas que se encontram em contato, mas de culturas que passam a coexistir. Essa convivência não poderia ocorrer de forma estável ou nivelada, pois são modos de pensar e organizar a realidade pelos quais são filtrados, também, os processos de interação. A língua pode ser considerada, nesse campo de complexas relações, o cenário de intermediações ou negociações, uma vez que se inscreve como elemento prioritário nas modalidades interacionais. (AGUILERA, 2008, p. 13)

No âmbito dessas modalidades interacionais, faremos um recorte em relação às legendagens. Essa modalidade de tradução começou a ser utilizada pela primeira vez em 1903, no cinema, com o filme “Uncle Tom's Cabin”. No final dos anos de 1990, com o advento do DVD, a legendagem passou a fazer parte dos recursos oferecidos por essa nova tecnologia. Agora, já no século XXI, esse recurso está disponível nos filmes de TV aberta das *smart tvs* e nas plataformas de *streaming*. É importante destacar as plataformas de *streaming* que têm o poder de alcançar várias classes socioeconômicas, tanto nos grandes centros urbanos como em áreas rurais, a qualquer hora do dia ou da noite, com acesso disponível através de celulares, *tablets*, computadores e *smart tvs*.

Palavras em LI estão presentes em diversas áreas da sociedade, decorrentes de termos empregados na política, na economia, na literatura e na ciência e tecnologia. Conforme afirma Thomason:

(...) milhões de não falantes da língua inglesa tiveram contato com o Inglês através do rádio, da televisão, dos filmes de Hollywood, música popular (em CDs, fitas cassetes assim como no rádio e na televisão), e escritas de todos os tipos¹. (THOMASON, 2001, p. 3)

Para ilustrar essa reflexão, apresentamos os resultados de um levantamento de dados, realizado em uma plataforma de *streaming*. Como corpus deste trabalho, coletamos exemplos de estrangeirismo de três episódios da primeira temporada da série de TV *Modern Family*, exibida nos Estados Unidos pela ABC (*American Broadcasting Company*) e exibida no Brasil em algumas dessas plataformas. Dentre as disponíveis, optamos pela análise das legendagens oriundas da plataforma de *streaming* Netflix. Coletamos nos três episódios selecionados todos os termos utilizados nas legendagens que apresentaram como base uma grafia idêntica a um termo utilizado na língua inglesa. Observamos também a existência ou não de um léxico equivalente em um dicionário de língua portuguesa usado no Brasil, embora tenha sido optado pelo tradutor ou empresa de legendagem o termo estrangeiro.

O critério de seleção desta amostragem foi estritamente baseado na grafia e no fato de aquela palavra constar oficialmente em dicionário de língua inglesa. Para a nossa amostragem, adotamos o “*Cambridge Dictionary*” como base referencial. Não levamos em consideração o fato de o uso ter sido aplicado dentro ou fora de seu contexto original. Realizamos, portanto, uma análise objetiva e sintética do fenômeno do estrangeirismo na situação supracitada.

Línguas em Contato – Conceitos

O Contato de Línguas (doravante CL) tem sido objeto de estudo por diversas áreas além da Linguística, como a História, a

¹ Tradução nossa. Citação original: “Millions of non-English speakers have come into contact with English through radio, television, Hollywood films, popular music (on CDs and cassettes as well as on the radio and television), and writings of all kinds”.

Geografia, a Antropologia, dentre outras. Conforme afirma Bagno (2020, *online*), o primeiro estudioso que abordou o tema “contato de línguas” de uma maneira mais assertiva foi o italiano Graziadio Isaia Ascoli, no final do século XIX. Para Bagno (2020, *online*), Ascoli trouxe conceitos que se contrapunham às noções dominantes da época, pois defendia que as línguas mudam não somente por suas questões internas, mas também por causa do contato de povos e contatos das línguas desses povos.

O teórico acrescenta que Ascoli foi o proponente do termo substrato, termo esse oriundo da botânica. Bagno esclarece que, quando uma língua é imposta a um povo que fala outra língua, tal povo adotará essa língua imposta; entretanto, no período inicial, transferirá para a nova língua hábitos morfológicos, sintáticos e lexicais da sua língua ancestral. Posteriormente, essa língua ancestral acabará sendo “abandonada” e servindo de substrato para uma mudança nessa nova língua imposta.

Já no século XX, Weinreich (1953, p. 11) aborda o contato como um dos principais fatores de mudança linguística. O autor trata também da Sociolinguística e dos diversos tipos de interferência sofridas pela língua em decorrência do contato, tais como: fonética, gramatical e lexical. O autor defende a ideia de o CL acontecer na mente das pessoas e trabalha o conceito de CL a partir do Bilinguismo em seus diferentes tipos. Esse mesmo autor ressalta os aspectos relacionados ao indivíduo e ao contexto de interação, tratando-os como essenciais para o estudo das línguas em contato e do Bilinguismo. Também com o olhar da interação do indivíduo na sociedade, Haugen (1959, 1971) apresenta o conceito de ecologia da língua, no qual a sociedade é o meio ambiente da língua. Mais contemporâneo, Thomason (2001, p. 5) também traz luz ao tema quando defende que, “Em comunidades de todos os tamanhos, do

menor vilarejo às maiores nações, o contato de línguas (que por si só é resultado de uma história social) tem uma consequência social”².

Por outro lado, Mufwene (2008, p. 17) afirma que “a coexistência de duas populações na mesma área geográfica não é condição suficiente para que ocorra CL. Elas precisam interagir entre si”³. Entretanto, interação não exige, por parte do falante, um domínio completo da outra língua. Conforme define Wei:

O bilinguismo e o multilinguismo referem-se à coexistência, ao contato e à interação de diferentes línguas. A coexistência pode acontecer no nível social ou no nível individual. Uma sociedade pode ter muitas línguas sendo faladas e usadas por diferentes grupos de indivíduos. Os próprios indivíduos podem não ser necessariamente bilíngues ou multilíngues⁴. (WEI, 2013, p. 26)

De forma complementar, Savedra; Gaio e Carlos Neto (2015, p. 72) definem a situação de CL como sendo algo singular, especial, seja ela no âmbito individual ou social; e defendem que seu uso e contexto de aquisição atuam como delimitadores do destino desta língua, ou seja, o CL pode gerar situações de manutenção, perda, revitalização, e, muitas vezes, o da interferência de uma língua em outra. Os autores defendem que essas interferências, definidas por Weinreich (1953) e classificadas por Thomason (2001, p.131), podem produzir efeitos tais como: *code-switching*, *code-mixing*, empréstimos, e acrescentam que, igualmente, Winford (2003, p. 11) cita situações de CL nas quais ocorrem empréstimos (*borrowing*

² Tradução nossa. Citação original: “In communities of all sizes, from the tiniest villages to the biggest nations, language contact (which is itself a result of social history) has social consequences.

³ Tradução nossa. Citação original: “...the coexistence of two populations in the same geographical area is not a sufficient condition for language contact. They must interact with each other.”

⁴ Tradução nossa. Citação original: “Bilingualism and multilingualism refer to the coexistence, contact, and interaction of different languages. The coexistence may take place at the societal level or the individual level. A society can have many different languages spoken and used by different groups of individuals. The individuals themselves may not necessarily be bilingual or multilingual.”

situations), situações de convergência estrutural (*situations of structural convergence*) e situações de *code-switching*.

Na antiguidade, o contato era físico e necessitava de deslocamento para ocorrer. Atualmente, as interações se fazem de maneira muito mais intensa, mais rápida, porque podem ser realizadas a partir de nossas casas, de nosso local de trabalho, de um parque etc. sem que haja deslocamento físico. Podemos inferir, portanto, que as situações de CL são variadas, podendo se apresentar de forma individual ou coletiva, em um espaço físico restrito ou amplo, de forma falada, escrita, presencial ou remota (através da *internet* por exemplo), pois, para que ocorra, o CL não depende de proximidade física, mas de troca de informações que acontece na mente dos indivíduos falantes da língua (WEINREICH, 1953). Essa troca de informações em nível mental ocorre quando falamos, quando lemos um texto, quando visualizamos uma imagem, quando escrevemos, ou seja, a distância não é impeditiva da ocorrência do CL. Grande parte das interações que ocorre no mundo contemporâneo é de natureza virtual, decorrente de um mundo globalizado. Conforme destaca Ijuim (2008), ao citar Castells (1999) sobre o tema “a sociedade em rede”:

A sociedade voltada ao uso da informação traz a ideia de que as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes interligadas globalmente. [...] Por isso, “a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social”. Pode-se, assim, visualizar uma sociedade que mudou a dinâmica nas relações que envolvem troca de informações, migrando do meio geográfico (físico) para o meio virtual oferecido pelas redes. (IJUIM 2008, p. 3)

Essa nova dinâmica de um mundo globalizado gera mudanças de âmbito social, cultural e econômico e implica fenômenos de variações que ocorrem nas línguas das sociedades ou comunidades em decorrência de cruzamentos étnicos, culturais, que levam conseqüentemente a um cruzamento linguístico.

O inglês e sua relação com a globalização

Segundo Crystal (2009, *online*), uma língua se torna global pelo poder de seus falantes e não há relação entre a globalização de uma língua e sua estrutura de linguagem. O autor destaca que nenhum dos elementos da língua inglesa, tais como sua gramática, seus termos lexicais, sua pronúncia ou soletração seriam fatores que a tornariam mais interessante ou atraente ao olhar dos falantes em nível global. Crystal defende que o que faz com que uma língua seja global é a sua relação de poder. Mas essa relação de poder se transforma com o tempo pois a palavra “PODER” tem significados diferentes em tempos diferentes. O autor cita como exemplo os poderes políticos e militares que vigoravam na época de domínio do império britânico. Cita igualmente os séculos XVI e XVII, durante os quais a língua inglesa estava atrelada ao poder da ciência e da tecnologia, ao poder econômico no século XIX, à revolução industrial e ao mercado financeiro no mundo e conclui seu raciocínio citando o século XX com o poder cultural e as invenções. Crystal (2009) resume seu argumento alegando que o Inglês tem estado no lugar certo, no momento certo, nos últimos 400 anos e isso resultou em seu *status* globalizado atual.⁵

⁵ Adaptação nossa. Citação original “A language becomes a global language because of the power of the people who speak it. it's nothing to do with the structure of language. There's nothing about the English grammar or vocabulary or pronunciation or spelling that makes English an appealing language at a global level. In fact if you think about it, English spelling would put people off you think. So it's nothing to do with the structure of language. It's all to do with power. But power means different things at different times. English first became international because of political power, military power. The power of the British Empire. But it isn't only political that takes a language around the world. In the 16th or 17th century, we had the power of science of technology. The industrial revolution. ...In the 19th century, the economic power, because America and the British, between them, had the money market around the world. In the 20th century we had the cultural power. English being the language of vast majority of the inventions that make modern society what it is. English being at the right

Da mesma forma, o autor aborda a relação entre a tecnologia e a língua inglesa, quando afirma que “a tecnologia sempre transforma a língua” e discorre sobre o tema destacando que:

(...) quando a imprensa chegou no século XIV, novos estilos se desenvolveram, novas escritas, novo sistema de pontuação, e assim por diante. Quando o telefone chegou no século XIX, ele mudou a linguagem. Novos padrões de diálogo se estabeleceram. Quando as telecomunicações iniciaram na década de 20, a língua mudou. Quando a *internet* chegou, a linguagem mudou. Mas ninguém imaginou que a linguagem se tornaria tão diversificada somente devido à *internet*. Porque ninguém foi capaz de prever quantas variações tecnológicas viriam de uma comunicação mediada eletronicamente... Existe a rede internacional (www), os correios eletrônicos (*e-mails*), as salas de bate-papo (*chat-rooms*), os mundos virtuais, os jogos, os *blogs*, as mensagens instantâneas, os *sites* de redes sociais como Youtube e Facebook. Ainda existe o Twitter, mensagens de texto em celulares e assim por diante.⁶ (CRYSTAL, 2010, Youtube).

Podemos inferir que o desenvolvimento científico e tecnológico tem causando um aumento no número de palavras estrangeiras no PB. Essa visão é defendida por Santos (2006, p.5), destacando os anglicismos. Para o autor,

place, at the right time in these 4 hundred years or so. And it produced an enormous global status that it currently has.

⁶ Tradução nossa. Citação original: “Technology always changes a language. When printing came in in the 1400s, new styles developed, new spellings, new punctuation systems, and so on. When the telephone came in the 19 th century it changed the language. New patterns of dialogue came into being. When broadcasting started in the 1920s, it changed the language. Think of all the styles in broadcasting media we didn't have before like sports commentary, news reading and weather forecasting and chat shows and all of that. When the internet came into being, it changed the language. But nobody I think ever expected the language to be só diversified simply because of the internet. Because nobody was able to predict how many technological variations that were going to be of eletronically mediated communication. There's the world wide web, there's e-mail, there's chat rooms, there is virtual worlds, the games that people play, as blogging, as instant messaging, social networking sites like youtube and facebook. There's twittering, there's mobile phone texting, and it goes on and on and on. Each one of these new technologies or new opportunities for communication produces a new kind of language, emerging as a consequence.”

(...) ninguém nega a quantidade enorme de anglicismos, representados pelos termos inevitavelmente oriundos de uma língua do país de onde provém a maior parte dos avanços científicos e tecnológicos, além do universo de consumo e dos negócios, da indústria e do comércio, do vocabulário do entretenimento e manifestações culturais correlatas - enfim, não há, no Brasil, nenhuma área do conhecimento ou atividade humana em que hoje em dia o inglês não tenha se infiltrado. (SANTOS, 2006, p. 5)

Nesse sentido, dentro do raciocínio vastamente exemplificado pelo autor, cada uma dessas novas tecnologias e, conseqüentemente, novas oportunidades de comunicação, resulta na produção de novas linguagens ou variações dela. Associadas a essas variações de linguagem decorrentes da tecnologia e da *internet*, estão, atualmente, resultante do século XXI, os canais de *streaming*. E foi neste ponto da tecnologia que selecionamos o nosso objeto de análise de linguagem: uma série de TV norte-americana apresentada em canal de *streaming* no Brasil.

Estrangeirismos: A LI como fenômeno de contato no PB

Após a argumentação no item anterior, quando evidenciamos a língua inglesa como uma língua globalizada, vamos redirecionar o foco para o PB e a sua relação com a LI. Historicamente marcada, essa relação de “consumo” entre o Brasil e elementos oriundos, em especial, dos Estados Unidos e da Inglaterra, tem se ampliado ao longo das décadas. Esse fenômeno permeia temas relacionados à política, à economia, à ciência e a aspectos socioculturais, tais como: música, cinema, indústria, moda, televisão, jornais, revistas, alimentação, educação (cursos de idiomas, escolas bilíngues, leis que integraram a língua inglesa ao currículo dos alunos da rede pública e privada), esportes, dentre outras. Conforme afirma Crystal,

O inglês é atualmente a língua mais amplamente ensinada como língua estrangeira – em mais de 100 países, tais como China, Rússia, Alemanha, Espanha, Egito e Brasil – e em muitos desses países ela está emergindo como

a língua estrangeira líder a ser encontrada em escolas, geralmente assumindo o lugar de outra língua neste processo.⁷ (CRYSTAL, 2003, p.5)

Assim, na medida em que o fenômeno da globalização foi se fortalecendo e se firmando no mundo contemporâneo, a língua inglesa marcou seu espaço dentro do PB. Para Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), as mudanças linguísticas são fruto de um processo de encaixamento linguístico entre variáveis internas ao sistema linguístico e aquelas externas a ele.

O PB é fruto de uma mistura de línguas diversas, em especial, obviamente, do Português de Portugal (que também é uma língua derivada de outras); das línguas indígenas; das línguas de matrizes africanas; de outras línguas europeias. Podemos citar aqui alguns exemplos de estrangeirismos decorrentes do CL: palavras como *réveillon* (do Francês), *flamenco* (do espanhol), *doberman* (do alemão), *delivery* (do inglês). Fatos interessantes ocorrem com a nossa língua tornando-a cada vez mais fascinante de observação.

Alguns questionamentos devem existir não só entre linguistas, mas igualmente pelos falantes da língua. Por que a escolha da palavra “*delivery*” quando poderia ser utilizado o termo “entrega em domicílio”? O termo em português existe e era muito utilizado. Entretanto, a versão em inglês o tem substituído, principalmente nos grandes centros urbanos, e atualmente é possível observar que seu uso acentuou-se durante os tempos de confinamento provocado pela pandemia do Coronavírus. Quais fatores levaram esses indivíduos ou empresas a preferirem o termo em LI? Talvez devido ao status de prestígio que essa língua traz consigo, talvez por influência da mídia e o desejo de “acompanhar” o mercado, talvez pela globalização, ou por todos esses associados. Há muitos

⁷ Tradução nossa. Citação original: “English is now the language most widely taught as a foreign language – in over 100 countries, such as China, Russia, Germany, Spain, Egypt and Brazil – and in most of these countries it is emerging as the chief foreign language to be encountered in schools, often displacing another language in the process.”

fatores envolvidos, vários que provavelmente desconhecemos e que caberá mais estudo e pesquisa no futuro.

Para a análise realizada neste trabalho, delimitamos como escopo, estritamente, as palavras oriundas da língua inglesa, mais particularmente os estrangeirismos de grafia idêntica. Citamos como exemplo: “*quarterback*” - da área de esportes- que é utilizada no PB sem tradução. A sua tradução provavelmente soaria estranha e dificultaria o entendimento, pois nenhum termo substituto foi criado até hoje. Mais um exemplo seria o léxico “*pretzel*”- da área de alimentação- que também se apresenta em propagandas com grafia idêntica à da língua inglesa. Talvez a palavra (na soletração com <p>) que é naturalmente uma palavra alemã seja transferida pela LI.

Não faremos aqui a distinção entre os termos estrangeirismos e empréstimos, por não ser o objetivo deste trabalho, uma vez que a dinamicidade da língua, em especial após a pandemia da Covid-19, demonstra que pode haver uma linha muito tênue entre tais conceitos. A atual aceleração da circulação de informações, palavras e conceitos através da mídia e das plataformas derivadas da tecnologia e da *internet*, faz com que termos “alienígenas”, como “*lockdown*” e “*home office*”, sejam rapidamente compreendidos, tornando-se comuns às diferentes culturas.

Estrangeirismos em legendagem de séries

Devido à grande presença no Brasil de filmes e séries oriundas de países que adotam a língua inglesa como língua materna, tais como: Estados Unidos, Inglaterra, Escócia, Austrália, dentre outros, as legendas são um dos recursos utilizados por todos os não falantes ou não fluentes na língua inglesa. Entretanto, observamos que, na legendagem em PB, em especial no aspecto lexical, que é o objeto de nossa análise, algumas palavras da língua inglesa não foram substituídas. Conforme destacam Garcez e Zilles:

é importante notar que, embora pareça fácil apontar, hoje, *home banking* e *coffee break* como exemplos claros de estrangeirismos, ninguém garante que

daqui a alguns anos não estarão sumindo das bocas e mentes, como o *match* do futebol e o *rouge* da moça; assim como ninguém garante que não terão sido incorporados naturalmente à língua, como o garçom e o sutiã, o esporte e o clube. (...) Sem dúvida, os empréstimos recentes podem ser mais facilmente identificáveis, por ainda não terem completado o processo de incorporação à língua pela padronização escrita. Em sua essência como objetos linguísticos, no entanto, não é razoável tratá-los como diferentes dos que vieram antes, já que são todos frutos do contato linguístico. (GARCEZ; ZILLES, 2001, p. 16)

Entretanto, talvez seja razoável tratar esses empréstimos recentes como diferentes, diferentemente de como apontam Garcez e Zilles (2001, p. 16), porque caso os empréstimos recentes sejam facilmente identificáveis por não terem completado o processo de incorporação à língua portuguesa, os falantes percebem a diferença e podem atar associações sociais às palavras salientes.

Com base nesta reflexão sobre o fenômeno e sua relação com a globalização, selecionamos, para análise, uma série do canal de *streaming* Netflix. Como procedimento padrão, analisamos todas as falas de todos os personagens de três episódios da série *Modern Family* e selecionamos todas aquelas que apresentaram em suas legendas pelo menos uma palavra de língua inglesa, de grafia exata.

Na sequência, comparamos os termos dos originais em inglês com seus correspondentes na legendagem disponível no canal de *streaming*. Com base nesses dados, realizamos uma reflexão sobre essas escolhas, por parte do tradutor ou empresa de tradução, tendo como foco a língua como resultante de um contato linguístico.

Modern Family é uma série de televisão do gênero comédia, de origem norte-americana, produzida e exibida pela emissora ABC. A obra segue um formato de “falso documentário” e cada episódio tem duração média de 22 minutos. Criada por Christopher Lloyd e Steven Levitan, *Modern Family* teve seu piloto exibido em 23 setembro de 2009. Com 85 indicações ao Emmy (prestigioso prêmio atribuído a programas e profissionais da televisão estadunidense), foi premiada 22 vezes, em diversas categorias, como as de melhor

comédia, de melhor atriz coadjuvante, de melhor direção de comédia, de melhor ator coadjuvante e de mixagem de som.

Os personagens principais da série são: Jay Pritchett (interpretado por Ed O'Neill), sua filha Claire Dunphy (Julie Bowen) e seu filho Mitchell Pritchett (Jesse Tyler Ferguson), que vivem em Los Angeles. Claire é casada com Phil Dunphy (Ty Burrell) e o casal têm três filhos- Haley (Sarah Hyland), Alex (Ariel Winter) e Luke (Nolan Gould). Mitchell, por sua vez, é casado com Cameron Tucker (Eric Stonestreet), com quem adotou uma criança vietnamita chamada Lilly (Aubrey Anderson-Emmons). Jay é casado com a colombiana Gloria (Sofia Vergara), que tem um filho pré-adolescente, Manny (Rico Rodriguez), de seu relacionamento anterior. A série teve seu último episódio exibido pela ABC em sua 11ª temporada em 08 de abril de 2020. Escolhemos esta série para coleta de nossa amostragem por se tratar de uma série de linguagem atual, contemporânea, que nos possibilita a identificação de elementos mais evidentes de estrangeirismos.

Após essa breve apresentação da série, faremos um recorte da fala de alguns destes personagens para identificarmos as palavras de língua inglesa no PB, de grafia idêntica ao seu original nessas legendagens de série. A fala desses personagens, selecionadas dos episódios 1, 3, 5 da primeira temporada, encontram-se apresentadas na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Estrangeirismos: Falas/legendagens dos E01, 03 e 05 da T01 de *Modern Family*

Temporada	Episódio	Título	Personagem da fala	Fala original em Inglês ⁸	Legendagem Netflix
01	01	"Piloto"	Phil	"I surf the web"	"Eu surfo na net"
			Manny	"I wanna go to the mall where she works"	"Eu quero ir ao shopping onde ela trabalha"

⁸ Coleta da fala original em inglês- realizada pela autora.

			Mitchel	"Have him paint something less gay "	"Mande-o pintar algo menos gay "
			Jay	"Come on, let's get a pretzel !"	"Vamos comer um pretzel !"
	03	"Venha voar comigo"	Comentarista na TV (sobre um jogo de baseball)	"Started the inning with a double "	"Começou o inning com uma dupla"
			Gloria	"Men need their hobbies "	"Homens precisam de hobbies "
			Cam	"Official slogan for snobbs "	"O slogan oficial dos esnobes " ⁹
			Manny (referindo-se ao seu jogo favorito)	"It's called Empire "	Chama-se Empire .
			Alex	"Did you do it to get sexy ?"	"Era pra ficar sexy ?"
			Alex	"Let's get back to your piercings "	"Vamos voltar a seus piercings "
	05	"Golpe do baú"	Cam (Cameron)	"It's gonna be a quarterback roll-out to the left"	"Vai ser um quarterback à esquerda"
			Cam	"Trust me. He's got the slot in the end zone! Touchdown! "	"Acredite, ele tem passagem na end zone! Touchdown! "
			Cam	"The whole kit and caboodle , I think"	"O kit todo e mais, eu acho"
			Jay	"Now a field goal beats us"	"Agora um field goal nos derrota."

Fonte: elaboração própria.

⁹ Snobbs/esnobes não foram selecionadas por não configurarem grafias idênticas e estarem fora do escopo de nossa pesquisa.

Primeiramente, achamos relevante para o estudo aqui apresentado a escolha de analisarmos a primeira temporada da série, por remeter a um período de tempo mais distante, já que sua exibição inicial ocorreu em 2009, ou seja, há 11 anos. Observamos que, nessa série, o processo de tradução da legendagem para o PB manteve algumas palavras em inglês, caracterizando o estrangeirismo, desde a primeira exibição da temporada no Brasil. Outro fato que nos chamou à atenção foi que algumas palavras escolhidas em inglês para serem adotadas nas legendagens em PB não correspondiam ao original da fala (áudio) do personagem.

Fazendo, agora, um recorte mais detalhado, conforme tabela 2, abaixo:

Tabela 2 - Estrangeirismos: Palavras selecionadas

Original em Inglês	Legendagem Netflix
1. <i>web</i>	<i>net</i>
2. <i>mall</i>	<i>shopping</i>
3. <i>gay</i>	<i>gay</i>
4. <i>pretzel</i>	<i>pretzel</i>
5. <i>inning</i>	<i>inning</i>
6. <i>hobbies</i>	<i>hobbies</i>
7. <i>slogan</i>	<i>slogan</i>
8. <i>Empire</i>	<i>Empire</i>
9. <i>sexy</i>	<i>sexy</i>
10. <i>piercings</i>	<i>piercings</i>
11. <i>quarterback</i>	<i>quarterback</i>
12. <i>end zone - Touchdown</i>	<i>end zone"- Touchdown</i>
13. <i>kit</i>	<i>kit</i>
14. <i>field goal</i>	<i>field goal</i>

Fonte: elaboração própria.

Ao analisarmos a amostragem coletada, verificamos que, dos itens 3 ao 14, a seleção das palavras em língua inglesa para a legendagem em PB adotou termos idênticos aos originais de fala dos áudios dos personagens. Entretanto, os itens 1 e 2 utilizaram-se de termos em inglês, porém não idênticos ao termo originalmente adotado nas falas dos áudios dos personagens. Refletindo sobre as possíveis razões para essa diferença, levantamos a hipótese de que, embora os termos escolhidos não retratem o uso padrão que seria adotado pelo falante nativo de origem norte-americana, no PB, essas palavras seriam mais facilmente reconhecidas pelo falante da língua Portuguesa do Brasil. Ou seja, a língua portuguesa adota termos em inglês que são conhecidos, reconhecidos e utilizados que podem gerar uma imprecisão na comunicação em um diálogo entre um falante nativo da LI e um falante de PB.

Em relação aos itens 5, 11, 12 e 14, observamos que se tratam de termos relacionados a esportes, em especial, esportes como *baseball* e futebol americano. Embora esportes sejam um tema de alcance mundial, os esportes supracitados não trazem muita identificação com as práticas desportivas mais apreciadas e de destaque para o povo brasileiro, e, talvez, até desconhecidas por muitos. Inferimos que esse fato levaria o tradutor ou a empresa de tradução a não tentar criar um termo em PB para algo que é, em grande parte, distante da realidade brasileira.

Em uma análise preliminar, identificamos que as áreas mais presentes com o fenômeno do estrangeirismo nessa coleta de dados foram: *internet* “*net*”; alimentação “*pretzel*”; compras e artigos de lojas “*shopping*”, “*kit*”; gênero “*gay*”; esportes “*inning*”, “*quarterback*”, “*end zone*”, “*touchdown*”, “*field goal*”; atividades “*hobbies*”; mídia “*slogan*”; nome de jogos de tabuleiro “*Empire*”; estilo e comportamento “*sexy*”; acessórios “*piercings*”. Ou seja, áreas diversas do cotidiano foram abordadas. Observamos, dessa forma, que há um certo prestígio da cultura norte-americana perante a cultura brasileira nesses quesitos, em especial nas áreas de *internet*, esportes, mídia, estilo da vida e comportamento.

Cabe aqui ressaltarmos alguns pontos para reflexão: quando a legendagem “*net*” foi utilizada para substituir “*Web*”. Por que não optaram por utilizar a palavra “rede”, se a mesma existe no PB? Igualmente, a palavra “*shopping*” foi escolhida para substituir “*mall*”. *Shopping* pode ter aqui duas origens: ou a expressão verbal “*go shopping*”, que significa “ir às compras/ fazer compras”, ou pode ser vista como o local “*Shopping center*”, que seria traduzido como um “centro comercial”. Nesse caso, a palavra “*center*” foi suprimida, restando apenas a palavra “*Shopping*”. Em ambos os casos, o PB contempla palavras em sua substituição em uma tradução. Ressaltamos que nosso objetivo é observar a presença desse fenômeno, além de identificarmos o quanto o léxico de língua inglesa está presente no cotidiano do brasileiro.

Conclusões

Com base nesta breve análise, observamos que línguas podem entrar em contato por diversos meios, sejam eles físicos ou virtuais, e tais contatos podem ocorrer de formas diversas: na escrita, na fala, na mente dos indivíduos. No recorte do contato de línguas via plataforma de *streaming*, pudemos verificar também a relevância de aprofundarmos as reflexões sobre a LI no PB presentes nesse canal de comunicação; além de refletirmos sobre o fenômeno do estrangeirismo, seu processo de entrada na língua e como ele se apresenta na atualidade dentro do PB.

A globalização, a tecnologia, a pandemia da Covid-19 e o confinamento doméstico resultante dela, a integração de setores e a reformulação de outros fizeram com que as pessoas passassem a acessar com maior frequência as plataformas de *streaming* e utilizassem mais a *internet*, e, por consequência, os termos internacionalizados chegaram com mais rapidez, acentuando o contato entre as línguas de forma virtual. Esse cenário afetou e afeta a linguagem, que é um fenômeno dinâmico e em adaptação constante. Não vemos nesse contexto a presença dos estrangeirismos como um retrocesso ou perda de identidade de

uma língua, mas sim como um fenômeno dentro de um processo natural que ocorre em qualquer língua.

No que concerne ao PB e à LI, todas as questões já citadas fazem com que o contato dessas línguas, de certa forma, seja incorporado aos hábitos. Ao longo do tempo, alguns termos permanecerão, outros se transformarão e outros deixarão de existir. Esse é o processo natural da linguagem determinado por quem dita as suas regras: o próprio falante e suas escolhas.

Concluimos com base nessa breve análise sobre as traduções de legendagem para o PB da série *Modern Family* da plataforma de *streaming* Netflix, que as áreas nas quais o fenômeno do estrangeirismo mais se apresentou foram: alimentação, compras, esportes, *internet*, gênero e mídia. Nossa análise sugere que, por se tratarem de áreas relacionadas ao cotidiano, provavelmente, indicam um maior alcance e tendência a serem mais facilmente naturalizadas/internalizadas pelos falantes do PB.

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade; BUSSE, Sanimar. Contato Linguístico e Bilinguismo: Algumas reflexões para o estudo do fenômeno da Variação Linguística. Paraná: *Revista Línguas e Letras*, v. 9, n. 16, p. 11-25, 1º sem. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/1704>. Acesso em: 4 ago. 2020.

BAGNO, Marcos. *Contato de Línguas* [S. l.]. Parábola Editorial, 3 jul. 2020. 1 vídeo (1h:26min:10seg.). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L3KatEz2z0E>. Acesso em: 18 jul. 2020.

CAMBRIDGE Dictionary. London, UK: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/>. Acesso em 6 ago. 2020.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. In: IJUIM J.; TELLAROLI, T., *Revista Ciberlegendal/UFF*, n. 20,

p. 1-15, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36666/21246>. Acesso em: 5 ago. 2020.

CRYSTAL, David. *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CRYSTAL, David. *Global English*. UK: Macmillan Education ELT, 2 nov. 2009. 1 vídeo (2min:32seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=24&v=WZI1EjxxXKw&feature=emb_logo. Acesso em: 3 ago. 2020.

CRYSTAL, David. *How is the internet changing language today?* London, UK: Macmillan Education ELT, 20 jan. 2010. 1 vídeo (4min:6seg). **Disponível em:** <https://youtu.be/P2XVdDSJHqY>. Acesso em: 03 ago. 2020.

FARACO, Carlos Alberto (org). *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

GARCEZ, Pedro de Moraes; ZILLES, Ana Maria Stahl. *Estrangeirismos: Desejos e Ameaças*. In: FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: Guerras em Torno da Língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

LIMA, Laís Teixeira *et al.* Os estrangeirismos e empréstimos oriundos da língua inglesa: uma breve análise de seu processo de aquisição. *Cadernos do CNLF*, – Lexicografia, lexicologia, fraseologia, terminologia e semântica. Rio de Janeiro: CiFEFiL, v. XIX, n. 2, p. 449-557, 2015. Disponível em http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/02/032.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

MUFWENE, Salikoko. S. *Language Evolution: Contact, Competition and Change*. Londres: Continuum, 2008.

SANTOS, Agenor Soares. *Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes em português*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2006.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; GAIO, Mario Luis Monachesi; CARLOS NETO, Marcionilo Euro. Contato linguístico e imigração no Brasil: fenômenos de manutenção/ revitalização, *language shift e code-switching*. *Revista Veredas*, v. 19, n. 1, p. 71-91, 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/edicoes/2015-2/v-19-no-1/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

- SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. *Estudos da sociolinguística de contato no Brasil*. Rio de Janeiro: Abralin, 11 jul. 2020. 1 vídeo (1h:49min:30seg). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4s3NT5lh3eA>. Acesso em: 5 ago. 2020.
- THOMASON, Sarah Grey. *Language contact: An introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.
- WEI, Li. *The Handbook of Bilingualism and Multilingualism: Conceptual and Methodological Issues in Bilingualism and Multilingualism Research*. In: Bathia, T. K., Ritchie, W. C. (eds.): 2nd edition. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.
- WEINREICH, Uriel. *Languages in Contact: Findings and Problems*. Mouton Publishers: The Hague, 1953.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].
- WINFORD, Donald. *An introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

2. O CONTATO LINGUÍSTICO NO MUNDO

O CONTATO LINGUÍSTICO NA EXPANSÃO ROMÂNICA

THE LINGUISTIC CONTACT IN THE ROMANESQUE EXPANSION

Viviane Lourenço Teixeira

Resumo

O principal objetivo do nosso trabalho é demonstrar como o contato linguístico estabelecido na Península Ibérica, durante a expansão do Império Romano, que tinha como língua franca o latim, contribuiu de forma significativa para a origem das outras línguas que hoje denominamos românicas. Evidenciaremos que durante as ações de estratos linguísticos ocorreu um período de bilinguismo, o que contribuiu de forma significativa para a manutenção da língua latina durante vários séculos; e abordaremos de forma sucinta os processos de *Abstandsprachen* e *Ausbausprache*, assim como o fato de o latim ter sido elevado à categoria de língua pluricêntrica, visto que apresenta diversos centros linguísticos com variedades diferentes (KLOSS, 1967). Mesmo que a expansão românica seja debatida desde sempre, em nossa exposição apresentaremos a importância do contato linguístico e seus efeitos. O contato linguístico pode ser definido quando não somente dois ou mais grupos, mas também pessoas, com suas respectivas línguas, entram em contato e interagem entre si em um mesmo ambiente (THOMASON, 2001). Nesse âmbito nos valem de alguns estudiosos, dentre eles Winford (2003) e Couto (2007). No que tange ao plurilinguismo, assim como o contato linguístico, está em consonância com o campo dos Estudos de Linguagem. Isso dado, o presente trabalho de caráter monográfico será desenvolvido de forma bibliográfica e descritiva. Buscou-se, como um dos possíveis resultados, evidenciar que o contato entre as línguas, recente em termos bibliográficos, contribuiu de forma acentuada para a análise do nosso objeto de estudos, a expansão românica.

Palavras-chave: Contato linguístico. Expansão Românica. Língua latina.

Abstract

The main objective of our work is to demonstrate how the linguistic contact established in the Iberian Peninsula during the expansion of the Roman Empire, which had Latin as its lingua franca, contributes significantly to the origin of the other languages that we today call Romance. We will point out that during the actions of linguistic strata a period of bilingualism occurred which contributed significantly to the maintenance of the Latin language for several centuries; and we will briefly address the processes of *Abstandsprachen* and *Ausbausprache*, as well as the fact that Latin has been elevated to the category of pluricentric language, since it has several linguistic centers with different varieties (KLOSS, 1967). Even if the Romanesque expansion is always discussed, in our exhibition we will present the importance of linguistic contact and its effects. Language contact can be defined when not only two or more groups but also people, with their respective languages, come into contact and interact with each other in the same environment (THOMASON, 2001). In this field we make use of some scholars, among them Winford (2003) and Couto (2007). As far as plurilingualism is concerned, as well as linguistic contact, it is in line with the field of Language Studies. Given this, the present monographic work will be developed in a bibliographic and descriptive manner. One of the possible results was to show that the contact between languages, recent in terms of bibliography, has contributed greatly to the analysis of our object of studies, the Romanesque expansion.

Keywords: Linguistic contact. Romanesque expansion. Latin language.

Palavras iniciais

O professor Carlos Alberto Faraco, em seu livro intitulado *História sociopolítica da língua portuguesa* (2016), em suas primeiras páginas, traz a seguinte afirmação: “A língua que designamos atualmente pelo nome de **português** é o desdobramento histórico dos falares românicos que se desenvolveram, nos séculos posteriores à dissolução do Império Romano do Ocidente”¹ (FARACO, 2016, p. 14, grifo do autor). É a partir desse excerto que desenvolveremos nas próximas linhas, não somente questões concernentes à origem das línguas românicas, mas também como estas são oriundas do contato linguístico estabelecido durante a expansão do Império Romano.

As línguas oriundas do latim fazem parte da família românica, que possui como principais membros: português, galego, castelhano, catalão, francês, occitano, italiano, sardo e romeno. Destaca-se que sua origem vem do latim, não o literário, mas o vulgar. Em seu cerne, este não difere do utilizado pelos escritores, no entanto foi o latim falado no *orbis romanus* que se transformou nas línguas neolatinas.

O latim vulgar fazia parte de uma comunidade de fala máxima que atingia não só Roma, mas também todo seu Império; não atingiu, contudo, todos os povos de igual maneira. O latim, como toda língua, possuía suas variedades sociais que, conforme chegavam às áreas da Península, carregavam os diferentes momentos históricos.

Como um modesto dialeto de pastores que fundaram Roma transformou-se em uma língua franca?

A história de uma língua está intrinsecamente ligada à história de seu povo. A população que vivia às margens do rio Tibre saiu de sua comunidade e começou a ganhar outras comunidades vizinhas, por isso em nosso estudo se faz necessário entendermos a importância do contato linguístico na história não só das línguas

¹ Cf. FARACO, 2016, p. 14.

neolatinas, isto é, na gênese da formação, mas também dos aspectos pertencentes ao processo de romanização. Couto (2007) afirma que:

[...] o contato de línguas não é nada mais do que uma tentativa de comunicação (comunicação interlinguística) entre pessoas falantes de línguas mutuamente ininteligíveis. Como cada povo (P) e respectiva língua (L) tem o seu território (T), só há contato quando membros do P de uma Comunidade se deslocam para o T de outra Comunidade. Em suma, o que entra em contato é, na verdade, PL, [...]. (COUTO, 2007, p. 284).

Figura 1- Mapa da conquista romana da Hispânia, desde o início da Segunda Guerra Púnica (219 a.C.) até as Guerras Cantábricas (29 a.C.). Apresenta os avanços territoriais com a localização dos principais povos pré-romanos, a divisão original das províncias da Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior.



(Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conquista_romana_da_Pen%C3%ADnsula_Ib%C3%A9rica#/media/Ficheiro:Conquista_Hisp%C3%A2nia_Simplificado-pt.svg. Acesso em: 06 jul. 2020).

Desde a expansão territorial dos romanos, há contato linguístico entre esses e as comunidades subjugadas. Entre os anos

de 264 a. C. e 146 a. C., que dizem respeito às Guerras Púnicas, Roma travou duras batalhas com os cartagineses com o principal objetivo de dominar o Mar Mediterrâneo. Não bastava aos romanos serem soberanos na Península Itálica, fora preciso avançar pela Península Ibérica. Assim, o início do Império Romano leva, além da expansão territorial, a expansão linguística do latim por todo este território.

Na boca dos senhores do Mar Mediterrâneo, o latim avança para outras regiões; no entanto, as conquistas realizadas pelos romanos foram feitas por etapas e só em 27 a. C. (época das Guerras Cantábricas), depois de quase dois séculos do fim da Segunda Guerra Púnica (201 a.C.), que os romanos ocuparam definitivamente as populações que ficavam à Noroeste da Península Ibérica. Sendo assim, o latim também passou por várias “etapas”. O latim transplantado para as regiões conquistadas e as ações de substratos fizeram com que, provavelmente, tenha ocorrido um período de bilinguismo que, devido a um variado repertório de práticas de uso, incorreu em plurilinguismo.

Assim, além do bilinguismo, trataremos da importância do latim como língua pluricêntrica, durante os primeiros séculos da expansão romana. Antes, porém, faremos um breve relato dos povos que faziam parte da Península Ibérica, a fim de demonstrarmos como o contato entre esses povos contribuiu para que o latim se apresentasse com diversos centros linguísticos com variedades diferentes nesses séculos.

As ações de substrato e o bilinguismo: efeitos do contato linguístico

Dentre os fenômenos externos mais relevantes que favoreceram a dialeção do latim vulgar e conseqüentemente a formação da língua portuguesa e das outras línguas românicas, destacamos as ações de adstrato, superestrato e substrato. As duas últimas influenciam-se mutuamente, entretanto de formas diferentes. Em uma noção geral de

estrato linguístico, tem-se que uma língua influencia ou é influenciada por outra através de contato.

Alguns conceitos relacionados ao contato de línguas afirmam que ele ocorre quando se utiliza mais de um idioma em um mesmo ambiente simultaneamente (THOMASON, 2001) e que se dá na mente dos falantes, isto é, nos indivíduos (WEINREICH, 1953). Porém, vale ressaltar que a interação do contato de línguas deve ocorrer entre as pessoas que falam línguas diferentes. O convívio entre os povos romanos e as regiões conquistadas, como a história já revela, não ocorreu de forma pacífica. Consoante, Savedra, Gaio, Neto (2015), “[...] não há evidências de línguas que tenham se desenvolvido completamente isoladas. Esse contato pode ser mais ou menos intenso em alguns lugares e em alguma época específica” (2015, p. 73). Assim, o contato entre a língua latina e a língua dos povos dominados não ocorreu com a mesma intensidade em todas as regiões; logo, seus efeitos foram diferentes em diversas situações por motivos variados.

Efeitos resultantes do contato são importantes, todavia nessa etapa voltamos nosso olhar para as relações que envolvem as atitudes dos falantes que podem ser de resistência e não-resistência. Essas relações nos levam às ações de substrato, superestrato e adstrato, e optamos por seguir o professor Mattoso Câmara Jr (1981) para as definições que se seguem:

a) substrato – nome que se dá à língua de um povo que é abandonada em proveito de outra que a ela se impõe, geralmente como consequência de uma conquista política;

b) superestrato – nome que se dá à língua de um povo conquistador, que a abandona para adotar a língua do povo vencido;

c) adstrato – toda língua que vigora ao lado de outra (bilinguismo), num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos.

Em outras palavras: o substrato é quando a língua intrusiva permanece e a local desaparece; o superestrato é o contrário, a persistência da língua local leva ao abandono ou desaparecimento

da língua intrusa; e o adstrato existe em uma determinada região sem uma sobreposição das línguas. Essas ações só foram possíveis devido ao contato entre os povos romanos e os povos das regiões da Península Ibérica. Mais uma vez, não dissociamos a (trans)formação da língua latina do contato linguístico entre os povos das regiões dominadas. Contudo, propomos até considerar uma situação de bi/plurilinguismo pelos estudos no que se refere à língua portuguesa.

Para Carlos Alberto Faraco, em sua obra *História do Português* (2019), é significativa a performance do contato linguístico para compreendermos os processos pelos quais os falantes passaram. O autor acrescenta:

Nem sempre é possível apontar com precisão quais fenômenos resultaram por efeito de substrato. No entanto, é bastante claro que não se pode simplesmente descartar, no processo histórico-evolutivo das línguas, os efeitos dos contatos entre línguas diferentes, em especial quando ocorre uma fase de bilinguismo, como se supõe ter acontecido na área em que do latim falado resultou o falar românico (o romance) que deu origem ao galego e ao português modernos (FARACO, 2019, p. 62-63).

Desta forma, não podemos em nosso estudo descartar as implicações resultantes do contato linguístico e nem deixar de mencionar suas categorias de classificação, segundo Winford (2003). O autor destaca três grandes grupos: os que envolvem manutenção de língua, os que envolvem *language shift*² e os que levam à criação de novas línguas a partir do contato, os pidgins e os crioulos. Também Thomason (2011), já mencionada por nós, possui aspectos em comum com Winford (2003). Valemo-nos das palavras de Savedra, Gaio e Neto (2015):

²A definição de *language shift* está relacionada às influências de substrato. Consoante Savedra, Gaio e Neto (2015, p. 75), “Weinreich (1953) define *language shift* como a mudança de uso habitual de uma língua para a outra. Winford (2003) conceitua o fenômeno como o abandono total ou parcial da língua nativa de um grupo em favor de outra denominada *Target Language* (TL), que é a língua dominante.”

As interpretações dos dois autores são bem semelhantes e diferem apenas no foco dado em cada trabalho. Enquanto a segunda [Thomason] considera que um dos efeitos do contato é a mudança induzida pelo contato, o primeiro [Winford] menciona a *language shift*; os dois autores citam a formação de novas línguas; já o terceiro efeito do contato, todavia, é visto por Thomason pelo viés da morte de uma língua enquanto Winford prefere discutir a manutenção de língua, o que podemos entender como sua sobrevivência (Savendra, Gaio, Neto, 2015, p. 73).

O latim sobreviveu durante muitos séculos como a língua dominante e também franca, mesmo depois de passado o declínio do Império (476 d.C.) e de sua “morte”, que ocorre sete séculos após o início da sua expansão.

A língua dos romanos em um dos seus efeitos levou à criação de novas línguas. O galego, o português, o castelhano, o catalão, o francês, o occitano, o italiano, o sardo, o romeno, entre várias outras, formam o grupo de línguas românicas. Essas línguas modernas nasceram do extenso e complexo processo histórico pelo qual passou o latim.

Além das influências dos estratos (substrato, superestrato e adstrato) ao processo de formação dessas línguas, acrescentamos o bilinguismo. A partir do momento que o povo dominador e o povo dominado compartilham o mesmo território e cada um continua a usar seu próprio idioma, ocorre uma fase de bilinguismo que pode perdurar durante um período de tempo. Em conformidade com Ilari (2006):

[...] seria ingenuidade acreditar que os povos vencidos trocaram instantaneamente suas línguas maternas pelo latim; ao contrário, a fala dos vencedores conviveu por décadas e mesmo por séculos com as locais, sendo o bilinguismo a situação típica de conquista. [...] o latim, presente nas regiões submetidas numa variedade popular (o latim falado do exército, dos comerciantes e, em certos casos, dos veteranos assentados como colonos), e numa variedade erudita (a variedade escrita dos magistrados, da jurisdição e, até onde existia, da escola) ia-se impondo como a língua que exprimia uma cultura mais avançada e que abria melhores perspectivas de negócios e ascensão política e social (ILARI, 2006, p. 49).

Sabe-se que ao se tratar de conceito de bilinguismo muitas são as discussões e os pontos de divergências entre os mais renomados autores. De acordo com o dicionário Oxford (2000, p.117 *apud* MEGALE, 2005, p. 1-2), bilíngue é definido como: “ser capaz de falar duas línguas igualmente bem porque as utiliza desde muito jovem”. Leonard Bloomfield, um dos primeiros a trazer à luz o conceito de bilinguismo, em sua definição, traz bilinguismo como “o controle nativo de duas línguas” (1935 *apud* HAMERS; BLANC, 2000, p. 6). Desse modo, para ser bilíngue o indivíduo precisa dominar as duas línguas. Outra visão aparece em Li Wei (2005), ao definir o ser bilíngue como aquele que possui duas ou mais línguas, levando-se em conta aqueles com seus diferentes graus de capacidades – proficiências –, assim como pessoas que fazem uso de três, quatro ou mais línguas.

Outra definição que nos auxilia em nosso trabalho é aquela apresentada por Grosjean (2010, p. 4), que afirma que indivíduos bilíngues utilizam duas ou mais línguas no cotidiano. Para o autor, a maioria dos falantes bilíngues usa suas línguas para propósitos e situações distintos e, obviamente, com pessoas distintas.

Sabemos que a expansão do império romano incluía situações bélicas, comerciais e culturais, entre seus principais aspectos, o que nos leva à possibilidade de que o bilinguismo tenha ocorrido nas mais variadas instâncias. Savedra (2009) afirma que:

[...] o bilinguismo é um fenômeno relativo; uma condição particular, identificada pelo contexto e forma de aquisição das duas línguas, bem como pela manutenção e abandono das mesmas. Com esta condição particular, os indivíduos bilíngues apropriam-se de dois códigos distintos e os utilizam em determinadas comunidades de fala, em diferentes ambientes comunicativos (familiar, social, escolar e profissional) (SAVEDRA, 2009, p. 121).

Não podemos afirmar ao certo em quais campos o latim estava presente de forma efetiva, mas podemos deduzir que no setor bélico, social e comercial (político também) o uso da língua latina era ativo dentro da Península Ibérica. Pensar em como se deu o bilinguismo nessa área é um desafio, visto que o seu conceito

envolve áreas políticas, sociais e culturais. Como supracitado, o contato linguístico é fator inegável dentro da expansão romana e da formação das línguas neolatinas, e o contexto no qual foram formadas também é importante desde o momento das invasões, passando pelas imigrações e colonizações, até o domínio linguístico exercido pelo latim.

Como dito anteriormente, a definição de bilinguismo ainda hoje apresenta diversas visões. Autores como Haugen (1953), Weinreich (1953), Mackey (1968), MacNamara (1969), Titone (1972) e Hamers e Blanc (2000) são exemplos de estudiosos que apresentam conceitos que se assemelham, que se distanciam, que se complementam e que são por nós estudados. Esses entre outros defendem que o bilinguismo é o uso de duas ou mais línguas em dimensões e competências diferentes. Macnamara (1969 *apud* HAMERS; BLANC, 2000, p. 6), por exemplo, afirma que “um indivíduo bilíngue é alguém que possui competência mínima em uma das quatro habilidades linguísticas (falar, ouvir, ler e escrever) em uma língua diferente de sua língua nativa”, e John Edwards (2013), que “O bilinguismo e o multilinguismo, por exemplo, representam claramente as extensões ao logo de mais de uma dimensão” (p. 12, tradução nossa)³.

Até poderíamos apresentar a visão de cada um destes, não obstante, não há como sabermos se os povos que entraram em contato com o latim dominavam as duas (ou mais línguas) de igual maneira, não podemos determinar quais eram as competências, as dimensões que a população dessas regiões dominava, afinal os registros dessa época são escassos e além de tudo estamos analisando o latim utilizado em épocas das quais não temos registros seguros de fala.

Ambientes e condições que o bilinguismo se desenvolve são importantes nesse fenômeno, porém determinar com segurança quais eram esses ambientes e essas condições na época da expansão

³ “Bilingualism and multilingualism, for example, clearly represent extensions along more than one language dimension” (texto original).

do Império Romano não podemos fazer. O que nos é permitido é explorarmos os povos com que o latim teve contato, para assim demonstramos que as línguas românicas modernas antes de chegarem a ser estabelecidas como línguas nascem da miscigenação de várias outras línguas.

Os povos da Península Ibérica e a construção das línguas oriundas do latim.

Tem-se conhecimento de que a faixa ocidental da Península Ibérica era formada por populações celtas. Essas populações formadas por um conjunto de povos organizados em tribos autônomas formam boa parte da população do que hoje conhecemos, denominamos como Oeste Europeu. Entre as etnias que compunham os celtas, destacam-se os bretões, os gauleses, os belgas, os escotos, os batavos, os eburões, os gálatas, os trinovantes e os caledônios.

Os celtas foram conquistados em sua maioria pelos romanos e inevitavelmente passaram pelo processo de aculturação, pelo processo de substrato cultural. Os povos celtas tiveram diversos momentos de migração durante alguns séculos. Nas palavras de Faraco (2019), tem-se que:

Por volta do século V a.C., migraram para o Oeste da França atual e para a Península Ibérica. Ocuparam o vale do rio Reno e passaram para as Ilhas Britânicas. No século seguinte, houve nova onda migratória. Dessa vez, desceram o vale do rio Danúbio, estabeleceram-se na Península Balcânica e chegaram ao centro da Anatólia (atual Turquia) (FARACO, 2019, p.63).

As Guerras Cantábricas (27 a.C.) são um marco definitivo da dominação do Império. Ao Noroeste da Península Ibérica, Roma conquista a última população celta. O contato estabelecido entre esses povos (a partir do contato desses com outros) ocorreu durante séculos em diversas regiões; com isso temos que o início das línguas oriundas do latim vem dessa mistura linguística e cultural que teve sua origem (em diversos momentos) em regiões diferentes.

O contato existente entre os romanos não se restringiu aos povos celtas. Os suevos, os visigodos, os germânicos e mulçumanos de origem árabe e berbere também fazem parte do grupo de populações que tiveram contato com o latim falado pelos povos romanos. O imperador Júlio César, em *De Bello Gallico*, considerada uma das maiores obras clássicas que datam da época da expansão, registra a Guerra Gaulesa. Logo no início do livro I, aparecem informações que vão desde a geografia da região aos costumes dos povos; informações que corroboram a existência das diferenças presentes entre as línguas faladas pelos povos que habitavam aquele território: “A Gália, no seu conjunto, está dividida em três partes, de que uma é habitada pelos Belgas, a outra pelos Aquitanos, a terceira por aqueles que na sua própria língua se chamam Celtas e, na nossa, Gauleses. Todos estes povos diferem entre si pela língua, pelos costumes, pelas leis” (CÉSAR, 2004, p.10).

Era importante para o imperador relatar onde cada povo estava e seu poder bélico, para assim enaltecer ao longo da obra sua vitória sobre os gauleses. César continua:

Os Gauleses estão separados dos Aquitanos pelo curso do Garona, dos Belgas pelo Marne e pelo Sena. Os mais bravos de todos estes povos são os Belgas, porque são os mais afastados da civilização e dos costumes requintados da Província, porque os mercadores muito raramente vão aos seus territórios e deles não importam o que é próprio para amolecer os corações, porque são os mais próximos dos Germanos que habitam para lá do Reno e com quem estão constantemente em guerra (CÉSAR, 2004, p.10).

Nesse excerto, temos a presença dos povos aquitanos, belgas e germanos. Percebemos que estes na época da expansão entraram em contato, logo as línguas faladas por cada um destes também entraram em contato; pois era preciso haver comunicação⁴ para as relações, sejam elas bélicas, comerciais ou culturais, ocorrerem.

⁴ Couto (2015, p. 98) afirma que “a língua não tem por função a comunicação, ela é comunicação”.

Figura 2- Mapa da Gália segundo os relatos de César em *De Bello Gallico*.



(Disponível em: www.humanities.mq.edu.au/acans/caesar/GallicWars.htm. Acesso em: 16 jul. 2020).

Helvécios, germanos, gauleses, belgas e romanos estavam em constante combate, seria quase improvável que situações de bi/plurilinguismos não ocorressem à época desses conflitos e, como se tem conhecimento, em épocas posteriores. A vitória de Roma sobre estes aumentava não só seu poderio bélico, seu território, como também aumentava a força da língua latina, como aquela que deveria ser utilizada por todos como a maneira mais eficaz de se manter a comunicação. É possível dimensionar por quais lugares a língua latina foi penetrando, a partir das palavras de César:

O mesmo se passa com os Helvécios, que também ultrapassam em valor o resto dos Gauleses, porque quase todos os dias estão em luta com os Germanos, quer para os impedir de penetrar nos seus territórios, quer para eles próprios levarem a guerra ao seu país. A parte da Gália que os Gauleses, como dissemos, ocupam começa no rio Ródano e tem por limites o rio Garona, o Oceano e a fronteira dos Belgas; vai também até ao rio Reno do lado dos Séquanos e dos Helvécios. O país dos Belgas começa nos confins extremos da Gália; estende-se até à parte inferior do curso do Reno; está voltado para o setentrão e para o oriente. A Aquitânia estende-se do rio Garona aos montes Pirenéus e à parte do Oceano que banha a Espanha; ela está entre o ocidente e o setentrão (CÉSAR, 2004, p.10).

O contato entre as civilizações fez que com que o latim falado no Noroeste nesse momento fosse diferente daquele do início da expansão. Assim, a língua utilizada já estava cheia das influências linguísticas, culturais e étnicas desses povos:

Os Romanos chegam inicialmente no III século antes de Cristo à Península Ibérica, em uma época de expansão e anexações, atingindo o limite ocidental do continente europeu, e romanizando a região, ainda que Fenícios, Celtas, Gregos e Cartagineses já tivessem tido contato com as civilizações autóctones. [...]. Os Romanos, a partir do III século antes de Cristo, iniciarão o processo de romanização da Península Ibérica, quando o latim falado, o *sermo uulgaris*, trazido pelos romanos, torna-se a língua oficial da Hispania, a província ibérica de Roma, que englobava a Lusitania e a Baetica e desta romanização inicial surgirá um processo de latinização profundo da região (Kaltner, 2010, s/p).

Há inúmeras diferenças entre o latim falado durante os séculos que compõem a expansão românica. Demonstra-se com isso que o processo de romanização pelo qual passou a Península Ibérica se deu ao mesmo tempo em que vários outros processos, dentre estes as questões bélicas, comerciais, políticas e culturais. Consoante Kaltner (2010), a língua que se torna oficial é a língua falada; dado isso, o latim utilizado pela elite – pela população letrada – não é aquele que faz parte da origem das línguas românicas. Foi o chamado *latim vulgar*, os romanços, utilizado pela plebe, que compôs o cerne das línguas que hoje conhecemos como línguas neolatinas.

O contato linguístico entre povos produz efeitos como mudança, mistura e morte de língua. Mas diversas foram as variedades do latim falado, e estabelecer de qual variedade surge cada uma das línguas modernas, ainda hoje, causa discussões. Acerca da variedade, é significativo destacar os processos de *Abstandsprachen* e *Ausbausprachen* e sinalizar qual deles teria elevado o latim à categoria de língua pluricêntrica.

Na segunda metade do século XX, no âmbito de estudos da área de sociolinguística, o alemão Heinz Kloss (1967) apresenta seu conceito de *Abstandsprache* e *Ausbausprache*. Em sua definição, tem-se que: “O termo *Abstandsprache* é melhor parafraseado como ‘língua à distância’, sendo a referência, é claro, não a geográfica, mas a distância intrínseca. O termo *Ausbausprache* pode ser definido como ‘língua por desenvolvimento’” (KLOSS, 1967, p. 29, tradução nossa)⁵. Mesmo que esses conceitos tenham sido criados no contexto de planejamento linguístico, os utilizaremos para explicitar que o latim pode ser um caso de *Ausbausprachen*.

Uma língua *Abstandsprachen* é aquela que se refere às diferenças linguísticas e as línguas assim classificadas são reconhecidas justamente por causa desses distanciamentos existentes em relação às outras línguas e em suma são “línguas consideradas isoladas, independentes” (SAVEDRA; LAGARES, 2012). Em contrapartida, uma língua *Ausbausprachen* é aquela que se refere ao desenvolvimento de uma variedade padrão, na qual suas diferenças estão nas funções exercidas na sociedade, não em sua distância linguística (BAGNO, 2017).

Assim como é sabido, havia o *sermo urbanus* (a língua culta, vinculada à elite e aquela utilizada na escrita) e o *sermo vulgaris* (a língua falada pela plebe). Como variantes do latim, podemos inferir que essas línguas, que apresentavam semelhanças e diferenças

⁵ “The term *Abstandsprache* is paraphrased best as ‘language by distance’, the reference being of course not to geographical but to intrinsic distance. The term *Ausbausprache* may be defined as ‘language by development’” (texto original).

linguísticas, têm seu “motivo” de separação na “atribuição” social em que era utilizada. A primeira circulava na *urbe* e era utilizada por pessoas escolarizadas; a segunda utilizada por soldados, camponeses, pessoas sem instrução, circulava nas províncias do Império.

As duas variedades refletem duas culturas que conviveram em Roma: de um lado a de uma sociedade fechada, conservadora e aristocrática, cujo primeiro núcleo seria constituído pelo patriciado; de outro, a de uma classe social aberta a todas as influências, sempre acrescida de elementos alienígenas, a partir do primitivo núcleo da plebe (ILARI, 2006, p. 61).

O latim clássico sobreviveu às chamadas Era de Ouro e Era de Prata (aproximadamente entre os séculos I a.C. e II d.C.); já o latim vulgar perdurou até o século IX, aproximadamente, época da aparição das diferenciações das línguas românicas.

Sendo assim, como afirma Kloss (1967), no conceito de *Abstand language*, o que prevalece é o linguístico; no *Ausbau language*, o sociológico e o político linguístico. As línguas supracitadas oriundas do latim vulgar seriam frutos dessa categoria, pois, a partir do contato linguístico entre povos, grupos e pessoas, a língua latina foi se modificando e seu uso social tornando-se cada vez mais forte. Segundo Kloss (1967), “As linguagens, como está implicado no mesmo conceito de *ausbau*, variação, mudança de formas, podem mudar não apenas por causa destes lentos processos, que nós prontamente chamamos naturais. Grande parte das mudanças linguísticas é resultado de um planejamento de inovações da linguagem.” (p. 38, tradução nossa)⁶.

Não se pode afirmar que houve um “planejamento linguístico” na expansão da variedade do latim vulgar; entretanto a remodelagem do latim vulgar em seu uso vernacular é ponto significativo para emprendermos a língua latina como pluricêntrica. Consoante Mendes (2016):

⁶ “Languages, as implied by the very concept of *ausbau* (reshaping), may change not merely because of those slow processes which we are prone to call natural. To a large and increasing extent language change is the result of innovational language planning (texto original).

As línguas pluricêntricas caracterizam-se por apresentar mais de um centro de referência, de onde emanam variadas normas linguísticas, nem sempre coincidentes do ponto de vista de seus usos. As normas variam internamente, porque apresentam diferenças dentro de uma mesma variedade de uso, e também variam externamente, como é o caso de normas que diferem entre países e regiões (MENDES, 2016, p. 294).

À vista disso, constata-se que, durante a expansão do Império Romano, a língua latina, com seus vários centros, foi utilizada para além de variadas fronteiras de “entidades individuais”. Usada em numerosas situações de bi/plurilinguismo, configura-se como língua pluricêntrica durante muitos séculos em múltiplas situações e pelo uso de diversas variedades em diferentes práticas linguísticas

Palavras finais

Na história de um povo, muitos são os pormenores a serem estudados, debatidos, analisados e até mesmo desvendados. A expansão romana sempre foi fruto de olhares atentos de estudiosos que ao longo dos séculos montam e desmontam sua história, através de perspectivas diversificadas, baseando-se em teorias, ciências, idéias e opiniões. Não obstante, determinados pontos já encontraram consenso entre alguns autores, como os efeitos do contato linguístico presentes na memória da expansão.

O contato linguístico instituído na Península Ibérica, durante a expansão do Império Romano, contribuiu de forma expressiva para a origem das outras línguas que hoje denominamos românicas, visto que o latim foi a língua adotada pelos povos com a finalidade de que todos pudessem se comunicar em uma língua diferente da utilizada por cada povo. Como a língua franca do Ocidente durante séculos, o latim sofreu as ações de estratos linguísticos e um período de várias situações de bilinguismo/plurilinguismo, como consequência do contato linguístico entre os povos romanos e as populações dos territórios subjugados pelo Império.

Os efeitos do contato linguístico, assim como suas implicações, levaram o latim à categoria de língua franca, mantendo sua manutenção de língua; a “morte” do latim, ocorrida sete séculos após o início da expansão; e a criação de novas línguas, as neolatinas. A força linguística desse idioma que atravessou séculos é recontada através de conjunturas sociais, políticas, bélicas e culturais, não da mesma forma em todas as épocas. Isso assevera mais uma vez que o contato de línguas exercido pelo latim nesse período foi interlinguístico, além de sustentar o fato de que o que entram em contato diretamente não são as línguas, mas os povos (COUTO, 2007).

Finalmente, demonstra-se com isso que o processo de romanização pelo qual passou a Península Ibérica, ocorrido concomitantemente com vários outros processos, foi parte importante na construção de diversos centros linguísticos com variedades diferentes do latim, em particular a variedade que deu origem às línguas românicas, o latim vulgar, o *sermo plebeius*. Como pluricêntrica, a língua latina configuraria como um caso de *Ausbausprachen*, visto que seu uso está voltado mais para as funções que empreendiam na sociedade como um todo.

Referências

- BAGNO, Marcos. *Dicionário Crítico de Sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt and Company, 1933.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 42, 227-228 e 230.
- CÉSAR, Júlio. *A guerra das Gálias*. Lisboa: Edições Sílabo, 2004. Disponível em: <https://www.livros-digitais.com/caio-julio-cesar/a-guerra-das-galias/sinopse>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

EDWARDS, John. Bilingualism and Multilingualism. Some central concepts. In: BATHIA, Tej K.; RITCHIE, William C. (ed.): *The Handbook of Bilingualism and Multilingualism*. 2nd edition. Oxford 2013: Wiley-Blackwell: 5-25.

FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

_____. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

GROSJEAN, François. *Bilingual: life and reality*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: Harvard University Press, 2010.

HAMERS, Josiane F.; BLANC, Michel H.A.. *Bilinguality and Bilingualismo*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Cultura clássica, cristã e oriental na obra do venerável Padre José de Anchieta, S.J. *Revista Brasil-Europa* 125/20 (2010:3). Disponível em: <http://www.revista.brasil-europa.eu/125/Kaltner-Anchieta.html>. Acesso em: 25 jul. 2020.

KLOSS, Heinz. 'Abstand Languages' and 'Ausbau Languages'. *Anthropological Linguistics*, v.9,n.7,p.29-41.1967. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30029461?origin=JSTOR-pdf&seq=1>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MACKEY, William F. The description of bilingualism. In: FISHMAN, Joshua A. (ed.). *Readings in the sociology of language*. Haia: Mouton, 1968. p. 555-84.

MACNAMARA, John T. How can one measure the extent of a person's bilingual proficiency? In: KELLY, Louis G. (ed.). *Description et mesure du bilinguisme: un Colloque International*. Toronto: University of Toronto Press, 1969. p. 79-97.

MEGALE, Antonieta Heyden. Bilingüismo e educação bilíngüe – discutindo conceitos. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. v. 3, n. 5, 2005. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_5_bilinguismo_e_educacao_bilingue.pdf.

Acesso em: 30 jun. 2020.

MENDES, Edleise. Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de Português LE no PPPLE. In: ORTIZ ALVAREZ,

Maria Luisa; GONÇALVES, Luis. (org.). *O Mundo do Português e o Português no Mundo Afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes, 2016. p. 293-310.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Bilinguismo e bilinguagem: uma nova proposta conceitual. In: SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SALGADO, Ana Cláudia Peters. (org.) *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato*. Rio de Janeiro: Letras, 2009. p. 121-140.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; LAGARES, Xoán Carlos. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá: revista dos programas de pós-graduação do Instituto de letras da UFF*. v.17, n.32, p.11-27, jul. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v17i32>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; GAIO, Mário Luis Monachesi; NETO, Marcionilo Euro Carlos. Contato linguístico e imigração no Brasil: fenômenos de manutenção/revitalização, language shift e code-switching. *Veredas: revista de estudos linguísticos*. Línguas e culturas em contato: do paradigma antigo à contemporaneidade v. 19, n.1. 2015. p. 71-91.

THOMASON, Sarah. *Language contact: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001. p. 1-14.

WEI, Li. *The bilingualism reader*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact: Findings and problems*. Nova York: Linguistic Circle of New York, 1953.

WINFORD, David. *An introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003

O ESTABELECIMENTO DE UMA LÍNGUA OFICIAL NO CONTEXTO MULTILÍNGUE CHINÊS

*THE DEVELOPMENT OF AN OFFICIAL LANGUAGE IN THE
CHINESE MULTILINGUAL CONTEXT*

Ana Cristina Balestro¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir o percurso do estabelecimento de uma língua oficial única na China, um país multilíngue e multicultural. As políticas linguísticas implementadas no país fazem parte de um tema que tem sido muito explorado em publicações internacionais, mas que ainda ocupa pouco espaço de debate no Brasil. Com base em conceitos de Política Linguística (CALVET, 2007; SAVEDRA, LAGARES, 2012; SILVA, 2013) e nas discussões tecidas durante o curso de Contato Linguístico, por meio de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, mostraremos como o *putonghua* se estabeleceu como única língua oficial da República Popular da China.

Palavras-Chave: Política linguística. Putonghua. Línguas chinesas.

Abstract

This paper proposes a discussion about the path of establishing a single official language in China, a multilingual and multicultural country. The language policies implemented in the country are part of a theme that has been extensively explored in international publications, but which still occupies little space in debates in Brazil. Based on concepts of Language Policies (CALVET, 2007; SAVEDRA, LAGARES, 2012; SILVA, 2013), along with the discussions made during the Language Contact course, we will show, as a result of a qualitative bibliographic research, how *putonghua* rose as the only official language of the People's Republic of China.

Keywords: Language policy. Putonghua. Chinese languages.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Brasil.

Introdução

Com mais de 1,3 bilhão² de habitantes e mais de 80 línguas em uso por grupos minoritários no país (ZHOU, 2000, p. 129), a China vive um contexto de pluralidade linguístico-cultural, característica que tem gradativamente atraído atenção de acadêmicos de diversas áreas. Um país com milhares de anos de história e sobre o qual, apesar da diversidade linguística, ainda é comum utilizarmos o termo “língua chinesa” sem o questionamento sobre qual língua chinesa se tem por referência, algo a que Silveira, Leviski e Camozatto (2016, p. 162) se referem como “o mito da língua chinesa”, e uma ideia que Calvet (2007, p. 87) considera “singularmente sedutora”. Isso se dá pelo fato de a língua oficial, o *putonghua* (ou mandarim padrão), ter tido sucesso em sua implantação e promoção, por meio de políticas linguísticas praticadas desde o seu planejamento até a disseminação, as quais estão em vigor até o presente momento. Zhou (2001, p. 231) explica que o que se assume como “língua chinesa” é, na verdade, um conjunto de variedades.

Ao se tratar de Contato Linguístico, lida-se com o contato entre os falantes. Por isso, é importante apontar quem são aqueles que falam as línguas em uso na China, uma vez que grande parte das demais e diversas línguas em uso no país, além do mandarim padrão, é também falada por grupos numerosos de falantes, ainda que chamados de minorias étnicas (que na China somam oficialmente 55 grupos). O país conta com um grupo majoritário da etnia Han, falante de mandarim, o qual corresponde a mais de 90 % da população; os demais grupos, chamados de minoritários, equivalem a 91 milhões de habitantes, falantes de mais de 80 línguas, das quais 30 possuem sistema de escrita (ZHOU, 2000). Esse quadro de multilinguismo é atual, porém não é uma novidade, pois faz parte da história do país.

² Dado retirado de *Central Intelligence Agency*, estimativa atualizada em julho de 2020. Acesso em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>. Data de acesso: 15 de agosto de 2020.

Por China, neste trabalho, são consideradas as seguintes regiões: a República Popular da China (doravante RPC) ou China continental, a região autônoma de Taiwan e as duas regiões administrativas especiais, que são Hong Kong e Macau.

Situações de multilinguismo podem ser ponderadas tanto como uma oportunidade quanto como um desafio, é o que defende John Edwards (2013). Se, por um lado, explica o autor, o contexto é favorável para trocas interculturais, por outro, é legítimo considerar as dificuldades comunicativas de um contexto multilíngue, no qual emergiria a necessidade de traduções ou de uma língua franca. É precisamente sob o pretexto dos desafios comunicativos que Estados promulgam línguas oficiais e padronizam o falar de diferentes etnias. Foi diante do cenário de coexistência de tantas variedades e da falta de uma que se sobrepusesse de maneira efetiva às demais que o governo chinês lançou mão de medidas políticas para intervir sobre essa situação, mais marcadamente a partir da década de 1950, a fim de alcançar, através da coesão linguística, melhores resultados de alfabetização (SPOLSKY, 2014; SILVEIRA, LEVISKI, CAMOZATTO, 2016), conforme veremos a seguir. A adoção do *putonghua* como língua nacional desde 1956 também é associada à modernização do país e ao fortalecimento de uma unidade nacional (ZHOU, 2001, p. 232).

No presente trabalho, por meio de uma pesquisa qualitativa bibliográfica, a atenção é dirigida para o contexto da RPC, território em que o *putonghua* foi oficializado nacionalmente na década de 1960. Primeiramente, esse texto aborda os conceitos de Política Linguística nos quais se baseia, para, na sequência, contextualizar o quadro plurilíngue chinês e apresentar o processo de oficialização de uma língua padrão. Por fim, são apresentadas considerações sobre as minorias linguísticas presentes na RPC.

Acerca de Políticas Linguísticas

Em uma definição clássica de Política Linguística, o linguista francês Jean-Louis Calvet (2007) afirma que a Política Linguística é

inseparável de sua aplicação, de forma que o binômio política linguística e gestão linguística é o alicerce para o surgimento do campo de estudo. Enquanto o primeiro termo se debruça sobre o caráter estatal-legislativo (oficialização de línguas, escolha de alfabetos), o segundo tem se voltado à implementação das decisões sobre a língua por meio de políticas tais como as educacionais.

Na década de 1950, percebia-se como um contratempo a heterogeneidade e o multilinguismo das nações, tratando-os como uma adversidade que requeria debate sobre caminhos a seguir com o objetivo de estabelecer uma uniformização linguística. Silva (2013) enfatiza que o surgimento da área de Política Linguística foi marcado por almejar uma padronização linguística, seja ela justificada por sua melhor gerência por parte dos Estados ou pelo desenvolvimento econômico. O padrão almejado se baseava em um ideal monolíngue e monocultural proveniente do modelo estado-nação europeu e o mesmo se deu na definição do *putonghua* como língua oficial da China.

Considerar a heterogeneidade como um problema linguístico durante cenários de descolonização pressupunha, de acordo com Silva (2013, p. 293), que as línguas eram passivas de modernização, sendo o linguista responsável por buscar e apresentar soluções para tais “problemas linguísticos”.

Segundo o autor, os postulados acima se justificavam na crença de que essas nações teriam desafios em assumir sua própria gestão diante de tamanha disparidade étnica e linguística. Baseadas nessas crenças, a partir desse pressuposto, autoridades determinaram políticas linguísticas que impulsionavam o uso de línguas nacionais.

Foi nesse percurso que, ao longo das décadas de 60 e 70, o campo de estudos passou a despontar com uma capacidade de lidar com aquilo que se considerava problemas linguísticos das comunidades e de resolvê-los, enquanto que a área de Planejamento Linguístico adquire a qualidade científica que passa a buscar um caráter tido como neutro e benéfico às comunidades, neutralidade que em seguida passou a ser questionada quanto aos

seus interesses, acusada de atender apenas a alguns grupos sociais (SILVA, 2013).

A partir da década de 80, cresce a orientação de que a língua também é direito das comunidades minoritárias, vinculando língua às funções que desempenha na vida social. Essa perspectiva passa a considerar também “questões de liberdade individual e a manutenção da identidade dos diferentes grupos étnicos que integram aquela sociedade” (SILVA, 2013, p. 300). Ao longo desse período, surgem abordagens diferentes, interessando-se pelas escolhas individuais no processo de políticas linguísticas, enquanto outra linha de abordagem foca nos fatores sociais e históricos que as impactam. Passou-se a analisar o planejamento linguístico também como não planejado, a partir de processos involuntários, com o pressuposto de que “situações linguísticas podem ser modificadas acidentalmente por instituições e indivíduos” (SILVA, 2013, p. 308).

Publicações dessa época ampliaram o campo de estudos, atentando para o fato de que línguas não são neutras, mas normalmente envolvidas em outros valores, como os políticos, ideológicos, sociais e econômicos. Silva (2013, p. 316) aponta que, com o tempo, passou-se então a buscar um modelo que fosse “mais amplo e complexo”.

O Planejamento Linguístico como disciplina estabelecida no final do século XX é marcado por seu “caráter pragmático, que se manifesta, sobretudo, pela grande atenção dada aos estudos de caso, principalmente nos meios de língua inglesa” (DAOUST; MAURAS, 1987, p. 29³). Dentre definições de Política Linguística, apontam-se aqui as exploradas por Calvet ao longo de suas publicações, dentre as quais destaca-se que:

Calvet entende por política linguística um conjunto de decisões tomadas pelo poder público a respeito de quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão. Considera este tipo de

³ Neste trabalho, a referência se dá com base na tradução não publicada de Marcos Bagno para o texto *L'aménagement linguistique* de Daoust e Maurais, 1987.

preocupações inerentes à planificação do status das línguas. (SAVEDRA, LAGARES, 2012, p. 15).

Ressalta-se, também, que a área se ampliou, e atualmente os estudos sobre política e planificação linguística investigam, conforme apontado por Savedra e Lagares (2012, p. 15-16): i) o equipamento das línguas (escrita, léxico e padronização); ii) intervenções *in vivo* ou *in vitro* (práticas sociais ou a abordagem de poder); iii) o ambiente linguístico (marcação linguística de território, podendo ser produto de práticas espontâneas ou planejadas e que têm peso sobre o futuro das línguas) e iv) as leis linguísticas (suporte jurídico que fixa grafias, vocabulários, línguas nacionais, entre outros).

A partir dessas reflexões sobre Políticas Linguísticas, na próxima seção, a China será contextualizada em sua característica multilíngue para, em seguida, ser realizada uma análise sobre o estabelecimento da língua oficial.

Línguas chinesas

A língua oficial da China é o *putonghua* (普通话 *Pǔtōnghuà*), termo composto por três ideogramas (cada sílaba corresponde a um ideograma diferente) que literalmente significam (i) geral, universal; (ii) comunicação, entendimento; (iii) palavra, fala, respectivamente. A tradução mais frequente para o português para o termo é “mandarim padrão”. Trata-se de uma variedade baseada no mandarim, que engloba uma pronúncia padrão, um sistema de transcrição fonética de ideogramas e a adoção de uma escrita simplificada de parte dos ideogramas. Assim sendo, adotaremos o uso do termo *putonghua* para nos referirmos ao mandarim padrão, língua adotada como oficial para todo o território da RPC desde 1956, a partir de uma abrangente reforma linguística.

Em um trabalho sobre o plurilinguismo na China, Bradley (1991) apresenta e descreve as três subdivisões do sistema de classificação das línguas chinesas. De acordo com sua explicação,

Yuyan seria o equivalente a “idioma” ou à “língua”. Um exemplo seria o que traduzimos em português como “mandarim” ou simplesmente como “chinês”; *fangyan* engloba variedades de grande abrangência, um termo que frequentemente é traduzido inadequadamente como um dialeto, pois o vocábulo se refere ao que o autor chama de ramificações elementares da língua e um exemplo marcante é o cantonês, variedade linguística com grande disseminação; por fim, *tuyu* é a palavra que Bradley aponta como correspondente a idiomas de grupos minorizados, equivalente às variedades locais, e seriam também o correspondente ao conceito de dialetos. Dentro da RPC, o grupo majoritário étnico *Han* fala sete principais variedades regionais (topoletos), enquanto as demais minorias falam mais de 300 idiomas (BRADLEY, 1991).

Segundo Lee e Li (2013, p. 814) e Bradley (1991, p. 305), há sete *fangyan*: Mandarin, Wu, Xiang, Gan, Hakka (kejia), Yue (o cantonês) e Min, dentre os quais há grande variação em termos fonológicos, de vocabulário e de sintaxe. Após o mandarim, o cantonês se sobressai como uma variedade de grande abrangência e prestígio, falado na região ao sul da RPC e nas regiões administrativas de Hong Kong⁴ e Macau⁵.

Para grupos de línguas minoritárias, o número de falantes varia bastante, conforme estão listados, a seguir, os 10 maiores grupos, de acordo com o censo de 2011: Zhuang (16,1 milhões), Manchu (10,6 milhões), Hui (9,8 milhões), Miao (8,9 milhões), Uigur (8,3 milhões), Tujia (8 milhões), Yi (7,8 milhões), Mongol (5,8 milhões), Tibetan (5,4 milhões) e Buyei (2,9 milhões). Entre os menores, como o Hezhen e o Lhoba, são contabilizados alguns milhares (LEE, LI; 2013, 815).

⁴ Hong Kong foi colônia britânica por mais de 150 anos e o inglês continua como língua cooficial da região, junto com o chinês; fala-se majoritariamente o cantonês, ainda que o uso do *putonghua* venha crescendo (LEE, LI, 2013, p. 817).

⁵ Macau foi colônia portuguesa até 1999, quando se tornou região especial administrativa da China. A língua portuguesa continua como uma das línguas oficiais junto ao chinês e o uso do *putonghua* vem crescendo devido a esforços governamentais (LEE, LI, 2013, p. 819).

Zhou (1999, p. 157) afirma que mais de trinta das línguas minoritárias possuem sistemas de escrita, as demais, que contabilizam mais de quarenta variedades, são apenas faladas. O mesmo autor, em um artigo publicado no ano 2000, divide as línguas de etnias minoritárias em três grandes grupos: o primeiro consiste daquelas cujas línguas possuem sistema de escrita já estabelecido historicamente e em uso; o segundo são as comunidades que possuem sistema de escrita com uso limitado; e o terceiro são aquelas que não possuem sistema de escrita funcional. Falantes de todas essas línguas, não importando a sua expressividade, precisaram adaptar-se ao estabelecimento de uma língua franca que se baseava na fala da maioria Han, mais especificamente daqueles da região norte do país e da capital Pequim: o *putonghua*.

A promoção de uma língua oficial

A RPC é um país marcado por uma longa história de impérios divididos em dinastias, e cada qual oficializava o idioma do império conforme a cidade em que se estabelecia a capital política. Essa língua não era falada pela população em geral, mas sim por funcionários do império. O *putonghua* é baseado no mandarim, falado pela maioria Han, geograficamente concentrada na região norte do país, onde está localizada a capital atual, Pequim, que se mantém a mesma desde a última dinastia *Qing*. A imposição de uma língua oficial de acordo com a sede política é tradição na história da RPC, fato que podemos aludir à relação exposta por Shiffman (1996, apud SILVA, 2013, p. 310) entre língua e cultura linguística de uma nação, enquanto o autor reitera que “a descrição da política linguística de uma sociedade deve, obrigatoriamente, levar em consideração a história (em sentido amplo) dessa comunidade” (SILVA, 2013, 310).

Na verdade, Zhou e Ross (2004, p. 2) apontam que há muitos anos lideranças chinesas haviam percebido a relação entre uma língua padrão e a centralização de poder, exemplificando com

medidas tomadas pelo imperador Qin, em 221 a.c., as quais seriam as primeiras tentativas de padronizar um sistema de escrita e de unificar diferentes divisões geopolíticas dentro do território chinês. Tais medidas incluíam desde a padronização de leis, medidas, moeda e escrita, até providências mais extremas, como queimar livros produzidos em outras variantes de escrita e executar acadêmicos contrários às ações do imperador. Essa história ilustra o início da gestão linguística chinesa.

Os efeitos das deliberações da dinastia Qin se perpetuaram na escrita, especialmente entre o grupo *Han*, porém ainda havia muito a ser feito na busca de uma coesão linguística. Desde a década de 1950, o país implementa ações com vistas a promover o uso do *putonghua* como língua nacional, juntamente com políticas que garantam sua padronização escrita e de pronúncia, por meio do sistema de *pinyin* adotado. É importante ressaltar os apontamentos de Spolsky (2014), que faz a ressalva quanto ao alcance de tais políticas no que se refere às minorias étnicas, uma vez que elas favorecem, especialmente, a maioria étnica chamada Han. Uma medida que ilustra essa afirmação é a adoção, por parte do governo, de uma seleção de circunstâncias nas quais demais variedades poderiam ser utilizadas.

O principal objetivo para a implementação de uma reforma linguística se pautava nos baixos níveis de alfabetização do país (ZHOU, 2000; SPOLSKY, 2014). A reforma do sistema escrito assumiu papel central na gestão linguística, tendo como principal objetivo erradicar o analfabetismo, estabelecendo um sistema de escrita logográfico homogêneo. Em 1965, uma lista com 2.298 caracteres simplificados passou a ser usada como padrão em publicações, aumentando, assim, os índices de alfabetização e o alcance de políticas governamentais, atitude que Spolsky (2014, p. 167) compara a quando Lenin, em um movimento na direção contrária à padronização chinesa, aceitou o uso de idiomas não russos como maneira de divulgar o socialismo.

Diversas reuniões com a presença de linguistas e oficiais do governo foram realizadas para debater as questões linguísticas que

culminaram, em 1986, na decisão de que o mandarim deveria ocupar a posição de língua de ensino em todas as escolas, de trabalho no governo, dos meios de comunicação e o papel de língua comum para qualquer falante de outras variedades. Valorizando áreas como a educação e a informática, o governo, através de políticas linguísticas, impulsiona o idioma adotado nacionalmente, juntamente com a promoção do uso de escrita simplificada dos caracteres e do emprego da sua romanização como um instrumento auxiliar na alfabetização. Desde uma série de reformas de ordem econômica ao fim da década de 70, cresceu o fluxo de migração doméstica na China e o movimento dos falantes salientou a demanda por comunicação entre as diferentes variedades, fato que acelerou a promoção do *putonghua*.

Daoust e Maurais (1987) apresentam um modelo que demonstra o processo de planificação linguística proposto por Haugen primeiramente em 1966 e reformulado em 1983, no qual deixa claro as diferenças em questões que lidam com a “forma” e as que lidam com a função. No primeiro grupo estão: (i) a escolha da norma e (ii) sua codificação; no segundo grupo, referente à função, estão os processos de (iii) implantação e (iv) modernização da língua.

Abaixo é apresentado o modelo desenvolvido por Einar Haugen, ao qual foram relacionadas as fases do processo de implementação do *putonghua*:

i) O primeiro ponto está relacionado ao planejamento de *status* de uma sociedade e engloba o processo de decisão. A *escolha da norma* é o processo de identificação de um problema, neste caso o multilinguismo chinês e a necessidade de letramento da sociedade, e a aplicação, parte do processo que definiu, em 1959, o *putonghua* como idioma a ser empregado oficialmente no país.

ii) O segundo ponto, também relacionado à “forma” da língua, faz parte do planejamento do *corpus* de uma língua. A *padronização* ou a *codificação da norma* abrange três aspectos: ortografia, sintaxe e léxico. Nesse sentido, salienta-se que os processos de implementação do *putonghua* passaram por determinações específicas como a simplificação de caracteres. Ainda que os caracteres tradicionais

estejam em uso na região autônoma de Taiwan e nas regiões de administração especial de Hong Kong e de Macau⁶, na RPC, a escrita simplificada, que diminuiu o número de traços de uma seleção de ideogramas, passou a ser oficialmente adotada pelas escolas, pelo governo e por mídias sociais. Outra proposta que passou a ser empregada foi o uso da romanização do idioma, desenvolvido a partir de transcrição fonética dos caracteres, um sistema chamado de *pinyin* (BRADLEY, 1991, p. 311).

iii) A fase de *implantação*, também apresentada como “processo educacional”, diz respeito a medidas corretivas e de avaliação de uma norma. Com a oficialização do *putonghua*, seu ensino passou a ser efetuado nas escolas de todo o país. Zhou (2000) distingue três diferentes fases das políticas direcionadas às minorias na China desde a fundação da RPC (1949), a fim de observar seus impactos na educação bilíngue em comunidades minoritárias: a primeira fase, de 1949 a 1957, pluralística e marcada por ideias de modernização linguística; a segunda, de 1958 a 1977, monopolista; e a terceira, desde 1978 até a atualidade, é tida como uma segunda fase pluralística, na qual Zhou e Ross (2004) apontam maior tolerância quanto à diversidade.

iv) O último ponto no modelo de Haugen, o de *modernização da língua*, se divide em modernização da terminologia e desenvolvimento da função estilística da língua. Nesse quesito, novamente relacionado ao *corpus* de uma língua, percebe-se que, na sua implementação, o *putonghua* previa a determinação por internalizar poucos empréstimos (SPOLSKY, 2014, p. 172).

Sobre os processos envolvidos na implementação e na padronização de uma língua, é importante apontar que:

A padronização é uma intervenção política sobre a língua. É ela que, nas sociedades modernas, cria a Língua como objeto social reconhecível e

6 Além das regiões chinesas mencionadas, os países Malásia e Singapura, os quais possuem mandarim como uma de suas línguas oficiais, também mantiveram o uso dos ideogramas tradicionais (BRADLEY, 1991).

perfeitamente delimitado, permitindo-nos identificar comunidades linguísticas diferenciadas. (LAGARES, 2018, p.174).

Faz-se necessário acrescentar, ainda, a existência de aspectos não linguísticos que se apresentam como desafios na implementação de uma língua nacional; como no caso da RPC é imperativo considerar a geografia do país, a diversidade étnica e as mudanças econômicas que propulsionam o êxodo rural.

Considerações sobre as línguas minoritárias

De acordo com a Constituição chinesa, desde sua primeira elaboração em 1954 e em suas diversas revisões, grupos minoritários têm garantidos seus direitos de uso e desenvolvimento de suas línguas nativas, ainda que Zhou (2000) chame atenção para o fato de que “há sempre uma lacuna entre a garantia constitucional e o direito do qual as pessoas de fato desfrutam” (ZHOU, 2000, p. 130). Destaca-se, da versão de 2018 da Constituição da República Popular da China, o seguinte trecho do quarto artigo:

[...] Todos os grupos étnicos têm a liberdade de usar e desenvolver suas próprias línguas faladas e escritas, bem como a liberdade de manter ou reformar seus próprios costumes e hábitos.⁷ (CHINA, 2018, artigo 4, tradução nossa).

O trecho acima expõe a liberdade constitucional de falantes de línguas minoritárias, que teriam apoio governamental para suas manifestações linguístico-culturais. Esse trecho da constituição reforça que, mesmo observando a tendência ao monolinguismo por parte de modernos Estados nacionais, isso “não significa que a existência de diversas línguas dentro de suas fronteiras seja

7 “各民族都有使用和发展自己的语言文字的自由，都有保持或者改革自己的风俗习惯的自由。” (CHINA, 2018, artigo 4)

simplesmente ignorada” (LAGARES, p. 62, 2018). Nesse sentido, pondera-se que:

Oficialmente, no entanto, o objetivo de promover o Putonghua ao status de língua franca nacional não é eliminar dialetos e línguas minoritárias. Muito pelo contrário, com exceção de períodos de instabilidade política, tanto os dialetos quanto as línguas minoritárias têm recebido considerável apoio do governo central. (LEE; LI, 2013, p. 814-815, tradução nossa)⁸.

Por outro lado, Spolsky (2014) não exclui de sua reflexão a força da influência governamental, manifesta pelo controle centralizado e, ainda que se percebam manifestações de comunidades regionais e minoritárias, a RPC ainda perpetua uma política central coercitiva em detrimento de escolhas locais. A diversidade e a complexidade sociolinguística das comunidades se apresentam como um desafio e resultam em alguns conflitos, apesar das políticas linguísticas impostas. No entanto, o autor ressalta, como pontos positivos, a realização de conferências e comitês abertos para debate, que influenciam o direcionamento de algumas mudanças no planejamento linguístico. Faz-se importante destacar que, para grande parte do país, uma situação de bilinguismo foi estabelecida:

[...] as crianças, por exemplo, aprendem primeiro a língua que seus pais lhes transmitem (que continua sendo chamada de “dialeto”) e adquirem, em seguida, o *putonghua* (mais frequentemente na escola). (CALVET, 2007, p 90).

Desde a sua promoção, o *putonghua* atua como língua franca na educação, nas mídias e no governo, tornando-se a primeira ou segunda língua para aproximadamente cem milhões de falantes de línguas minoritárias, sendo que “uma parte considerável dessa

⁸ Officially, however, the purpose of promoting *Putonghua* to the status of the national lingua franca is not to eliminate dialects and minority languages. Quite the contrary, with the exception of periods of political instability, both dialects and minority languages have enjoyed considerable support from the central government. (LEE; LI, 2013, p. 814 – 815)

população desistiu completamente de sua língua materna” (ZHOU, 1999, p. 158, tradução nossa)⁹.

Spolsky (2014, p. 169) aponta o empenho do governo em relação às línguas das demais etnias, no sentido de mapeá-las e reconhecê-las, em coerência com seu objetivo de melhorar índices de alfabetização. A fim de também impulsionar a coesão nacional, algumas dessas línguas passaram pelo processo de desenvolver sistemas de escritas, baseados no *pinyin*.

Em uma investigação sobre rumos e perspectivas de políticas linguísticas no Brasil, Altenhofen e Morello (2013) apontam a relevância do plurilinguismo e analisam medidas efetivas, inclusive aquelas de abrangência internacional, como as da UNESCO. Enquanto ponderam sobre a perda de uma língua, possivelmente através de fenômenos como extinção, substituição (*language shift*) ou glotocídio, e sobre o contraponto representado pela Política Linguística, os autores destacam línguas minoritárias como patrimônios, partes constituintes do Estado e da sociedade, para além de fronteiras territoriais.

Nosso pressuposto para uma pedagogia do plurilinguismo e para uma política de salvaguarda e promoção das línguas minoritárias é de que é preciso avançar para além das ações de manutenção e salvaguarda da diversidade linguística e incluir ações educativas que fomentem a pluralidade linguística e a consciência plural, tanto entre minorias quanto entre a maioria. (ALTENHOFEN; MORELLO, 2013, p. 20)

Dessa maneira, compreende-se a importância de medidas que protejam diversidades linguísticas não apenas por parte dos grupos minoritários de falantes, tendo as políticas linguísticas como instrumentos jurídicos empenhados na garantia de evitar o perecimento de línguas menores:

Sem dúvida, a perda de uma língua, como de qualquer outro patrimônio cultural imaterial, representa um problema que diz respeito não apenas aos

⁹ “[...] while a considerable part of this population have given up their native languages all together” (ZHOU, 1999, p. 158)

cidadãos que detêm ou que estão responsáveis pela salvaguarda desse patrimônio, mas também da sociedade majoritária, que perde nuances significativas da sua constituição, e do Estado democrático que se configura como “um Estado de todos”. (ALTENHOFEN; MORELLO, 2013, p. 21)

Partindo da reflexão dos autores, considerando que a China também é um país vasto geograficamente e com uma sociedade multicultural e plurilíngue, aponta-se que a perda de uma língua é “a ponta de um *iceberg*, sob o qual submerge uma série de outras perdas [...]” (ALTENHOFEN; MORELLO, 2013, p. 22- 23), dentre os quais o que se refere à identidade de membros de um grupo social específico, ou como uma parte do capital simbólico da sociedade, situação da qual emerge a necessidade de políticas de valorização das línguas minoritárias, não apenas por seus falantes, mas também pelo Estado e por falantes da língua oficial nacional.

Os desafios na promoção de uma língua nacional enquanto se reconhece e garante direitos de outras línguas em uso são esperados, mas o governo chinês tem tido sucesso (ainda que, por vezes, contraditório) no que tange ao letramento da população, à preservação da noção de identidade nacional, ao atendimento de algumas demandas de minorias, à divulgação do mandarim no exterior e ao aumento de profissionais especializados em línguas estrangeiras (SPOLKY, 2014). Ressalta-se também que a promoção de uma língua oficial especialmente a grupos minoritários pode ocorrer em maior ou menor proporção não apenas devido a fatores linguísticos; há de se considerar, também, questões de geografia e economia internas. O forte movimento de migração de áreas rurais para áreas urbanas, como foi visto na China na última década, tem favorecido a disseminação de uma língua que atue com o papel de comunicação, como acontece com o *putonghua* (SPOLSKY, 2014, p 172).

Considerações finais

Esse trabalho buscou oferecer uma apresentação e uma reflexão sobre o caso da promoção do *putonghua* na RPC com o foco em conceitos de Política Linguística, levantando brevemente

questões como diversidade e minorias linguísticas. Procurou-se também ilustrar o início do processo de implantação do putonghua, na década de 1950, considerando as diferentes opiniões dominantes no campo de Política Linguística na mesma época, período que percebia a heterogeneidade linguística como um problema a ser solucionado. Por outro lado, foi apresentada a posição de linguistas, em sua maioria, defendendo os direitos das minorias, posicionamento que resultou em marcos na garantia de tais direitos, como o observado na Constituição chinesa.

É importante ainda ressaltar que o caso da RPC e a repercussão na difusão linguístico-cultural internacional enriquecem discussões do campo de Política Linguística a partir do estudo das ações implementadas no país, com forte influência governamental, através de controle centralizado, as quais levam hoje ao entendimento de uma única língua chinesa. O país vem atingindo o objetivo de melhores taxas de alfabetização, mas ainda são registrados conflitos linguísticos, como os descritos por ZHOU (1999; 2000) em algumas comunidades regionais e minoritárias, em busca de seus direitos linguísticos.

Referências

- ALTENHOFEN, Cléo Vilson; MORELLO, Rosângela. Rumos e perspectivas das políticas linguísticas para línguas minoritárias no Brasil: entre a perda e o inventário de línguas. In: FARENZENA, N. (org.). *VI Encontro Internacional de investigadores de políticas linguísticas*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- BRADLEY, David. Chinese as a pluricentric language. In: *Pluricentric languages*, M. G. Clyne (ed.), 305–324. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007; Florianópolis: IPOL, 2007.

CHINA, República Popular da. *中华人民共和国宪法*. Pequim, 2018. Disponível em: https://duxiaofa.baidu.com/detail?searchType=statute&from=aladdin_28231&originquery=%E4%B8%AD%E5%9B%BD%E5%AE%AA%E6%B3%95&count=100&cid=febc490f0c5df76f774ce8620f489505_law. Acesso em: 15 nov. 2020.

DAOUST, Denise; MAURAI, Jacques. L'aménagement linguistique. In: MAURAI, Jacques (org.). *Politique et aménagement linguistiques*. Québec/Paris: Conseil de la langue française/Robert, p. 5-46, 1987.

EDWARDS, J. Bilingualism and Multilingualism. Some central concepts. In: Bathia, T. K., Ritchie, W. C. (eds.): *The Handbook of Bilingualism and Multilingualism*. 2nd edition. Oxford 2013: Wiley-Blackwell: 5-25.

LAGARES, Xoán. *Qual Política Linguística? Desafios Glotopolíticos Contemporâneos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LEE, Sherman, LI, David C. S. Multilingualism in Greater China and the Chinese Language Diaspora. In: *The Handbook of Bilingualism and Multilingualism*, Second Edition. Edited: Tej K. Bhatia and William C. Ritchie. Blackwell Publishing Ltd, 2013.

SAVEDRA, Mônica; LAGARES, Xoán. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*. Niterói, n. 32, p. 11-27, 1. sem. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33029>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, vol. 52, n. 2. Campinas, UNICAMP, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132013000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 de jun. 2020.

SILVEIRA, Alexandre C.; LEVISKI, Charlott Eloize; CAMOZZATTO, Nathalia Muller. "Língua chinesa": um estudo político-linguístico sobre sua presença no mundo. *ReVEL*, v. 14, n.

- 26, 2016. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/c8ae7348f762ca1b4af15f8118d131ee.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- SPOLSKY, Bernard. 2014. Language management in the People's Republic of China. *Language*, 90(4): e165-e179.
- ZHOU, Minglang. The Official National Language and Language Attitudes of Three Ethnic Minority Groups in China. In: *Language Problems and Language Planning*, 23:2, 1999.
- _____. Language Policy and Illiteracy in Ethnic Minority Communities in China, *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 21:2, 129-148, 2000.
- _____. The spread of Putonghua and language attitude changes in Shanghai and Guangzhou, China. In: *Journal of Asian Pacific Communication*, John Benjamins Publishing Company, 11:2, 231–253, 2001.
- ZHOU, Minglang; ROSS, Heide A. Introduction: the context of the theory and practice of China's language policy. In: *Language Policy in the People's Republic of China: Theory and Practice since 1949*. M. Zhou (ed.), Kluwer Academic Publishers, 1–18, 2004.

LOUISIANA FRENCH: A SUCCESSFUL REVITALIZATION?

FRANÇÊS LUISIANENSE: UMA REVITALIZAÇÃO BEM-SUCEDIDA?

Nina Rioult¹

Abstract

This article analyses the French revitalization movement in Louisiana, in the United States. Although Louisiana has a strong Francophone heritage, Louisiana French, better known as Cajun French, is now considered an endangered language, as speakers progressively adopted English (ROMAINE, 2010). In the 1960s, some measures were taken to reverse the language shift (FISHMAN, 1991). I will provide some insights to understand the past and present sociolinguistic issues of Louisiana, to analyze to what extent the revitalization movement has been successful, and to establish the current level of endangerment of Louisiana French (GILES; BOURHIS; TAYLOR, 1977; FISHMAN, 1991; UNESCO, 2003; LEWIS; SIMONS, 2010).

Keywords: Louisiana French. Language shift. Revitalization.

¹ UFF/CAPES

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o movimento de revitalização da língua francesa na Luisiana, nos Estados Unidos. Apesar da Luisiana ter uma forte herança francófona, o francês louisianense, melhor conhecido como francês cajun, é considerado uma língua ameaçada, já que os falantes adotaram progressivamente o inglês (ROMAINE, 2010). No fim da década 1960, algumas medidas foram tomadas para reverter a mudança de língua (FISHMAN, 1991). Traremos algumas percepções para entender as questões sociolinguísticas do passado e do presente na Luisiana, a fim de analisar em que medida o movimento de revitalização foi bem-sucedido e estabelecer o grau de ameaça do francês louisianense (GILES; BOURHIS; TAYLOR, 1977; FISHMAN, 1991; UNESCO, 2003; LEWIS; SIMONS, 2010). Palavras-Chave: Francês louisianense. Mudança linguística. Revitalização.

the French language and initiated a revitalization movement, known as Cajun Renaissance or Cajun revival.

One of the aims of the Cajun revival was to reverse language shift (FISHMAN, 1991), in particular through school. Many of the actions undertaken during this period are still underway. Thus, one might ask the following questions: to what extent did the revitalization movement reverse language shift in Louisiana? Can a movement mainly based on school have a long-term effect on language revitalization? In this more or less chronologically organized article, I will provide a few answers to these questions. The first section presents a general overview of the situation of the French language in Louisiana before the revitalization movement in the 1960s. Then, I will expose some of the main aspects of this movement, focusing on the school programs. Finally, in the last section, I will analyze the current situation of the language through the assessment of its current level of endangerment and future issues.

The French language in Louisiana

Historical background

The history and the profile of the francophone populations who lived in Louisiana are rich and complex. This summary, which is mostly based on the thesis of Atran-Fresco (2014), identifies the diverse francophone populations of Louisiana, that arrived at different moments in the land.

Even today, Louisiana is probably the most francophone state of the United States. The French language first appears in the 17th century, with the colonization of the territory by the French Kingdom. In 1682, the colony received the name of Louisiana, an homage to the king of France, Louis XIV. At the time, the territory called Louisiana was much wider than contemporary Louisiana and formed the former French belt from the Northeast around Nova Scotia and Quebec through Lemoyne, Detroit, Louisville, and St. Louis down to New Orleans and contemporary Louisiana.

Figure 1 - North America



Source: North America Facts 2015. <https://facts.net/world/north-america-facts>, 02.12.2020.

One century later, in 1762, the province was sold to the Kingdom of Spain. In 1812, it became part of the newly independent United States. However, even after the territory ceased to belong to France, French continued to be the majority language in the region, sustained by the continuous arrival of various waves of French-speaking populations.

The individuals called Cajuns (*Cadiens*) are the descendants of Acadians (*Acadiens*). The Acadians were descendants of populations from western France (i.e., Poitou, Brittany) and had settled in the colonized French territory of Acadia (Nova Scotia, Canada). However, the acquisition by Great Britain led to the expulsion of the francophone Acadians, an episode known as “the

great deportation” (*Le grand dérangement*, 1755-1763). Many of the Acadian exiles converged in Louisiana, forming an autonomous community nowadays known as Cajuns. However, Cajuns were not the only French-speaking community in Louisiana. In 1720, the first slaves arrived from Africa and progressively adopted the French language too. Moreover, from the year 1791 on, waves of refugees arrived from Haiti after the Haitian revolution was initiated by a slave revolt. White colonists, their slaves, and free people of color were part of this wave of refugees.

As noted by Atran-Fresco (2014, p. 26), the term “creole” in Louisiana has a complex polysemy. Indeed, it can refer to the descendants of slaves who directly came from Africa, slaves from Haiti, or free people of color (known as Black Creoles), but also to the population of settlers from France, either plantation owners from Haiti, or individuals arriving directly from France seeking economic opportunities or fleeing the French Revolution (known as White Creoles). However, the population of White Creoles, which was mainly based in the city of New Orleans, was assimilated into Anglo-Saxon American society.

Only Cajun and Black Creole communities, which settled in more rural and isolated areas, are present in Louisiana until today. Thus, French-speaking communities have very diverse sociocultural backgrounds. This diversity is also reflected in the language, as the generic term “Louisiana French” refers to diverse linguistic varieties.

What is Louisiana French?

At first sight, it seems difficult to define what is Louisiana French (LF). Using a specific name directly points out a specificity. Isn't Louisiana French just French? If not, why not? My goal here is not to give a definitive answer to this question, but rather to underline its importance in analyzing the sociolinguistic situation of Louisiana because the debate about French varieties has been fundamental in the French revitalization movement in Louisiana.

According to Valdman and Klingler (1997, p. 109), “Louisiana offers the most complex linguistic situation found in the Caribbean Rim”. Several languages have been in contact for centuries and all have contributed to the current linguistic landscape of Louisiana. I will focus on the French language.

At least three varieties of French are identified in Louisiana: (1) Colonial French: this variety was the closest to standard French, spoken by White Creoles, the rich elite, mainly settled in the city of New Orleans. This variety of French has almost completely disappeared today (ATRAN-FRESCO, 2014, p. 97). (2) Louisiana Creole (LC): this variety is a French-based creole spoken mostly by Black Creoles, but not exclusively. According to Valdman and Klingler (1997, p. 111), LC is probably the French-based creole structurally closest to French. (3) Cajun French (CF): According to Brown (1993 *apud* BLYTH, 1997, p. 26), it is “the variety spoken by the descendants of the Acadians, Native Americans, and immigrants absorbed by the group, it is mutually intelligible with International French”.

Today, only LC and CF are spoken in Louisiana. However, the distinctions presented above are rather schematic and only partially reflect the situation. Indeed, the distinction between those varieties is not always clear. For instance, LC and CF are lexically close, and most of their differences could be described on the syntactic level (KINGLER; PICONE; VALDMAN, 1997). Furthermore, many speakers switch and mix both varieties, so that Valdman (1997, p. 5) considers it difficult “to determine who speaks what to whom in which situation and to what end”.

Some argue that the distinction has a social and racial significance, rather than a clear linguistic definition. Historically, LC is linked to slavery and has been referred to with racist terms such as *français nèg*, or *couri vini* (VALDMAN; KLINGLER, 1997, p. 110). Although some White people speak LC, as well as some Black people speak CF, the distinction seems to remain an ethnic and racial matter. Dubois (1997, p. 54) also observes that distinguishing CF and LC “inevitably has racial correlates”.

At the end of the 1960s, during the revitalization movement, Standard French (SF), or International French, was added to this linguistic panorama. According to Valdman and Klingler (1997, p. 109), the introduction complicated the linguistic situation in Louisiana. The difference made between “Louisiana French” and “Standard French” is somehow symptomatic. It shows that the French spoken in Louisiana is perceived as different from other varieties, and particularly from Standard French. Although there were several attempts to create a norm for Cajun French, it did not result in a new language, which would have made it an *Ausbau* language, that is, a language that has “deliberately been reshaped so as to become vehicles of variegated literary expression” following Kloss’ model (1967, p. 30). Until today, Cajun French is considered a variety of the French language. However, Louisiana Creole might be seen as an *Abstand* language, if one determines that its syntax differs from both Cajun French and Standard French, although there is no scientific consensus on this question.

The very definition of Standard French remains problematic in itself. In the Louisianian context, it usually refers to the variety introduced in the schools in the 1960s. Other alternatives are International French, General French, Referential French, or Normative French. Brown (1997) also uses the term “French of France”. However, it presents some flaws, as it eludes the diversity of the French language spoken in France and the proximity between some varieties across the Atlantic. Some features commonly labeled as specific to CF, such as the question word *qui* having the meaning of ‘what’ (SF: ‘who’), the use of the verb *brailler* to mean ‘to cry’ (SF: ‘to yell’), or *mouiller* to mean ‘to rain’ (SF: ‘to wet’), are strikingly presented as being specific to the regional French variety spoken in the rural context of High Brittany (TREHEL; BLANCHARD, 2003). This indicates some common features between Cajun French and varieties of spoken French in France and corroborates Ancelet’s view, that “Cajun French does not differ from ‘standard’ French any more than do other regional variations of the French language among speakers of comparable

social and cultural background” (1988 *apud* LINDNER, 2018, p. 45). Thus, I will use the notion of “Standard French”, according to Valdman’s definition, that is to say, a variety that refers more to an ideology than to observable reality, “an idealized view of the language behavior of a particular group of speakers, in this case, the cultured members of the Parisian bourgeoisie and the French with close social ties to this group”³ (VALDMAN, 2000 *apud* ATRAN-FRESCO, 2014, p. 103).

To describe the complex linguistic situation of Louisiana, Valdman and Klingler, as other linguists, prefer to speak of a:

continuum, ranging from a basilectal pole formed by the type of Creole that is structurally most distant from French to an acrolectal pole formed by Cajun French, Colonial French, Standard French, or even English, depending on the perspective taken. Between these two poles lies a series of intermediate varieties that, according to the features they bear, may be situated closer to one or the other end of the continuum. (VALDMAN; KLINGLER, 1997, p.154).

What nevertheless does distinguish Louisiana French from any other varieties of French is its specific sociolinguistic situation – typically a diglossic one, as defined by Ferguson (1959) and Fishman (1967). English occupies the position of the H-variety, for it is a standard language used in all public and formal domains, and LF the L-variety, as it remains non-codified and it is only used in the informal, private sphere, among friends and family. However, the presence of several French varieties of different levels of prestige has led to a situation characterized by Valdman (1997, p. 4) as a multiple embedded diglossia (*diglossie enchâssée*). At the top of the scale, English, the dominant language, is present in all the domains and enjoys the highest prestige, followed by SF, which was introduced later in the region. At the bottom of the scale are the two local varieties, CF and LC. The latter is the least valorized language.

³ une vision idéalisée du comportement langagier d’un groupe particulier de locuteurs, en l’occurrence les membres cultivés de la bourgeoisie parisienne ainsi que les Français ayant des liens sociaux étroits avec ce groupe.

Lüdi's (1989) concept of diglossia, modeled as a variational space, is also valuable to reflect the complexity of Louisiana's diglossic situation. I will label English as variety A, Standard French as B, Cajun French – as C, and Louisiana Creole as D, and analyze the situation through the six dimensions drawn by Lüdi: 1) linguistic distance; 2) types of communities; 3) functional complementarity; 4) standardization; 5) type of acquisition; 6) difference of prestige. Regarding the linguistic distance (1) from an etic perspective, A differs substantially from B, C, and D, although all concerned varieties belong to Indo-European languages. The relation between B and C is one of language/dialect. The distance between C and D is not easy to determine: their syntactic differences could classify them as different languages and their lexicon would classify them as closely related varieties. However, the description would probably differ from the emic point of view: C and D would probably be considered to be much closer than C is to B.

Regarding the type of community (2), diglossia occurs on the regional level, mostly in southern Louisiana, although only a minority of the population is bilingual and the extent of diglossia keeps reducing. In the past, social groups were bilingual, but, nowadays, diglossia is rather observable at the family level. Concerning the complementarity of functions (3), the division between A on one side, and C and D on the other is clear: they occupy different functions and this long-established repartition is stable and rigid. The position of B, Standard French, is more ambiguous, as it is neither fully used on the institutional level, nor present in the private sphere. This situation is linked to the dimension of standardization (4): A is fully standardized and present in all kinds of writings. There were several attempts to standardize C and D, but the initiatives were limited to the literary field and these standards never performed as a prescriptive norm. Indeed, the introduction of B, a fully standardized language, slowed the standardization process of C and D. When French is used in formal written context, the norm of B, and not of C or D, is the one commonly used.

Concerning the acquisition (5), English is learned both naturally and institutionally, while Standard French is learned only in schools, and Cajun French and Louisiana Creole are mostly acquired in the family sphere. Finally, regarding prestige (6), both A and B have historically enjoyed high prestige, whereas C and D have been stigmatized (D is the most stigmatized variety). Nevertheless, it is worth mentioning that, as an outcome of the revitalization movement, C is now a valued language, sometimes even more valued than B (see, for instance, Dubois, 1997).

To conclude the vitality of each group, English remains, by far, the dominant language in the region and the Anglophones are the most vital community. The two local varieties, Cajun French and Louisiana Creole, are both in decline, though the Cajun French community seems to enjoy more vitality. This difference is mainly attributable to the type of community they are linked to and the prestige they enjoy each. Louisiana Creole was associated with slavery and the Black community, who has been strongly marginalized in the Louisianan society. Racial segregation was legal until 1964. This stigmatization of the speakers associated with LC explains why revitalization movements focused more on CF than LC and, therefore, why the variety is, nowadays, more endangered than CF.

The closer linguistic distance between CF and SF might also explain why CF is more vital than LC, although the distinction between CF and LC on strictly linguistic terms has sometimes been difficult for the linguists. Moreover, the reapproximation of CF to SF might be an outcome of the revitalization movement and the introduction of Standard French in the region. Regarding the latter, it is hardly possible to assess some level of vitality, since it is not spoken by a specific community. It is rather present as a foreign language, some small institutions devoted to the revitalization of the language, and learned in schools by a small portion of the population.

This attempt to identify and characterize the many French varieties in Louisiana is crucial to analyze the revitalization movement, as the choice of the variety has been at its very core. Many debates are driven by the question of whether to teach SF or

CF. As noted by Valdman (1997, p. 11), LC has been almost completely absent from the discussions about language revitalization in Louisiana. Although there was a Louisiana Creole movement, it gained much less visibility than the Cajun Renaissance. In this article, for practical purposes, I will mainly focus on the Cajun Revitalization movement and its outcomes.

Language Shift in Louisiana

Until the beginning of the 19th century, Louisiana was a predominantly francophone territory. According to Oukada (1977, p.15 *apud* CAMP, 2015, p. 34), the ratio of French and English speakers reversed in favor of the anglophone population between 1810 and 1820. In 1812, Louisiana became the 18th state of the USA. Its constitution was written and debated in French, and published in both languages. However, the language shift, defined by Winford (2003, p. 15) as “the partial or total abandonment of a group’s native language in favor of another”, started a few decades later. Many French speakers progressively abandoned French in favor of English at the beginning of the 20th century. Camp observes that “researchers tend to agree that the decline in the intergenerational transmission of French in the home accelerated to a point of no return in the 1920s” (2015, p. 36).

Just as happened to so many other minority languages, such as Hunsrückisch in Brazil, the school system accelerated this process in Louisiana. In 1916, the school was compulsory and, from 1921 on, it was forbidden to teach in any other language but English. The French language was not only excluded as a medium of instruction, but also stigmatized and many times simply prohibited. The generation of elderly people often recall punishments and humiliations experienced in the schools if they would speak French. This prohibition stigmatized the language and strongly dissuaded this generation from transmitting it to their children, as the poem in the introduction shows.

Other factors, mentioned in Camp (2015, p. 35-36), that contributed to language shift, are urbanization, the development of a highway system, the development of the oil industry, and the emergence of mass media such as radio and television. All those transformations, which occurred in the 20th century, contributed to make the French-speaking communities less isolated. Speakers progressively abandoned a predominantly rural lifestyle to enter the modern, consumer-oriented, American way of life. That multiplied their contact with English speakers and, in the end, contributed to make them abandon the French language to adopt the English one. Camp concludes: “the shift from French to English in South Louisiana is recognized to have been mostly completed by the mid-twentieth century” (2015, p. 38).

However, can we speak of “language death” (ROMAINE, 2010) in the case of CF? Considering the situation in the 1960s-1970s, it seems a bit premature to draw such a conclusion. Though constantly diminishing, it is estimated that there were approximately 572,000 speakers of CF in Louisiana, representing 16.2% of the overall population (BLYTH, 1997, p. 28). But what was its vitality at the time, on the eve of the so-called “Cajun Renaissance”? According to Giles, Bourhis, and Taylor (1977, p. 308), “the vitality of an ethnolinguistic group is that which makes a group likely to behave as a distinctive and collective entity within the intergroup setting”. In the framework they developed to assess a group’s vitality, they propose three variables (Status, Demography, and Institutional Support), subdivided into Status factors, Demography factors, and Institutional support factors. It is possible to establish the first overview of CF’s vitality using those variables.

Generally, the “Status variable” would be marked as negative. CF-speaking communities were typically underprivileged and working-class families, with low social and sociohistorical status. The pejorative qualification “coonasses”, which was addressed to the Cajuns, is symptomatic of this low status for it compared them to the posterior parts of an animal. The language status, both within

and without the community, was very low. James Domengeaux, a prominent and controversial man from a Cajun background who, paradoxically, initiated the French revival movement in Louisiana, described French as “worse than redneck English” (BLYTH, 1997, p. 32). CF was seen as a corrupted, rude version of French, and symbolized ignorance and roughness.

The demographic variable might be more difficult to assess. In the 1960s and the 1970s, the Cajuns still lived in specific, concentrated areas. Today, these areas are referred to as “Acadiana”, the official name for the 22 parishes with Cajun heritage. But although French speakers and people of Cajun ancestry constituted a minority in the overall state of Louisiana, Valdman (1997, p. 5) emphasizes that it is difficult to provide reliable numbers about French speakers in Louisiana:

As difficult as it is to determine who speaks what to whom in which situation and to what end, it is equally, if not more difficult, to determine the number of speakers of the various varieties and their degree of proficiency.

In an article about a field study in four Cajun communities, Dubois speaks of “unstable and vaguely defined speech communities” (1997, p. 48). This study shows that only 32% of the interviewees had a fluent command of CF. Finally, regarding the institutional support towards CF, it was almost nonexistent before the revitalization movement, at the end of the 1960s.

To sum up, the vitality of CF was very low at the end of the 1960s. However, although suffering severe attrition, the CF could not be considered to be “dead” at this time. Camp (2015, p. 38) remarks that “ironically, it is only after the widespread recognition that the language had ceased to be transmitted that any real efforts were made to preserve it”. As bad as the situation was, some efforts to revitalize the language were undertaken at the end of the 1960s.

The revitalization of Cajun French

The “Louisiana French Movement” (HENRY, 1997), Cajun Renaissance or Cajun Revival, initiated in the late 1960s, was a two-fold movement. On one side, it was an institutional movement, marked by the creation of the COFODIL (Council for the Development of French in Louisiana) in 1968, on the other, an active grassroots movement that promoted the revival of Cajun culture in several areas (language, arts, literature, music, folklore, lifestyle, etc.).

The creation of CODOFIL and its controversial policy

In 1968, the creation of the CODOFIL was decided by a vote of the Louisiana Legislature. Several acts were passed aiming to support French language teaching, to train French teachers, to establish French language television programming and encourage the use of French in public documents. The creation of the CODOFIL is often connected to James Domengeaux, an attorney and influential politician of the state of Louisiana. Born in a family of Cajun background, he espoused the cause of preserving the French Language in Louisiana and became the first chairman of the CODOFIL. His main motivation was to restore a bilingual Louisiana, particularly through the reintroduction of the French language in the schools. He would declare the famous sentence that later became the slogan of the CODOFIL: “Schools have destroyed French, schools must restore it” (HENRY, 1997, p. 190). In fact, since the beginning, the main activity of the CODOFIL has been to support the presence of the French language in public schools in Louisiana, particularly in the Acadiana region.

However, the decision was not well received by the Cajun communities and arose controversies. The language choice was polemic. To teach “French” and restore the “French language” in Louisiana was the purpose, but at least two local varieties could be identified (CF and LC). Which one should be taught? At that time, both varieties were highly stigmatized in Louisiana and LF was a

low-prestige language. But “French” was also a language present in other parts of the world where it benefited from a high prestige. Barnett sums up the situation as such (2018, p. 145):

The linguistic situation of Louisiana is unique in many ways; one distinguishing characteristic is the stigmatized language in question. French is a world language and has prestige outside of the state of Louisiana.

Thus, Domengeaux opted to introduce SF in schools, at the expense of CF. LC was barely mentioned in the debates. One of the main arguments for choosing SF was that it would help Louisiana to be less isolated, connect the region to the Francophone world and, therefore, open it to international business and diplomacy. According to Domengeaux, SF would be “the key to one of the greatest universal cultures” (HENRY, 1997, p. 189). Consequently, he rejected the possibility of teaching CF in schools: “Do we teach redneck English? We cannot teach anything but standard French if we want to save this language” (HENRY, 1997, p. 189). The claim was an offense to Cajun communities and led to the emergence of the grassroots movement.

The grassroots movement: the Louisiana French movement

According to Henry (1997, p. 200), the choices made by the CODOFIL, in particular favoring SF over CF, triggered a strong opposition that led to the constitution of a grassroots movement in Louisiana. The imposition of SF was regarded as a gesture of contempt to the Cajun and Creole populations. Consequently, many individuals from different backgrounds - scholars, musicians, radio announcers, cooks, entrepreneurs and activists, got involved in the so-called “French renaissance” in Louisiana. Barry Jean Ancelet, who was one of its main actors under his pen-name Jean Arceneaux, states that it was rather a *naissance* (“birth”) than a *renaissance* (“rebirth”) since many of the cultural productions of this period were the first ones ever made in CF (ANCELET, 2018, p.121).

The rejection of SF led several activists to propose a codification of Cajun French that would differ from SF. This is for instance the case of James Faulk, a French teacher who made the first attempt at orthography for pedagogical purposes, in 1977. However, his proposition generated controversies and was rejected for use in schools because it was more a transliteration of CF with English conventions than an actual new norm. For instance, a word such as *boutique* (SF: 'shop', 'store') was transliterated as *bootik*. In the literary field, though, many writers offered their versions of writing CF. The current graphic representation, according to Valdman (1996, p. 161 *apud* ATRAN-FRESCO, 2014, p. 112), takes into account phonological, morphosyntactic and lexical specificities of LF, while adopting the orthographic conventions of SF. The *Dictionary of Louisiana French* (2010) is a good illustration of this, with, for example, entries for *Amaricain* (English: 'American'; SF: 'Américain'), *traduiseur* (English: 'translator'; SF: 'traducteur') or *trash* (English: 'trash'; SF: 'ordures').

The period of cultural revival was also marked by the flourishing of young Cajun literature in CF. The first book published in CF was *Lâche pas la patate* (1976) by Revon Reed. Some emblematic poems also were published, in particular *Cris sur le bayou* (1980), the first collection of poems in CF edited by Jean Arceneaux. The same author also wrote the poem *Schizophrénie linguistique* (1976). Many of the works in CF evoke the past of the Cajuns, their ancestors who left Western France, the deportation of the Acadians, and the stigmatization experienced in Louisiana. However, this literature gained little visibility outside of Louisiana, and it is mostly in the field of music that Cajun culture accomplished its revival.

In 1974, the first *Festival de musique acadienne* in Lafayette (today *Festivals Acadiens et Créoles*) led to an infatuation for Cajun culture and contributed to the revalorization of its culture and language. Many songs in Cajun music adopt similar themes as the literature. Indeed, several poets were also musicians and *vice versa*. This is the case not only of Jean Arceneaux but also of Zachary

Richard, one of the most famous representatives of Cajun music. He wrote the song *Réveille* (“wake up”), which was emblematic of the revival movement’s claims. Ancelet (2018, p. 127-128) relates that, when Richard sang *Réveille* at the *Festival de musique acadienne* in 1975 with a flag and a raised fist, no one understood the symbol. Twenty years later, when he sang the song at the same festival, the whole crowd started to sing, showing how symbolic the song had become and how effective the revival movement had been to valorize Cajun culture.

Cajun music is still very popular today and has given national and international visibility to Cajun culture, with some bands winning Grammy Awards (ATRAN-FRESCO, 2014, p. 155). Atran-Fresco (2014, p. 135) also shows how Cajun music is linked to the French language, as it is necessarily sung in French to be considered Cajun. Therefore, the enthusiasm for Cajun music from the younger generation, mainly through its annual festivals, has encouraged them to learn French as well.

Besides music, other elements of Cajun culture, such as food (gumbo, crawfish, jambalaya, boudin), folklore, and local festivities (Mardi Gras, fais do-do, boucheries) have been revalorized and are fully claimed as elements of Cajun identity. Even though they still contribute to the attractiveness of the region, I will not develop them further, as they are not directly connected to the language. Instead, I will provide a more specific focus on the education programs dedicated to spreading the French language in Louisiana.

French teaching in Louisiana

One of the main activities of the CODOFIL is to support the presence of French in schools. In Louisiana, the task of “revitalizing” the language has mostly been attributed to schools. The first program was called “French as a second language” and was launched by the Department of Education in Baton-Rouge in cooperation with the CODOFIL. One of the main obstacles to this goal was the lack of resources in the region, mainly the lack of

qualified French teachers in Louisiana. The fact that French is spoken as an official language in many other territories outside of Louisiana made the CODOFIL opt for the “importation” of teachers from the francophone world, mainly from France, Belgium, and Quebec.

The first Foreign Associate Teachers (FAT) arrived in 1969. However, the first years of the program had a very limited impact and its implementation confronted the community with several obstacles, such as the limited pedagogical resources at disposition of the teachers and the limited exposure to the language. The first program provided only 30 minutes of French lessons per day, which was not enough to develop full proficiency in the language. In addition, the importation of foreign instructors, who knew very little about CF and would focus on SF, led to resistance and a lack of grassroots support of the program at the beginning. Henry (1997, p. 194) notices that “how to teach had been problematic, and so was what to teach”. Frequently, what the children learned in school did not help them to connect with their community and stood even sometimes in opposition to the language of the elderly generation. Thus, the first program somehow put CF in a position of inferiority regarding SF.

The program has largely evolved since the 1970s. After some adjustments, the initial tensions were solved. Finally, the first immersion programs were launched in Louisiana during the 1980s. According to Barnett (2018, p. 141), the first immersion school opened in 1980 in Baton-Rouge and many other immersion schools have been opened thereafter. They follow the model developed in Canada. French is not only taught as a “foreign” language, but is the medium of instruction for at least 60% of the curriculum. Though it still depends mostly on the FATs, the program has progressively introduced some elements of CF. The consciousness that the introduction of CF in the schools would be beneficial for the children and its progressive introduction has been called “louisianafication”. Barnett (2018, p. 141) explains:

This term refers to using Louisiana's French linguistic, cultural, and human resources to promote and strengthen the French language and culture within the state (Ancelet 1988). However, the term is ambiguous in the teaching context as it can be interpreted in multiple ways ranging from teaching Louisiana French as the target language to teaching a handful of lexical items to many things in between.

As Barnett states, the term "louisianafication" lacks precision, as it can refer to a wide range of pedagogical practices. However, considering that it has not been designed yet as a planned introduction of CF elements, louisianafication largely depends on the teachers' practices. It is consequently still limited by the fact that most French teachers do not come from Louisiana. According to Barnett (2018, p. 142), in 2013, out of 178 teachers, 121 were FAT and 57 were Louisianan teachers, with the term "Louisianan teacher" being used by the Department of Education to refer to any American teacher, whether coming from Louisiana or not. Although several studies show that FATs are mostly inclined to introduce LF in the curriculum and have positive attitude towards it (ATRAN-FRESCO, 2014), as do American French teachers (LINDNER, 2018), its introduction is still limited by the fact that most teachers simply do not know enough about CF to teach it – although they benefit from a specific formation by the CODOFIL before they start to work in the immersion classes. That is a measure to ensure they can teach with some knowledge of the specific local linguistic and cultural context (BARNETT, 2018).

Still, immersion schools gain more popularity in Louisiana every day. Atran-Fresco (2014, p. 165) shows that in 1991-1992, there were 499 students enrolled in the immersion schools in Louisiana. In 2013-2014, there were 4000, in 28 eight different schools. However, despite the rising numbers of students enrolled in French immersion schools in Louisiana, what has been its impact on the vitality of the language? Has the school encouraged the young generation to speak French in other domains than school - for instance, in their families?

Cajun French: a renewed vitality?

In this last section, I will describe the current sociolinguistic situation of CF in Louisiana and analyze to what extent a revitalization is observed. First, I will discuss the impact of the teaching programs on the revitalization process. Then, I will assess a general level of endangerment for CF, and finally expose the future paths French in Louisiana could take.

The impact of the teaching programs on revitalization

How did the immersion program affect the status of French in Louisiana? Has the teaching of French helped reverse the language shift? Although the teaching of the language is part of many revitalization movements, its impact can be discussed. According to Fishman (1991), the most important aspect of language revitalization is the intergenerational transmission of the language. Thus, relying only on schools and institutional support without first reestablishing a young generation of speakers is considered rather inefficient. Fishman writes: “more advanced goals and governmental action are frequently ineffective, precisely because there is no grassroots community and neighborhood initiative, involvement, commitment and follow-through.” (1991, p. 82). Yet, it is precisely what happened in the French Louisiana revitalization movement.

The vitality of the Cajun community was rather low before the revitalization movement. According to Fishman’s Graded Intergenerational Disruption Scale (GIDS), the situation of CF before the creation of the CODOFIL in 1968 could perhaps be placed at stage 7. The reasons for it are that most native speakers were elderly people, often born monolinguals in French and obliged to learn English at school, but still they managed to integrate into a local society. Their children could understand French, but only very few spoke it with a full degree of proficiency. According to Fishman, the focus to revitalize a language placed at this point in the scale should be to “gain a younger cohort” (p. 90) of speakers to reestablish intergeneration transmission. Could the

CODOFIL's school programs help to do so? Although it might be difficult to give a definitive answer, at present time, the response is likely to be negative in the case of Louisiana, since young people using French as a mother tongue is rare.

Nowadays, most members of the Louisiana younger generation learn French at school, not in the family. Joseph Dunn, ex-director of the CODOFIL, declared in an interview to Atran-Fresco (2014, p. 59): *"on ne naît plus francophone en Louisiane, on le devient"*⁴. According to Henry (1977, p. 194): "Whether the goal is bilingualism or the greater utilization of French or proficiency in a second language, the uneven implementation of the program has negatively impacted its achievement". The controversies regarding the variety of French to be taught and the fact that the program was not issued from a grassroots movement delayed its fulfillment, at a time when the number of speakers was quickly diminishing. Indeed, the program only succeeded in providing students with fluency in French when immersion was set, in the 1980s-90s. However, does the fact the native speakers are now scarce mean that the efforts are not worth it? As stated by Hornberger and De Korne (2018, p. 94):

While schools alone cannot change the global conditions of language endangerment, [...] educators and scholars can strengthen the undeniable impacts that education can have on the vitality of endangered languages and the well-being of endangered language speakers.

The beginning of CODOFIL was marked by an antagonistic relationship with the community. This conflicting relationship hindered the development of the education program. In this respect, Hornberger and De Korne (2018, p. 94) add that:

by nature, LR [Language Revitalization] cannot be achieved by a centralized or top-down authority, but is built from the context-specific motivation and efforts of endangered language communities (Fishman 1991, 2001; Hinton 2013). Although the school may be an important focus of these efforts, the support of other actors is also crucial to the success of schools.

⁴ one is no longer born, but rather becomes, francophone in Louisiana.

In Louisiana, the setting of an educational program, an initiative of a centralized authority, has preceded the formation of a grassroots movement. However, grassroots organizations now seem to have joined the cause of immersion schools. According to Saint-Hilaire (2005), many parents support immersion schools because they wish they could have learned French in school when they were younger. Both the instauration of immersion programs and the louisianafication of teaching favored integration of the local community.

It is noteworthy that, although immersion officially supports the revitalization of the French language and Cajun culture in Louisiana, it also changes the face of Francophone Louisiana. Although today, attitudes toward CF are generally positive and some of CF is introduced in the classrooms, SF is still dominant in the immersion programs. Atran-Fresco (2015, p. 165-175), in a study made by immersion teachers, analyzes that, although teaching French in immersion schools has some value in terms of cultural heritage, the main arguments given to support it are the better academic performance of children usually enrolled in such programs. Due to the cognitive benefits bilingualism would provide, immersion schools tend to be attractive not only because they give access to a heritage culture, but also because knowing another language would add some value to the future academic and professional life of the children. Those expected good academic performances also lead some more privileged families to opt for immersion public schools, rather than for private schools, for their children. Atran-Fresco (2014, p. 167) explains:

While the Cajun renaissance and the French language preservation movement were at the origin of the immersion program in Louisiana, the main attraction is now the academic opportunities it offers, learning French being secondary and the cultural aspect, incidental.⁵

⁵ Alors que la renaissance cadienne et le mouvement de préservation du français sont à l'origine du programme d'immersion en Louisiane, ce sont aujourd'hui les

This analysis corroborates Heller's conclusions (1999) in a study conducted in a French immersion school in a French-Ontarian minority. Heller argued that the francophone institutions are experiencing a "crisis of legitimacy" because "the success of their modernizing mission has led them to abandon the very group whose existence legitimizes the schools' existence" (2002, p. 356). Although they were created from a nationalist, modernist perspective, those schools are now fully integrated into a globalized, postmodern economy. Therefore, although immersion schools certainly contributed, to some extent, to strengthening the presence of the French language in Louisiana, they also modified its sociolinguistic situation, both in terms of language variety and of speakers' profile.

Assessing a current level of endangerment

The setting in Louisiana has changed since the 1960s, as have the literature and research tools on language vitality and revitalization. The publication of Fishman's *Reversing Language Shift* (1991) marked a seminal step and a first theoretical and objective framework to assess a language's level of endangerment. Fishman's main focus was the intergenerational transmission. According to him, no revitalization policy is possible without reestablishing the transmission of the language within the family. In this respect, transmission seems to have stopped in Louisiana.

Bankston and Henry (1998, p. 9) established that, at the end of the 20th century, 7.3% of Louisianan below 21 could speak French in Acadiana, and that, in the households with a French-speaking parent, language was transmitted in 17-18% of the cases. Worse, the authors even identified a negative relation between Cajun ethnicity and transmission of the Cajun French language, that is to say, the more the parents proclaimed a Cajun ethnicity, the less they

possibilités académiques offertes par celui-ci qui en constituent le principal attrait, l'apprentissage du français s'avérant secondaire et l'aspect culturel accessoire.

transmitted the language, which shows that the stigmatization was still effective somehow. What about the children who went to immersion schools? Will they pass the language to their children? The students that Atran-Fresco interviewed in her thesis (2014) appear to be enthusiastic towards the revitalization of CF, and rather inclined to transmit it, but will they do it? Could young people who learn the language in schools constitute the new generation of speakers that Fishman recommends?

Saint-Hilaire (2005) presents a positive view on this question, arguing that, thanks to the action of immersion schools and grassroots organizations' support, a new generation of proficient speakers is growing in Louisiana. Ryon (2000 *apud* ROTTET & BETTERS, 2018, p. 149) classifies this new generation of French speakers in Louisiana, who mainly have been educated in French, as *Néo Cadiens*, New Cajuns. However, other authors argue that this is not sufficient to "create" a new generation of speakers, as Dubois (2005, p. 290 *apud* CAMP, 2015, p. 43) states: "the knowledge of International French by a minority of young people in immersion is too poor to qualify them as speakers". This divergence reflects a wider debate on the role the "new speakers" must play in language revitalization. Indeed, although they might represent the only chance to revitalize the language, they are often seen as "non-authentic" or "non-legitimate" speakers of language⁶.

However, it might be a bit early to draw a definitive conclusion on the fate of the transmission of the French language in Louisiana. Considering that most immersion programs were launched in the 1980s, many of the students who were enrolled may have no children yet, or, if they do, they now are parents of young children whose language practices might still be hard to study. All I can state is that the battle is still far from over.

Language's vitality or the level of endangerment of a language are also assessed through other factors. After the publication of

⁶ For further developments about the concept of "new speakers", see: Hornsby, 2019; Ó Murchadha, Hornsby, Smith-Christmas, Moriarty, 2018; O'Rourke, Walsh, 2015.

Fishman's GIDS, several different frameworks have been proposed. For instance, UNESCO (2003) identifies nine factors to set the whole vitality and state of endangerment: intergeneration transmission, number of speakers, the proportion of speakers within the whole population, trends in existing language domains, response to new domains and media, materials for language education and literacy, attitudes from institutions, attitudes from the community, and documentation. However, it is probably Lewis and Simons' EGIDS (Expanded GIDS, 2010) that presents the most complete framework to analyze a language's level of endangerment.

The authors draw 13 levels of endangerment to complete Fishman's GIDS and also propose key questions to assess this level. The questions regard key factors such as the identity function of the language, the level of official use, the parents' transmission to the children, the literacy status and the youngest generation of speakers. Regarding this framework, the status of French in Louisiana is estimated as either "moribund" (level 8a), considering that it still has an identity function at home but that only the grandparents speak it, or "threatened" (level 6b), considering that the children who learn French at schools already constitute new speakers of the language, which is arguable.

The Endangered Language Project, which is a recent project available online⁷, provides a map of endangered languages in the world and establishes the level of endangerment according to the Language Endangerment Index (LEI). The index calculates a general level of endangerment according to the level of vitality in four factors: intergenerational transmission, absolute numbers of speakers, speaker number trends and domains of use. There are six levels of endangerment: safe, vulnerable, threatened, endangered, severely endangered, critically endangered. According to this platform, the level of CF would be "endangered" and of LC "severely endangered".

⁷ <http://www.endangeredlanguages.com/?hl=en>.

LF is in decline in many of the factors presented in those scales. Intergenerational transmission has not only almost stopped, but the absolute number of speakers has also dramatically diminished. Blyth (1997, p. 28) estimates that there were approximately 572,000 CF speakers in 1970 (15.7% of the Louisiana population), 263,500 in 1980 (6.9% of the population), and 262,000 in 1990 (6.7% of the population). The US Census shows that in 2010, there were 115,138 speakers of “French” (without specifying “Cajun”) and 6,021 speakers of “French Creole” in Louisiana. Worse, the number of its young speakers has shrunk. Price (2018, p. 22) states it has declined among those 5-17 years old. In 2000, 15,930 young ones of this age were French speakers, and in 2010, there were only 7,825, a loss of 50%. Moreover, young speakers often seem to have an incomplete competence in the language.

Rottet & Betters (2018) analyzed the production of young speakers learning French in immersion schools and living in Acadiana. They showed that their production was neither characteristic of LF nor of “reference French”, but rather of second language learner production. In addition, they sometimes had difficulties understanding LF. What is the situation in 2020? The 2020 US Census is underway and will soon provide new data that will help to draw a precise picture of the French language in Louisiana today.

The revival movement had a positive effect on the language as a symbolic marker. Although the number of speakers seems to constantly diminish, attitudes towards the language nowadays are mainly positive. Dubois (1997) showed that speakers with a Cajun background tend to favor CF over SF both in general attitudes and in teaching. Another study by Lindner (2018), conducted by students of French in Acadiana, found that they supported the revitalization of CF and valued its heritage, although they were quite pessimistic about its future. Atran-Fresco (2014), also points out that FATs arriving in Louisiana tended to have positive attitudes toward CF and were inclined to introduce it in the

classroom. Nowadays, the language is no longer stigmatized and is a fully recognized variety in the region.

Furthermore, Cajun culture has become attractive as a whole, as joyfully expressed by an old Cajun man in the documentary *Tout le monde veut être un Cadien* (2013)⁸: “*Asteur c’est changé! Tout le monde veut être un Cadien. Ça vient de New York, il veut être un cadien ! Il reste ici quelques semaines, il veut être un cadien*”⁹. This is partly due to the large popularity encountered by the Cajun revival movement, which led Cajun food and music, and its general way of life (the so-called *joie de vivre*) to become widely popular in the USA and beyond. Louisiana became a tourist destination and knowing its Cajun heritage is part of the “tour package”. As Dubois and Melançon state: “it is fashionable nowadays to be Cajun” (1997, p. 65).

Future directions: the economic potential of French in Louisiana

Although an endangered language, Cajun culture is now valorized and visible in Louisiana, and CF is a strong symbol of the culture. It has become so popular that Cajun culture and folklore have been exploited as a tourism product, which led to the commodification of LF. As noted by Murphy (2008, p. 372):

Making Louisiana more visible beyond its frontiers offered the prospect of enhanced funding for cultural projects and new sources of revenue for Louisiana’s economy. A logical avenue for pursuing that visibility was to play up Louisiana’s Francophone World credentials. Cajun culture was the product, and the Francophone World its potential consumer.

Lately, CODOFIL has also oriented its goals to develop the economy around the promotion of the French language. The aim is to attract tourists both from the rest of the USA, who could enjoy the “curiosity” of hearing a foreign language in their own country,

⁸ Available on YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=rLTp4OoFefA>.

⁹ Now, it changed! Everyone wants to be a Cajun! They come from New York; they want to be a Cajun! They come a few weeks, they want to be Cajuns. 7’00” -7’11”.

and the rest of the Francophone world, based on “francophone solidarity”. In an interview by Atran-Fresco (2014, p. 75), Joseph Dunn expressed that CODOFIL wanted to develop a marketing strategy to encourage the use of French in professional life. Indeed, it is important to give youth the chance to use French in their jobs, otherwise, they will just forget the language. That was the aim of the Louisiana French Language Services Program in 2011.

The development of the culture has been linked to economic development. The claim of identity, economic development, and Francophone Louisiana are connected, as shown by Atran-Fresco (p. 77). The claim of cultural originality stimulates economic development because it generates income (tourism) that strengthens the presence of the French in Louisiana, which promotes in turn a singular identity. This analysis meets Heller’s assumption that “tourism and culture in particular are places where local identities and languages are valued” (1999, p. 339). The integration of Louisiana in the *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF) in 2018 confirms the international recognition of Louisiana as a francophone territory and reinforces the process described by Atran-Fresco.

However, this strategy implies some risks and could undermine the very purpose of the revitalization movement. Murphy (2008, p. 376) considers that:

[...] the culture of the Louisiana French is being commodified in ways that could ultimately undermine its essence. This suggests that the process of claiming a place in the Francophone World may carry with it a fundamental challenge to the very foundation on which that claim is based.

“Cajun” does not only refer to a specific heritage culture and grassroots movement, it is also a word that became a sales pitch, used by many brands to sell their products. The language is part of the tourist attraction. The Louisiana state’s website for tourism, for example, dedicated a specific page about “How to speak Cajun”¹⁰

¹⁰ <https://www.louisianatravel.com/articles/how-speak-cajun>.

provide a few words that one “may hear when visiting Louisiana”. Now, Cajun culture and the language related to it are much more than the object of a claim to identity, they are also a product of a Louisiana fully integrated into a globalized market economy.

Conclusion

In this article, I exposed to what extent the French revitalization movement in Louisiana can be considered successful. I briefly reviewed what was at stake in this movement, such as the variety chosen or the modalities of the education program to provide some answers. Nothing indicates that the language shift has been reversed in Louisiana yet. On the contrary, French speakers seem to be less and less numerous every year. However, the revitalization movement had a positive impact on the attitudes toward Louisiana French and, in particular, Cajun French. Rather than reversing language shift, it has reversed the cultural denigration of French-speaking minorities in Louisiana. Indeed, Cajun culture enjoys increased popularity, which could help reverse the language shift in the future or put Louisiana French in peril.

The actions undertaken in the schools are probably important for the future of Louisiana French. They contribute to the formation of new generations of French speakers, the “New Speakers”. Although those speakers are sometimes seen as “non-authentic” when compared to “native speakers”, they might be the only possibility to revitalize Cajun French and Louisiana French Creole. A young generation of activists, who learned French in the immersion schools, was born in Louisiana. They promote the local Cajun and Creole languages and also rely on the use of Standard French to give broader visibility to their cause.

The project *Télé-Louisiane*¹¹, launched by a group of young Louisianans, is a good example of such linguistic compromise. The home page of the TV website (bilingual English-French) welcomes

¹¹ <https://www.telelouisiane.com>.

the visitor with a sentence that includes typical Cajun French features (underlined here): "Nous-autres est la plateforme médiatique faite pour et par les Louisianais — tout partout". The sentence in Cajun French appears before the sentence in English. However, the page "Take Action to Save French Immersion", which collects signatures for a petition to support immersion classes, the text in English appears first and the French text that follows is written in Standard French, with no element of "cajun-ness". The reason for this choice is that they address a wider audience. The examples not only confirm that the question of variety is outdated among the *néo-cadiens* but also gives an idea of the fluidity of use of their different linguistic resources: Cajun French or Creole to express a sense of "localness", English to address the American society as a whole and Standard French as a way to connect with the rest of the Francophone world.

References

- ANCELET, Barry Jean. L'exception cadienne et créole en Louisiane. In: PRICE, Joseph Edward (org.). *La jeune francophonie américaine*. Paris: L'Harmattan, 2018. p. 121-140.
- ATRAN-FRESCO, Laura. *Les Cadiens au présent: Revendications identitaires d'une population francophone en situation minoritaire*. 2014. 367 f. Tese de doutorado. University of Louisiana at Lafayette, Lafayette, 2014.
- BARNETT, Brian. The Louisianafication of the French immersion classroom in the state of Louisiana: how can it be done? In: PRICE, Joseph Edward (org.). *La jeune francophonie américaine*. Paris: L'Harmattan, 2018. p. 141-160.
- BANKSTON, Carl; HENRY, Jacques. The Silence of the Gators: Cajun Ethnicity and Intergenerational Transmission of Louisiana French. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v.19, n.1, p.1-23, 1998.

- BLYTH, Carl. The Sociolinguistic Situation of Cajun French: The Effects of Language Shift and Language Loss. In: VALDMAN, Albert (org.). *French and creole in Louisiana*. New York: Springer, 1997. p. 25-46.
- BROWN, Becky. The Development of a Louisiana French Norm. In: VALDMAN, Albert (org.). *French and creole in Louisiana*. New York: Springer, 1997. p. 215-236.
- BRUCE, Clint. Translations of Jean Arceneaux. *Equinoxes*, n. 2, 2004. Disponível em: shorturl.at/huLRY. Acesso em: agosto 2020.
- CAMP, Albert. *L'essentiel ou Lagniappe: The Ideology of French Revitalization in Louisiana*. 2015. 223 f. Tese de doutorado. Louisiana State University, Baton-Rouge, 2014.
- DUBOIS, Sylvie. Field Method in Four Cajun Communities in Louisiana. In: VALDMAN, Albert (org.). *French and creole in Louisiana*. New York: Springer, 1997. p. 47-70.
- _____, Sylvie; MELANÇON, Megan. Cajun is dead – Long live Cajun: Shifting from a linguistic to a cultural community. *Journal of Sociolinguistics*, v. 1, n. 1, p. 63-93, 1997.
- FERGUSON, Charles. Diglossia. *Word*, v. 15, n.2, p. 325-340, 1959.
- FISHMAN, Joshua. *Reversing Language Shift*. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- _____. Bilingualism With and Without Diglossia. Diglossia With and Without Bilingualism. *Journal of Social issues*, v. 23, n. 2, p. 29-38, 1967.
- GILES, Howard; BOURHIS, Richard; TAYLOR, Donald. Towards a Theory of Language in Ethnic Group Relations. In: GILES, Howard (org.). *Language, Ethnicity and Intergroup Relations*. London: Academic Press, 1977, p. 307-348.
- HELLER, Monica. Alternative ideologies of la francophonie. *Journal of Sociolinguistics*, v. 3, n. 3, p. 336-359, 1999.
- HENRY, Jacques. The Louisiana French Movement: Actors and Actions in Social Change. In: VALDMAN, Albert (org.). *French and creole in Louisiana*. New York: Springer, 1997. p. 183-214.
- HORNBERGER, Nancy; DE KORNE, Halay. Is Revitalization Through Education Possible? In: HINTON, Leanne; HUSS, Leena;

ROCHE, Gerald (org.). *The Routledge handbook of language revitalization*. New York: Routledge, 2018.

HORNSBY, Michael. Positions and stances in the hierarchization of Breton speakerhood. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 40, n. 5, p. 392-403, 2019.

KLINGLER, Thomas; PICONE, Michael; VALDMAN, Albert. The lexicon of Louisiana French. In: VALDMAN, Albert (org.). *French and creole in Louisiana*. New York: Springer, 1997. p. 145-182.

KLOSS, Heinz. 'Abstand Languages' and 'Ausbau Languages'. *Anthropological Linguistics*, v. 9, n. 7, p. 29-41, 1967.

LEWIS, Paul; SIMONS, Garry. Assessing endangerment: expanding Fishman's GIDS. *RRL*, LV, v. 2, București, p. 103-120, 2010.

LINDNER, Tamara. Les jeunes Louisianais et les français cadien : quels rapports? In: PRICE, Joseph Edward (org.). *La jeune francophonie américaine*. Paris: L'Harmattan, 2018. p. 45-64.

LÚDI, Georges. Situations diglossiques en Catalogne. In: Holtus, Günter; LÜDI, Georges; METZELTIN, Michael (org.). *La Corona de Aragón y las lenguas románicas. Miscelánea de homenaje para Germán Colón / La Corona d'Aragó i les llengües romàniques. Miscel·lània d'homenatge per a Germà Colón*. Tübingen: Narr, 1989. p. 237-265.

MURPHY, Alexander. Placing Louisiana in the Francophone world: Opportunities and challenges. *Atlantic Studies*, v. 5, n. 3, p. 363-381, 2008.

Ó MURCHADHA, Noel P.; HORNSBY, Michael; SMITH-CHRISTMAS, Cassie; MORIARTY, Máiréad. New Speakers, Familiar concepts? In: Ó MURCHADHA, Noel P.; HORNSBY, Michael; SMITH-CHRISTMAS, Cassie; MORIARTY, Máiréad. *New Speakers of Minority Languages. Linguistic Ideologies and Practices*. London: Palgrave Macmillan UK, 2018. p. 1-22.

O'ROURKE, Bernadette; WALSH, John. New speakers of Irish: shifting boundaries across time and space. *International Journal of the Sociology of Language*, v. 2015, n. 231, p. 63-83, 2015.

PRICE, Joseph Edward (org.). *La jeune francophonie américaine*. Paris: L'Harmattan, 2018.

- ROMAINE, Suzanne. Contact and Language Death. In: HICKEY, Raymond (org.). *The Handbook of Language Contact*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 320-339.
- ROTTET, Kevin; BETTERS, Jennifer. Une étude de cas sur les résultats des programmes d'immersion française en Louisiane. In: PRICE, Joseph Edward (org.). *La jeune francophonie américaine*. Paris: L'Harmattan, 2018. p. 89-119.
- ST-HILAIRE, Aonghas. Louisiana French Immersion Education: Cultural Identity and Grassroots Community Development, *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 26, n. 2, p. 158-172, 2008.
- TREHEL, Nathalie ; BLANCHET, Philippe. Pratiques linguistiques régionales d'élèves du primaire et de collège en zones suburbaines de Bretagne gallo. Premiers résultats d'enquêtes. In: BILLIEZ, Jacqueline (org.). *Contacts de langues, modèles, typologies, interventions*. Paris, L'Harmattan, 2003, p. 61-78.
- UNESCO. Language vitality and Endangerment. In: International Expert Meeting On Unesco Programme Safeguarding Of Endangered Languages, 2003, Paris.
- VALDMAN, Albert (org.). *French and creole in Louisiana*. New York: Springer, 1997.
- _____ ; KLINGLER, Thomas. The Structure of Louisiana Creole. In: VALDMAN, Albert (org.). *French and creole in Louisiana*. New York: Springer, 1997. p. 109-144.
- _____ ; ROTTET, Kevin. (org.). *Dictionnary of Louisiana French*. Jackson: University Press of Mississippi, 2010.
- WINFORD, Donald. *An introduction to Contact Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

DIGLOSSIA NO MARROCOS: A LÍNGUA ATRAVESSA A HISTÓRIA OU A HISTÓRIA ATRAVESSA A LÍNGUA?

*DIGLOSSIA IN MOROCCO:
DOES LANGUAGE CROSS HISTORY OR DOES HISTORY
CROSS LANGUAGE?*

Millena Rocha de Sena

Resumo

Este artigo aborda a história linguística no Marrocos e como o contato de línguas resultou em situação de diglossia. Analisamos o status linguístico do berbere e do francês no país e consolidamos esse status através do ensino escolar e da contemplação das línguas nos meios midiáticos. Averiguamos também o papel da Francofonia na difusão e na manutenção da língua francesa. Assim, indicamos como o berbere é minorizado, apesar de ser um patrimônio marroquino, mesmo diante do francês, língua que acarreta todo o peso colonial, diante da arabização, na tentativa de recuperação de uma identidade nacional.

Palavras-chave: Contato de línguas. Diglossia. Diversidade linguística. Política linguística. Língua minorizada.

Abstract

This article approaches the linguistic history in Morocco and how language contact has resulted in a diglossia situation. We analyze the linguistic status of Berber and French in the country and verify this status through school education and observation of both languages in the medias. We also ascertain the role of Francofonia in diffusing and mantaining the French language. This way, we indicate how Berber is minoritized, although it is a Moroccan heritage, even in relation to the French, language that entails all the colonial burden, in face of arabization. In an attempt of recovery of national identity.

Keywords: Language contact. Diglossia. Linguistic diversity. Linguistic policy. Minoritized language.

Introdução

O que nos torna diferentes dos outros animais é a capacidade de nos comunicarmos através das línguas. As línguas, plurais, ricas, moldadas através do tempo, do espaço, da história, tão inerentes ao homem. Nossa espécie tem uma natureza nômade desde quando a comunicação se dava de formas mais simples, se considerarmos o aspecto formal. Mufwene (2016) compara as línguas às espécies parasitas que necessitam de um hospedeiro para viver: o ser humano. Assim, ao desenvolver códigos linguísticos e ao cultivar o hábito do deslocamento, levamos nosso “parasita” conosco.

O Antigo Testamento menciona aspectos linguísticos do deslocamento:

“Naqueles dias, encontrei judeus que haviam desposado mulheres de Azoto, de Amon e de Moab. A metade de seus filhos falavam a língua de Azoto e não sabiam mais o hebraico: o mesmo sucedia com a língua dos outros povos.” (Ne 13: 23-24)

É evidente que o contato de línguas pode ser tanto amistoso quanto hostil.

But since homo sapiens is not a peaceable species, it isn't surprising that the social effects of language contact are sometimes painful or even lethal. In many such cases the language of a minority culture is used by a dominant culture as a marker of cultural differentness: not only does it provide a means of identifying the people to be discriminated against, but it also offers a target for discrimination. (THOMASON, 2001, p. 5)¹

Seja ele como for, ele é uma realidade. Ora, se o contato de línguas é tão concreto, é fato que ele proporcionará a realização de vários fenômenos linguísticos. Um exemplo é quando duas ou mais

¹ Como o homo sapiens não é uma espécie pacífica, não surpreende que os efeitos do contato de línguas às vezes sejam dolorosos ou mesmo letais. Em muitos casos, a língua de uma minoria é usada por uma cultura dominante como marca de diferença social: não só proporciona um modo de discriminação como também oferece um motivo para discriminar. (Tradução nossa)

variantes têm uma certa estabilidade em um determinado contexto sócio-histórico-cultural. A esse evento, normalmente atribui-se a qualidade de bilinguismo. Dentre tantas definições, *“de uma maneira geral, o bilinguismo é a situação linguística na qual os sujeitos locutores são conduzidos a usar alternativamente, segundo o meio ou as situações, duas línguas diferentes. É o caso mais comum de plurilinguismo”* (DUBOIS; GIACOMO; GUESPIN; MARCELLESI; MÉVEL, 1973, p.65).

Se o bilinguismo diz respeito ao indivíduo, notamos que muitas vezes o termo é mal empregado, tomando uma definição muito simplista e generalizada. No que diz respeito ao âmbito social, adotaremos o conceito de diglossia, ou uma *“situação de bilinguismo na qual uma das duas línguas tem status sócio-político inferior”* (DUBOIS; GIACOMO; GUESPIN; MARCELLESI; MÉVEL, 1973, p.155).

A questão do status sociopolítico inferior ou superior é um dos critérios nos quais Lüdi (1989) se baseia para estabelecer um protótipo para a diglossia. Ele considera a diferença de prestígio entre as variedades, podendo ser avaliada do mínimo ao máximo. Os critérios propostos por este autor serão posteriormente abordados.

No início dos anos 60, muitos teóricos buscaram abordar as situações plurilíngues. Charles Ferguson é o pioneiro, com seu artigo sobre a diglossia, sob o prisma da sociolinguística. O autor propõe que

Diglossia is a relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superposed variety, the vehicle of a large and respected body of written literature, either of an earlier period or in another speech community, which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation. (FERGUSON, 1959, p. 325 - 340)²

² Diglossia é uma situação de língua relativamente estável, em que, para além dos dialetos primários da língua (que pode incluir um padrão ou padrões regionais), há uma, altamente codificada (frequentemente gramaticalmente mais complexa) variedade sobreposta muito divergente, o veículo de um corpo grande e

Posteriormente, Fishman (1971) afirma que a diglossia é um fenômeno social, enquanto o bilinguismo é um fenômeno individual. É a partir dessa constatação que ele propõe quatro combinações diferentes:

I) Concomitância de diglossia e bilinguismo quando os membros de uma sociedade diglósica são bilíngues. Ou seja, as variedades por eles utilizadas são categorizadas como dominante e dominada.

II) Bilinguismo sem diglossia. Exemplificando, quando um imigrante conserva sua língua, podendo transferi-la às gerações seguintes, ainda que tenha que aprender a língua do país em que passa a residir.

III) Diglossia sem bilinguismo, no caso em que línguas impostas se tornam oficiais em algum território, mas não necessariamente são dominadas ou utilizadas pelos falantes por falta de acesso.

IV) Nem diglossia, nem bilinguismo, o que aparentemente se restringe à teoria.

Poderíamos citar inúmeros exemplos de territórios em situação de diglossia. Nosso foco será o Marrocos, território no qual o contato linguístico não foi tão amistoso e que, através do panorama oferecido por Fishman (1971), esteve inicialmente situado no terceiro caso, e encontra-se atualmente no primeiro. Trata-se de um país tanto bilíngue quanto diglósico. Para abordar essa situação de diglossia, é inevitável traçar uma perspectiva de sua história. Ora, como entender as questões linguísticas se desvincilhando dos fatos históricos? Por conseguinte, proporemos uma análise da situação de contato linguístico e diglossia entre as línguas neste país considerando também as políticas linguísticas nele adotadas. Evidenciaremos a importância de discutir ambos os

respeitado da literatura escrita, seja de um período anterior ou em outra comunidade de fala, o que é aprendido em grande parte pela educação formal e é usado para fins falados mais escritos e formais, mas não é usado por qualquer setor da comunidade para uma conversa normal. (Tradução nossa)

conceitos acima apresentados, a fim de evitar empregos equivocados e generalizados. Discutiremos também o conceito de francofonia no âmbito do contexto diglótico do Marrocos.

Um panorama histórico-linguístico do Marrocos

Nos relatos da História Ocidental, pouco se fala do Marrocos. Normalmente, o país aparece como coadjuvante na partilha da África, o que permitiu aos países imperialistas envolvidos em tal evento histórico a afirmação de seu desenvolvimento econômico e político assim como a imposição de sua cultura e língua. Poderíamos presumir, então, que a questão da situação de diglossia estaria atrelada a essa imposição, e poderíamos então propor certas conclusões um tanto quanto óbvias. No entanto, seria leviano resumir a história desse país e suas questões linguísticas a tal premissa. E se tomarmos outra perspectiva para contar essa história, menos eurocêntrica, Wesseling (1998, p. 366) afirma que *“A questão marroquina foi o último capítulo na história da partilha da África, porém, mais importante talvez, o primeiro capítulo na história dos fatos que culminaram na Primeira Guerra Mundial.”* Said (2011, p. 302) explica que:

O estudo da relação entre o “Ocidente” e “os outros” culturais por ele dominados não se restringe a uma forma de entender um relacionamento desigual entre interlocutores desiguais, mas constitui também uma porta de acesso para o estudo da formação e do significado das próprias práticas culturais ocidentais. [...] quando departamentos supostamente neutros da cultura, como a literatura e a teoria crítica, convergem para a cultura mais fraca ou subordinada e a interpretam com a ideia de que existem essências imutáveis, europeia e não europeia, com narrativas sobre a posse geográfica e imagens de legitimidade e redenção, a consequência flagrante tem sido dissimular a situação de poder e ocultar até que ponto a experiência da parte mais forte se sobrepõe à da mais fraca, e estranhamente depende dela. (SAID, 2011, p. 302)

Marrocos, ator principal de sua própria história, tem um percurso que antecede partilhas e imposições. Segundo Leclerc (2020, p. xx), *“Os vestígios paleolíticos revelam que a região é habitada*

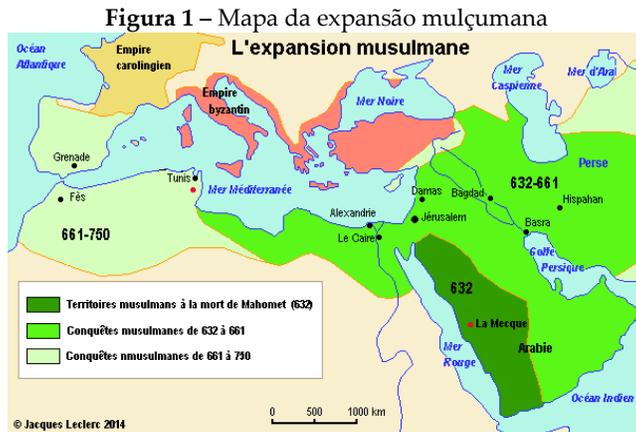
há mais ou menos 10000 anos.” Região, acrescentamos, composta de povos, presume-se, vindos da Europa e da Ásia, que originaram as gerações precedentes aos berberes. Quanto ao líbico, língua desses povos, pouco se sabe, em razão da incipiência de registros escritos nessa língua. Por outro lado, a língua berbere, derivada do líbico, possui registros escritos em documentos antigos, e por isso é reconhecida como a mais antiga desse território.

Dando um salto para a época do império romano, acrescentamos uma informação que é simultaneamente curiosa e valiosa: os romanos tentaram dominar o território, começando pelo litoral e chegando até a fundar algumas cidades. Houve pouca adesão da língua latina, graças à grande resistência dos berberes, embora o latim tenha tido o status de língua administrativa. A curiosidade aqui consiste na pouca discussão sobre o fato de o latim ter sido falado em outros territórios que não o europeu, embora seja de conhecimento geral que o Império Romano buscou se expandir além de seu continente de origem. Quanto à curiosidade, não fosse a resistência dos berberes, poderíamos, já nesse momento, verificar uma situação de diglossia, segundo Ferguson, (1959, p. xx) *“um tipo particular de padronização onde duas variantes de uma língua coexistem numa mesma comunidade, cada uma desempenhando um papel definido”*. Tomando esse conceito e o desenvolvendo, é Fishman (1971) quem o aplica em situações de contato entre línguas. Desta forma, constatamos que essa relação com outras línguas originárias da Europa não é exclusividade do francês, ainda que o processo do contato de línguas tenha sido diferente.

Quanto ao povo berbere, resistência é certamente uma palavra que pode defini-lo. Se eles conseguiram se impor às invasões romanas e ao seu latim, não foi diferente com as invasões vândalas em 429 e a língua germânica que com eles veio. Vale ressaltar que nessa época a peculiaridade que remete a outra situação de diglossia é o fato de o grego ter sido língua administrativa.

A morte do profeta Maomé em 632 foi significativa para toda a região do Magrebe, inclusive para o Marrocos. O Egito, por exemplo, já estava ocupado pelos muçulmanos apenas dez anos após seu

falecimento. Retomando a questão da resistência, foram necessárias oito campanhas militares, cinco anos, mais especificamente, para que os árabes conquistassem o norte da África para o Magrebe. O Marrocos nunca fez parte do Império Otomano, que já havia se apossado inclusive da Argélia, devido à resistência aos turcos. Apesar de os mulçumanos terem se apoderado do Marrocos em 681, pode-se falar em domínio efetivamente a partir de 705 em função de uma desestabilização entre os berberes. Esse domínio, no entanto, deve ser avaliado com um olhar crítico, já que os berberes seguiram resistentes tanto ao que remetia ao árabe quanto ao mulçumano. É importante relatar essa resistência já que ela é responsável por uma revolta mulçumana que reivindicava o fim dos privilégios aos que seriam originários da linhagem de Maomé e, portanto, igualdade, baseada em uma leitura rigorosa do Corão. O recurso da leitura ao livro sagrado será retomado em outro momento futuro na história do país.



Fonte: <http://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/maroc-2Histoire.htm>.

Até o século XVI, apesar de finalmente adeptos ao islamismo, os berberes seguem sustentando sua língua. Muitos eventos tiveram desdobramento nesse espaço de tempo, tal como a fundação da cidade de Fez; a fundação de Marraquexe, antiga capital; o domínio da dinastia dos *Almohades* nas regiões da Argélia, Tunísia, Líbia e até mesmo da Espanha e de Portugal. A propósito,

Espanha e Portugal se disputaram algumas vezes com os povos oriundos da região magrebina. Fez se torna a capital em 1269, após a derrota das forças mulçumanas em solo espanhol. Consequentemente, os berberes arabizados se apropriaram do território marroquino, vitória que não durou muito, pois a Espanha dominou o país com a *Reconquista*. Resultado: a Espanha ficou com a parte mediterrânea enquanto Portugal apossou-se da parte do litoral atlântico.

Apesar do desenvolvimento, tanto na agricultura quanto na construção de monumentos de prestígio, e de ter conhecido o apogeu da dinastia alauita sob o comando de Moulay Ismaïl, o monarca marroquino mais famoso no Ocidente, houve em seguida certas disputas internas e o enfraquecimento do império xerifeano, ou dos descendentes do profeta Maomé. Acrescentamos o fato de que, entre 1878 e 1884, as colheitas também se tornaram escassas e a economia local se baseava na agricultura. O resultado foi um enfraquecimento que propiciou o olhar das potências europeias em direção ao país em busca de novos territórios para sua expansão colonial.

Vale ressaltar que o Marrocos sempre foi objeto de interesse dos europeus, como já mencionamos em relação ao século XV com as questões envolvendo Espanha e Portugal.

E não surpreende que o fossem pois, afinal, Marrocos é a parte da África mais perto da Europa, a distância entre os dois continentes sendo inferior a 15 quilômetros no ponto mais apertado do estreito de Gibraltar. [...] Além disso, o Marrocos tinha um considerável potencial de mineração, o que exercia apelo ainda maior à imaginação, gerando referências ao Marrocos até mesmo como um “Eldorado”, mais uma honra que tinha de dividir com muitas outras regiões da África. (Wesseling 1998, p. 366 e 370)

Apesar disso, o país foi a última parte da África a ser dividida. Argel, capital da Argélia, foi tomada pelos franceses em 1830. Como as fronteiras entre Marrocos e Argélia não eram muito bem delimitadas, a França buscou várias oportunidades de embrenhar-se no território. Apesar de não terem visto tal fato com bons olhos, os marroquinos, dispostos a recuperar Ceuta e Melilla, e diante da

tomada Tetuão pelos espanhóis, se enfraqueceram. Obrigados a pagar indenizações de guerra, despertaram a rivalidade entre os países europeus que queriam se beneficiar da situação.

Embora normalmente a partilha da África tenha se baseado na rivalidade entre França e Inglaterra, no caso do Marrocos, foi diferente. Inglaterra tomou partido da França contra a Alemanha. Aspecto curioso, já que é a inversão de velhos antagonismos. Em 1900, a França já ocupava parte do território, Espanha seguia com o domínio de Ceuta e Melilla, e Inglaterra cedeu a parte que lhe era correspondente em benefício dos franceses. Em 1911, a França fez um acordo com a Alemanha, que lhe delegou controle sobre o território e em 1912 Moulay Hafiz deixou o país sob a tutela francesa após a assinatura de um tratado.

Justamente pela indefinição das fronteiras, a ocupação do Marrocos para a França, além dos interesses comerciais e financeiros, era estratégica. Era uma forma de impedir a ocupação de alguma potência europeia ao lado da Argélia. Essa fronteira testemunhou vários incidentes. Foi assim que Louis Hubert Gonzalve Lyautay foi enviado para o Marrocos, com a missão de apaziguar a área. Conhecido como “Lyautay, o Marroquino”, praticava uma política respeitosa em relação ao país, promovendo um certo igualitarismo, além de falar o árabe. Defendia que a França tinha a obrigação moral de se tornar uma potência muçulmana e a ele se atribui a famosa frase “*Uma língua é um dialeto que possui um exército, uma marinha e uma aeronáutica.*” Talvez ele não tenha percebido o que afirmara, mas ele notavelmente explicitou o poder político de uma língua.

Falamos da resistência dos povos berberes em diversos pontos deste artigo. Nesse momento da história, não teria sido diferente. A chegada dos colonos suscitava uma revolta nacional. Em 11 de setembro de 1914, Lyautay reconhece a representatividade dos berberes na Administração árabe. Em 16 de maio de 1930, é assinado o *dahir berbere*. Em outras palavras, uma adaptação da justiça berbere à realidade colonial e uma tentativa de preservar a

autonomia tradicional desse povo. É importante ressaltar que esse documento não faz nenhuma alusão às questões linguísticas.

Ao crer que os berberes estariam livres das influências árabes e muçulmanas, os colonos deduziram poder influenciá-los por meio da jurisdição e das escolas francesas, assim como introduzi-los à religião cristã. Paul Marty, conforme Leclerc (2020) aponta, vislumbrou que essa assimilação política, linguística e cultural só seria possível através de escolas franco-berberes.

L'école franco-berbère, c'est donc l'école française par l'enseignement et la vie, berbère par les élèves. Donc, pas d'intermédiaire étranger. Tout enseignement de l'arabe, toute intervention du "fquih", toute manifestation islamique seront rigoureusement écartés... En résumé, ces écoles berbères seront autant des organismes de politique française et des instruments de propagande que des centres pédagogiques proprement dits.³ (LECLERC, 2020, p. xx)

No entanto, para que tal plano fosse posto em prática, seria necessário que os berberes adotassem a nacionalidade francesa em detrimento de sua identidade e que os franceses oferecessem a possibilidade de adoção da nacionalidade francesa. Nos dois casos, percebemos uma certa dificuldade de concretização, já que os berberes sempre se mostraram extremamente resistentes ao longo da história e, ao menos nesse momento, essa prática não seria interessante para os franceses. Esse plano também gerou um descontentamento da parte dos árabes, que viam um favorecimento aos berberes se comparados a eles.

À medida que os franceses foram chegando ao país, e esses estando numa situação de domínio, a língua francesa foi sendo introduzida na nova realidade do país. Como os franceses tinham

³ <https://axl.cefan.ulaval.ca/afrique/maroc-2Histoire.htm>

A escola franco-berbere é então a escola francesa pelo ensino e a vida, e berbere, pelos alunos. Logo, sem intermediário estrangeiro. Todo o ensino do árabe, toda a intervenção do "fquih", toda manifestação islâmica, serão rigorosamente descartadas. Resumindo, essas escolas berberes serão mais organismos de política francesa e de instrumentos de propaganda do que centros pedagógicos propriamente ditos. (Tradução nossa)

um poder econômico mais expressivo, eles foram de alguma forma sendo determinantes para o status da língua francesa. Quando os colonos precisavam recorrer à jurisdição, preferiam tribunais franceses. Por outro lado, poucos marroquinos tinham acesso a esse tipo de serviço, sem contar que tanto árabes quanto berberes se opunham à implementação da língua francesa. A língua foi de fato implementada em 1912, mas era pouco acessível. No âmbito da educação, podemos acrescentar que apenas 2% das crianças marroquinas escolarizadas frequentavam a escola francesa em 1935. Evidentemente, houve um esforço por parte das autoridades para que o francês fosse difundido no território, por exemplo, com a instauração do ensino de francês nas escolas das áreas ocupadas pelos colonos. A presença deles significou uma adaptação do cenário linguístico nos comércios, de uma forma geral.

Quanto à independência do Marrocos, alguns fatores foram fundamentais: a França estava envolvida na Segunda Guerra Mundial e teve inclusive uma derrota em 1940, além dos conflitos com a Argélia. A potência europeia vivenciava também conflitos com a Tunísia e acabava de sair da guerra na Indochina. Com a França enfraquecida, e com os olhos menos voltados para o território marroquino, em 3 de março de 1956, no governo de Edgar Faure, foi assinado um tratado de amizade com o país até então dominador, que manteve suas tropas no território até 1963. Em 1957, Mohammed V, que contava com o apreço da população, se proclama rei.

Diante de sua independência, o Marrocos implementou políticas de arabização e da unificação do reinado, em uma tentativa de resgate de sua identidade em detrimento dos traços da colonização que marcaram o país. A ascensão do Islamismo trouxe à tona outra “querela” linguística latente: o status do árabe clássico, o dos livros sagrados; o árabe marroquino e o berbere. Nesse momento, as questões e língua berberes ocuparam uma posição periférica, o que, mais uma vez, despertou descontentamento nesse povo tão resistente na manutenção de sua cultura e língua.

Au Maroc, au cours de la plus grande partie de son règne, Hassan II ignore la question berbère (amazighe) et réprima sévèrement les militants pro-berbères. En 1979, un projet de création d'un Institut national d'études et de recherches amazighes fut officiellement évoqué, mais il ne vit jamais le jour. Mais la politique d'arabisation fut freinée par la réémergence de l'arabe marocain et de la langue berbère. Cette dernière fut d'abord marginalisée par l'arabisation précipitée, puis est devenue avec le temps comme l'une des langues légitimes du peuple marocain. (LECLERC, 2020, p. xx) ⁴

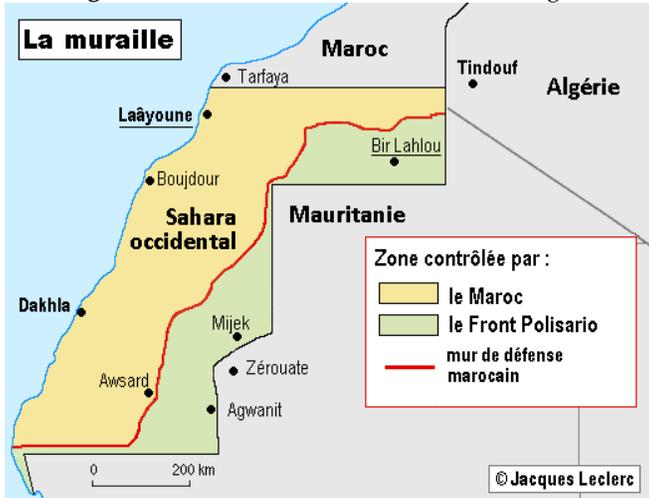
A língua berbere, longe de estar envolvida em conflitos unicamente nas questões internas do país, também foi responsável por abalar as relações diplomáticas entre Marrocos e sua vizinha, a Argélia. Em 1994, o berbere foi finalmente incorporado ao ensino de línguas em todas as escolas primárias marroquinas. Essa medida inflamou a militância berbere argelina, que reclamava que a mesma medida fosse efetivada em seu país.

(...) le Mouvement culturel berbère (MCB) annonça qu'il «boycotterait la prochaine rentrée jusqu'à l'introduction de la langue amazigh dans l'enseignement». Or, l'Algérie ne désirait surtout pas recevoir des leçons de la part du Maroc concernant le statut du berbère, et ce, d'autant plus qu'au même moment les islamistes menaçaient les enseignants et les écoles au risque de compromettre la rentrée des classes en Algérie. (LECLERC, 2020, p. xx) ⁵

⁴ No Marrocos, ao longo da maior parte de seu reino, Hassan II ignorou a questão berbere (amazighe) e reprimiu severamente os militantes pró-berberes. Em 1979, um projeto de criação de um Instituto nacional de estudos e de pesquisas foi oficialmente discutido sem nunca ter saído do papel. Mas a política de arabização foi freada pela reemergência do árabe marroquino e da língua berbere. Esta foi inicialmente marginalizada pela arabização precipitada, e em seguida se tornou com o tempo uma das línguas legítimas do povo marroquino. (Tradução nossa).

⁵ O Movimento cultural berbere (MCB) anunciou que boicotaria a volta às aulas até que a língua amazigh fosse inserida no ensino. Ora, a Argélia não desejava absolutamente receber lições do Marrocos sobre o status do berbere, sobretudo porque, ao mesmo tempo, os islamistas ameaçavam os professores e as escolas, o que poderia comprometer a volta às aulas na Argélia. (Tradução nossa).

Figura 2 – A muralha entre o Marrocos e a Argélia



Fonte: <http://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/maroc-2Histoire.htm>

Consequência: após ataques terroristas de franceses de origem argelina, em 1994, as fronteiras estão fechadas até então. O Marrocos acreditou que o serviço secreto argelino estivesse envolvido na empreitada.

Até os dias de hoje, o Marrocos segue em busca da sua identidade, sempre em construção, em todos os seus pilares. Fouzia Bezankour (2007) diz que

La présence de plusieurs langues en terre marocaine fait de son paysage linguistique le lieu prototypique de langues en contact. [...] Le terrain linguistique marocain apparaît, en cette fin de parcours, comme un véritable chantier de construction-reconstruction identitaire en constante agitation. L'arabe, qui a retrouvé son statut de langue officielle aux lendemains mêmes de l'indépendance, n'a pas cessé depuis de briguer une place de variété haute. Le succès très relatif de l'arabisation et la montée en puissance de l'amazighe fragilisent ses acquis et ravivent le combat identitaire. Dans cette accalmie précaire, le français n'a eu d'autre choix que celui de s'adapter. Un autre usage se crée au Maroc. De langue coloniale imposée et décriée, le français est en train de devenir un idiome approprié se forgeant une identité

nouvelle en harmonie avec les langues locales, elles-mêmes en prise avec la reconstruction identitaire. (BEZANKOUR 2007, p. 45 a 56) ⁶

Em 2010, a primavera árabe, que teve seu início na Tunísia, repercutiu no Marrocos. Feita através das redes sociais, a manifestação, que inicialmente reivindica uma reforma política com valores democráticos, acabou por tocar outras esferas da sociedade marroquina. Dentre os tópicos clamados, citamos a transparência das informações, o fim de privilégios, a consolidação do Estado de direito, a garantia do exercício das liberdades individuais e coletivas, e *“a consagração constitucional da pluralidade e identidade marroquina, no seio da qual figura o berbere, patrimônio comum de todos os marroquinos, sem exclusividade.”* (LECLERC, 2020, p. xx)

Mídia e escola – o duplo papel de difusão e de reflexo do status da língua

Para ilustrar a situação de diglossia, observaremos o status do francês e do berbere na escola e na mídia. Escolhemos esses dois meios, numa seara de possibilidades, porque o primeiro difunde a língua e o segundo tem um duplo papel, de difusão e de reflexo da língua na sociedade.

Como já indicamos no tópico anterior, o berbere, seguindo o que diz Lagares (2018), é uma língua minorizada e não minoritária.

⁶ A presença de várias línguas em terra marroquina faz de sua paisagem linguística o lugar prototípico de línguas em contato. [...] O terreno linguístico marroquino aparece, no final desse percurso, como um verdadeiro canteiro de construção-reconstrução identitária em constante agitação. O árabe, que reencontrou seu status de língua oficial nos dias seguintes à independência, não parou desde então de disputar a posição de variedade alta. O sucesso muito relativo da arabização e a ascensão em poder do amazighe fragilizam suas aquisições e intensificam o combate identitário. Nessa calmia precária, o francês não tem outra escolha a não ser se adaptar. Um outro uso se cria no Marrocos. De língua colonial imposta e insultada, o francês está se tornando um idioma apropriado, forjando-se uma identidade nova e em harmonia com as línguas locais, elas também em reconstrução identitária. (Tradução nossa)

Vide seus 40% de falantes. Ainda que haja uma forte luta de reconhecimento e manutenção desta língua, pouco se avança acerca de seu status.

Em 1995, houve, com a ajuda do Banco Mundial, uma tentativa de projeto que visava implementar o ensino da língua nas escolas. Esse projeto nunca se concretizou, tanto pela alternativa de fazer com que a arabização seja total no ensino quanto pela pouca quantidade de profissionais qualificados para o ensino da língua amazigh. Em 1999, seu ensino tornou-se facultativo, mas com o objetivo de facilitar o ensino do árabe na pré-escola ou no primeiro ciclo. É em 2003 que esse ensino facultativo pode ter uma carga de três horas semanais. O fato é que as forças conservadoras arabizantes e islâmicas seguem impedindo a difusão do berbere.

O IRCAM (Instituto Real da Cultura Amazighe) foi criado em 2011, quando o berbere começou a ter seu reconhecimento oficial. Trata-se de um centro de proteção e difusão da língua e cultura amazigh. Um pesquisador do centro pedagógico e didático do IRCAM, Khalafi Abdeslam, afirmou que *“considerando o ritmo atual do ensino de amazigh de 1,5%, serão necessários ainda 70 anos para generalizar a língua amazighe ao menos no ensino primário.”* As razões são várias: o fato de a língua se restringir ao ensino facultativo e não ultrapassar o primeiro ciclo, falta de profissionais qualificados para o ensino e de manuais, a própria resistência das escolas, que normalmente têm diretores arabofones. Ainda a fragmentação de alfabetos que são aprendidos se tornaria um obstáculo para a inserção do alfabeto tfinagh e, sobretudo, o descaso e desinteresse políticos em torno da língua.

Por um lado, quanto às mídias, sabe-se que, no Marrocos, apesar da liberdade de imprensa, existe uma autocensura da parte dos próprios jornalistas. No que tange aos jornais, onze são publicados em berbere, dos quais dois ou três têm de fato uma certa regularidade. Já na rádio, o berbere não é difundido senão durante algumas horas e as músicas nessa língua são emitidas em alusão ao folclore dos anos 50. Acerca da televisão, apenas dez minutos são

destinados à língua e repartidos entre suas variantes, o tachelhit, le tamazight et le tarifit.

Figura 3 – Placas marroquinas



Fonte: J. N' Demenye – Obra do próprio

Por outro lado, a língua francesa, língua administrativa, é ensinada obrigatoriamente em todas as escolas. Segundo o site da OIF (Organização Internacional da Francofonia), em 2010, 32 % da população seria francófona. Apesar de ter o status de língua estrangeira, seu ensino toca todas as esferas da educação. Como vimos anteriormente, o francês começou a ser ensinado no século XIX. Após sua independência, para facilitar seu crescimento econômico e para estreitar seus laços com a Europa, o francês foi mantido até os dias de hoje. E há um grande incentivo de capacitação de profissionais para o ensino da língua.

Mesmo nas mídias, o francês se faz presente. De acordo com o site *Challenges.fr*, no dia 17 de abril de 2012, o ministro Mustapha El Khalfi afirmou que “a língua francesa se manterá com uma porcentagem de 20 a 25% nos programas de televisão 2M.” Vale ressaltar que 2M é o segundo canal semi-público do país. Com uma

população onde as taxas de analfabetismo são elevadas, estar presente nas mídias orais é extremamente significativo.

Nos jornais, também o francês se faz presente. Podemos citar o exemplo do quotidiano em língua francesa *Le Matin du Sahara et du Maghreb*, ou *Le matin*. A situação da língua francesa não é diferente na rádio. Algumas estações fazem a difusão de programas em árabe e em francês, como a rádio *Medi1 radio*.

O status da língua francesa no Marrocos é devido também às políticas linguísticas associadas à Francofonia. No site OIF temos acesso a objetivos e missões que assegurariam benefícios, sobretudo no âmbito social, aos ex-colonizados. Eles propagam também uma defesa da diversidade linguística no mundo. Eles afirmam que:

La Francophonie a, dès l'origine, reconnu et souhaité valoriser cette diversité comme une richesse développant de nombreux programmes favorables aux langues nationales désignées comme « partenaires » du français et à leur expression culturelle. [...] la Francophonie perçoit la présence et la vitalité des autres langues de communication internationale comme un facteur favorable et nécessaire à la diversité linguistique. [...] C'est dans le cadre de sa mission de promotion de la diversité linguistique et culturelle, que l'OIF a donc opéré un élargissement du périmètre d'intervention du programme consacré aux politiques culturelles, en y intégrant un volet sur les politiques linguistiques ; de façon à pouvoir accompagner les pays qui le désirent dans la définition d'une gouvernance et d'une politique linguistiques spécifiques aux situations sociolinguistiques et aux politiques de développement qui leur sont propres.⁷

⁷ <http://observatoire.francophonie.org/diversite-linguistique/>

A Francofonia reconheceu e quis valorizar, desde o início, essa diversidade como uma riqueza, desenvolvendo vários programas favoráveis às línguas nacionais designadas como parceiras do francês e favoráveis também às suas expressões culturais. [...] A Francofonia vê a presença e a vitalidade de outras línguas de comunicação internacional como um fator favorável e necessário para a diversidade linguística. [...] É no quadro da sua missão de promoção da diversidade linguística e cultural que o OIF operou então um alargamento do perímetro de intervenção do programa dedicado às políticas culturais e integrando a elas um componente sobre as políticas linguísticas; de forma a poder acompanhar os países que desejam na definição de uma administração e de uma política linguística específicas às situações sociolinguísticas e às políticas de desenvolvimento que lhes são próprias.

Ou seja, o francês, apesar da tentativa do apagamento dos traços coloniais, segue presente em vários domínios da sociedade, especialmente na escola e nas mídias, como mostramos neste tópico. A possibilidade de crescimento econômico associado à língua, juntamente com as políticas adotadas pela OIF, sustentam sua vida no território. A situação é diferente no caso do berbere, que, apesar de ser língua nacional e de compor o patrimônio do país, tem um status inferior justamente por estar associado a uma imagem desprestigiada. Compartilhamos com Lagares (2018) a ideia de que é uma injustiça comparar uma língua que tem investimentos e proteção política a outra que é vista como desqualificada.

O status das línguas

Podemos observar que o Marrocos é um país onde o contato de línguas foi e é constante. Evidentemente que essa característica não lhe é exclusiva. Ora, retomando o que foi exposto na introdução deste artigo, confirma-se a natureza do contato de línguas por si só. Desde o líbico até o berbere, com a presença das línguas latina e grega, a breve presença da língua germânica, a introdução do árabe, a manifestação do espanhol e do inglês, a imposição da língua francesa, e a atual situação de diglossia, ou ainda, poliglossia (Lüdi, 1989) entre o árabe clássico, o árabe moderno, o berbere e o francês; todas elas são manifestações de algum tipo de interação entre grupos ou indivíduos.

A riqueza de variantes linguísticas no território é inegável, desde o passado até os dias de hoje. Apesar do vasto leque de análises que o país nos oferece, neste artigo, contemplaremos a diglossia entre o berbere, em razão de sua resistência ao longo dos anos, e o francês, que, apesar da independência do país, se mantém vivo. Tão vivo que *“esse afrancesamento persegue o marroquino até o túmulo, pois até as autorizações de enterro são redigidas em língua estrangeira”* (CALVET, 2007, p.150).

Ferguson (1959) aponta que a diglossia é a frequência do uso de duas variantes coexistindo em uma comunidade, cada uma com

um papel definido. Uma delas seria a variedade *high*, alta, portanto, “superior” a outra variedade, *low* ou baixa. A alta estaria associada à academia, às mídias e aos discursos adotados nas igrejas e mesquitas. Ela é a forma padronizada. A variedade baixa, por sua vez, seria utilizada em situações informais da vida quotidiana e por classes menos favorecidas. Hudson (1980) exemplifica bem essa situação linguística quando ele diz que a variedade “dominada” é a que é aprendida no seio da família, uma espécie de árabe vernacular; e que a dominante é aquela que é difundida pela escola, como o árabe *standard*.

Ainda sobre o conceito de diglossia, Lüdi (1989) aponta que as variedades compreendidas não pertencem ao mesmo sistema linguístico, mas a línguas diversas. Ele considera o uso e a função de duas ou mais variações (poliglossia) no interior de um grupo social restrito e que a variedade padrão da língua é utilizada por uma minoria em função do acesso a ela. Em outras palavras, a distribuição complementar de uso e função não respeitaria o esquema de variedade *H versus* variedade *L*.

Para definir diglossia ou poliglossia, Lüdi (1989) indica que se trata de um espaço conceitual constituído de um conjunto de dimensões nos quais a diferença situacional concreta pode se colocar em pontos diversos. Tal espaço variacional se baseia nas seguintes dimensões que formam a sua volta múltiplos formatos de variação:

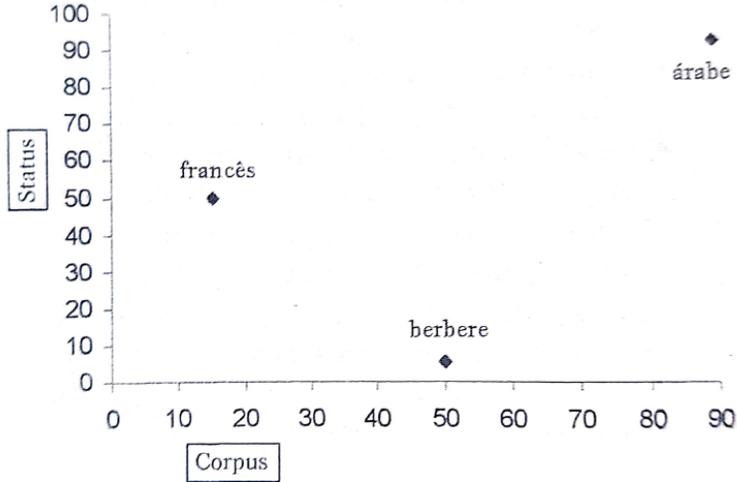
- 1) A distância linguística, que considera as variações sociais, regionais ou estilísticas de uma língua sem parentesco.
- 2) A tipologia da comunidade, que é definida em:
 - Extensão geográfica, que vai do grau mínimo local ao máximo;
 - Estrutura interna, ou o tipo de interseção entre o locutor das duas variedades e bilinguismo generalizado;
 - Extensão da diglossia, que vai do âmbito individual e familiar ao âmbito social.
- 3) A complementação funcional no uso da variedade segundo:

- O grau de suposição de funcionamento, que vai do mínimo ao máximo;
 - O grau de rigidez da repartição funcional, que varia do mínimo ao máximo;
 - O grau de estabilidade da repartição funcional, que também oscila do mínimo ao máximo,
- 4) A standardização definida em três tipos de variação:
- O grau de elaboração da variedade ou a possibilidade, que vai da mínima à máxima, de utilização em todo âmbito da vida moderna;
 - O desenvolvimento de uma forma escrita;
 - A instituição de uma forma prescritiva.
- 5) O tipo de aquisição da variedade, podendo ser institucional ou natural;
- 6) Diferença de prestígio, variando também entre a mínima e a máxima.

Logo, através desses critérios, podemos traçar como situações diglósicas a relação entre o árabe e o amazigh e entre o árabe e o francês. No primeiro caso, o amazigh tem um status de língua vernacular limitada, enquanto o árabe é tido como língua veicular. Quanto à segunda situação, apesar da tentativa de arabização baseada em políticas linguísticas, o francês manteve-se forte na educação, na administração, na economia e na política.

No caso marroquino, as línguas se distinguem pela história, pela distribuição geográfica, pela tipologia da língua e pelas funções sociolinguísticas que elas desempenham. Assim, seguindo os critérios supracitados, poderíamos propor o seguinte gráfico, sugerido por Calvet (2007), ressaltando que o *status* de uma língua não necessariamente é proporcional ao seu *corpus*. Sobre a situação no Marrocos, o autor, através deste documento, explicita que o árabe se enquadraria na situação de proporcionalidade, diferentemente do francês, que possui um status maior do que o seu corpus; e do próprio berbere, que se encontra em situação inversa ao francês.

Figura 4 - Gráfico – as línguas no Marrocos



As línguas do Marrocos

Fonte: As políticas linguísticas - Calvet (2007, 52)

A escala de *status* e *corpus* no gráfico do Calvet (2007) se refere a Chaudenson (1991) que definia *status* como oficialidade e funcionalidade (em primeiro lugar nos domínios oficiais e públicos), e *corpus* como uso (medido pela produção linguística realizada) e competência dos falantes.

As dimensões do *status*, ao qual é atribuído um valor numérico (no máximo 107 pontos, cf. CHAUDENSON 1991, 36-37), são:

- oficialidade (máx. 12 pontos);
- usos 'institucionalizados' (20);
- educação (30);
- meios de comunicação de massa (25);
- setor secundário e terciário privada (20).

As dimensões do *corpus* são:

- apropriação linguística;
- vernacularidade/vernacularização versus veicularidade/veicularização (como língua oficial, apud VALDMAN 1979) os tipos de competência;

- produção e exposição linguísticas.⁸

Calvet adota as dimensões do *status* do Chaudenson (“grau de reconhecimento, isto é, o grau de oficialidade da língua” (CALVET, 2007, p. 51) e simplifica as dimensões do *corpus* à porcentagem dos falantes de cada língua (“grau de uso, isto é, a porcentagem de falantes no país” (CALVET, 2007, p. 51).

Em sua abordagem ecolinguística, tal como o gráfico indica, Calvet (1999) situa o francês no estrato do status central; o árabe, no estrato superior; e o amazigh estaria na periferia do modelo de língua local. O último está reservado ao âmbito informal ou familiar de integrantes de um mesmo grupo. Já o árabe clássico não pode ser considerado como língua materna de nenhum marroquino e não é contemplada em situações informais de uso, mas configura um símbolo de resistência diante da língua francesa que, por sua vez, desde a independência, tem um status privilegiado como primeira língua estrangeira no país, seguindo presente no sistema educacional, administrativo, político, econômico e nos meios de comunicação. Nas dimensões do corpus (porcentagem dos falantes), o árabe é falado por quase todos, o amazigh pela metade da população e o francês apenas por uma porcentagem de 10 até 20.

Quanto à escolha lexical, concordamos com a observação que

Employer la variété H signifie occuper une position de force ; choisir L connote un manque de prestige, une position socialement inférieure. Par conséquent, la relation entre H et L est étroitement liée à des conflits sociaux éventuels. (Lüdi e Py, 1986, p. 21).⁹

⁸ As dimensões do Calvet (2007, 50) apud Chaudenson 1991, 36-43). As dimensões do *status* correspondem às dimensões 3, 4 e 5, as dimensões do *corpus* à dimensão 2 (e parcialmente 3) do Lüdi (1989).

⁹ empregar a variedade H significa ocupar uma posição de força; escolher L conota uma falta de prestígio, uma posição socialmente inferior. Consequentemente, a relação entre H e L está estreitamente ligada a eventuais conflitos sociais.” (Tradução nossa.)

A depender da perspectiva, o conceito diglössico pode acarretar uma conotação de superioridade e inferioridade social entre línguas, apesar de Haas (2002) apontar sobre o fenômeno que ele não é unicamente baseado nas questões relacionadas à repartição funcional, tampouco na proximidade linguística das variedades em presença, mas também no fato de que nenhum segmento da comunidade usa a variante H em situações comuns. Ele assinala que nenhum falante manifestaria motivação ao assimilar a variedade H como modo de comunicação quotidiana, pois, na sociedade, ninguém empregaria o modelo de prestígio, restrito às funções formais. Ele identifica seis condições, diversas e convergentes, para a manutenção de uma diglossia não conflituosa, desigual e opressiva: ideológica, educativa, cultural, econômica e linguística, à qual ele acrescenta a presença de diversos dialetos. Não concordamos com essa premissa, pois cremos que toda língua é senhora de si, e que a comparação é injusta. Em termos de uso, talvez a variedade vista como L seja mais difundida, portanto a que abrange um maior número de falantes, já que, infelizmente, não são todos que têm acesso à escola e, conseqüentemente, à variedade H.

Chegamos então ao conceito de *língua minoritária*. O berbere seria visto dessa forma, mas segundo Lagares (2018)

Ser minoria não é uma questão numérica. As minorias existem sempre em relação a uma posição hegemônica dada. Por isso, prefiro falar em línguas em situação minoritária ou, simplesmente, línguas minorizadas, para me referir aos idiomas que não dispõem dos equipamentos a serviço das línguas hegemônicas; ou bem às situações em que uma língua se encontra à margem das estruturas de poder. (LAGARES, 2018, p. 121)

Em outras palavras, é difícil atribuir qualidades a uma variedade ou outra nessa perspectiva, pois elas não se encontram no mesmo contexto. Dizer que uma é superior diante da outra é negar a existência das políticas linguísticas que se apresentam implícita ou explicitamente e que refletem a diferença de poder entre elas. O status e o prestígio das línguas são questões políticas que instauram e conservam hierarquias (SEVERO, 2013).

Mesmo que as políticas linguísticas desfavoreçam o berbere, ele representa 40% dos falantes da língua no país, dos quais 9,3% o teriam como primeira língua (LECLERC, 2020). De fato, o árabe clássico ocupa uma posição importante na sociedade, mas é inegável a presença do berbere. Assim sendo, seria inevitável o olhar das instituições de poder em torno das questões berberes. O berbere se instituiu como patrimônio árabe. Ainda que o árabe seja predominante, segundo Leclerc (2020), ainda, *“os berberes se apoiam sobre uma política de pragmatismo e coabitação linguística do árabe e do francês, mas a arabização, é uma faca de dois gumes, pois ela se aproveita sempre do berbere.”* Ou seja, o berbere é uma língua minorizada e não minoritária, pois seu uso vai além de seu status.

Ainda que a arabização tenha sido um projeto de retomada da identidade marroquina para apagar os traços coloniais deixados, *“a arabização consiste em tornar o árabe aquilo que ele não é”* (CALVET, 2007). Queremos dizer que o árabe nunca foi uma língua estendida nacionalmente, não fossem as políticas linguísticas para implementá-la. Trata-se efetivamente de uma arabização e não de uma rearabização. Além das dificuldades que o berbere encontra em relação ao árabe, existe ainda uma resistência de adesão das instituições nacionais, apesar da adesão dos falantes e da sua resistência ao longo dos anos.

Os defensores nacionalistas berberes seguem lutando para que a língua tenha um status próximo do árabe. No entanto, dificilmente isso aconteceria, ao menos em um futuro próximo, já que a língua é vista como desvalorizada e como motivo de descrédito social. É por isso que o reconhecimento do amazigh como língua oficial é uma grande vitória, ainda que exista uma hierarquia entre o berbere e o árabe (LECLERC, 2020). Para que o berbere tenha então um status próximo do árabe, como Leclerc indica, é necessário que ele se faça presente em todos os âmbitos da vida pública. Em outros termos:

I) O árabe e o amazigh devem ser ambos língua oficial do reino;

II) O alfabeto tifinagh deve ser reconhecido, enquanto o tachelhit, o tarifit e o tamazight são variedades regionais da língua berbere, ou amazigh;

III) O amazigh deve ser integrado gradualmente ao ensino no Marrocos, durante um período de não mais de 5 anos. O ensino deve englobar todos os níveis do sistema de educação, do primário à universidade;

IV) O amazigh deve ser inserido também nas esferas de administração pública, ou seja, nas municipalidades, nos partidos políticos, nos sindicatos, nas organizações profissionais etc. O objetivo é que a língua toque todos os cidadãos;

V) O sistema judiciário também deve ser contemplado. Todo cidadão deveria ter a escolha de sua língua diante de um tribunal, sem que fosse necessário recorrer a intérpretes;

VI) A esfera privada também deve assimilá-lo, sobretudo quando se dirigirem oralmente ou por escrito à população através de documentos oficiais, formulários, avisos, anúncios e publicidade;

VII) Cartazes públicos, placas, indicações no trânsito também deveriam incluir o berbere;

VIII) Mídias escritas e eletrônicas devem responder às necessidades de comunicação e lazer dos locutores berberófonos;

IX) Finalmente, a legislação deve anular qualquer medida que seja contrária ao emprego do amazigh.

Ressaltamos que a língua berbere é denominada *amazigh* quando se trata do berbere standard. Curiosamente, a palavra berbere tem a origem inspirada da palavra “bárbaro”, que é composta de um sentido pejorativo. Existe uma tendência de diminuição do emprego das línguas beberes nas grandes cidades. Apenas no meio rural, o berbere é contemplado também na parte administrativa quando os empregados são berberófonos. De toda forma, o berbere tem um uso exclusivamente oral e todos os marroquinhos escrevem ou em árabe clássico ou em francês.

Em relação ao francês padrão e ao árabe francês, o berbere seria a variedade L, já que a língua francesa e a árabe, variedades

H, são beneficiadas em vários âmbitos da sociedade marroquina, especialmente nos meios administrativos e da economia. O Marrocos é um estado parcialmente de língua francesa; língua que é estrangeira. Pode-se dizer que, no Marrocos, existe um francês que é “rudimentar” (LECLERC, 2020), com funções práticas e limitadas aos que são pouco alfabetizados e que precisam se comunicar em situações que sugerem o contato com francófonos, sobretudo no turismo.

A questão é: como uma língua estrangeira pode alcançar esse status diante de uma língua nacional e resistente? Ora, muito está associado à representação do francês. Desde que implementada, a língua francesa foi rapidamente inserida ao ensino escolar, ainda que para os filhos dos colonos franceses, em um primeiro momento. Desde então, apesar das políticas de arabização, ela se manteve até os dias de hoje. O curioso é que o francês está em uma posição completamente inversa ao berbere, não só no que tange ao status, mas também na quantidade de locutores, sendo o berbere numericamente mais representado que a língua de Molière.

Considerações finais

Após uma breve introdução em que buscamos elucidar a questão do contato de línguas sobre o prisma da sociolinguística, já indicar a diferença entre os conceitos de bilinguismo e diglossia, discorrer sobre a história do Marrocos até o momento de sua independência, avaliar o panorama linguístico do país desde então até os dias de hoje, analisar o status das línguas em meios de difusão e o papel da francofonia, nos questionamos: sobre a situação de diglossia no Marrocos, a língua atravessa a história ou a história atravessa a língua? O verbo atravessar, nesse contexto, traz à luz o cruzamento, ao longo do processo histórico, entre a propagação das políticas linguísticas e a capacidade funcional dos sistemas linguísticos.

A pergunta inicial pode se apresentar como um dilema irresolúvel. Em um primeiro momento, pode ser o tipo de pergunta

“armadilha”. No entanto, com a análise proposta neste artigo, a resposta se evidencia: língua e história se atravessam sempre, já que ambas são indissociáveis. Em casos de países colonizados, como o analisado, a história colonial torna-se um dos fatores determinantes para o status funcional das línguas e às políticas linguísticas cabem a função de instrumentos da dominação.

Se o Marrocos contou e conta com os panoramas linguísticos que o constituem, isso se dá em razão de sua história, que é construída com a interação de indivíduos e grupos. Uma história que tem suas bases também nas questões linguísticas. Aliás, língua é história. Ela reflete muito sobre a sociedade e tudo que lhe diz respeito.

O que percebemos é que o contato de línguas pode ter várias consequências, inclusive promover o convívio de duas ou mais línguas em um território. Cada uma desempenha um papel e tem, conseqüentemente, um status a depender dele. No caso do Marrocos, dentre as quatro línguas principais do território, destacamos o berbere e o francês. Notamos que o francês, apesar de ser língua estrangeira e ter menos falantes que o berbere, ocupa a posição da variedade *H*. E considerando que o berbere seria a variedade *L*, teoricamente poderíamos designá-lo como língua minoritária, mas preferimos a classificação de Lagares (2018), que lhe atribui a característica de minorizada. Aliás, assim tem sido há muito tempo na história do país. Então percebemos o quanto essa língua nos ensina no quesito “resistência”, pois sobrevive apesar da falta de apoio político e da quase exclusão dos meios de difusão da língua.

Referências

BENZAKOUR, F. *Langue française et langues locales en terre marocaine : rapports de force et reconstructions identitaires*. Hérodote 2007/3, no 126, p. 45 a 56, 2007.

CALVET, L-J. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris : Éditions Plon, p. 16, 1999.

- CALVET, L-J. *As políticas linguísticas*. Prefácio Gilvan Müller de Oliveira, tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno – São Paulo: Parábola: IPOL, 2007.
- CHAUDENSON, R. Les représentations de l'espace francophone vers une grille d'analyse des situations linguistiques. In: Chaudenson, R. (dir.): *La Francophonie : représentations, réalités, perspectives*. Paris: Didier Érudition, 1991.
- DUBOIS, J., GIACOMO, M., GUESPIN, L., MARCELLESI, C., MARCELLESI, J-B., MÉVEL, J-P. *Dictionnaire de Linguistique*, Paris : Librairie Larousse, 1973.
- FERGUSON, Ch. A. *Diglossia*. In: *Word* 15: 325-340, 1959.
- FISHMAN, J. A. *Bilingualism With and Without Diglossia, Diglossia With and Without Bilingualism*. *Journal of Social Issues*, n. 23, p. 29 -38, 1967.
- FISHMAN, J. *Sociolinguistique*, Paris, Bruxelles, Nathan, Labor, 1971.
- LAGARES, X. C. *Qual política linguística? : desafios contemporâneos / São Paulo : Parábola*, 2018.
- LECLERC, J. dans *L'aménagement linguistique dans le monde*, Québec CEFAN, Université Laval, 17 octobre 2018, [<http://www.axl.cefan.ulaval.ca/>] , 2020.
- LÜDI, G. *Situations diglossiques en Catalogne*. In: HOLTUS, Günther, LÜDI, Georges, METZELTIN, Michael (eds.): *La Corona de Aragón y las lenguas románicas. Miscelánea de homenaje para Germán Colón. La Corona d'Aragó i les llengües romàniques. Miscel·lània d'homenatge per a Germà Colón*. Tübingen: 237-265, 1989.
- MUFWENE, S. S. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SAID, E. W. *Cultura e imperialismo*; tradução Denise Bottman. – 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SEVERO, C. G. *Política(s) Linguística(s) e questões de poder*. *Alfa*, São Paulo, 57 (2): 451-473, 2013
- THOMASON, S. *Language contact: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.
- VALDMAN, A. (ed.): *Le français hors de France*. Paris: Champion, 1979.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880 – 1914)*
/ Tradução de Celina Brandt; supervisão técnica de José Murilo de
Carvalho. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.

**KRISTANG:
ORIGENS, VITALIDADE E REVITALIZAÇÃO DE
UM CRIOULO PORTUGUÊS NA ÁSIA**

*KRISTANG:
ORIGINS, VITALITY AND REVITALIZATION OF A
PORTUGUESE-BASED CREOLE IN ASIA*

Juan Rodrigues da Cruz¹

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo apresentar a situação da língua kristang, em relação à sua origem, vitalidade e manutenção, além de questões ligadas à sua revitalização na contemporaneidade. Temos como objetivo secundário confeccionar uma fonte de leitura sobre o assunto, a partir do levantamento, da análise e da organização sistemática de informações sobre o tema em questão. Nossa pesquisa é dividida em seis seções, cada uma com um foco próprio. A primeira traça um panorama da história recente da Malásia e da região de Malaca, considerada aquela onde há maior ocorrência dessa língua na contemporaneidade. Posteriormente, há uma análise da língua quanto às suas funções de uso, baseando-nos em Lagares (2018), em documentos legislativos oficiais do governo malaio, em dados de órgãos internacionalmente conhecidos como a UNESCO (2010) e na plataforma online Ethnologue (2020). A partir daí, obtendo informações sobre a vitalidade do kristang, traçaremos comentários sobre o conceito de revitalização linguística, focando em Crystal (2000) para justificarmos o porquê de devermos proteger línguas

¹ Licenciado em Letras-Português/Inglês pela Universidade Veiga de Almeida e especialista em Língua Portuguesa (com foco em História da Língua Portuguesa) pelo Liceu Literário Português. À época da escritura do trabalho, é mestrando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa de História, Política e Contato Linguístico. É Secretário do CiFEFIL - Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Contato: juanrodrigues@id.uff.br.

que correm risco de morte/extinção e, então, aplicando as informações coletadas ao caso específico do kristang, além de indagarmos sobre a importância de termos essa atitude. Por último, há uma seção de considerações finais na qual traçamos comentários críticos sobre tudo o que discutimos ao longo do trabalho, de forma sucinta.

Palavras-chave: Línguas crioulas. Base portuguesa. Kristang. Vitalidade e revitalização.

Abstract

This article has, as a key objective, present the status of the Kristang language, regarding its historic formation and its vitality and maintenance, along with issues related to efforts directed at its revitalization in the modern times. Our second objective is forming a source of knowledge and information on the theme, starting with the systematic gathering, critical analysis and organization of information regarding the aforementioned language. Our work is divided into six parts, each with a given emphasis. We start with a detailed explanation of the historical backgrounds of Malaysia and Malacca, regions with the biggest occurrence of said language in society nowadays. We proceed to an analysis of Kristang regarding its functions, based on Lagares (2018) and treaties arranged by international institutions, like UNESCO (2010) and the Ethnologue online platform. There's also a brief interpretation of official Malay legislation. Then, as we gather info regarding the vitality of Kristang, we will make comments towards the concept of language revitalization, giving emphasis to Crystal (2000) as to justify why it is important to protect languages on the verge of death or extinction, applying said data to the case of Kristang. Ending our research, there will be a section with critical comments regarding all that has been discussed throughout our paper, in a concise way.

Keywords: Creole languages. Portuguese base. Kristang. Vitality and revitalization.

História interna e externa do kristang

Keng teng fortuna fichah na Malaka / Nang kereh partih bai otru tera. Estes são os dois primeiros versos do Poema de Malaca², pequena obra em duas estrofes, de cunho ufanista de autor e ano de publicação original desconhecidos, escrita em kristang³. Surpreendentemente, podemos lê-los e entendê-los praticamente sem qualquer grande impedimento, considerando que as palavras se assemelham bastante às que conhecemos e utilizamos cotidianamente em conversas no português brasileiro contemporâneo. Isso acontece porque o kristang, língua minoritária falada na Malásia, é o que, em linguística, chamamos de *crioulo*, ou seja, língua cujo desenvolvimento é resultado do contato entre outras. Nesse caso específico, do português com o malaio.

O texto foi escrito em dedicatória à Malaca (em malaio: *Melaka*), cidade no sul da Malásia, país que conforme dados oficiais⁴ tem aproximadamente 32,8 milhões de habitantes (em estatísticas de janeiro de 2021), localizado no Sudeste Asiático, cuja geografia é interessante, visto que seu território é dividido em duas partes: uma continental (a chamada Malásia Peninsular), a qual faz fronteira somente com a Tailândia, além de fronteiras marítimas com Singapura, Vietnã e Indonésia, e a outra, a Malásia Insular, localizada na ilha de Bornéu, a terceira maior do mundo e a maior

² O texto completo, bem como traduções para algumas outras línguas, pode ser encontrado em <https://lyricstranslate.com/en/kristang-folk-poem-malacca-lyrics.html>. Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos usuários da plataforma por divulgar o kristang e possibilitar seu entendimento a um maior número de pessoas através de suas traduções.

³ Convém mencionar que há outros nomes usados para referirmo-nos a essa língua. Entre eles, podemos destacar: Papia kristang, Português de Malaca, Malaquenho, Malaquês e Malaio-Português. Há também a forma Bahasa Serani. Há de se mencionar que há também a grafia Cristang, com ‘c’. Segundo Costa (2020), kristang (com ‘k’) é a denominação mais popular e, por esse motivo, a usaremos ao longo do trabalho.

⁴ Fonte: <https://www.dosm.gov.my/v1/> (em inglês). Acesso em 22 de janeiro de 2021.

da Ásia, fazendo fronteira terrestre com Brunei e Indonésia, além de fronteiras pelo mar com as Filipinas e o Vietnã.

Geograficamente, Malaca, capital do estado malaio de mesmo nome, é uma região bem localizada, algo revelado no mapa que trazemos na figura 1, por encontrar-se próxima à confluência de dois oceanos (Pacífico e Índico), o que permite acesso a várias regiões através de curtos deslocamentos, como a Indonésia ao Sul, a Tailândia ao Norte e a Índia a Noroeste. Essa localização contribuiu para que a região fosse visada para fins de comércio e tráfego de especiarias no século XVI, no apogeu da expansão marítima europeia.

Figura 1 – Localização da Malásia no Sudeste Asiático, com a sinalização da posição geográfica aproximada de Malaca.



Fonte: IBGE⁵ (adaptado)

⁵ A imagem original, com o mapa do mundo inteiro, está disponível em https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_planisferio_politico_a3.pdf. Acesso em 30 de julho de 2020. Demos foco, na imagem, somente à região que representa nossa pesquisa.

A região goza de amplo prestígio histórico e cultural. Essa localização foi o centro do Sultanato de Malaca, que, para Hooker (2003, p. 6), foi um ponto decisivo para a dispersão do islamismo, além de ser um ponto cultural e de ter se tornado um modelo de administração pública e de trocas comerciais. De forma resumida, Malaca, para a autora, passava a impressão, por fim, de ser o coração político, cultural e comercial do arquipélago inteiro. Entendemos um pouco desse valor por causa de um documento de valor histórico inestimável que teria sido escrito na região: os Anais malaios (*Sejarah Melayu*)⁶, de autoria desconhecida, presumidamente datado do século XV. Os *anais* nos ajudam a entender mais sobre a formação do país e o seu contexto sócio-histórico, apresentando uma visão romantizada acerca dos fatos em torno da origem, evolução e ruína do Sultanato.

No século XVI, um fato decisivo contribuiu para que a história mudasse. Conforme Cleary e Chuan (2000, p. 88), Portugal chegou à região em 1511, com a intenção de monopolizar o comércio e obter lucro a partir da taxação dos navios que porventura passassem por ali, e a organização e a tecnologia de suas forças navais foram determinantes para que as ações portuguesas lograssem êxito e desenvolvessem rápidas conquistas na área, apesar de sua relativa limitação em questões de extensão territorial. O conflito que terminou com a conquista foi de certa forma injusto: os nativos malaios não tinham armamento na mesma qualidade que os portugueses. A presença portuguesa representou a queda do Sultanato e a fuga do último sultão, Mahmud Shah. Uma contribuição dos tempos de controle português sobre a área, atualmente, é um ponto turístico: a Fortaleza de Malaca, também conhecida como A Famosa.

⁶ O texto inteiro, no alfabeto jawi, um dos usados pela língua malaia, pode ser encontrado em <https://www.wdl.org/pt/item/14286/>. Seu valor é tão grande que a obra consta atualmente no Registro da Memória do Mundo, iniciativa da UNESCO que tem como objetivo perpetuar obras e documentos de importância histórica.

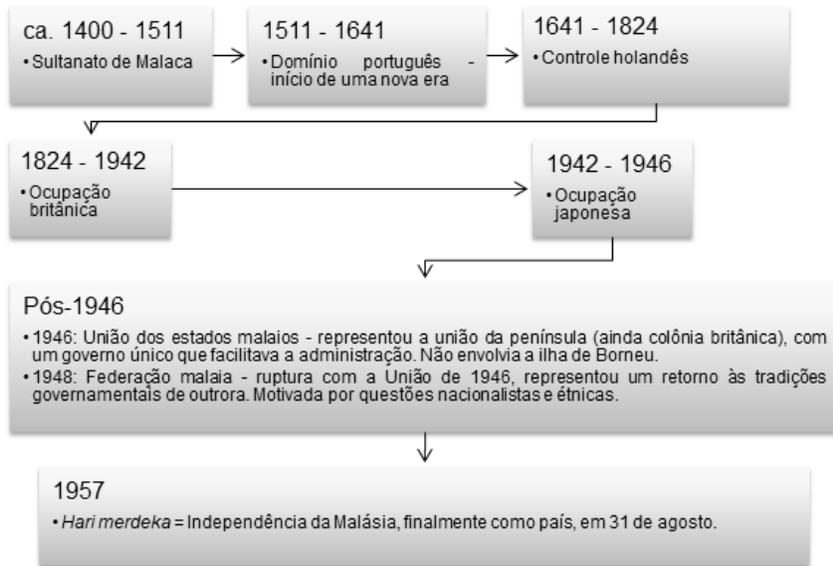
O controle lusitano na região durou cerca de 130 anos, até que, em 1641, houve uma tomada por parte da Holanda, cujas intenções correspondiam às dos portugueses. Seu domínio durou quase duzentos anos, e depois vieram tropas inglesas e japonesas. A partir daí, outros fatos sucederam, os quais não detalharemos tanto, considerando que o kristang surgiu do contato entre o malaio nativo local e o português, não da língua dos demais colonizadores, por mais que elas tenham deixado suas contribuições próprias. Apenas a título de informação, na figura 2, fazemos uma resumida apresentação dos principais momentos históricos do estado e do país. Essas sucessivas tomadas e administrações tornaram a área um verdadeiro caldeirão cultural na Ásia. A Malásia, por fim, só se tornou um país independente em 1957. Atualmente, o país tem um IDH muito alto, 0,804, o que o coloca na 61ª posição, à frente inclusive do Brasil (IDH 0,761), em dados de 2019 da ONU⁷, fato que revela a importância e o crescimento da Malásia ao longo do tempo e mostra como esse Estado tem, progressivamente, se consolidado como uma potência mundial.

Há de se destacar que a presença desses diversos povos fez com que a região de Malaca sofresse modificações extremas em sua estruturação e em suas construções públicas, se destacando em relação a outras localidades malaias, o que se comprova quando percebemos a presença, na contemporaneidade, de atrações turísticas, residências de alto padrão e instalações hoteleiras na região, diferentemente do que ocorre em outras localidades. A título de informação, achamos válido mencionar que atualmente a comunidade é descendente dos colonizadores portugueses e, dessa forma, o maior foco do povo kristang se concentra na chamada Aldeia de São João, localidade com tradições fortemente ligadas àquele povo, como festas religiosas para São Pedro e São João, nas quais costumam haver apresentações étnicas com danças e canções.

⁷ Fonte, em inglês: <http://hdr.undp.org/en/content/2019-human-development-index-ranking>. Acesso em 02 de setembro de 2020. A tradução dos dados para o português é de nossa autoria.

É então possível depreender que esse é o único local de Malaca onde ainda se usa o *kristang* com certa frequência. Inclusive, na sinalização viária pela cidade, como mostraremos mais à frente, tal região é chamada *Portuguese Settlement* (assentamento português, em tradução livre do inglês) e *Perkampungan Portugis* (comunidade portuguesa, em tradução livre do malaio).

Figura 2 – Datas e fatos mais relevantes na história local e nacional.



Fonte: elaboração própria.

Para a comunicação, por muitos anos, originalmente foi utilizado um *pidgin* malaio. Posteriormente, a duradoura presença de Portugal deu origem a uma nova língua, um crioulo de base portuguesa, chamada *kristang*, mesmo nome dado à etnia que a usa. Esse nome deriva da palavra ‘cristão’, como se pode deduzir através de seu nome – visto que a pronúncia de ambas as palavras é bastante similar, apesar de haver uma diferença na grafia. A presença maciça de vocábulos de origem portuguesa pode ser percebida se voltarmos aos dois primeiros versos do Poema de Malaca e, depois, analisarmos o texto completo, em que encontraremos palavras com claras alterações morfofonológicas,

tais como *amizadi*, *saudadi*, *sempri* e o nome *San Francisku*. Não serão necessárias traduções, visto que podemos depreender os correspondentes de cada termo em português contemporâneo.

O kristang teve um relativo aumento no número de seus falantes devido ao relacionamento entre navegadores portugueses e habitantes nativos, cujos descendentes formam a maior parte dos usuários atuais dessa língua. Importante mencionar que, após a tomada holandesa, ela não caiu totalmente em desuso, continuando a ser usada pela população, ainda que com restrições, questão que será esmiuçada nas seções posteriores.

O status do kristang ao longo do tempo

A manutenção do kristang ao longo dos séculos, conforme Baxter (2005, p. 11), deve-se, principalmente, a dois fatores. O primeiro deles é a religião. A língua dos portugueses esteve associada à Igreja, refletindo na criação da fraternidade dos *Irmang di Greza* (Irmãos da Igreja), no século XVII, a qual representou um dos maiores domínios de seu uso, considerando que os padres, em suas pregações, usavam-na. O outro é a educação, a qual usava tanto o português quanto os crioulos nele baseados. Essa certa estabilidade, porém, sofreu com adversidades quando o século XX começou. Em 1933, uma iniciativa da Igreja Católica, apoiada pela Coroa britânica, que naquele momento detinha poder sobre a região, foi responsável pelo remanejamento de alguns dos setores mais pobres da sociedade para a localidade de Hilir, ao Sul da cidade, no que ficou conhecido como *Padri sa Chang* (Terra dos padres). Essa região, por sua vez, afirma Alan Baxter, é a maior fonte de dados para estudos socioeconômicos e linguísticos referentes à Malaca. Isso permitiu o surgimento de uma maior comunidade usuária do kristang, na qual se concentravam famílias de baixa renda que encontravam na peixaria sua maior fonte de sustento.

Essas condições de vida precárias da população tiveram um forte impacto no status da língua. Com a tomada pela Coroa britânica e a posterior influência inglesa, houve a necessidade de se procurar por

ocupações tidas como de maior prestígio, as quais envolviam atividades do clero e auxílio aos colonos ingleses, o que fez com que a língua desses passasse a ser vista como a de prestígio, através da qual se alcançaria ascensão social. Com isso, deu-se origem a uma classe média usuária do kristang, que logo acabaria substituída, em benefício do inglês. A independência malaia, em 31 de agosto de 1957, data que marca a devolução da Malásia pela Inglaterra, representou a adoção do malaio como língua oficial a nível nacional, substituindo o inglês na prática educacional, apesar de ele não cair totalmente em desuso, uma vez que ainda era usado pela maior parte dos habitantes. O kristang, nesse contexto, acabou tendo seu uso cada vez mais restrito aos indivíduos de maior idade, os quais só o transmitiam caso vivessem na mesma casa que os mais jovens.

Tais fatores, em suma, contribuíram para que o número de falantes dessa língua entrasse em vertiginoso declínio ao longo do tempo e que ela, dessa forma, perdesse sua vitalidade. Estimativas apresentadas pela plataforma Ethnologue⁸ sugerem um total de 2150 deles, presentes principalmente na Malásia e em Singapura⁹, ainda que comunidades de falantes com menor quantitativo de indivíduos estejam presentes também em regiões de diáspora e migração indo-portuguesa¹⁰. De acordo com os critérios propostos pelos editores do portal, essa é uma língua ameaçada, o que quer dizer que ela é usada para a comunicação face a face entre membros de todas as gerações, mas tem perdido usuários. Há de se ressaltar que a maior parte desses falantes é usuária do kristang como L2,

⁸ A página específica do kristang na plataforma Ethnologue (em língua inglesa) traz essas e outras informações. Ela pode ser acessada em: <https://www.ethnologue.com/language/mcm>.

⁹ Segundo um portal do Ministério da Cultura, Comunidade e Juventude de Singapura, há menos de 100 falantes nativos, todos idosos, do kristang no país, mas não achamos números mais concretos sobre o assunto. Fonte, em inglês: <https://www.sg/oursingaporefund/project-showcase/kristang-language-fest>.

¹⁰ Nota: Apesar dessa dispersão pelo globo terrestre, o foco dessa seção será a Malásia e a cidade de Malaca, visto que foi nesta região em que se deu origem ao kristang. Além disso, há maior disponibilidade de recursos, tais como o *Poema*, em portais malaios. Mais adiante, abordaremos a relação da língua e Singapura.

devido à presença de outras línguas, tidas com maior prestígio, na sociedade, como já mencionamos anteriormente.

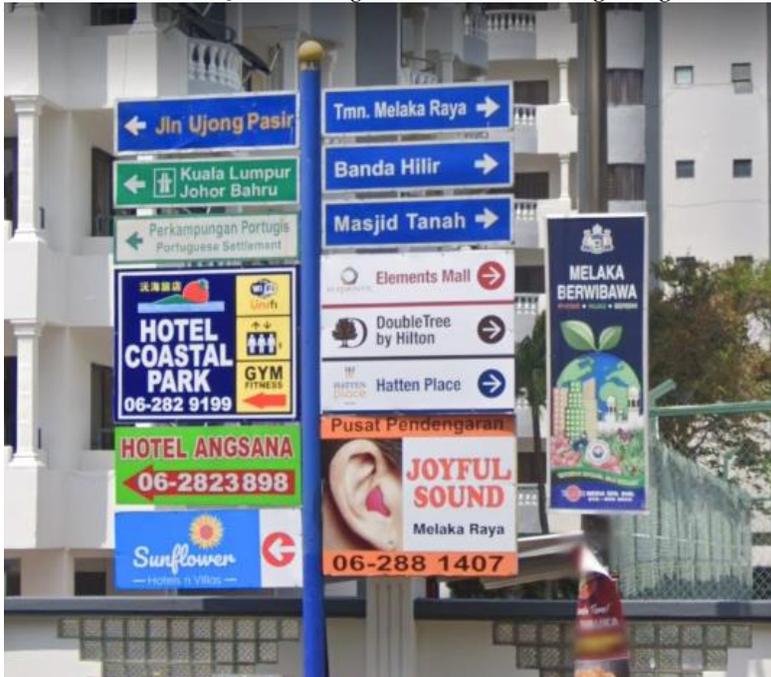
Podemos pensar que, quanto menos falantes uma língua tem, menor será a sua vitalidade e que, quando os últimos dois desses morrerem (considerando que não existe língua sem interação, sem contato), a língua pode morrer junto. É um pensamento válido e lógico, porém não deve ser tomado como a única causa do desaparecimento linguístico, visto que esse fenômeno não está ligado somente ao número de falantes: há outras causas e este é apenas um dos muitos fatores associados à questão. As funções sociais que idiomas desempenham em uma localidade também devem ser levadas em consideração para propormos o seu nível de vitalidade. Lagares (2018, p. 62) nos apresenta uma tradução de Stewart e Cooper, a respeito das dez funções que línguas em geral podem desempenhar. Nos parágrafos que seguem, faremos um levantamento acerca de cada uma dessas, articulando-as com a situação específica do kristang.

Primeiramente, é válido mencionar que os 150 quilômetros (aproximadamente) de distância entre Malaca e a atual capital malaia, Kuala Lumpur, praticamente anulam qualquer possibilidade de atribuímos ao kristang função capital. Ainda que Kuala Lumpur seja reconhecidamente uma localidade plurilíngue e multicultural, não há, até onde se saiba, qualquer uso dessa língua em seu território, nem mesmo nas suas regiões periféricas.

Posteriormente, é possível dizer que o kristang não goza do prestígio de desempenhar função oficial, visto que não consta no rol de línguas oficiais e/ou nacionais da Malásia, não tendo, portanto, qualquer uso na administração estatal, na gestão pública e não sendo, sequer, usado na sinalização de vias e pontos de interesse público em Malaca, como destacamos na figura 3. Esse fato também contribuiu para que essa língua não desempenhasse função internacional, dado que não é usada para fins diplomáticos, de comércio exterior e de turismo. De certa maneira, porém, essa língua ainda tem uma função comunitária, ainda que seja limitada somente às populações de mais

idade, e mesmo assim em ambientes mais restritos. Isso também pode configurar uma função grupal.

Figura 3 – Sinalização viária pública em Malaca, escrita em malaio. Interessante destacar a menção ao *Portuguese Settlement*, em língua inglesa.



Fonte: GoogleMaps¹¹ (adaptado)

Há de se propor, além disso, uma articulação com a educação e a função educacional linguística, já que não se usa o kristang em contextos educacionais, sendo o inglês mais presente, além logicamente do malaio, na instrução formal dos cidadãos. Como explicamos anteriormente, a escolha do inglês se deve, provavelmente, à crença de que essa língua permitia a obtenção de

¹¹ Disponível em https://www.google.com/maps/@2.188185,102.2655353,3a,19.4y,171.19h,95.47t/data=!3m7!1e1!3m5!1sFMVeDPj1wY0GGWQsp0KFFA!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DFMVeDPj1wY0GGWQsp0KFFA%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D243.83821%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i16384!8i8192. Acesso em 30 de julho de 2020.

um *status* social prestigioso sobre outros setores, não-anglófonos, da sociedade. Também não há, até onde se saiba, a inclusão do kristang como disciplina no currículo escolar¹², ofertada para diversos níveis da educação básica formal. Há de se pensar que, talvez, esse fato pode ser potencialmente determinante para a baixa vitalidade linguística.

O que mencionamos acima também se articula com a questão literária/escrita. Há certa escassez de recursos escritos em kristang. Comprova-se isso ao analisarmos o catálogo da Biblioteca Nacional Malaia (em malaio *Perpustakaan Negara Malaysia*), em que é possível encontrar somente oito registros com 'kristang' no título¹³, todos com foco específico: são obras de referência, dicionários ou gramáticas. Desses, sete são em inglês e um em malaio padrão. Tal fator faz com que essa língua não seja tida como referência a ninguém e permite a visão de que, talvez, o kristang não tenha tradição escrita consolidada e/ou forte, o que pode ser bastante prejudicial à sua sobrevivência. Esse fato nos mostra que essa língua também não tem uso religioso, apesar da estreita relação entre a língua e a religião, que impacta inclusive no próprio nome do kristang, como já mostramos. Isto ocorre uma vez que, ao menos no que foi registrado oficialmente em sistemas bibliográficos, não se usa essa língua em contextos religiosos ou para se traduzir as escrituras sagradas, indiferentemente de credo.

Devido ao declínio de seu uso na sociedade malaquenha, o kristang também não se encaixa como provincial ou regional, o que é corroborado pelo fato de não haver oficialização quanto ao seu uso ou legislação nesse sentido para ele na região. Uma breve

¹² Essa incerteza se fundamenta no fato de não haver um site disponível que mostre quais disciplinas devem ser ensinadas nas escolas e/ou um plano, um diretório educacional nacional para a sociedade malaia. Baseamos isso no site NationsOnline, disponível em <https://www.nationsonline.org/oneworld/malaysia.htm#Education>. Acesso em 30 de julho de 2020.

¹³ A informação foi obtida após busca no portal oficial da Instituição, o qual pode ser encontrado em: http://opac.pnm.gov.my/search/query?term_1=kristang&the me=PNM2. Acesso em 30 de julho de 2020.

consulta à plataforma online GoogleMaps e ao seu serviço Google Street View, por exemplo, nos mostra que a maior parte da comunicação urbana é feita, predominantemente, em inglês e malaio, com poucas exceções, como na localidade da Pequena Índia, onde há inscrições em tâmil, outra língua minoritária da região. Há outras dessas em pontos de maior interesse turístico, como pode ser visto na figura 4, na porta da Igreja de São Francisco Xavier. É curioso que possamos entender o que significa *gereja katolik* apesar de essas palavras não serem portuguesas.

Figura 4 – Placa na porta da Igreja de S. Francisco Xavier, escrita em malaio, inglês, chinês (variedade não identificada) e tâmil.



Fonte: GoogleMaps¹⁴ (adaptado).

Todo esse processo de perda de domínios e falantes chama-se 'atuição', conforme Couto (2009, p. 83), autor que também nos apresenta uma explicação sobre obsolescência linguística, conceito o qual se aplica devido à quase nulidade de funções do kristang na sociedade.

Corroborando nossas afirmações, também há articulações institucionais para discutir vitalidade de línguas. Uma dessas instituições é a UNESCO, com seu Atlas Interativo das Línguas

¹⁴ Disponível em <https://www.google.com/maps/@2.1954605,102.2504163,3a,15y,148.49h,84.84t/data=!3m6!1e1!3m4!1sG5pSyocJuEsw5wr7sNW8A!2e0!7i16384!8i8192>. Acesso em 30 de julho de 2020.

Ameaçadas (em tradução livre do nome inglês, *UNESCO Atlas of the World's Languages in Danger*), editado por Moseley (2010). Este pesquisador propôs uma classificação de vitalidade de línguas, baseada em uma série de nove fatores, os quais detalharemos e articularemos com a realidade do kristang em seções posteriores.

O primeiro desses fatores é a transmissão intergeracional, ou seja, a transmissão linear de uma língua das gerações mais idosas para as mais jovens. Esse fator classifica como 'língua severamente ameaçada' todas aquelas cujos falantes são as gerações mais idosas, enquanto as mais novas, por mais que tenham certo entendimento da língua, não a usam com os filhos. É justamente o que ocorre com o kristang, visto que há certa predileção das crianças e dos adolescentes por aprender o inglês em relação à língua de seus antepassados, por motivos que já explicamos anteriormente.

Dando prosseguimento, o próximo fator é o número absoluto de falantes. Como já mencionamos, atualmente estima-se que o kristang tenha menos de 3000 falantes. Em comparação, o malaio tem aproximadamente 10,5 milhões de falantes nativos, segundo estimativa do Ethnologue. Logicamente, o contato entre duas comunidades com dimensões de falantes tão distintas contribui para a baixa vitalidade de uma língua. Também relativo a números, há de se destacar a proporção entre o número de falantes e a população em um todo. A simples comparação entre os menos de 2500 usuários do kristang e a população malaia num todo, os quase 33 milhões de pessoas que mencionamos no começo da pesquisa, mostra essa disparidade. Qualquer cálculo dará resultados impressionantes sobre, por exemplo, a porcentagem desses usuários em território malaio. Esse fator também coloca o kristang como língua severamente ameaçada.

O quarto fator tange aos domínios linguísticos e aos contextos em que usamos qualquer língua. De acordo com o que já mencionamos, notamos que o kristang tem caído cada vez mais em desuso, ficando restrito somente a contextos particulares e especiais da vida em Malaca, pouquíssimos habitantes, e isso apenas corrobora a ideia de risco severo de extinção que tal idioma corre. Isso se expande para os

novos domínios e ambientes, como a internet, o meio trabalhista, entre outros. No que se refere ao caso dessa língua específica, abordaremos com mais profundidade adiante.

Revitalização linguística: na teoria...

Para tentar reverter os processos de morte e extinção linguísticas, há uma série de processos que podem ser pensados e postos em prática. Esses envolvem ações particulares, partindo de indivíduos e/ou grupos de estudo ou oficiais, com iniciativas governamentais. Convém mencionar que, fora das Ciências da Linguagem e das Ciências Sociais, tais esforços raramente recebem ampla divulgação, mas com o kristang foi diferente, como abordaremos em breve.

Vale, antes de apresentar essas ações, discutir sobre o porquê de ser importante proteger e revitalizar línguas minoritárias. Muitos não de pensar: para que manter uma língua falada por tão pouca gente em um mundo globalizado como o nosso? A resposta para isso não necessariamente tem fundamentação linguística. Resumiremos o capítulo do reconhecido trabalho de Crystal (2000, p. 27), em tradução nossa, para debatermos a respeito do assunto.

Como mencionamos anteriormente, também se usa a denominação 'kristang' para se referir à minoria étnica usuária dessa língua. A extinção, o desaparecimento de uma língua, muito provavelmente implica o mesmo fato ocorrendo com a outra. E a desapareção de um povo não é um fato bom, antropologicamente falando. Precisamos manter a diversidade cultural do mundo viva, e a enorme quantidade de línguas existentes atualmente (cerca de 7120 em 2021, com base em dados do Ethnologue)¹⁵ é um dos fatores que contribui para isso. O contorno antropológico dessa questão fica mais nítido quando analisamos argumentos baseados

¹⁵ A página principal do site, em 23 de janeiro de 2021, traz o mote *Find, read about, and research the world's 7,117 known living languages* ('Encontre, leia sobre e pesquise sobre as 7117 línguas vivas conhecidas do mundo', em tradução nossa).

em legado e memória: as tradições, crenças, os costumes, entre outras características de um povo determinado, podem ser interpretados por meio de sua língua, a qual também permite que cada um desses povos possa ter sua própria identidade.

Além disso, línguas também nos fornecem um repositório histórico, a conexão com nossas origens e a explicação de nosso desenvolvimento. Isso se acentua quando elas têm tradição escrita, o que infelizmente não ocorre com o kristang. Registros de todos os tipos e gêneros, como o diário de um membro falecido da família, notícias de jornal antigo e até mesmo citações feitas em lápides são capazes de nos revelar muito sobre nosso *pedigree*, termo usado por Johnson (*apud* Crystal, 2000, p. 41) para indicar ancestralidade e ascendência/descendência, além de, finalmente, servirem como explicação para nossos próprios comportamentos nos tempos modernos. A nível de informação, mencionamos o exemplo de Coulmas (2014, p. 62): o sumério. Esta é uma língua extinta há aproximadamente 2000 anos, mas a conhecemos e entendemos, ainda que de maneira limitada, devido a inscrições em escrita cuneiforme, cuja decifração, ocorrida somente no século XIX, nos permite imaginar o meio de vida sumério.

Todos esses fatores contribuem para um terceiro: línguas contribuem para o conhecimento humano. É possível pensar que cidadãos monolíngues perdem a possibilidade de adquirir novas visões de mundo, devido ao limitado contato com outros povos e culturas. A tradução, para David Crystal, é uma forma de contribuir para a reversão dessa situação: é através desse processo que grande parte da população, por exemplo, pode ter contato e entender fatos relatados em obras literárias escritas originalmente em línguas estrangeiras. Um exemplo muito bom para o caso é a presente pesquisa: não encontramos, ao menos durante a confecção do trabalho, qualquer tratado sobre a história, a evolução e a situação atual do kristang em língua portuguesa, no máximo artigos publicados em portais de notícias, sem maior

responsabilidade e aprofundamento científicos¹⁶, quando as primeiras ações de revitalização foram promovidas (discutiremos isso adiante). Através da tradução das informações do inglês, deduz-se que o público lusófono monolíngue (ou que não fale inglês) que venha a ter interesse no assunto poderá, por fim, ter acesso a um material sistematicamente organizado em português, ainda que de maneira bastante resumida, já que se trata de um artigo científico, com extensão e aprofundamento limitados, e não de um texto mais detalhado, como uma dissertação de mestrado.

Crystal propõe um último argumento para sustentar sua tese de que devemos nos importar com a morte de línguas: elas são interessantes¹⁷ por si só. Aqui, em específico, ele esquece qualquer viés político, identitário, entre outros, para focar unicamente nas línguas como sistemas. O professor menciona que línguas minoritárias, que normalmente não seriam foco ou escolha de estudo pela grande massa, são especiais justamente porque é possível que elas tenham desenvolvido características que outras, mais populares, não tenham, o que apenas revelam que aquelas podem ter tanta complexidade como qualquer outra dessas. Um exemplo que comprova isso é o romeno, da mesma família linguística que o português e o espanhol, mas completamente diferente de ambas. Não há oferta de cursos de romeno com frequência no Brasil, apesar de ele ser usado mundialmente por cerca de 26 milhões de pessoas. Por que o romeno é interessante, então? Entre outros motivos, por ser a única língua românica falada contemporaneamente que manteve os três gêneros gramaticais e o sistema de declinações originalmente encontrados no latim¹⁸. Esse fator mostra como as línguas têm características próprias que as

¹⁶ Alguns links poderão ser encontrados nas referências do trabalho.

¹⁷ David Crystal ainda provoca o seu leitor dizendo que, caso ele ache 'interessante' um termo fraco, ele pode usar outro, como 'fascinante', 'útil' ou 'importante' (traduções nossas).

¹⁸ Detalho outras particularidades do romeno em outro artigo de minha autoria, no qual tracei uma breve comparação entre essa língua e o português. Está disponível em <http://www.filologia.org.br/rph/ANO26/78supl/236.pdf>.

dão valor e apenas revela que não devemos menosprezá-las, indiferentemente de vitalidade e status de uso a nível mundial.

... e na prática: O que ocorre com o kristang?

Enfim, abordaremos o que tem sido feito relativo ao kristang e sua revitalização nos últimos tempos. Podemos começar destacando Kevin Martens¹⁹ Wong²⁰, um jovem singapuriano nascido em 1992, responsável pelo maior, no que tange à divulgação externa e internacional, desses processos, iniciado em Singapura. Essa relação iniciou-se por acaso. Em 2015, enquanto estudante universitário, durante seus estudos sobre línguas ameaçadas de extinção na região em que vivia, Kevin encontrou uma pequena coleção de livros sobre essa língua em particular, que até o momento lhe era desconhecida. A partir daí, ele se interessou mais pelo assunto, e esse interesse se tornou uma surpresa quando Wong descobriu que alguns de seus ancestrais, entre eles sua avó, eram falantes de kristang. Posteriormente, o jovem encontrou outros falantes, os quais contribuíram como informantes linguísticos e com recursos como dicionários e livros. Com essas atitudes, ele adquiriu certa fluência no idioma. Essa ligação com suas raízes incentivou o jovem a difundir mais o conhecimento que obteve e, em 2016, houve a fundação da iniciativa *Kodrah Kristang* (em tradução livre: 'Desperte, Kristang'²¹), a qual inclui aulas com grupos de diversos níveis e idades. Em 2017, houve o primeiro Festival da língua kristang, no

¹⁹ Achamos de bom grado destacar que a longeva presença portuguesa nas áreas deixou, além de estruturas públicas e costumes sociais, contribuições antropônimas. *Martens* é, muito provavelmente, uma adaptação do tradicional sobrenome *Martins*. É possível encontrar, também, vários cidadãos com outros sobrenomes tipicamente portugueses, como *Rosario* e *Sequeira*.

²⁰ Uma breve biografia de Kevin, com uma apresentação de sua produção e trabalho acadêmicos, pode ser encontrada no portal do Departamento de Inglês da Eunoia Junior College, em <https://eunoiajc.moe.edu.sg/about/staff/english/mr-kevin-martens-wong/>.

²¹ Há uma página no Facebook, cuja última atualização foi em 2018, com textos em kristang, disponível em <https://www.facebook.com/kodrahkristang/>.

qual se deu início ao projeto *Pinchah Kristang*²², um dicionário bilíngue online da língua, o qual é frequentemente atualizado com sugestões e contribuições da comunidade.

Kevin, porém, encarou alguns obstáculos em suas iniciativas. Em entrevista para o jornal singapuriano *Today* em 2017, ele revelou que a língua não tem padronização ortográfica ou sistema de pronúncia, além de sofrer com a inexistência de termos básicos em seu léxico, como palavras para ‘maçã’ e ‘câmera’, e esse fato fez com que ele e seus companheiros precisassem inventar palavras novas, a partir de raízes portuguesas adaptadas de acordo com regras da gramática malaia (como foi o caso de *manzang* > maçã). Logicamente, isso faz com que o *kristang* também não tenha gramática fixa, o que praticamente impossibilita o seu entendimento básico: como usar uma língua sem que conheçamos sua sintaxe, as flexões verbais ou seus mecanismos de articulação do discurso? Certamente, é complicado. E este é justamente um dos pontos primordiais para a revitalização de uma língua. Por isso, é necessário elaborar material de referência, algo que outros ativistas têm feito, como mencionaremos adiante.

Diferentemente do que ocorre em Singapura, na Malásia há uma produção literária, a qual tem sido incentivada por pessoas de fora da comunidade falante. Um nome de destaque nesse sentido é a autora Joan Margaret Marbeck, professora que tem contribuído com a organização de dicionários e livros voltados à conversação, além de traduções para o *kristang* de músicas, poesia e livros de outras áreas, além da autoria de peças e da participação em eventos performáticos. Em 2012, Marbeck lançou três volumes voltados à língua em questão. Infelizmente, não encontramos qualquer forma digitalizada desses, o que poderia contribuir para ilustrar nossa pesquisa. As adaptações da professora atenuam o problema da ausência de uma tradição escrita

²² O dicionário pode ser encontrado online em https://www.luismc.com/pinchah_kristang/. Os interessados podem digitar palavras tanto em inglês quanto em *kristang*, havendo tradução entre ambas, além de definições e explicações semânticas em casos de termos polissêmicos.

do kristang (o que, convém dizer, não significa que essa seja uma língua ágrafa), apesar de não o solucionar totalmente. Há outros pontos que, juntos, podem contribuir para de fato se atingir uma resolução à questão mencionada.

Essa oferta de literatura na área, em todos os seus campos, e de materiais para educação linguística, é justamente o último dos fatores para analisarmos a vitalidade de uma língua. O kristang é, como vimos, basicamente oral, porém o desenvolvimento de materiais tem ajudado a fortalecer a sua tradição escrita e, além disso, fixar sua ortografia. Como vimos, há oferta de gramáticas, obras literárias e dicionários, o que é certamente bom. Porém, como não há ensino dessa língua nas escolas, os poucos materiais escritos que de fato são produzidos são úteis somente a alguns indivíduos com interesses específicos, enquanto para outros esses gozam somente de valor simbólico.

Outro profissional com pesquisas na área é Alan Norman Baxter, atualmente professor da Universidade de São José (Macau), mas que já lecionou em instituições brasileiras²³. Baxter é responsável por uma série de pesquisas acadêmicas voltadas ao kristang, tema que também foi abordado em sua tese de doutorado, na qual propôs uma tentativa de gramática desse idioma, uma das únicas de que se tem notícia. Também é de sua autoria um dos dicionários conhecidos da língua. Esses trabalhos são de suma importância para que o público leitor tenha conhecimento não só da formação histórica da língua, mas também de sua estrutura. Acreditamos que isto pode contribuir, para os interessados, para o aprendizado de uma língua nova qualquer e, assim, aumentar o seu número de falantes, ainda que com habilidades limitadas.

No Brasil, há certa escassez de estudos sobre o kristang, ainda que revistas e portais não acadêmicos tenham divulgado nos últimos tempos notícias a seu respeito. Uma pesquisa pioneira nessa área é a dissertação de mestrado do professor Pierre Guisan,

²³ O currículo Lattes do professor Baxter pode ser acessado em <http://lattes.cnpq.br/8080265671974919>.

da UFRJ, de 1992, de título *Línguas em contato no Sudeste Asiático*. Infelizmente, não encontramos a íntegra desse trabalho ou seu registro no banco de teses da UFRJ e, à época da redação de nossa pesquisa, foi possível encontrar somente resenhas a seu respeito, as quais já demonstram a riqueza do trabalho de Pierre. Alguns anos depois, em artigo de 2006, ele traça um panorama histórico de Malaca, além de apresentar dados sobre o contato linguístico, com uma lista de palavras do malaio que tiveram origem no português, como as que mencionamos no início do texto. Seu trabalho é importante para a divulgação acerca do assunto, mas não aborda, por exemplo, a questão da vitalidade do kristang ou de sua retomada, focando mais em aspectos intralinguísticos.

Outra brasileira que contribuiu para difundir conhecimento e informação sobre o kristang é a professora Angela Satomi Kajita, da Universidade da Malásia. Ela é responsável por *Beng Prendé Papiá Cristang!* (em tradução livre: 'Vem aprender a falar kristang!'), projeto de pesquisa voltado ao desenvolvimento do primeiro livro didático na língua, em coautoria com outros pesquisadores. Esse projeto, inclusive, foi anunciado à época pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil em seu portal oficial.

Há também bases de dados internacionais que, com a coleta de recursos das mais variadas ordens, contribuem com o conhecimento de línguas minoritárias. Uma delas é a OLAC ('Comunidade aberta dos arquivos linguísticos', na tradução do inglês), a qual tem a finalidade de instituir uma grande biblioteca virtual voltada às línguas, contando com cerca de 300 mil materiais já disponibilizados, de dicionários a manuais de linguística descritiva, todos com devidas referências aos autores e fontes, além de referências a locais nos quais é possível que o público interessado possa ter acesso a tais informações. No caso do kristang, há indicações de dicionários, obras descritivas e sites. Outro órgão online com limitado acervo de informações é o ELAR ('Arquivo das línguas ameaçadas', em tradução do inglês), mantido pela Faculdade de Estudos Orientais e Africanos (SOAS, na sigla em inglês), órgão vinculado à Universidade de Londres. Este contém três materiais, cada um com

sua particularidade e recursos próprios (áudios, vídeos, entrevistas, etc.) sobre o idioma em questão.

Considerando, por fim, os critérios de vitalidade e de risco linguístico originalmente mencionados, é possível pensar que todas essas atitudes contribuíram para que o kristang não seja classificado como inativo (em tradução do *framework* da UNESCO tido como base para encontrar essas informações). Apesar de não ser usado, por exemplo, nas mídias televisivas, o dicionário online, as pesquisas acadêmicas, os festivais e os sites promovem certa exposição dele, ainda que de maneira limitada, e servem como meio para que ele possa ser classificado como língua em situação de enfrentamento²⁴. Não é a situação ideal, já que, maior sendo a quantidade de domínios em que a língua é exposta, maior será o seu conhecimento e, possivelmente, sua vitalidade poderá vir a crescer. O problema é que, para isso, deve-se levar em consideração o contexto local da região em que se usa uma determinada língua. Felizmente, as regiões foco do kristang são altamente desenvolvidas, basta somente haver iniciativas de outras instâncias da sociedade, como o governo. Um exemplo de ação que poderia ser tomada para isso seria, basicamente, promover o ensino/aprendizagem de kristang nas escolas para todas as faixas etárias e modalidades de ensino, com carga horária definida e materiais didáticos próprios para isso, e não haver somente encontros esporádicos fora do ambiente escolar.

Pode-se perceber também que a maior parte das atividades de promoção e revitalização do kristang parte de indivíduos e organizações sem fins lucrativos, não havendo qualquer ação, nesse sentido, partindo de governos de qualquer esfera ou de organizações internacionais. A própria Constituição da Malásia (1963), em seu artigo 152^o, instaura que a língua oficial, em todos os

²⁴ A nomenclatura encontrada na bibliografia consultada para construir a seção é *coping*. Não há uma tradução exata para o português para esse termo ou uma que melhor indique o que ele realmente queira dizer. Seria, em outras palavras, se adequar, saber lidar e enfrentar uma situação difícil, no caso, a morte de línguas.

setores da administração pública, será o malaio, com outro documento de 2006 instaurando o sistema rumi²⁵ como aquele que deve ser usado para a escrita, sem detrimento do jawi²⁶. Porém, o inglês poderia continuar sendo usado em casos especiais, como para a promulgação de legislações novas por parte do governo federal malaio e sem restrição nos estados de Sabah e Sarawak, ambos na ilha de Bornéu. Há de se mencionar, no entanto, que essa legislação propõe que nenhuma pessoa será proibida ou privada de estudar e/ou ensinar qualquer outra língua que possa ser de seu interesse. Não há qualquer disposição sobre as línguas minoritárias faladas no território, tampouco o reconhecimento delas. A ausência de políticas linguísticas mais detalhadas e definidas nesse sentido faz com que ocorra uma situação de assimilação forçada, no que tange ao sétimo fator da UNESCO. A língua minoritária, no caso do kristang, não recebe qualquer tipo de suporte ou reconhecimento, o que em concomitância aos progressivos abandono e perda de falantes e domínios prejudica a vitalidade de outras, considerando que o malaio é tido como a única língua oficial da Malásia. Porém, como mencionamos, não há proibição quanto aos usos de línguas minoritárias por parte do governo. Os indivíduos podem fazer isso sem qualquer prejuízo ou risco.

Como visto, há pouquíssimas indicativas de revitalização, mesmo as que partem de indivíduos e grupos ativistas. Isso mostra que há ou indiferença ou até mesmo suporte em relação ao desaparecimento do kristang, situação grave que apenas revela como essa atitude deve mudar, visto que também traz consequências culturais, antropológicas e sociais. O único fator que dá a ele vitalidade relativamente maior é a disponibilidade de registros, ainda que em quantidade e divulgação limitadas, nas mais diversas mídias. Essas informações são importantes uma vez

²⁵ Nome local para a escrita no alfabeto latino, derivado de ‘romano’.

²⁶ Sistema de escrita com base no árabe, usado em grande parte da história malaia, caindo recentemente em desuso e hoje sendo usado em contextos religiosos e como cooficial em localidades específicas da Malásia.

que, finalmente, permitem trabalhos de linguistas e da própria sociedade sobre o assunto. Como mencionamos, há, principalmente, obras de referência, mas há também literatura, música e vídeos de boa qualidade²⁷ que registram o kristang para a posterioridade. Não se pode afirmar que ele tenha documentação excelente, considerando a escassa quantidade desses materiais, no entanto, podemos dizer que esse idioma, por fim, tem uma documentação elevada, o que na classificação da UNESCO envolve uma gramática mais adequada ou uma série de gramáticas, além de dicionários e textos, mas também áudios e vídeos, ainda que não haja seu emprego diário da língua nas mídias diárias.

Considerações finais

Após elencarmos todas as informações acima, podemos concluir que o kristang é uma língua com vitalidade extremamente baixa. As atitudes dos pesquisadores e órgãos que mencionamos, certamente, são louváveis, e contribuem, ainda que de forma limitada, para que ele tenha uma documentação e, dessa maneira, seu legado para estudo e memória esteja garantido. Uma triste consolação caso em algum momento, no futuro, essa língua venha a morrer.

Também podemos concluir propondo que linguistas, em geral, devam ter sempre ciência de línguas minoritárias e trabalhar juntos, de preferência com a participação da sociedade, quando possível, indiferentemente de sua área de atuação e/ou expertise, para tentar documentá-las ao máximo, para que as gerações futuras saibam mais sobre povos, culturas e suas tradições, ainda que após o seu desaparecimento total. Mesmo vivendo em um mundo onde cada vez mais perdemos nossa individualidade, a história, a cultura e as vozes de outras pessoas não podem ser apagadas para

²⁷ Afirma-se isso com base em uma busca simples na plataforma de vídeos YouTube, a qual nos fornece como resultado vários vídeos relativamente recentes (o mais antigo, uma entrevista com a professora Joan Margaret Marbeck, data de 2013 e está em ótima qualidade de áudio e imagem).

sempre. Uma ação nesse sentido ocorreu no Brasil em 2020, com a criação da Comissão de Línguas Ameaçadas, por parte da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), sob a coordenação do professor Marco Barone (UFPE)²⁸.

Esperamos, por fim, que nossa pesquisa tenha despertado o interesse, por novos pesquisadores, pela área de línguas minoritárias e suas vitalidades e revitalizações, de modo a lhes instigar a promover pesquisas sobre línguas novas e/ou pouco divulgadas. Além disso, esperamos que as informações sobre revitalização despertem a curiosidade do público, ainda que sem formação em Letras e/ou Linguística, para que se pesquise mais sobre o assunto e se possa, no futuro, pensar e desenvolver alguma atitude ou iniciativa com o intuito de revitalizar qualquer língua minoritária e, dessa maneira, a memória e a cultura do povo que a usou.

Referências

BAXTER, Alan Norman. *Kristang (Malacca Creole Portuguese) – a long-time survivor seriously endangered*. In: RAMALLO, Fernando (org.). *Estudios de Sociolingüística: Línguas, sociedades e culturas 6*. Vigo: Universidade de Vigo, 2005. p. 1-38. Disponível em <https://sealinguist.files.wordpress.com/2014/06/kristang.pdf>.

Acesso em 25 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Rede Brasil Cultural. *Um "pedacinho" da língua portuguesa na Malásia chamado Papiá Cristang*. 2017. Disponível em <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/noticias2/31-pdlc/963-um-pedacinho-da-lingua-portuguesa-na-malasia-chamado-papia-cristang>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

CHUAN, Goh Kim; CLEARY, Mark Christopher. *Environment and Development in the Straits of Malacca*. Londres: Routledge, 2000.

²⁸ Há uma página sobre essa comissão no portal oficial da ABRALIN: <https://www.abralin.org/site/comissao/linguas-ameacadas/>.

CRYSTAL, David. *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

COSTA, Luís Morgado da. *Pinchah Kristang: A Dictionary of Kristang*. In: AHMADI et al. (orgs.). *Proceedings of the 2020 Globalex Workshop on Linked Lexicography*. European Language Resources Association: Marselha, 2020, p. 37-44. Disponível em <https://www.aclweb.org/anthology/2020.globalex-1.7.pdf>. Acesso em 11 de Agosto de 2020.

COULMAS, Florian. *Escrita e sociedade*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

COUTO, Hildo Honório do. *Linguística, ecologia, ecolinguística: Contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.

EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (eds.). *Ethnologue: Languages of the World*. 23a ed. Dallas, Texas: SIL International, 2020. Disponível em <https://www.ethnologue.com/language/mcm>. Acesso em 25 de julho de 2020.

GUISAN, Pierre. *Vestígios do Sonho Português no Sudeste Asiático. Via Atlântica* – Revista do Programa de Pós-Graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 167-182, 2006. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50588/54704>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

HOOKER, Virginia Matheson. *A Short History of Malaysia: Linking East and West*. Crows Nest, Austrália: Allen & Unwin, 2003.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual Política Linguística? desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

MALÁSIA. *Constituição (1963)*. Constituição da Malásia. Kuala Lumpur: Percetakan Nasional Malaysia Berhad, 2010. Disponível em [http://www.agc.gov.my/agcportal/uploads/files/Publications/FC/Federal%20Consti%20\(BI%20text\).pdf](http://www.agc.gov.my/agcportal/uploads/files/Publications/FC/Federal%20Consti%20(BI%20text).pdf). Acesso em 20 de agosto de 2020.

_____. *National Language Acts (1963/67)*. Kuala Lumpur: Percetakan Nasional Malaysia Berhad, 1971. Disponível em <http://www.agc.gov.my/agcportal/uploads/files/Publications/LO M/EN/Act%2032.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

MOSELEY, Christopher (ed.). 2010. *Atlas of the World's Languages in Danger*. 3a ed. Paris, UNESCO Publishing. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

OLAC: *Open Languages Archive Community*. Disponível em <http://www.language-archives.org/language/mcm>. Acesso em 25 de julho de 2020.

UNIVERSIDADE DE LONDRES. *Endangered Language Archives*. Disponível em <https://elar.soas.ac.uk/>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

Reportagens sobre o *kristang* e sua revitalização

AGÊNCIA EFE BANGCOC (2018). *Com origem no português, jovem tenta fazer renascer idioma em Cingapura* (2018). Disponível em <https://www.efe.com/efe/brasil/varios/com-origem-no-portugues-jovem-tenta-fazer-renascer-idioma-em-cingapura/50000250-3517653>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

BBC BRASIL (2017). *Linguistas lutam para reviver o cristang, dialeto português de mais de 500 anos*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39325876>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

ÉPOCA NEGÓCIOS (2018). *A luta de um jovem para reviver um idioma em Cingapura*. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/02/luta-de-um-jovem-de-25-anos-para-reviver-um-idioma-em-cingapura.html>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

G1 EDUCAÇÃO (2017). *Linguistas lutam para reviver o cristang, dialeto português de mais de 500 anos*. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/linguistas-lutam-para-reviver-o-cristang-dialeto-portugues-de-mais-de-500-anos.ghtml>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

PONTO FINAL (2018). *Filhos de uma nação ausente*. Disponível em <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2018/04/08/filhos-de-uma-nacao-ausente/>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

REVISTA MACAU (2016). *Aulas de dialecto de origem portuguesa de Singapura tentam despertar crioulo com 100 falantes*. Disponível em

<https://www.revistamacau.com/2016/09/15/aulas-de-dialecto-de-origem-portuguesa-de-singapura-tentam-despertar-crioulo-com-100-falantes/>. Acesso em 10 de agosto de 2020.

SUPERINTERESSANTE (2007). *Conheça Malaca, a cidade malaia onde (ainda) se fala português*. Disponível em <https://super.abril.com.br/historia/conheca-malaca-a-cidade-malaia-onde-ainda-se-fala-portugues/>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

TODAY (2017). *As Malacca loses Kristang, Singapore group seeks to revive 500-year-old language*. Disponível em <https://www.todayonline.com/world/asia/malacca-loses-kristang-singapore-group-seeks-revive-500-year-old-language>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

LINGUISTIC REPRESENTATION IN SOUTH AFRICA: THE RELATION BETWEEN IDENTITY AND LANGUAGE AMONG COLOURED UNIVERSITY STUDENTS IN CAPE TOWN

REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA NO ÁFRICA DO SUL: A RELAÇÃO ENTRE IDENTIDADE E LÍNGUA ENTRE OS UNIVERSITÁRIOS COLOUREDS NA CIDADE DO CABO

Anderson Lucas da Silva Macedo

Abstract

Language and social identity are intimately related. It is possible to identify to which community an individual belongs through the manner he/she speaks. Language can either makes us outsiders or natives. Speakers determine the variety of language they use according to the social situation. In this context, language is a means to define how speakers present themselves in society. This paper reflects on the relation between the Afrikaans language and social identity in South Africa through Sociolinguistic theory. The target group is the post-Apartheid generation of Coloured university students from Cape Town, where the Afrikaans language originated.

Keywords: Identity. Afrikaans. Coloured. South Africa.

Resumo

Língua e a identidade social estão intimamente relacionadas. Através da maneira como um indivíduo fala é possível identificar a comunidade que ele(a) faz parte. A língua pode nos tornar forasteiros ou nativos. Os falantes determinam a variedade linguística que usarão de acordo com a situação social concreta, em outras palavras, os falantes escolhem como se mostrarão aos outros na sociedade através das escolhas linguísticas. Usando a teoria sociolinguística, este artigo visa trazer reflexões sobre a relação entre a língua Afrikaans e a identidade social na África do Sul. A população selecionada aqui foi a geração pós-Apartheid de estudantes universitários da Cidade do Cabo, lugar onde o Afrikaans foi originado. Palavras-chave: Identidade. Afrikaans. Coloured. África do Sul.

Introduction

This paper examines the connection between the Afrikaans language spoken by young Coloured people and the social/ethnic identity in the multicultural South Africa. This primary analysis is part of an ongoing PhD research entitled 'Afrikaans language and ethnic identity: the Coloured community case in Western Cape, South Africa' that has been carried out in the 'Programa de Estudos de Linguagem' at the Universidade Federal Fluminense, in Rio de Janeiro. The study investigates how South African university students report on their language use (mostly Afrikaans and English) and how this language use is connected to their individual and social identity.

I will first present a short introduction to the Afrikaans language to give the reader a better understanding of the research. Thereafter I will briefly mention the origin as well as the current social situation of Afrikaans (especially among the Coloureds). Then, I will introduce the Coloureds of South Africa and discuss the theory of Sociolinguistics and Identity through the perspective of scholars such as Jenkins, Omoniyi, and Tabouret-Keller. Following a short explanation about the creation of the sociolinguistic survey to collect data, I will finally comment on the results and draw some conclusions.

1. The Afrikaans Language

South Africa is a country known for its fascinating cultural diversity. This diversity is also observed in the many languages spoken in the country – whether official languages or not. Many other languages such as Portuguese, French, German, and some other African languages brought by immigrants are freely spoken in South Africa. Afrikaans is one of these languages, which stem from this mingling with immigrant languages.

The Afrikaans language has its roots in the Dutch¹ spoken by the first settlers that came to Cape Town in 1652 – the year Holland decided to make the region one of its colonies. The language “came into being as a language because the slaves of Asian and African origin as well as the dispossessed Khoekhoe² had to learn Dutch in order to survive and operate in the gradually expanding colony” (ALEXANDER, 2009, p. 1) Afrikaans contains lots of features of the seventeenth-century Dutch dialects as well as influences from many other languages spoken in the Cape Colony (such as German, French, indigenous South African languages, and some Asian dialects). Until the early 20th century, the Afrikaans language was considered a Dutch dialect. In 1925 it was finally recognized as an official language by law.

Nowadays, Afrikaans is the first language of around six million people (it is spoken by 13.5% of the population). It is also considered as a second or third language by a large number of speakers in South Africa. In some rural areas, the language functions as a *lingua franca*. In Namibia, Afrikaans is the third most spoken language. As explained by Webb & Kriel (2000, p. 20):

Afrikaans is the first language of about six million South Africans of all races (Webb et al. 1992:25) and is known as a non-primary language by about a further ten million persons. More than half of its primary users are not White people. It is functionally fully adapted and is used in every domain of public and private life in the country. Three national daily newspapers with a combined circulation of 220,000 appear entirely in Afrikaans, there is one nationally distributed Sunday newspaper (circ. 380,000), and there are four weekly magazines (circ. almost 900,000) in the language. (p. 20)

¹ Despite the similarities, Afrikaans and Dutch are two different languages, especially in their morphosyntax. About 90% of the Afrikaans lexicon is from Dutch origin. Dutch speakers present less difficulty to grasp some Afrikaans than South Africans to understand Dutch.

² Khoekhoe is the name of the pastoralist indigenous population of Southwestern Africa. They were the inhabitants of South Africa at the time of the European settlement.

According to Donaldson (2000) “at the level of the colloquial language there are basically three regional varieties of Afrikaans: South-Western Afrikaans (also called Kaaps), Eastern (Border) Afrikaans and North-Western Afrikaans (also called Orange River Afrikaans)” (p. 7), however the so-called standard language is based on the Eastern variety.

Afrikaans was the language of the Apartheid political system, spoken by the White community in South Africa. That’s why some stigmatize Afrikaans by seeing it as a language related to the years of oppression Black and Coloured people suffered or simply the *language of the oppressor*. During the Apartheid years, Afrikaans was a prerequisite for obtaining employment in the civil service, media, teaching and many other jobs in the public service (VAN RENSBURG, 1999, p. 81). Thus, some Black people may have a negative attitude towards the Afrikaans language, especially the one spoken by the Whites.

In South Africa there are basically two groups of people that speak Afrikaans as a first language: the White Afrikaners and the Coloureds. The White³ Afrikaans community is formed by the direct descendants of the Europeans settlers (mostly Dutch). The Coloured group represents a so called “multiracial” group and lives mostly in the Western part of the country.

The South African Constitution (promulgated in 1996) elected eleven official languages: nine Bantu languages⁴, English and Afrikaans. These languages have now equal status and Afrikaans has no longer all the social privileges from the Apartheid era. Even though the number of Afrikaans schools has decreased since the 1990s, there are still a large number of White and Coloured people who receive education in this language. Despite the apparent increase of value of the English language, they still have a positive

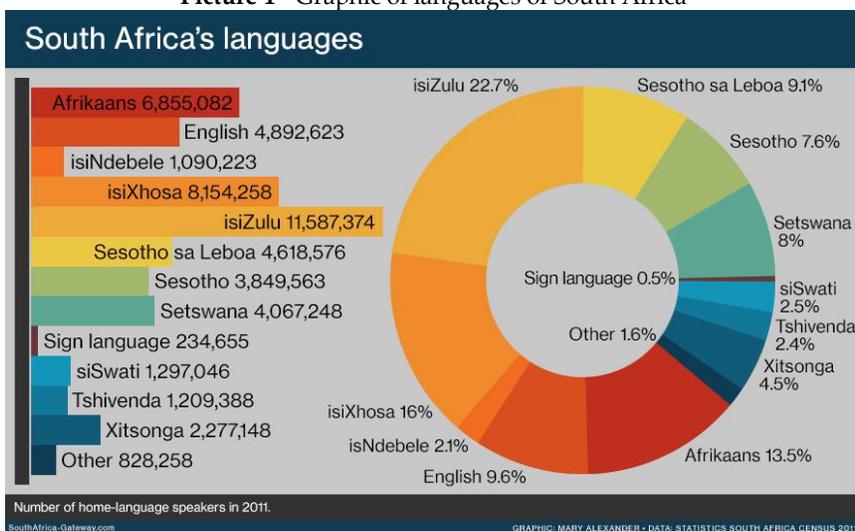
³ Linguistically and historically speaking, there are two groups of White South Africans: the Afrikaans-speakers, descendants of the first Europeans, and the English-speakers, descendants of British colonists.

⁴ The Bantu official languages in South Africa are: Ndebele, Northern Sotho, Sotho, Swazi, Tswana, Tsonga, Venda, Xhosa and Zulu.

attitude towards Afrikaans (DYERS, 2008). The language remains very strong in the post-Apartheid South Africa – with a high circulation of Afrikaans literature, music and television shows.

According to the online platform Ethnologue⁵, Afrikaans is high in vitality since it is spoken by more than one million people and it is sustained by institutions beyond home and community. In other words, it is not at risk of disappearing for now. According to the graph below, which shows the languages spoken in South Africa, Afrikaans is the third most spoken language in the country.

Picture 1 - Graphic of languages of South Africa



Source: <https://southafrica-info.com/arts-culture/11-languages-south-africa/>

Universities still provide education in Afrikaans alongside other languages, especially English. The language has also not been forgotten by linguists and social scientists. According to van Rensburg (2018) “various dissertations, articles and grammars have also described aspects of Afrikaans, abroad as well as locally. This is still happening. Research on numerous aspects of Afrikaans

⁵ <https://www.ethnologue.com>

is undertaken, with some support of the South African Academy of Science and Arts” (p. 189).

2. The Coloured community in South Africa

Due to the Apartheid, the internationally well-known opposing groups in South Africa are the Blacks and the Whites. This system, which started in 1948 and ended in the early 1990s, called the attention of the world for the racist domination of the Black community by the Whites. While White citizens had all types of privileges, including linguistic power, the Blacks lived on a very inferior social status. However, there are other ethnic groups in South Africa, such as the Asians and the Coloureds that have been less mentioned.

Roughly speaking, the Coloureds are a multiracial group in the country. Their ancestry is highly varied and includes the Khoisan, the Bantu, the European White Colonizers and the Asians. When the Dutch started the colonization in South Africa, many different groups settled in this region, especially in the Cape Town area. The current Coloured group is formed by descendants of these ethnic groups.

Adhikari (2005, p. 5) states that “in Southern Africa, the term ‘coloured’ has a specialized meaning in that it denotes a person of mixed racial ancestry rather than one who is black, as it does in most other parts of the world.” The author also argues that the social and political identity of the Coloured communities has been displayed by themselves only marginally and one of the features that distinguishes this group from the others is its strong association with the Western⁶ culture. The Coloureds also have to deal with the old mindset that believes that “racial mixture” is not positive or important. This mindset is a product of the European

⁶ “Western” in this context, according to Adhikari (2005), refers to the values and socio-cultural traits brought by Europeans. This term is in opposition to the African values generally used by the black population.

racist ideology. The Europeans divided the South African society into two groups: the Whites and the Blacks. The Coloureds were laid aside under a severe social stigma. A reflection of this neglect is in the historiography of South Africa, as very little was written about the Coloured community until the 1990s (ADHIKARI, 2005).

Western Cape is the province in South Africa that contains the highest number of Coloured people; they account for about half of the population (see Table 1) – most of them belong to the working class. Compared to the White community, the Coloureds have less educated people, less household income, and more informal dwelling.

Table 1 - Ethnical groups in South Africa

Province	Black	Coloured	White	Indian	Other
Eastern Cape	86.3%	8.3%	4.7%	0.4%	0.3%
Free State	87.6%	3.1%	8.7%	0.4%	0.2%
Gauteng	77.4%	3.5%	15.6%	2.9%	0.7%
KwaZulu-Natal	86.8%	1.4%	4.2%	7.4%	0.3%
Limpopo	96.7%	0.3%	2.6%	0.3%	0.2%
Mpumalanga	90.7%	0.9%	7.5%	0.7%	0.2%
North West	89.8%	2.0%	7.3%	0.6%	0.3%
Northern Cape	50.4%	40.3%	7.1%	0.7%	1.6%
Western Cape	32.8%	48.8%	15.7%	1.0%	1.6%

Source: <https://welections.wordpress.com/guide-to-the-2014-south-african-election/race-ethnicity-and-language-in-south-africa/>

Both Coloured and Black communities suffered social injustice and serious disadvantages during the years of White supremacy. They were victims of social dislocation and were removed from their neighborhoods. In 1994, after the end of Apartheid, Coloured people came to know a new meaning for being a Coloured (or any other ethnicity) individual since all the groups now could freely

interact. That positively affected the Coloured community⁷. Meyers (2015) discusses the issue of identity among the Coloureds and shares his personal experience and ponderations on being a Coloured after the Apartheid.

Knowing that I was a descendant of the first people to inhabit South Africa gave me a sense of pride and belonging, although this was a fact that was treated with shame during Apartheid within Coloured communities. I was not the only one to align myself with this ethnic heritage, but it seems to have been a common trend amongst certain sectors of the Coloured community at the time. (MEYERS, 2015, p. 35)

He also points up the importance of the Coloured people and their language, Afrikaans, for the formation of South Africa as a nation. The evidence of this meaningful role is the use of Afrikaans as one of the four languages on the National Anthem.

Coloureds occupy an “in-between” position in the South African community (SAVEDRA; ROSENBERG; MACEDO, 2021). They are no Blacks; they don’t speak Bantu languages and they relate better to the western culture. Although they speak the same language as the White community, they are not part of this group. Lately, a new “wave” of cultural pride, which demands better social positions, has been emerging inside this complex context. This “wave” is especially popular among the youth.

3. Language and Identity

Language and Identity are inseparable. This inseparability was established in language philosophy by Wilhelm von Humboldt. It was examined in the 20th century by the

⁷ The YouTube channel ‘Coloured Mentality’ { <https://www.youtube.com/channel/UC1bL50P7GzQKhorkDC6cdyg> } is an example of this so-called freedom South Africans have experienced. The channel contains a few short clips with Coloured people answering questions like ‘what is a Coloured’, ‘what is Coloured culture?’ and ‘is Afrikaans a White language?’. The initiative is a clear manifestation of the emergence of new pride among this ethnicity.

sociolinguistic work of William Labov; in sociology of language through the work of Joshua Fishman and in social psychology by Howard Giles. All these studies observe issues of language in social contexts like ethnicity, vitality, class-based language behavior, power, gender and so on. The focus of this paper is on the sociolinguistic approach to language and identity.

Many scholars agree that identity is an interactional concept. They see "identity as produced within social action rather than as pre-existing categories to which people and things are assigned" (OMONIYI, p. 14, 2006) I share the same view in this paper. According to Jenkins (2004) identity is built through social interaction; such a construction can be understood as a process of 'being' or 'becoming'. Thus, someone's identity is never a finished work but rather something that is continuously developing. The author argues that the reputation of an individual can be reformulated even after death. The canonization cases in the Catholic Church, the honor given to the martyrs, and also the rejection suffered by the ones who were found guilty of terrible crimes are illustrations for this claim.

Omoniyi (2006) uses terms like 'multilayered' and 'multiple' to describe identity. The individuals experience the fluidity of identities within their social actions. The scholar argues that individuals shift identities in response to the needs and demands of society. That means that one person may present (project) a few 'selves' as he/she considers appropriate for that specific situation. According to the author "the location of an identity option on the hierarchy fluctuates as the amount of salience associated with it fluctuates between moments" (OMONIYI, p. 19, 2006). Tabouret-Keller (1998) also presents the concept of ever-changing identity, which is aligned with the ideas of Omoniyi:

(...) a person's identity is a heterogeneous set made up of all the names or identities, given to and taken up by her. But in a lifelong process, identity is endlessly created anew, according to very various social constraints (historical, institutional, economic, etc.), social interactions, encounters, and wishes that may happen to be very subjective and unique. (p. 2)

Recently sociologists like Pfaff-Czarnecka (2013) and Anthias (2006, 2013) have raised awareness of the theme of identity in the context of immigration. They claim that social scientists should take the topic into account, for it is part of the current social configuration of our globalized society. The authors introduce the concept of belonging to help the reader grasp the meaning of identity. Belonging has to do with the feeling of 'being home' and it reflects a natural human need of being accepted as part of a group. Hence, it focuses on the heterogeneity and dynamics of social positioning, while identity refers to the construction of identity out of these belongings- a self-concept as a whole over time, space, and social roles.

An individual can be recognized as part of a group just by the way he/she speaks. As Tabouret-Keller (1998) points out, in Old Greece, Greeks called the non-Greeks 'barbarians' because their language sounded like 'barbarbar' to their ears. That shows that these people could judge through language who were the outsiders and who were the natives. The author claims that individual identity and social identity are mediated by language. She believes that the language features (from phonemes to complex syntax structures) are the link that connects both individual and social identities, and provides two reasons for such connections.

The first is linked to human psychology and includes the process on how children learn to speak by living with their parents and imitating them. The second is connected to the relation between constitution and law. It has to do with the power the government exerts by imposing a language on its people. This involves the name of a language chosen as a kind of totem or icon for the nation, and its standardization by the teaching of an official grammar and spelling. An interactional and dynamic concept of identity formation implies that language variation is part of "boundary marking" (BARTH, 1969) by comparing and contrasting the "own" linguistic behavior with the "other" ones' behavior.

The theory presented shows that the Coloured identity is related to the language(s) they speak. This variety is a source of pride for

many Coloured declared individuals and also socially distinguishes them. The fact that most of them can also speak English is what makes them a distinctive group as a set of social belongings. Since this process includes social distinction from several parts of the society (like the Whites and the Blacks), it has to be negotiated within the South African society and its power relations.

Considering the “in-betweenness” of this population, understanding Coloured identity in South Africa is an issue of deep ambiguity. They were seen as racially impure during the Apartheid era and consequently stigmatized; they were never seen as Blacks, they were never seen as Whites. The community still struggles to find its place, identity, and belonging even after the Apartheid; “coloured people have all along been painfully aware of African racial prejudice toward them” (ADHIKARI, 2006). This prejudice is not restricted to the White community. Many oversimplify the “racial” or ethnic characteristics of this group and surround them with stereotypes from past times such as social rootlessness, violence, alcoholism, not having a culture or a language of their own (PETRUS; ISAACS-MARTIN, 2012).

4. Survey - which language best represents you?

The questionnaire used in my study is actually part of an ongoing PhD research (‘Afrikaans language and ethnic identity: the Coloured community case in Western Cape, South Africa’) which has been carried out at the Universidade Federal Fluminense, in Rio de Janeiro. The research comprises quantitative and qualitative data collected through polls and interviews with South African students speakers of Afrikaans.

The questionnaire analyzed here is a mix of 35 statements, multiple-choice and open questions. The statements were to be rated by four or five levels of agreement or disagreement (Likert-type scale); interviewees were supposed to select just one option. I sent the questionnaire to 59 South African university students through Google Forms. Besides the personal information type of

questions, I developed a set of questions and statements focused on language choices (English and Afrikaans, basically), on how intimately they identify themselves with the Coloured community and culture, and on how they evaluate intergroup relations.

I decided to investigate university students for three reasons: i) I wanted to observe how the post-Apartheid generation deals with the Afrikaans language; ii) I believed university students would be open and interested in this type of investigation, since they are also involved with research in general; iii) I think university students may have more access to technology and that is crucial for accessing and answering the questionnaire. Finally, it is also important to mention that our participants range between the ages of 18 and 27.

Since my focus is on the Western Cape, the questionnaire was only sent to students from universities located in Cape Town. That is where the Afrikaans' language originated and also where the biggest Coloured community lives. Although our respondents come from different social backgrounds, they all study and live in the same region.

For this paper's purpose, I will only pose two questions plus one statement of the questionnaire. They target the topic of language and its relation with social identity:

a) In terms of your identity, which language best represents you?

b) Please, rate the statement: *I identify myself with the linguistic community in which I live.*

c) Do you think all varieties of the Afrikaans language have the same value or is there one with a better value?

Through question (a) I sought to obtain an indication of a strong alliance these young speakers have to the language chosen. Within the 59 answers, 40 students declared English as the language that best represents them, even though 42 of them stated that, Afrikaans was their first language. All the others participants (17 people) agreed that Afrikaans best represents them. As expected, no Bantu language was mentioned in this part of the

survey. That reveals the impact the English language has on these students. The ‘cape Afrikaans’ (the variety of Afrikaans spoken by the Coloureds in the Western Cape) is also characterized by a high frequency of English loans and interferences. Although the English language indeed has a huge influence over other languages, why would an individual affirm that a second language represents him/her better than his/her first language?

Dyers (2008) argues that the influence of English on the Afrikaans language, particularly the one spoken by the Coloureds, has been a reality since a long time:

Much has been already written about the dominant role of English in South Africa today and the perception that there is a large-scale shift towards the use of English at the expense of other mother-tongues and home languages (DYERS, 2008, p. 1)

I used the statement “I identify myself with the linguistic community in which I live” to measure how intimately connected these students were with their speech community. The table below shows the results obtained:

Table 2 - Responses 1

I identify myself with the linguistic community in which I live

I totally agree	I agree	I rather disagree	I don't agree	I totally disagree
5	39	3	9	3

Source: author's elaboration

Most respondents identify themselves with their linguistic community (44 out of 59) either choosing ‘I totally agree’ or ‘I agree’. That shows their strong relationship with the linguistic community in which they live. When they say they are connected with their community, they simultaneously confirm their bond to the Afrikaans language and the English language (since they use both languages to communicate).

The South African Constitution of 1996 granted equal national status to the eleven official languages. All the Afrikaans varieties

were recognized because they are all varieties of an official language. Question (c) observes how students agree with the equivalence of all Afrikaans varieties (White Afrikaans as well as Coloured Afrikaans) and how they perceive it. Since it was an open question, I will present some extracts and comment on them. Most students agree that all the languages have the same value, however, some were a bit uncertain or skeptical about the supposed equivalence. I classified the responses into three categories: i) positive (interviewees agree all the varieties have the same value), ii) not entirely positive (interviewees believe the varieties should have the same value, but they do not think it happens) and iii) negative (interviewees openly affirm they are not of the same value).

Table 3 -Responses 2

Do you think all varieties of the Afrikaans language have the same value or is there one with a better value?

Positive	35
Not entirely positive	11
Negative	13

Source: author's elaboration

The table shows that most students agree that all the Afrikaans varieties have the same value in South Africa. "All are equal in value and should be equally valued" wrote one of the students.

Representing the second category, students expressed that all the varieties are supposed to have the same value, however they do not experience it in everyday life.

Personally, I think that it has the potential to be of same value and nature, but I honestly think that there is a racial discomfort when different races speak to one another, especially if it's a language that people are unsure of what's the right way of speaking the language. (Participant 1)

In the third category, interviewees presented some revealing information on the attitudes other ethnic groups have towards

Coloured Afrikaans. Here, the opposition between White Afrikaans *versus* Coloured Afrikaans is easily grasped.

The recent history of Apartheid and the rigid power of the White community over other groups still has its marks on the linguistic life in South Africa. “Yes, even though Cape Coloured Afrikaans is often frowned upon and seen as used by people with an inferior intellect”, wrote one of the informants. Another student declared that “the Afrikaans spoken in poorer Coloured communities is often seen as downgraded or not ‘proper’ in comparison to White people living in developed communities”.

Dyers (2008) wrote about the investigation of language shift and the maintenance of Afrikaans among Coloured middle/high school students in a bilingual township⁸ called Wesbank – Cape Town. Her work shows that much language alternation (Afrikaans and English) has been performed in this community and that despite the influence and importance of the English language, the Afrikaans language has been strongly maintained. The researcher argues that students revealed a sentimental relation to Afrikaans and expressed how pleasant and beautiful it is to speak the language. Although they do not have the same sympathy for the English language, they rationally understand the advantages of knowing it in multilingual South Africa, especially for work purposes. These students claim that English is key to find better jobs. They hold both positive and negative attitudes towards it. But Afrikaans is an index for their social group and their ethnic identity. Although the Afrikaans language is very strong inside Wesbank, the Coloured people who live there also need to speak English to interact with the other groups in different social contexts.

Different from Dyers’ study my research focused on students in academia. Although these students manifested a significant relationship to their linguistic community, most of them stated that

⁸ Township in South Africa means an undeveloped and poor area. It has existed since the Apartheid times and it was where non-Whites used to live. Most townships were built in the periphery of towns and cities.

English language best represents them. Perhaps the fact that English takes on a different meaning for them after their debut in academia explains this result. Dyers (2008) pinpoints other factors that might explain the reasons why university students are better represented by English whereas school students from Wesbank (a poor area of Cape Town) have a closer connection with the Afrikaans:

It is the contention of this paper that this shift is far more marked in middle-class and upwardly mobile Black and mixed-race families in South Africa, and that various factors work against this shift in working class and rural communities. Some of these factors include (i) the environment in which these people live, (ii) a desperately burdened and poorly-functioning state education system in poorer rural and urban areas (iii) historically low levels of literacy, and (iv) relatively low mobility for the poor and working class in post-democratic South Africa. (DYERS, 2008, p. 50)

5. Final considerations

The main findings of this research are:

1) Although Afrikaans is the mother tongue of most Coloured people, the majority of our interviewees affirmed English is the language that best represents them. An educational factor may be one of the reasons for such a linguistic attitude. Students have most of the classes in English and universities tend to gather people from different ethnicities. The English language facilitates effective communication. Moreover, a considerable number of Coloured people stem from poor communities, which means that students may see English as a means to rise from a poor background a more prosperous one. Thus, many consider the English language as a medium to achieve a better future.

2) The majority of the interviewees declared they identify themselves with their linguistic communities, which are predominantly bilingual (Afrikaans and English). They maintain this feeling despite the wider reach of communication of the English language and the normative pressure of a the “standard” White Afrikaans language.

3) The responses reveal that the Afrikaans spoken by the Coloureds (often related to people who are financially deprived) has less prestige than the Afrikaans spoken by the Whites. Although the interviewees understand that legally all Afrikaans varieties are the same, some of them highlighted that it does not really occur. Just as the group, their variety of Afrikaans has been marginalized since the Apartheid years. This variety contains a lot of English influence and various “slang” words (as they call it) and differs in some aspects from the variety spoken by Whites. My analysis of some of the informant’s comments showed their powerful sentimental attachment to the Afrikaans language as a mark of their personal/individual identity. The data collected proves that despite of many stigmas the “Coloured Afrikaans” carry in the South African society, Afrikaans is a strong indication of an in-group identity for them.

References

- ADHIKARI, Mohamed. *Not White enough, not Black enough*. Cape Town: Double Storey Books, 2005.
- ALEXANDER, Neville. Afrikaans as a language of reconciliation, restauration and nation building. *South African History Online*. 2009.
- ANTHIAS, Floya. *Belongings in a Globalizing and Unequal World: rethinking translocations*. University of East London, 2006.
- BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries. The social organization of culture difference*. Bergen, Oslo: Universitets Forlaget; London: Allen and Unwin, 1969.
- DONALDSON, Bruce. *Colloquial Afrikaans*. London: Routledge, 2000.
- DYERS, Charlyn. Language shift or maintenance? Factors determining the use of Afrikaans among some township youth in South Africa. *Stellenbosch Papers in Linguistics*, v. 38, p. 49-72, 2018.
- JENKINS, Richard. *Social Identity*. Londres/Nova Iorque: Routledge press, 2004.

- MEYER, Chester. *Griqua hymnody: a Musical ethnography of Griqua identity through song*. 2015. 109 p. (Magister Musicae Degree) Thesis, University of Free State, 2015.
- OMONIYI, Tope. Hierarchy of identity. In: OMONIYI, Tope; WHITE, Goodith (org). *Sociolinguistics of identity*. London: Continuum, 2006.
- PETRUS, Theodore; ISAACS-MARTIN, Wendy. The Multiple Meanings of Coloured Identity in South Africa. *Africa Insight*, vol 42 (1), 2012.
- PFAFF-CZARNECKA, Joanna. Multiple belonging and the challenges to biographic navigation. *MMG Working Paper* 13-05. 2013.
- TABOURET-KELLER, Andréé. Language and Identity. In: COULMAS, Florian (org.) *The handbook of sociolinguistics*. Blackwell, 1998.
- VAN RENSBURG, Christo. *Finding Afrikaans*. Malan Media Press, 2018.
- WEBB, Vic; KRIEL, Mariana. Afrikaans and Afrikaner nationalism. *International Journal of the sociology of language*. v. 144, pp. 19-49, 2000.

Language contact is everywhere: there is no evidence that any languages have developed in total isolation from other languages.

(Sarah G. Thomason, 2001)

Most, if not all, languages have been influenced at one time or another by contact with others. In some cases, externally induced changes do not even require speakers of the different languages to have actual social contact.

(Donald Winford, 2003)

Bilingualism is a rare phenomenon. **WRONG**. It has been estimated that more than half the world's population is bilingual, that is lives with two or more languages. Bilingualism is found in all parts of the world, at all levels of society, in all age groups. Even in countries with many monolinguals, the percentage of bilinguals is high.

(François Grosjean, 2010)



ISBN 978-65-5869-540-0

